



COLEÇÃO HISTÓRIA PLATINA

O BRASIL NAS GUERRAS DOS OUTROS

UMA HISTÓRIA SOBRE O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO
NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS E SOBRE O INTERESSE NACIONAL
EM MEIO A RESSIGNIFICAÇÕES SISTÊMICAS (1914 - 1919 & 1930 - 1945)

GÜNTHER RICHTER MROS



O BRASIL NAS GUERRAS DOS OUTROS

GÜNTHER RICHTER MROS

O BRASIL NAS GUERRAS DOS OUTROS:

UMA HISTÓRIA SOBRE O ENVOLVIMENTO
BRASILEIRO NAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS
E SOBRE O INTERESSE NACIONAL EM MEIO A
RESSIGNIFICAÇÕES SISTÊMICAS
(1914 - 1919 & 1930 - 1945)



EDITORA
SCHREIBEN

2023

© Günther Richter Mros - 2023

Editoração e capa: Schreiben

Imagem da capa: Imagem 1: Presidente Wenceslau Brás declara guerra ao império alemão em 26 de outubro de 1917, arquivo Biblioteca Nacional. Imagem 2: Soldado Francisco de Paula com cartucho de artilharia onde se lê “a cobra está fumando”. Foto publicada pela primeira vez no Jornal Cruzeiro do Sul (editado pela FEB), edição nº 7, capa, 24 de janeiro de 1945. A imagem é datada de 29 de setembro de 1944.

Revisão: o autor

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)
Dr. Guido Lenz (UFRGS)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPeI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M939b Mros, Günther Richter

O Brasil nas guerras dos outros: uma história sobre o envolvimento brasileiro nas duas guerras mundiais e sobre o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914 - 1919 & 1930 - 1945). / Günther Richter Mros. – Itapiranga : Schreiben, 2023.

206 p. : il. ; 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-5440-071-8 [versão impressa]

EISBN: 978-65-5440-070-1 [versão digital]

DOI: 10.29327/5178520

1. Guerra Mundial, 1914-1918 - história. 2. Guerra Mundial, 1939-1945 - história. 3. Guerra mundial – história - Brasil. I. Título.

CDU 94(100)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

Coleção *História Platina: sociedade, poder e instituições*

A proposta da criação de uma Coleção de Livros sobre História Platina teve duas motivações principais. A primeira, refere-se à efetividade dos trabalhos e dos resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas junto ao Grupo de Pesquisa *História Platina: sociedade, poder e instituições*, registrado no CNPq/UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que incluem uma importante interação entre pesquisas de doutorado, mestrado, iniciação científica e trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

A partir disso, observamos a necessidade e a relevância de publicarmos esses trabalhos completos, pois os mesmos além de passarem por avaliações rigorosas dos pares, possuem contribuições que inovam, promovem a reflexão e trazem novos conhecimentos, tanto para a área de História, como para as demais áreas que dialogam com as Humanidades.

Neste sentido, a partir da perspectiva da História Platina, privilegia-se uma concepção teórica sobre o processo histórico em que a região “platina” é percebida como território fronteiro conectado. Assim, a História Platina não se refere apenas ao espaço da bacia do Rio da Prata, por onde desaguam os rios, mas ao complexo território em que estes rios nascem e se conectam a outros, incluindo principalmente os territórios da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. As pesquisas que integram esta coleção, independente do tema, abordagem ou período histórico selecionado, procuraram perceber essa região, suas conexões e especificidades, permeando a análise e os seus resultados. História Platina, fronteira e região são conceitos interconectados, que abrangem pesquisas que interpretam e privilegiam estudos das sociedades e da política em diversos âmbitos como os das instituições.

Trabalhar com a História Platina significa estudar fronteiras, redes, imaginários, representações, conflitos e aproximações, trajetórias, patrimônios, identidades, relações de poder nos mais variados âmbitos e outras questões presentes na história das sociedades. É fazer uso de abordagens locais e/ou globais, do micro e/ou macro, ou tecê-las(os) conjuntamente em uma perspectiva regional. Destarte, são novos estudos que buscam construir uma história percebida para além dos limites dos Estados nacionais, ou mesmo antes deles, mas que ao mesmo tempo os considere ao longo do tempo. Nessa visão múltipla, é importante pensar as conexões que permeiam continuamente espaço, território e região fronteiriça.

O estudo da História Platina, como esta Coleção se propõe a apresentar, abrangerá a história das relações internacionais, a geopolítica, a formação e a luta na organização das sociedades, a história institucional, a história política e a econômica, a história das mulheres, as questões de religião e religiosidade,

a história dos povos originários, as diversas questões/temas que envolvem as zonas de fronteira, os processos migratórios, a construção de identidades, temas do patrimônio histórico, cultural e ambiental, o nacional e o local, trajetórias, expressões que relacionam a história, a literatura e as artes no geral.

A experiência no Grupo de Pesquisa História Platina demonstra que cada pesquisa, ao longo dos anos, é uma peça de um grande quebra-cabeças, ou talvez, de vários jogos de quebra-cabeças. Que ao se conseguir integrar todas as peças, percebe-se que para além de existirem várias teses, surge uma nova tese, mudando o que, muitas vezes tínhamos como conhecimento dado. Acreditamos ser este o caminho de um Grupo de Pesquisa, o de ir-se construindo o conhecimento, em diálogo colaborativo e ético.

Na sua trajetória como Grupo, que surgiu no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, visou também integrar ações com diálogo com o Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), desde a primeira década do século XXI. Além disso, muitas destas pesquisas contaram com o apoio efetivo de órgãos de fomento como a CAPES, a FAPERGS, o CNPq e a rede da AUGM.

Assim sendo, em um período presente em que são vistos como não lucrativos ou sem valor de mercado, os estudos e as pesquisas nas Humanidades, como os da área de História, viemos registrar e divulgar estudos que privilegiam e lançam “luz” ao processo histórico e que demonstram como as redes sociais são construídas nos diversos âmbitos e tempos.

Agradecemos a parceria da Editora Schreibern, que tem por objetivo exatamente criar um espaço de divulgação acessível à produção qualificada da área. Agradecemos, ainda, ao Comitê Científico que muito nos honra com sua distinção as obras publicadas nesta Coleção.

Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin

*Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina:
sociedade, poder e instituições*

Conselho Científico

Dr. José Carlos Chiaramonte - Instituto Dr. Emilio Ravignani, Argentina

Dra. Ana Frega - UDELAR, Uruguai

Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB, Brasil

Dra. Miriam Dolhnikoff - USP, Brasil

Dedico este livro aos meus pais, Ubirajara e Ligia, à minha irmã,
Paula, ao meu irmão, Bruno, e aos meus queridos sobrinhos
Arthur e Fernando.

*

*

*

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11	
<i>Amado Luiz Cervo</i>		
APRESENTAÇÃO.....	13	
<i>Estevão C. de Rezende Martins</i>		
INTRODUÇÃO.....	17	
Capítulo 1		
DA PENTARQUIA EUROPEIA À PENTARQUIA GLOBAL: DINÂMICA INTERNACIONAL ATINENTE ÀS DUAS GUERRAS MUNDIAIS E A RESSIGNIFICAÇÃO SISTÊMICA DAS ORDENS PÓS-CONFLITOS.....		27
1.1 <i>Sistema internacional: um conceito a ser ressignificado.....</i>		27
1.2 <i>A pentarquia europeia de Viena.....</i>		31
1.3 <i>A Grande Guerra.....</i>		37
1.4 <i>Ensaio e fracasso: a ressignificação sistêmica de Versalhes.....</i>		42
1.5 <i>Ideologia e Guerra.....</i>		48
1.5.1 <i>O totalitarismo.....</i>		48
1.5.2 <i>A Guerra.....</i>		50
1.6 <i>As conferências ressignificadoras.....</i>		52
1.7 <i>Uma releitura acerca da ordem internacional.....</i>		55
Capítulo 2		
O TEMPO HISTÓRICO DO BRASIL SOB ASPECTOS POLÍTICOS E MILITARES DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO.....		57
2.1 <i>Duas Guerras a um só tempo.....</i>		57
2.2 <i>Uma leitura do tempo.....</i>		59
2.3 <i>O processo histórico brasileiro e a dimensão política.....</i>		79
2.3.1 <i>A qualidade moral como conditio sine qua non da liderança política.....</i>		84
2.4 <i>As Forças Armadas do Brasil.....</i>		93
2.5 <i>Rupturas e continuidades estratégicas do Brasil de 1914 a 1945.....</i>		97

Capítulo 3

GEOPOLÍTICA REGIONAL: ENTRE A RIVALIDADE SUBSISTÊMICA, A NEUTRALIDADE SISTÊMICA E A INSERÇÃO PELO

ISOLAMENTO.....	99
3.1 <i>O Inferno Narrativo</i>	99
3.2 <i>América Latina nas Guerras Mundiais: o isolamento forçado</i>	101
3.3 <i>As relações entre Brasil e Argentina nas conjunturas das Guerras Mundiais: rivalidade entre si no âmbito regional e neutralidade sistêmica</i>	110
3.4 <i>O paradoxo da inserção pelo isolamento</i>	119

Capítulo 4

O BRASIL NO SISTEMA EM RESSIGNIFICAÇÃO:

O REFLEXO NO ESPELHO, A IDA ÀS GUERRAS DOS OUTROS

E UM NOVO PAPEL.....	121
4.1 <i>A Imagem no Espelho</i>	121
4.2 <i>O inimigo ideal</i>	125
4.3 <i>As participações brasileiras nas Guerras</i>	136
4.4 <i>Os resultados alcançados pelo Brasil em Versalhes e nas conferências Pós-Segunda Guerra</i>	158

CONCLUSÃO.....	165
----------------	-----

REFERÊNCIAS.....	171
------------------	-----

APÊNDICE.....	195
---------------	-----

ANEXOS.....	199
-------------	-----

ÍNDICE REMISSIVO E ONOMÁSTICO.....	200
------------------------------------	-----

PREFÁCIO

A publicação resulta da tese de doutorado apresentada junto à Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Focaliza a participação do Brasil nas duas Guerras Mundiais do século XX. Um verdadeiro modelo para quem deseja escrever uma tese, ou um livro.

Aprofunda os ambientes europeu e brasileiro, nas suas respectivas conjunturas. Observa o ambiente regional na América Latina e nos Estados Unidos. Analisa o dilema das Américas: participar ou isolar-se na neutralidade, e explica as decisões regionais. Em suma, envolvimento do Brasil e da América do Norte, isolamento e distanciamento dos outros países da América Latina.

Günther argumenta com base em duas categorias de fundamentos: dados empíricos e vivência humana. Ensina fazer História, com algumas pitadas de filosofia da História, o que corresponde a dote pessoal do autor.

Grandes lições resultam da pesquisa do autor. Com efeito, a participação do Brasil induz a reivindicação nacional de exercer papel mais relevante sobre o sistema internacional. Ademais, a pesquisa produz efeitos positivos sobre a estratégia de inserção internacional do país. Conduz à consolidação dos três parâmetros dessa inserção: cooperação internacional, independentemente de ideologia, regime político ou etnia do parceiro; pacifismo de conduta ligada à diplomacia; desideologização da política externa.

Tudo isso se pode observar nos resultados alcançados pelo Brasil nas Conferências de Paz que traçaram o perfil do mundo contemporâneo.

Günther gosta de fazer perguntas ao tempo histórico. Como evoluiu o sistema internacional desde o Congresso de Viena de 1815? Como foi a participação do Brasil nas duas guerras e quais foram os efeitos dessa participação sobre os direitos sistêmicos do país? Por que uma vizinhança distante dos conflitos e um Brasil envolvido? Quais os reflexos da participação do Brasil sobre o perfil cultural e político na nação? Quais as rivalidades criadas pelo sistema internacional após a Segunda Guerra?

Amado Luiz Cervo

Professor Emérito da Universidade de Brasília

*

*

*

APRESENTAÇÃO

A guerra dos outros nos pervade, inquieta e desafia

*A guerra, que aflige com os seus esquadrões o Mundo,
É o tipo perfeito do erro da filosofia.*
Alberto Caeiro (F. Pessoa, 1917)

A guerra, qualquer guerra, próxima ou remota, direta ou indireta, invade o mundo, nosso mundo, e tudo contamina, desordena, destrói. Günther Mros, no livro que nos dá a ler e a meditar, detém-se em dois eventos maiores que revoltaram o século 20. Este livro é resultado de uma longa e cuidadosa investigação do autor acerca de como o Brasil se envolveu na primeira e na segunda guerra mundial, e de como a análise desse envolvimento permite diagnósticos inovadores acerca da refundação sucessiva do sistema internacional e da forma como o Brasil se insere mundialmente.

A primeira e a segunda guerra “mundiais” colocaram o planeta – uma vez mais – de ponta-cabeça. A desordem dos canhões – como infelizmente se testemunha de novo em 2022 – provoca um reordenamento forçado do mundo. As diretrizes consagradas da prevalência do interesse nacional na política externa de cada país – herdeiras do princípio da soberania absoluta de cada estado, firmado em Vestfália em 1648 – sofrem seguidamente abalos desestabilizadores.

Já entre 1914 e 1945 se pode distinguir os traços da crise que compromete o sistema internacional, que se pensava firme e definitivo desde o Congresso de Viena, em 1814/15. O ‘concerto das nações’ se mostrou seletivo, assimétrico, em boa medida injusto, complicado a se manter e fator de constantes conflitos em escala crescente.

Ressignificações sistêmicas do tabuleiro internacional na primeira metade do século 20, contra o pano-de-fundo das duas guerras, são o mote analítico deste livro, que – por assim dizer – se vale do estudo do caso brasileiro para exemplificar a rede de relações regionais (Cone Sul) e transatlânticas (Estados Unidos, Europa) que se reconfigura em etapas sucessivas a partir de 1919.

Tais resignificações enraizam-se social, política e economicamente. Mobilizam as respectivas sociedades, opiniões públicas, governantes, forças armadas, alianças, prioridades estratégicas, vínculos financeiros e comerciais – e tantos outros fatores mais, sem cuja compreensão não se pode apreender as ruidosas marchas e contramarchas até a instalação do que se convencionou chamar de Guerra Fria.

O livro nos fornece amplo leque de informações analiticamente sistematizadas sobre o Brasil e seus interlocutores, parceiros, aliados, rivais, no decorrer desse longo período, que o historiador alemão Ernst Nolte chamou de “guerra civil europeia”, e cujas consequências o historiador francês Georges-Henri Soutou denominou a “guerra dos cinquenta anos”. A cena internacional no século 20 se globaliza vertiginosamente a partir do conflito de 1914-1918.

Günther Mros propicia a seu leitor um sólido instrumento de leitura e contraponto ao tecer um fio condutor entre o jogo internacional de poder das potências dominantes até o início do século 20 (a pentarquia europeia) e o surgimento de uma pentarquia ‘global’ com o fim da segunda guerra, em que estão presentes China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia como bedéis da humanidade (por disporem de um anacrônico poder de veto), com assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

A leitura do livro nos permite entender o misto de poder e impotência que se instalou desde 1945 – e que ainda perdura, na terceira década do século 21, no âmbito das organizações internacionais. Nesse palco de luzes e sombras, o propósito de uma sociedade internacional parece longe do sonho cosmopolita de Immanuel Kant e quem sabe mais bem descrito por Hedley Bull como anárquico.

A análise histórico-política de Günther Mros está firmemente estada em vasta base de dados empíricos, com um extenso corpo de fontes, brasileiras, argentinas e americanas, dentre outras, além de ampla e abrangente bibliografia. Dispõe assim o leitor de um sólido fundamento para acompanhar o argumento do autor, de situar o Brasil no torvelinho do século 20 e no estrépito dos interesses nacionais, cujos intérpretes políticos se chocam interna e externamente.

Assim, as transformações por que passou o sistema internacional resultam da ressignificação sistêmica posta em movimento em 1919 e reforçada com as mudanças nas relações internacionais após 1945. Para o autor, tal ressignificação preserva a lógica tradicional das hegemonias, não representando, por conseguinte, ruptura.

Para o Brasil, a experiência de ter assento – por modesto que tenha sido – à mesa dos negociadores internacionais da ‘nova ordem’ pós-1919 e sobretudo pós-1945, foi percebida como uma oportunidade de colocar o pé no estribo dos processos decisórios internacionais, malgrado os distúrbios internos, como a Revolução de 1930 e o regime varguista.

Tal circunstância teve, naturalmente, reflexos sobre a posição do país no âmbito regional, em especial com relação à Argentina. Günther Mros nos expõe que a rivalidade geopolítica entre Brasil e Argentina, herdada dos embates coloniais entre Espanha e Portugal, colocou em evidência as diferenças de avaliação

por parte dos respectivos governos acerca das decisões que poderiam ser tomadas. No caso brasileiro, o paradoxo da postura isolacionista inicial foi colocado em xeque e superado pela pressão dos Estados Unidos tanto em 1917 quanto em 1942.

Parte do paradoxo adveio da falta de políticas públicas internas brasileiras para lidar com a integração das comunidades de imigrados e seus descendentes em tempos de cólera e conflito. A pretenciosa ambição de uma ‘brasilidade’ – no início da república, por insegurança decorrente da desestabilização institucional da ordem imperial, mais adiante por busca de afirmar-se pela negação do outro (forasteiro) como possível ameaça, uma espécie de inimigo preferencial, construído *ad hoc* – tornou delicada e complicada a gestão da diversidade de um Brasil que ainda pouco se conhecia, como bem ressalta Michel Debrun.

Ver-se precipitado no olho do furacão das guerras e de suas consequências confrontou o Brasil com o problema de sua autodefinição e o obrigou a abrir o canteiro de obras das inúmeras memórias de uma sociedade em busca de sua própria consciência. É um confronto, afinal, bem-vindo – pois o país tinha de saber de si para saber como agir. Nem ufanismo nem menoscabo são adequados para delinear o perfil do país e da sociedade brasileira. Günther Mros inaugura uma via promissora de estudos comparativos em História das Relações Internacionais que, ao analisar convergências e contrastes no mundo contemporâneo, abre as portas para reunir elementos definidores do Brasil como Estado e como sociedade.

Fica assim o leitor convidado a refletir sobre tal programa e, quiçá, relevar-lhe o desafio.

Estevão C. de Rezende Martins
Professor titular emérito da
Universidade de Brasília

*

*

*

INTRODUÇÃO

O processo de envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais¹ — a Primeira Guerra ocorreu de 1914 a 1918 e a Segunda Guerra de 1939 a 1945 — se deu por meio de alguns fatores no âmbito da política interna com reflexos diretos sobre a postura internacional do país. Analisar as decisões tomadas, tanto por Wenceslau Braz (1868-1966) — que governou de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918 —, por meio da declaração de guerra de 1917, quanto por Getúlio Vargas (1882-1954) — que governou pela primeira vez entre 3 de novembro de 1930 e 29 de outubro de 1945 —, que declarou igualmente o estado de beligerância em 1942, com o conflito já bastante adiantado, é analisar o ápice de intensos acontecimentos no âmago da sociedade brasileira. Sociedade esta, percebida pela historiografia como tendo vivido dois distintos momentos de organização do Estado nacional, e que buscava ainda consolidar fatores identitários do Brasil. Entre as duas declarações de guerra transcorreu um período de vinte e cinco anos que compreende o centenário da Independência e algumas décadas de República.

As semelhanças não são poucas no significado da participação brasileira nos dois maiores conflitos bélicos na Europa. Durante a Primeira Guerra Mundial o Brasil, país agrário-exportador com população predominantemente analfabeta, vivenciou “intenso debate interno” (BUENO, 2003, p. 453) na opinião pública, alguns em prol dos Aliados, outros dos Impérios Centrais da Alemanha e Áustria-Hungria e, alguns, ainda, em favor da neutralidade. O Brasil declarou guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917, após duas situações que se repetiriam no segundo conflito: a) os Estados Unidos (EUA) declararem guerra à Alemanha em 06 de abril do mesmo ano, apontando um lado da guerra no qual o Brasil deveria se inserir; b) os repetidos torpedeamentos dos navios mercantes, que deixavam o comércio brasileiro em situação de ampla dificuldade (GARCIA, 2017, p. 163).

Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil, já de perfil desenvolvimentista

1 Estabelecemos para todo o texto, por razões de estilo, o uso de letra maiúscula para as guerras identificadas (Guerra Franco-Prussiana; Primeira Guerra ou Grande Guerra; Segunda Guerra; Guerras Mundiais; Guerra Fria; etc.) ou para conceitos atinentes às guerras, como Guerra Total ou Guerra Relâmpago. Sempre que utilizarmos a palavra Guerra sozinha, em maiúsculo, estaremos nos referindo à guerra titulada e mencionada por último. A palavra guerra em minúsculo aparecerá no texto quando se tratar de conflitos em geral, não especificados, ou quando eventualmente aparecer em citações no original de tal forma.

desde o início da década de 1930, mas ainda majoritariamente exportador de *commodities*, teve intenso debate interno em nível de opinião pública e dentro do próprio governo Vargas. Havia no governo indivíduos germanófilos declarados, como Filinto Müller (1900-1973), chefe de polícia do Distrito Federal, e os generais Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) e Góes Monteiro (1889-1956). Em prol dos Aliados, como um todo, e, especialmente dos Estados Unidos quando esse país entrou na Guerra, estava o Ministro de Relações Exteriores Oswaldo Aranha (1894-1960). Mais uma vez as duas situações destacadas acima se repetiram: a) o Brasil declarou estado de beligerância em 21 de agosto de 1942, após os Estados Unidos terem entrado na guerra, em dezembro de 1941, como resposta ao ataque japonês a *Pearl Harbor*; b) o Brasil declarou guerra à Alemanha “após o torpedeamento de cinco navios brasileiros em três dias” por submarinos alemães (GARCIA, 2017, p. 200).

Ainda na perspectiva macro, de análise do Estado, é possível destacar algumas importantes diferenças entre o Brasil da Primeira Guerra para o Brasil da Segunda Guerra — o perfil do Estado, durante os anos 1910, era de economia agroexportadora, que “voltada preponderantemente à exportação de café teria influência na decisão de política externa mais relevante no período, qual seja, a de o Brasil juntar-se aos Aliados contra a Alemanha na Primeira Guerra Mundial” (BARRETO, 2001, p. 32).

O perfil agrário-exportador, também chamado por Amado Cervo (2008, p. 67-71) de liberal-conservador, era de característica não apenas brasileira, mas também dos países vizinhos e se estendeu do México até a Argentina. Esse perfil atrelava as decisões de política externa ao comércio exterior, feito à época quase exclusivamente por vias marítimas. Por esse motivo, o drama do afundamento dos navios mercantes, bem como o bloqueio naval da Inglaterra contra a Alemanha (BARRETO, 2001, p. 38), eram fortes condicionantes na sociedade cafeeira da época, transferindo para a opinião pública as posições das elites sobre o conflito.

O Brasil desenvolvimentista, inaugurado com o movimento de 1930 que depôs o presidente Washington Luís (1869-1957) e colocou em seu lugar Getúlio Vargas, difere das características anteriores pelo dinamismo econômico que se difundiu por quase toda a América Latina. Fortemente relacionado com a crise de 1929, foi um período que invalidou teorias econômicas de cunho mais liberal até os anos 1980 (HOBBSAWM, 1995, p. 99). A alternativa seria a centralização do poder do Estado para possibilitar sua atuação como promotor da modernização da sociedade.

Esse país, em metamorfose do meio rural para a vida urbana, de consolidação de leis trabalhistas, mas ainda com forte tradição agrícola, buscará na Segunda

Guerra Mundial responder aos anseios da modernização por meio de maior autonomia industrial. Ou seja, o olhar lançado pela elite brasileira na participação brasileira em 1942 se diferiu daquele que vigorou em 1917, porque as próprias necessidades estruturais eram maiores do que a simples mudança de conjuntura internacional.

Ainda que se mantenha atenção sobre semelhanças e diferenças no Brasil de dois episódios separados no tempo por vinte e cinco anos, a análise comparada pode ser plenamente justificada. A “história comparada parece imprimir [...] a necessidade atualizada a cada instante de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças” (BARROS, 2014, p. 16).

A comparação nos permite reflexões que podemos resumir por meio de três questionamentos básicos comumente encontrados na bibliografia especializada: o que é comparar? Por que comparar? O que se espera da comparação? (BARROS, 2014, p. 17-18; KOCKA, 2003; MAHONEY; RUESCHEMEYER, 2003; MAIER, 1992-1993).

Comparar é “forma específica de propor e pensar questões” (BARROS, 2014, p. 17), em alguns casos com espacialidades distintas, como dois países, por exemplo, em outros com “duas sociedades relativas ao mesmo recorte espacial [...] em temporalidades diferenciadas” (BARROS, 2014, p. 56). Nesse sentido, a comparação ajuda a encontrar respostas para um mesmo objeto que se repete em duas temporalidades cronológicas, como é o caso do envolvimento brasileiro nas duas Guerras Mundiais. Espera-se, com esse tipo de comparação, encontrar características próprias do Estado brasileiro que correspondam aos anseios da sociedade e estejam intrinsecamente relacionadas com a inserção internacional do país de forma concomitante à afirmação da questão nacional.

Se tomarmos como variável de comparação a condição demográfica, por exemplo, teremos a análise da população brasileira no espaço dos trinta e um anos entre 1914 e 1945. Não se trata aqui apenas de dados populacionais, mas também da influência na opinião pública da temática migratória, tratada por meio de documentos oficiais levantados nos arquivos, fontes de jornais da época e de revisão bibliográfica, verificável em autores como René Gertz (1991), Ricardo Seitenfus (2003), João Baptista Borges Pereira (2000) e Giralda Seyferth (1999).

Os dois aspectos — opinião pública e migração — correlacionam-se ao tratarmos de um grupo específico da população e sua relação com os eventos em 1917 e em 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. Para efeitos de comparação, os alemães podem representar boa resposta acerca do imaginário da população sobre o estrangeiro e a influência da opinião pública dentro do processo decisório no contexto das Guerras. Os alemães constituíram o grupo que foi classificado como inimigo ideal no processo de consolidação da identidade nacional, tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda Guerra.

O drama dos descendentes alemães esteve relacionado aos preconceitos de construções sociais da imagem inimiga como elemento de fortalecimento da identidade nacional do Brasil. O Brasil, assim como vários países latino-americanos, dependeu de levas de imigrantes europeus para as mudanças exigidas ao longo do século XIX com o fim do trabalho escravo. Esses imigrantes modificaram amplamente os perfis na região em aspectos sociais, econômicos e políticos (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 137).

O olhar sobre a relação dos descendentes alemães nas duas Guerras com o imaginário construído acerca do perigo estrangeiro, frente ao nacionalismo que envolvia as relações sociais do Brasil, pôde contribuir com a própria percepção dos motivos que levaram à tomada de decisão de entrar na Guerra, tanto em 1917 quanto em 1942.

O envolvimento do Brasil nas duas Guerras exige não apenas a leitura sistêmica de anseios do país por participação nos debates pós-Guerras, mas também a leitura acerca do pertencimento identitário do Brasil, ou seja, da geopolítica subsistêmica, regional, das relações com a América Latina. Entendo por leitura sistêmica a análise das partes com o todo no sistema internacional, ou seja, a relação de um Estado com seus pares, os outros Estados, e com as Organizações Internacionais resultantes da vontade desses Estados. Nesse sentido, é possível destacar dois pontos de correlação: a posição geográfica do Brasil no continente sul-americano e a importância da costa litorânea para o comércio exterior do país.

Não há como analisar o Brasil nas Guerras Mundiais sem mencionar o fato de que sua atuação nos dois eventos foi de destaque em comparação aos demais países da região. Na Primeira Guerra foi o único latino-americano a ter envolvimento direto na Europa, à exceção de Cuba que era um protetorado estadunidense. Na Segunda Guerra, conquanto tenha havido mais países latino-americanos declarando guerra aos países do Eixo, somente o Brasil enviou uma força expedicionária. A questão geopolítica, no entanto, não se restringe à quase exclusividade latino-americana no teatro de guerra, mas também ao relacionamento com os vizinhos em tempo de beligerância. São 16 mil quilômetros de fronteiras com nove países e o território ultramarino francês da Guiana que, mesmo distantes da Europa, sofriam influência direta de atores do conflito. Na Argentina, por exemplo, o envolvimento da sociedade portenha com as duas Guerras seguiu caminhos de neutralidade que nem sempre mantiveram relação harmoniosa com os anseios brasileiros de envolvimento do hemisfério americano (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Durante os anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial o Brasil já tentava articular-se com outros Estados da região para formar coalizões

que pudessem atuar de forma mais contundente no sistema internacional. É o caso dos tratados pacifistas do ABC — espécie de fórum permanente com as iniciais de Argentina, Brasil e Chile —, que se legitimavam ao tentar resolver questões da região por meio de soluções pacíficas de controvérsias, como na mediação exercida entre México e EUA (BUENO, 2003, pp. 438-448). Tinha-se, à época, a ideia de “condomínio oligárquico de nações do hemisfério, com dois polos: os Estados Unidos, no Norte, e os países do ABC, no Sul” (BUENO, 2003, p. 439).

Nos anos anteriores à Segunda Guerra, especialmente na década de 1930, surgiram ideias de desenvolvimento mais autônomo não apenas no Brasil, mas também em países como: México, no governo Lázaro Cárdenas; Peru, com as ideias apristas de Haya de La Torre; Equador e Venezuela, com investimentos de base financiados por seus principais produtos, o cacau e o petróleo, respectivamente (CERVO, 2001).

Quanto à importância da costa litorânea ao comércio exterior brasileiro, é preciso destacar os números do comércio, disponíveis no sítio de internet do Ministério da Economia². Açúcar, algodão, peles, couros e borracha tiveram maior participação nas exportações na década de 1911 a 1920 em comparação ao período de 1921 a 1930. O café, todavia, que representava 52,4% das exportações na década da Guerra passou a 69,56% do total de exportações na década seguinte. Houve o aumento de exportações de café influenciado diretamente pelo pós-guerra e incremento do processo de substituição de importações durante o conflito. O café foi considerado contrabando pela Inglaterra e aumentou sua parcela no comércio com os EUA (CERVO; BUENO, 2011).

A mudança gerada durante a Primeira Guerra, com a substituição da Inglaterra como principal parceira comercial do Brasil para os EUA, irá refletir-se na própria relação de alinhamento do Brasil aos norte-americanos na Segunda Guerra. A disputa entre o comércio compensado dos alemães e a parceria que se firmou mais sólida com os EUA foi desenhada não apenas no governo, mas também no imaginário da sociedade brasileira, por meio da influência de desenhos de Walt Disney (1901-1966) e da cultura pop norte-americana, proveniente de filmes e da atuação de um escritório cultural junto à embaixada dos EUA (MOURA, 1984; TOTA, 2000).

No Brasil, lembram Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011, p.97), a ideia de nacionalidade foi sustentada pelo Estado monárquico ao longo do Século XIX. Estado esse que criou o mito da grandeza nacional e a caracterizou como introvertida, amparada no imenso território e nos inúmeros recursos naturais. O Estado construiu a nação, e esse processo claramente não foi

2 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. *Histórico do Comércio Brasileiro*. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 16 mar. 2016.

concluído no Império. Estendeu-se pela Primeira República e fortaleceu-se no Estado Novo de Vargas.

A temática relativa à questão nacional é polissêmica, afinal, o conceito de nação adquiriu significados distintos no decurso da história por diversas sociedades. No Brasil, a nacionalidade tratada como obra do Estado, ou melhor, das elites burocráticas com poder para tanto, deve ser vista como influenciável e influenciadora da política externa.

Pierre Milza (2003) trata da relação entre política interna e política externa como campo de pesquisa auspicioso à reflexão, por cruzar com eficácia os métodos de historiadores políticos e historiadores de relações internacionais. A leitura possível dos processos que constroem e legitimam a nacionalidade brasileira reflete-se nas estratégias que o Estado adotou em busca de pretensão interesse nacional.

A construção desses processos é reflexo da história das relações internacionais do Brasil, entendida aqui como história política construída por meio de análise societária³, sob uso de ferramentas da comparação.

Diante das colocações preliminares, um olhar sobre os processos de envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais revela-nos uma questão em aberto que requer investigação de documentos e fontes impressas delimitados em dois períodos sob perspectiva comparada. O primeiro desses períodos, de 1914 a 1919, vai da eclosão da Primeira Guerra Mundial, concomitante ao início do governo Wenceslau Braz, até as negociações no âmbito do Tratado de Versalhes, já no governo Delfim Moreira (1868-1920). O segundo período inicia-se no ano de 1930, no governo Getúlio Vargas, quando aumentam as discussões acerca das tendências de aproximação do país com a Alemanha, de um lado, e com os norte-americanos, de outro. Esse marco temporal ultrapassa todo o período da Guerra, de 1939 a 1945.

Quais os elementos motivacionais diretos e indiretos do envolvimento brasileiro nas duas Guerras Mundiais? Dentre esses elementos, é possível propor uma fronteira decisória entre a esfera interna e a esfera externa da política nacional em 1917 e 1942?

Com base nas breves explanações introdutórias, partimos da proposição relacional direta de que o envolvimento brasileiro nas duas Guerras Mundiais se deu em meio a processo histórico de mudança na ordem internacional, entre o ensaio, na derrocada do concerto europeu em Versalhes, no ano de 1919, e a consolidação do concerto global pós-Segunda Guerra, com a criação do

3 Entendemos por análise societária aquela que não se baseia unicamente em fontes oficiais, mas também nas forças profundas que emanam da sociedade, tais como os aspectos culturais, demográficos e geográficos na relação direta com a política (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Os elementos que motivaram o governo brasileiro a se envolver nos conflitos transitaram por duas dimensões, a saber: uma interna, de fortalecimento da identidade nacional e do imaginário simbólico-social a cargo das elites; outra externa, de afirmação do país por meio da inserção internacional possível, para garantir proteção à economia e ter acesso aos debates acerca da ordem em transição. Conquanto não tenha havido na *intelligentsia* brasileira a noção do todo no processo histórico desencadeado nas decisões de participação bélica em 1917 e 1942, são perceptíveis o fortalecimento da identidade nacional e o voluntarismo para as questões externas, diminuindo a fronteira entre as políticas interna e externa nos governos de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, proponho uma análise que parte da percepção das seguintes variáveis para as conjunturas das duas Guerras:

Variáveis independentes — os ataques a navios mercantes e de transporte de passageiros, por submarinos alemães, e os bloqueios impostos ao comércio;

Variáveis dependentes — o inimigo simbólico construído em torno da figura dos alemães nos dois eventos, a relação geopolítica com os vizinhos e a aproximação com os Estados Unidos.

Variáveis intervenientes — as Guerras no sentido estrito e a ressignificação do sistema internacional no sentido mais amplo.

A análise do processo histórico, ao longo do qual as manifestações de poder nas sociedades se relacionam com as formas de organização material e simbólica, exige do historiador o trato de variáveis conceituais que se mantenham em constante construção e desconstrução, ligadas a um processo hermenêutico sobre as fontes.

A legitimidade das elites brasileiras ao construírem o discurso nacional frente à participação do Brasil nas duas Guerras baseava-se na correlação cultura-poder. Cultura entendida aqui como um forte vetor dos simbolismos inerentes à identidade nacional brasileira, estando ela presente no discurso interno ou externo.

Quando se trata de um ou outro conflito, a ocorrência de obras sobre a participação do Brasil nas Guerras é bastante comum. O que proponho, todavia, é uma leitura dos dois eventos como cenário de ressignificações sistêmicas. Ou seja, reconstituir os elementos que motivaram o governo brasileiro a se envolver nas duas Guerras mundiais. Esse objetivo levou-me a considerar a análise de fontes bibliográficas, de fontes documentais e de fontes impressas sem colocá-las em ordem hierárquica. Nesse sentido, busquei avaliar sob a dimensão interna, de um lado, o fortalecimento da identidade nacional e do imaginário simbólico-social, e sob a dimensão externa, de outro, a proteção à navegação — comercial ou de transporte — e a constante busca por acesso aos debates no sistema

internacional em transição.

De modo comparativo, foi preciso entender as idiossincrasias relativas ao envolvimento brasileiro tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda Guerra sob aspectos políticos e culturais. Nesse sentido, a leitura da sociedade brasileira tanto na década de 1910 quanto nos anos 1930 e 1940 foi feita nas duas esferas de maneira concomitante e relacional.

Buscou-se, assim, a lógica por trás da atuação dos homens de Estado que mantinham o discurso pacifista, de sociedade heterogênea, multicultural, tolerante e harmoniosa com os vizinhos, e, que, ao mesmo tempo, propunham enfrentamento do inimigo alemão — escolhido por representar bem tal papel nas duas Guerras⁴.

A construção indutiva do argumento deste livro segue pela leitura diacrônica do processo histórico que engloba os dois eventos, em constante diálogo com as deduções pontuais que resultam de análises sincrônicas das idiossincrasias das partes (DUX, 1989). Ou seja, não se pretende comparar um e outro momento atrás de similitudes e diferenças, mas sim com objetivo de entender o objeto como indissociável e coerente com o todo na relação do Brasil consigo e com os outros países.

Desta forma, para atender o que foi exposto, a obra está dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos foram dedicados à contextualização do período que envolve os anos de 1914 a 1919 e os anos de 1930 a 1945. O processo histórico que perpassa os dois períodos não se restringiu a estes anos, mas os teve como foco de minha análise.

No capítulo primeiro abordo a conjuntura sistêmica. Para justificar a hipótese de ressignificação no sistema internacional busquei as raízes da conformação da ordem a partir do Congresso de Viena, em 1815. Neste capítulo, segui pelo século XIX para demonstrar o crescimento das tensões que causaram a Primeira Guerra Mundial e a Conferência de Versalhes, durante a qual ocorreu um ensaio de ressignificação da ordem internacional na tentativa de institucionalizar-se a pentarquia de poder com o Conselho-Executivo no âmbito da Liga das Nações (SDN).

Os anos 1920, e o início dos anos 1930, marcaram a transição do fracasso do Tratado de Versalhes e a ascensão de regimes totalitários que empurraram o mundo de volta a um conflito bélico de grandes proporções. A Segunda Guerra, portanto, é produto de um período de choques ideológicos e acirramentos nacionalistas que puseram em xeque a tentativa de manutenção da ordem

4 Não foi ignorada, no âmbito da pesquisa, a perseguição a outras nacionalidades, tais como os italianos e os japoneses na Segunda Guerra. Os alemães, entretanto, foram usados simbolicamente como antítese do ideal civilizacional durante as duas Guerras Mundiais.

internacional. O fim do conflito serve de consolidação da pentarquia global institucionalizada no CSNU, onde e quando a ressignificação do formato adotado no século XIX se estabeleceu, com características agora mais amplas em comparação à sociedade europeia de nações.

O capítulo segundo completa a contextualização do processo histórico tendo o Brasil como foco da análise. A questão premente desse capítulo é saber quais os conceitos utilizados pela historiografia para entendermos o tempo histórico e diferenciá-lo do simples tempo cronológico. De posse desses conceitos, podemos avançar a leitura sobre a dimensão política da conjuntura do Brasil durante as duas Guerras Mundiais.

As mudanças políticas no Brasil durante as Guerras não se restringiram à tradicional divisão historiográfica do antes e depois dos eventos de 1930. É possível verificar elementos que demonstram a continuidade em princípios caros à República, com destaque para a condição moral do líder, segundo interpretação positivista da organização do Estado. Por fim, ainda no segundo capítulo, veremos aspectos estruturais e simbólicos do papel das Forças Armadas (FFAA) para a história republicana brasileira e seus reflexos nas duas Guerras.

O capítulo terceiro é dedicado à geopolítica regional e ao peso da rivalidade subsistêmica entre o Brasil e a Argentina no comportamento do Brasil na conjuntura das Guerras. Veremos que o entorno estratégico do Brasil e os conceitos de América Latina e de América do Sul estabeleceram laços entre as ações do país em relação aos conflitos e em relação aos vizinhos. Este capítulo foi o motivo premente de parte da pesquisa ter ocorrido na Argentina, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES / MEC). Com a bolsa, e sob a tutoria do Prof. Dr. Mario Rapoport, da Universidade de Buenos Aires (UBA), foi possível ter acesso aos arquivos e às pesquisas dos demais historiadores do Instituto de Pesquisas de História Econômica e Social, no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires (IIHES / UBA).

No capítulo quarto defendo que a decisão de participar das Guerras foi também influenciada por dois fatores que não eram controlados pelo governo, mas que refletiram sobre seu posicionamento. O capítulo trata, inicialmente, da demografia. Por meio de fontes bibliográficas diversas, foi possível refletir sobre a identidade nacional e de aspectos simbólicos desta nacionalidade, buscando sempre o entendimento sobre o trato com os descendentes de alemães que foram classificados como inimigos públicos do Brasil. Buscou-se, ainda, dados da participação brasileira nas Guerras, com uso de fontes documentais primárias dos arquivos do CPDOC, Itamaraty e da Fundação Casa Rui Barbosa, visitados no Rio de Janeiro, e por meio da leitura de relatos de memória, publicados por

militares que estiveram envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

Por fim, espero ter colocado à disposição da historiografia uma pequena contribuição para a compreensão do envolvimento do Brasil nas Guerras que comumente são vistas como guerras dos outros.

CAPÍTULO 1

DA PENTARQUIA EUROPEIA À PENTARQUIA GLOBAL: DINÂMICA INTERNACIONAL ATINENTE ÀS DUAS GUERRAS MUNDIAIS E A RESSIGNIFICAÇÃO SISTÊMICA DAS ORDENS PÓS-CONFLITOS.

“Paz: nas relações internacionais, um período de trapaça entre dois períodos de luta” (BIERCE, 2016, p. 211).

1.1 Sistema internacional: um conceito a ser ressignificado

O sistema internacional, tal como o conhecemos em 2019, mesmo que se admita a contestação à primazia dos Estados em detrimento do empoderamento de diversos outros atores internacionais, que ganham voz por meio de movimentos sociais, empresariais e / ou tecnológicos transfronteiriços, é, ainda, sistema voluntarioso, mantido e sustentado por Estados. Conquanto ordem e sistema internacional possam ser conceitualmente aproximados, propomos neste primeiro capítulo tratar das raízes não só desses conceitos, mas do problema ao qual se pode deparar o historiador das relações internacionais frente ao constante movimento de tensão entre as grandes potências, no sentido de manterem posições privilegiadas entre uma tradição que nos remete a certa estrutura pentárquica de poder de um lado, e aos constantes desafios de Estados emergentes e insatisfeitos com os papéis que lhes são atribuídos pela ordem estabelecida de outro.

Para compreendermos as ressignificações sistêmicas constituídas após as duas Guerras Mundiais, lançaremos olhar sobre a primeira delas, positivada no Tratado de Versalhes, de 28 de junho de 1919, e, posteriormente, sobre a segunda ressignificação, a partir de Conferências divididas por assuntos diversos⁵, mas igualmente

5 Entendemos que após a Segunda Guerra Mundial houve não apenas uma grande e centralizadora conferência como a de Versalhes, em 1919 (mesmo que Versalhes não tenha sido a única, foi a principal catalizadora da ordem pós-Primeira Guerra), mas quatro grandes conferências: São Francisco, em 1945, de constituição das Nações Unidas — resultante das conferências de Dumbarton Oaks entre as quatro potências que se juntaram à França e compuseram a pentarquia de Membros Permanentes do Conselho de Segurança; duas de rearranjo geopolítico, Potsdam e Yalta, ambas em 1945; e uma econômico-financeira, Breton-Woods, antes do término da Guerra, em 1944.

voltada para uma paz duradoura como objeto premente da ordem internacional.

Antes, porém, cabe aqui conceituarmos o termo ressignificação. Esse termo é central para a construção do argumento desta obra, isso porquanto ele carrega ao mesmo tempo a carga semântica de algo que foi modificado e o teor da modificação em si. Essa carga semântica, também chamada de sentido, “é um produto do espírito humano, [...] é o critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quando decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade” (RÜSEN, 2015, p. 42).

A ressignificação é um ato de lançar olhar sobre o objeto histórico tendo a cultura — entendida aqui como bagagem prévia do indivíduo que olha, bagagem essa conformada pela memória⁶: memória individual, somada à memória coletiva de seu entorno imediato — como fator de mudança social e como agente de mudança da história (PESAVENTO, 2008a, pp. 30, 66 e 95). “Ressignificar [, portanto,] implica dar novo sentido às palavras, relações, coisas, práticas e rituais” (REIS, 2006, p. 12).

De posse dessa definição, a pergunta que norteia o capítulo primeiro é a seguinte: as ressignificações sistêmicas constituídas pelos Estados vencedores após as duas Guerras Mundiais estabeleceram que tipo de papel para as grandes potências entre si e para os países de menor relevância na ordem estabelecida? Por ressignificação sistêmica consideramos as transformações que vão além de ajustes — a Guerra da Crimeia (1853-1856), a Guerra entre Áustria e Prússia (1866) e, posteriormente, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), assim como as muitas revoluções que ocorreram no século XIX, causaram ajustes ao sistema constituído em Viena, mas, apenas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e, posteriormente, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), há de fato transformações que chamamos de ressignificadoras do sistema internacional —, mas que não geraram rupturas ao Sistema proposto pela pentarquia europeia de Viena em 1815. Conquanto nossa tese seja de uma arquitetura de poder amparada em formato de pentarquia, essa não foi exatamente uma novidade, posto que nos remetemos ao século XVIII (DAWOOD; MAIA, 2016, p. 8), quando da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) emergiu pela primeira vez uma aliança entre aqueles cinco Estados que posteriormente, durante o Congresso de Viena, formariam o que convencionou-se chamar de Concerto Europeu.

Oriunda do Congresso de Viena, sob a forma de uma hegemonia coletiva, a organização dos Estados europeus do século XIX ficou conhecida como o Concerto Europeu. Em teoria, os cinco grandes (Grã-Bretanha, Rússia, Áustria, Prússia, aos quais incorporou-se logo a França) haveriam de implantar a diplomacia de conferências e estender-se sobre as grandes questões da política internacional, auscultar e levar às reuniões do colegiado

6 Sobre a relação entre memória e história falaremos mais adiante, no capítulo 2.

as necessidades das pequenas e médias potências, não exercer hegemonia regional e tampouco ampliar o próprio domínio, mas preservar a liberdade de mover-se pelos próprios interesses (CERVO, 1997, p. 72).

Ao longo deste capítulo abordaremos uma leitura diacrônica⁷ da ordem internacional, sem, no entanto, descuidarmos de necessárias análises sincrônicas⁸ sempre que se fizer adequado. Em primeiro momento, abordaremos a ordem internacional do século XIX, a partir do que foi construído no Congresso de Viena por personagens emblemáticos como Klemens von Metternich (1773-1859) — segundo Ministro do Exterior da Áustria, entre 1809 e 1848 —, Charles Maurice de Talleyrand (1754-1838) — representante diplomático da França —, Alexandre I (1777-1825) — Czar da Rússia —, Karl August von Hardenberg (1750-1822) — Chanceler da Prússia —, e Visconde Castlereagh (1769-1822) — Secretário de Assuntos Estrangeiros do Reino Unido da Grã-Bretanha. As constantes crises e os descuidos no Sistema construído em Viena acabariam por ocasionar a Primeira Guerra Mundial, nosso assunto seguinte.

A Grande Guerra, como era conhecida antes de haverem duas Guerras Mundiais, foi importante passagem do período noventino para o início do século XX, com suas mudanças tecnológicas e comportamentais. Os resultados dessa Grande Guerra e sua Conferência de Paz serão assunto do tópico seguinte, onde analisaremos as falhas no Tratado de Versalhes que possibilitaram imediatas tensões à ressignificação proposta pelas potências vencedoras e a ascensão de regimes que propunham não uma nova ressignificação da ordem, mas a sua total aniquilação.

O tópico em que trataremos da Segunda Guerra Mundial servirá para refletirmos sobre a tensão máxima de modelo que precisava de forte adaptação dos padrões que vinham guiando as relações internacionais desde o reordenamento proposto na Europa pós-napoleônica. Nesse sentido, ao chegarmos no final deste capítulo, poderemos defender o argumento com maior clareza de que a pentarquia de poder que representou a hegemonia coletiva na Sociedade Internacional Europeia do século XIX não foi de todo abandonada, muito menos refletiu uma ruptura, mas teve a mais importante ressignificação sistêmica dentro das ordens propostas até então, quando a pentarquia europeia se transformou em pentarquia global no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e, sob auspícios da bipolaridade das superpotências da Guerra Fria, passou a reformular a ordem internacional já ressignificada.

Faz-se importante deixar claro, que “[d]o ponto de vista político, a noção de ordem internacional está vinculada ao exercício do poder internacional por

7 Por diacronia consideramos o conjunto de fenômenos históricos que ocorrem e se desenvolvem ao longo do tempo.

8 Por sincronia consideramos a condição de dois ou mais fenômenos, relacionados ou não entre si, que ocorrem simultaneamente em termos cronológicos.

parte das potências hegemônicas (GONÇALVES; SILVA, 2010, p.176, grifo no original)”. Ou seja, não podemos falar de poder internacional sem mencionar as estruturas de dominação e hegemonia entre os Estados. O conceito de ordem é complexo, está vinculado a um sistema de normas e regras institucionalizados por meio da cooperação e do voluntarismo uma vez que não existe um ente supranacional a obrigar os Estados a participarem do sistema proveniente dessa ordem. O sistema internacional é anárquico.

Sendo quase inseparáveis os dois conceitos, de ordem e sistema, nos é de amplo conhecimento que o “sistema internacional corresponderia à interação econômica, política e estratégica entre Estados-agentes, os quais, ao guiarem-se pelos interesses próprios, dependem uns dos outros para atingir seus fins externos” (CERVO, 1997, p. 67).

Em outra obra de referência, quanto ao aspecto relacional dos dois conceitos diz que ordem internacional:

Às vezes usado como sinônimo de sistema internacional, geralmente se refere ao padrão de atividades ou ao conjunto de arranjos que caracterizam o comportamento mútuo dos Estados. Neste sentido, tem vários atributos formais — políticos, diplomáticos, legais, econômicos, militares — que fornecem método e regularidade às relações internacionais (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 269).⁹

Veremos que os pilares político e econômico apontados como essenciais à interação sistêmica são indissociáveis nas possibilidades de desenhos e redeseñhos da ordem internacional. Esse aspecto se torna crucial para entender nossa linha argumentativa, onde ao analisarmos o papel de um país periférico como o Brasil em busca de inserção internacional precisamos ter em mente as bases político-econômicas estabelecidas pelas potências que estão à frente das reformulações do Sistema.

Como potência, tomamos o conceito empregado por Martin Wight em sua obra *A política do poder* (2002, p.1):

O termo implica duas condições. Em primeiro lugar, existem unidades políticas independentes que não reconhecem superior político e que se consideram “soberanas”; em segundo, existem relações contínuas e organizadas entre elas. Isto constitui o sistema de estados moderno. Temos as unidades independentes, que chamamos de estados, nações, países ou potências, e temos um sistema de relações contínuas altamente organizadas entre elas: relações políticas e econômicas, diplomáticas e comerciais, ora a paz ora a guerra.

9 [Tradução nossa]. No original em inglês: “Sometimes used as a synonym for international system it usually refers to the pattern of activities or the set of arrangements that characterizes the mutual behavior of states. In this sense it has a number of formal attributes — political, diplomatic, legal, economic, military — which provide method and regularity to international relations”.

Podemos tratar países que não têm papel preponderante no Sistema, como é o caso do Brasil, como potências menores, ou potências regionais, em se levando em consideração o peso do país no subsistema sul-americano.

O conceito de ordem, dentro de uma “perspectiva histórica, [...] aparece como o produto de uma estratificação do conhecimento social gerado por processos de aprendizagem social (ORSI, 2012, p. 270)”.¹⁰ Ou seja, se tomarmos essa perspectiva como orientadora de nossa análise, a ordem internacional pode ser entendida como a estratificação da aprendizagem gerada pelo relacionamento entre os Estados, o que estabelece um sistema de normas e comportamentos mais ou menos previsíveis e aceitáveis, tal como uma regra do jogo. O acumulado histórico do Estado-Nação é concomitante ao de ordem internacional, em nosso entender, pois as identidades dos Estados se afirmam e reafirmam na relação com outros Estados e de acordo com as regras de convivência acertadas entre os protagonistas das conferências realizadas com objetivo de estabelecer essas regras.

O século XIX, nesse sentido, tem destaque na reorganização sistêmica feita pelas potências europeias após as Guerras Napoleônicas¹¹. Foi em um período aproximado de um ano, entre setembro de 1814 e junho de 1815, quando se reuniram na capital do então Império Austríaco, Viena, mais de duzentos Estados e Casas Dinásticas (KING, 2008), de diferentes graus de poder, tais como: Áustria, Reino Unido, França, Prússia, Rússia, Espanha, Portugal, Suécia, Dinamarca, Países Baixos, Suíça, os Estados Papais, Gênova, Bavaria, Württemberg, Hanover e o Grão-Ducado de Mecklemburg-Schwerin. Tratou-se, na ocasião, de muitos interesses difusos, não apenas assuntos de Estado, mas também de grupos religiosos, representantes de cidades, de editores de pequenos reinos germânicos (ZAMOYSKI, 2007, pp. 258-295). Houve influência direta até mesmo para o Brasil, pois para justificar a participação de Portugal no Congresso a então colônia portuguesa foi elevada ao grau de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, devido a capital do Reino estar sediada desde 1808 no Rio de Janeiro (GOMES, 2007, p. 195).

1.2 A pentarquia europeia de Viena

A estratificação da aprendizagem obtida como resultante do relacionamento entre os Estados a que chamamos de ordem internacional tem na Conferência de Viena, em 1815, o evento-chave de institucionalização do conceito em sistema internacional. Desde os tratados de Utrecht, em 1715, não havia desarranjo tão grande nas relações entre os Estados quanto houve no período

10 [Tradução nossa]. No original em inglês: “From an historical perspective, then, order appears as the product of a stratification of social knowledge generated by social learning processes”.

11 Sobre as Guerras Napoleônicas, série de conflitos ocorridos entre 1803 e 1815, ver Mondaini (2006, pp. 189-217).

das Guerras Napoleônicas. Napoleão Bonaparte (1769-1821) acabou com um sistema que Adam Watson (2002, pp. 14-16) chamou de “múltiplas independências”. Se não era perfeito, havia a possibilidade de convívio harmônico entre os Estados, e, foi nesse sentido que se reuniram as principais potências europeias entre 1814 e 1815 na cidade de Viena, capital da Áustria, o que trazia em si o simbolismo de um Estado multicultural e preocupado com as transições que se desenhavam no início do século XIX. Cervo (1997, p. 63) lembra que 1815 tem três grandes significados: a configuração de uma nova ordem; o impulso político e econômico dos europeus; e a extensão das regras e condutas para todo o mundo.

A ordem internacional estabelecida em Viena possibilitou um século de ausência de grandes conflitos (KENNEDY, 1989, p. 143; LESSA, 2005a, pp. 56-57), entre 1815 e 1914, quando ocorreram guerras de reajuste, de curta duração, tais como a Guerra da Crimeia ou as Guerras de Unificação Alemã (1866-1871), mas não houve rupturas da ordem construída no Congresso. Lessa (2005a, p. 55), aponta que o

sistema internacional que então emergia [da ordem de 1815] e que se desenvolveu nos anos seguintes tinha características peculiares: consagrou uma nova pentarquia europeia, composta pela Grã-Bretanha e França (as potências “liberais”) e pela Prússia, Áustria e Rússia (as potências conservadoras). As cinco potências agiram concertadamente (daí a expressão “Concerto de Viena”) entre 1815 e 1848, usando o direito de intervenção coletiva, e divergiam, quando muito, sobre a administração do sistema.

Essa política de equilíbrio entre as cinco potências segundo Raymond Aron (2002, p. 193) “obedece a uma regra de bom-senso e deriva da prudência necessária aos Estados desejosos de preservar sua independência, de não estar à mercê de outro Estado que disponha de meios incontrastáveis”. Outrossim, dispondo do equilíbrio da pentarquia constituída o que se convencionou chamar de Concerto Europeu passou a operar por meio de conferências entre as principais potências e entre estas e as potências menores.

Os cinco Estados da pentarquia tiveram personagens bastante dedicados ao Congresso de Viena, com características marcantes de suas personalidades o que de fato nos oferece melhor entendimento sobre a construção da ordem tal como ela se deu.

A Áustria tinha no príncipe Klemens Metternich um arguto negociador, representante da *realpolitik* setecentista, “enxergava a guerra como uma oscilação normal da política internacional, que não devia afetar as estruturas profundas da ordem interestatal nem a confiança básica dos estadistas na santidade dos tratados” (MAGNOLI, 2008, p. 94). Metternich, como primeiro-ministro

do Imperador da Áustria, Francisco I (1768-1835)¹², tinha grande interesse em impossibilitar o avanço do sistema revolucionário que se estabeleceu na Europa desde 1789. Exerceu com maestria a conexão entre britânicos e russos e tinha a ideia de equilíbrio de poder menos em questões gerais europeias e mais em preocupações austríacas para com o espaço alemão, ou seja, pautava-se por razões de Estado muito antes que uma ideia de identidade europeia.

O representante da liberal Grã-Bretanha foi o Visconde Castlereagh, Secretário de Negócios Exteriores. A principal potência detinha supremacia dos mares, um vasto império colonial e estruturas financeiras espalhadas por vários pontos do mundo (KENNEDY, 1989). Aos britânicos não interessava estruturas rígidas da política continental europeia. Kissinger (2007, p. 76) compara a tentativa de Castlereagh em construir sistema coletivo de segurança em 1815 com a malfadada tentativa de Woodrow Wilson (1856-1924) em criar a Sociedade das Nações no tratado de Versalhes, com resultados semelhantes, pois tanto Grã-Bretanha quanto os Estados Unidos da América (EUA) se afastaram das obras de seus representantes. Ou seja, os esforços de Castlereagh em dar protagonismo à Coroa britânica no Concerto Europeu foram freados anos depois por seu sucessor no cargo, George Canning (1770-1827), antigo rival pessoal¹³. O problema na concepção de segurança coletiva de Castlereagh estava “no fato de os interesses raramente serem uniformes e a segurança raramente ser uma”, o que gera mais falta de ação por parte dos países concertados que necessariamente sua ação (KISSINGER, 2007, p. 76).

Dessa forma, a “estratégia geral da Grã-Bretanha [...] nunca sofreu mudanças substanciais” durante o Congresso, apenas a *posteriori*. Castlereagh seguia o princípio do equilíbrio. Pela primeira vez esse princípio “foi transformado em programa de política externa” (MAGNOLI, 2008, p. 97).

Para entendermos o princípio de equilíbrio de poder, temos que lembrar da classificação dos sistemas de Estados proposta por Adam Watson (2002). Por meio da metáfora do pêndulo, Watson apontou quatro tipos de relações sistêmicas: independência, hegemonia, dominação e império (WATSON, 2002, p. 14). Em uma extremidade as relações entre múltiplas independências — típica do período posterior aos Tratados de Utrecht, sistema dissolvido pelas Guerras Napoleônicas —, e na outra extremidade as relações com um império centralizador — como foi o período napoleônico. O pêndulo tenderia ao centro, entre as relações dispostas por uma hegemonia, na qual o sistema mantém alto grau

12 Francisco I era o mesmo Francisco II, último imperador do Sacro Império Romano-Germânico, derrotado por Napoleão em Austerlitz, em 1806.

13 Castlereagh e Canning eram tão competitivos que chegaram a duelar em 1809, quando Castlereagh feriu com tiro de pistola a coxa de Canning (WEBSTER; TEMPERLEY; COOKE, 1929).

de liberdade, mas segue voluntariamente a Estados que são representativos nas normas e condutas mais ou menos aceitos, ou, ainda, tenderia a relações de domínio, no qual não há um império centralizador, mas existem regras dispostas que não permitem maior autonomia dos Estados menores (WATSON, 2002, pp.14-16). Destarte, o equilíbrio de poder após 1815 seria pendular, menos nas extremidades — múltiplas independências ou impérios — e mais ao centro, ora com relações hegemônicas, ora por meio de relações de dominação. O curioso do teorema pendular proposto por Watson, quando avaliamos o sistema internacional resultante de Viena, é que hegemonia e dominação se alternaram mantendo mais ou menos os mesmos protagonistas até a Primeira Guerra Mundial.

Voltando aos protagonistas de Viena, a terceira potência que se destacou no Congresso de ocorrido entre 1814 e 1815 foi a Prússia. O rei Friedrich Wilhelm III (1770-1840) enviou o príncipe Karl August Von Hardenberg como seu representante. Conquanto tenha sido importante na conjuntura de 1815 a participação prussiana, somente na década de 1860 a Prússia ganharia maior destaque no sistema internacional europeu. Importante lembrar que os cinco países a formarem a pentarquia que estabeleceu o Concerto Europeu já formavam a pentarquia de poder desde os tratados de Utrecht, em 1715, o que deixa claro ter sido Viena “um aperfeiçoamento do [sistema] anterior, que havia sido incapaz de evitar a nova ascensão francesa, após 1789” (MUÑOZ, 2012, p. 22).

O irmão de Luís XVI (1754-1793), recém entronado rei da França, Luís XVIII (1755-1824), enviou para o Congresso em Viena o astuto Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, que serviu a todos os governantes franceses desde antes da revolução. Talleyrand teve a difícil missão de representar o Estado que, mesmo com a monarquia restaurada, era de fato o responsável pela necessidade de se ter um congresso e uma reformulação do sistema internacional. Os interesses da França nas mesas de negociação eram praticamente defensivos e voltados para sua reinserção sistêmica enquanto potência (MAGNOLI, 2008, pp. 103-110).

Talleyrand “enxergava receosamente o expansionismo russo na Europa Central, mas, por razões históricas e estratégicas, temia muito mais o espectro do domínio da Prússia sobre os estados alemães” (MAGNOLI, 2008, p. 104). Nesse sentido, a aliança com Grã-Bretanha e Áustria pareciam ser a melhor alternativa para o negociador francês.

A Rússia foi representada no Congresso de Viena de 1815 pelo próprio Czar Alexandre I. A quinta potência da pentarquia era a mais conservadora e preocupada com o restabelecimento da ordem pré-revolucionária de Estados absolutistas. O grande objetivo era restaurar o poder das casas dinásticas e o aspecto divino dos reis. Nesse sentido, o Czar propôs junto a Prússia e Áustria um pacto que ficou conhecido como a Santa Aliança. O princípio da legitimidade consagrado pelo

Pacto da Santa Aliança “propugnava a intervenção das potências quando e onde fosse necessário restaurar a ordem ferida [...]” (LESSA, 2005a, p. 78).

A resposta da Grã-Bretanha de Castlereagh à Santa Aliança foi de propor uma Quádrupla Aliança para que os interesses do liberalismo britânico pudessem se manter protegidos. Logo a França foi incluída, graças aos cálculos de Castlereagh, e a pentarquia estava constituída dando início ao Concerto Europeu.

De 1815 até a década de 1840 o Concerto Europeu se manteve mais ou menos estável, conquanto tenha havido alguns movimentos revolucionários, como no Porto em 1820, e de independência, como em 1830 na Grécia, o que punha os interesses das potências em conflito em relação ao papel do Império Otomano, que a Santa Aliança desejava enfraquecer, os franceses pretendiam dismantelar e os ingleses, por receio do crescimento exacerbado da Rússia, pretendiam manter. A solução com a independência da Grécia privilegiava o ideal britânico, de manter o equilíbrio entre as potências.

Em 1848 ocorreu o que se convencionou chamar de Primavera dos Povos, pequenas revoluções espalhadas por toda Europa que logo tiveram seu movimento enfraquecido. França, Bavária, Berlim, Viena, Hungria, Milão, Sicília e, como destacou Hobsbawm (1996, p. 28), a revolução chegou até ao Brasil — em Pernambuco — e à Colômbia, dando um caráter verdadeiramente mundial à onda de 1848. Em pouco mais de dezoito meses, entretanto, todos os regimes derrubados foram restaurados, à exceção da França (HOBSBAWM, 1996, p. 29).

Contido em especial por austríacos e russos, o movimento de 1848 “não soube unir-se internacionalmente e as potências liberais não intervieram em seu favor” (MUÑOZ, 2012, p. 26). Conquanto houvesse forte sentimento de derrota, é possível destacar alguns ganhos da Primavera dos Povos:

Ainda assim, 1848 não foi severamente um breve episódio histórico sem consequências. Se as mudanças que 1848 realizou não foram nem as que os revolucionários pretenderam, nem mesmo facilmente definíveis em termos de regimes políticos, leis e instituições, elas foram mesmo assim profundas. O ano de 1848 marcou o fim, pelo menos na Europa ocidental, da política da tradição, das monarquias que acreditavam que seus povos (exceto os descontentes da classe média) aceitavam e até acolhiam a regra do direito divino que apontava dinastias para presidir sobre sociedades hierarquicamente estratificadas, tudo sancionado pela tradição religiosa, na crença dos direitos e deveres patriarcais dos que eram superiores social e economicamente (HOBSBAWM, 1996, p.48).

As mudanças profundas apontadas por Hobsbawm (1996) ficariam mais claras na medida em que o Sistema Europeu estabelecido em 1815 começava a passar por ajustes necessários à sua manutenção.

Cervo (1997, p. 78) aponta que ao iniciar a segunda metade do século XIX o “sistema de hegemonia coletiva passaria por três guerras de reajuste [...]”

e logo as tensões seriam mais significativas que as de 1848.

A Guerra da Crimeia foi a primeira das guerras de reajuste citadas por Cervo. Com o sucesso de Nicolau I da Rússia (1868-1918) em combater as revoluções de 1848 o Czar ambicionou ter importante expansão sobre as minorias vizinhas e aumentar seus fluxos de comércio no Mediterrâneo. Havia também o objetivo religioso de espalhar a influência russa por meio da Igreja Ortodoxa. Era ao mesmo tempo uma afirmação do poder do Czar e a manutenção da missão divina que criam os russos serem portadores desde Pedro I, o Grande (1672-1725), que reinou entre 1682 e 1721. Franceses e ingleses, porém, tinham interesses que eram prejudicados pelos anseios da Rússia e acabaram por se organizar em uma aliança com o Estado da Sardenha, o Império Otomano e, mais tarde, a Áustria (MONTEFIORE, 2016, pp. 482-500).

Com o fim da Guerra da Crimeia, em 1856, Rússia e Áustria haviam saído enfraquecidas e dois grandes conflitos que ocorreram nos anos 1860 até início da década de 1870 concluíram reajustes sistêmicos que tentaram salvar a ordem de Viena (SOUTOU, 2007, pp. 85-103).

No início dos anos 1860 Camillo Benso, o Conde de Cavour (1810-1861), juntamente com Giuseppe Garibaldi (1807-1882), construiu a unidade italiana por meio da Monarquia, o que era o desejo de Cavour, a contragosto de Garibaldi, que desejava uma república, e igualmente a contragosto dos franceses, que desejavam da Itália uma entidade federada de pequenos Estados independentes. Cavour conseguiu sua Itália unificada por meio da monarquia do rei Vítor Emanuel II (1820-1878), com o auxílio dos britânicos, em uma estratégia de Londres para reduzir a influência da França que seria inevitável caso se estabelecesse uma federação (SOUTOU, 2007, pp. 95-96; HOBBSAWM, 1996, pp. 107-123).

A Guerra Franco-Prussiana teve em Otto Von Bismarck (1815-1898) o principal articulador. Bismarck era chanceler da Prússia e buscou construir a unidade alemã, em primeiro momento, fazendo uma guerra contra a Áustria e outra, posteriormente, contra a França. Bismarck sabia que precisava, por meio da hegemonia da Prússia, liderar o movimento pangermanista na direção de um Estado que inauguraria o Segundo Reich alemão, entre 1871 e 1918. Para isso, precisava de um inimigo comum, que pusesse como imagem refletida em espelho a afirmação da identidade alemã. A Áustria, o primeiro inimigo, não servia a esse propósito da melhor maneira, pois mesmo com um Estado multinacional e, a partir de 1867, casada com a Hungria, era ainda um império de forte raiz germânica. Os franceses, por outro lado, representavam o diverso que reforçava a identidade alemã. Napoleão III (1808-1873) ao perder a Guerra Franco-Prussiana ainda passou pela humilhação imposta pelo novo Estado alemão de ceder os territórios da Alsácia e Lorena, o que geraria um forte revanchismo que ultrapassou as duas Guerras

Mundiais e perdurou até a solução integracionista da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), de 1950 (VIDIGAL, 2006, pp. 287-317; SOUTOU, 2007, pp. 96-103; HOBSBAWM, 1996, pp. 107-123).

O último quartel do século XIX apresentou um novo quadro, com forte crescimento de nacionalismos e de um novo imperialismo ligado a esses movimentos. Os Estados Unidos após a Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865, o Japão com a reforma Meiji, em 1868, e a própria Alemanha, a partir de 1871, passaram a representar uma nova corrida industrialista que trazia junto elementos de armamentismo, expansionismo territorial, chauvinismo e isolamento que punham em cheque a ordem construída em 1815 (HOBSBAWM, 1998, pp. 417-451; DÖPCKE, 2008, pp. 77-121).

As Forças Armadas passaram a ter uma função agregadora e servir de amálgama da identidade que os Estados nacionais buscavam fortalecer. Para Hobsbawm (1998, p. 421), “os exércitos eram [...] também um modo de garantir a lealdade, ou mesmo o entusiasmo ativo, de cidadãos com simpatias inquietantes por movimentos de massas que solapavam a ordem política e social”.

A competição crescente entre as nações levou a Europa cada vez mais a uma situação caótica que a hegemonia compartilhada — ou coletiva — já não conseguia resolver por meio de ajustes na ordem. A corrida armamentista era apenas um dos elementos no intrincado jogo político que antecedeu a Grande Guerra. Em 1914 o conflito eclodiu com um fato, um evento, o assassinato do arquiduque austríaco Franz Ferdinand (1889-1914) em Sarajevo (DÖPCKE, 2008, p. 121). A conjuntura extrema teve como gatilho a morte do herdeiro do trono da Áustria-Hungria e a Primeira Guerra Mundial começou.

1.3 A Grande Guerra

A Primeira Guerra Mundial não teve como causa única o assassinato do príncipe herdeiro austro-húngaro mesmo que se trate esse evento como seu estopim. As duas nações que surgiram entre as décadas de 1860 e 1870, a Itália e a Alemanha, tinham necessidades por matérias-primas para seus processos industrializantes dentro do contexto de forte concorrência comercial que marcou o período final do século XIX e início do século XX. Essas necessidades não eram supridas na divisão neocolonialista característica do período que dava ampla vantagem à Grã-Bretanha e à França na divisão de terras sob suas influências nos continentes africano e asiático. Nesse sentido, era uma guerra resultante de conflitos entre potências imperialistas (VISENTINI, 2014, pp. 7-26).

Outro fator importante a se destacar dentre as muitas causas da Primeira Guerra Mundial foi o movimento pan-eslavista. Havia entre os povos eslavos a percepção de uma unidade comum, com raízes socioculturais estabelecidas

ainda na primeira metade do século XIX. Destarte, o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand foi uma ação individual inserida, no entanto, em contexto mais amplo de questionamento ao *statu quo* austro-húngaro por parte de diversos movimentos revoltosos que ganhavam destaque nos Bálcãs (MACMILLAN, 2014, pp. 403-438; KERSHAW, 2016, pp. 40-60; SONDHHAUS, 2015, pp. 32-34 e 47-49; LEVY; VASQUEZ, 2014, pp. 39-41).

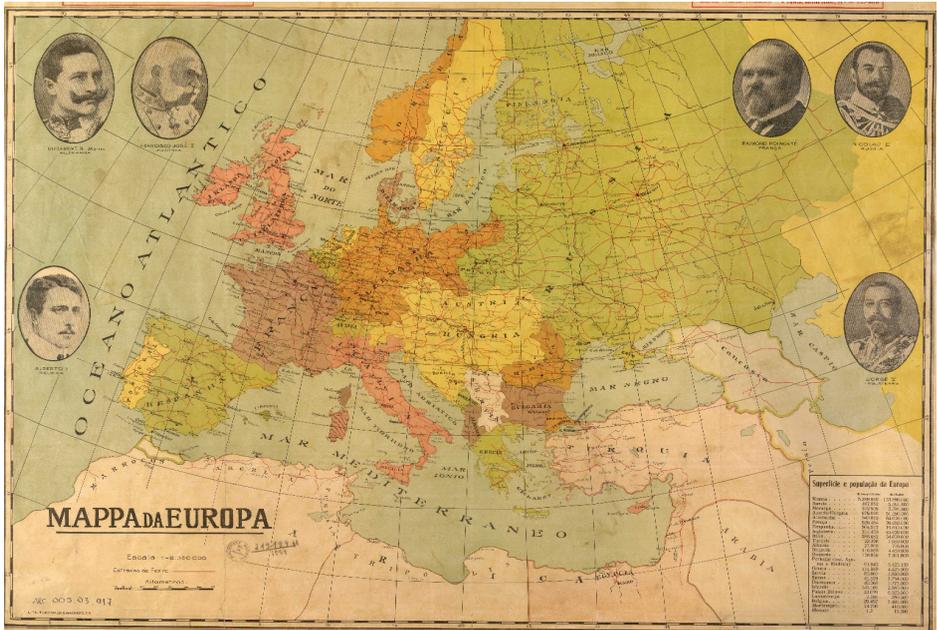
Havia duas grandes alianças estabelecidas muito antes da Grande Guerra, a primeira delas existia desde 1882, a Tríplice Aliança (GARCIA, 2017, p. 125). A Itália, o já decadente Império Austro-Húngaro e a Alemanha ambicionavam maior acesso às colônias fornecedoras de produtos primários, em especial, os interesses da pujante indústria alemã. Esses três atores se mantiveram aliados até 1915, quando a Itália deixou a Tríplice Aliança para aderir ao segundo grupo de contendores contra a Áustria-Hungria e, em 1916, contra a Alemanha (SONDHHAUS, 2015, pp. 20-25).

A Tríplice Entente, formada em 31 de agosto de 1907 (GARCIA, 2017, p. 151) pelas potências protagonistas do Concerto Europeu no século XIX, os ocidentais Reino Unido e França, de um lado, e a tradicional e conservadora Rússia, de outro, buscavam frear os avanços da cada vez mais poderosa Alemanha (SONDHHAUS, 2015, pp. 26-29).

No mapa a seguir, publicado em 1914, aparecem as fronteiras antes do início da Grande Guerra e seis figuras proeminentes da política internacional europeia à época: em sentido horário, a partir da esquerda no topo, o Kaiser da Alemanha e Rei da Prússia Wilhelm II (1859-1941); o Kaiser da Áustria e Rei da Hungria, Croácia e Boêmia Franz Josef (1830-1916); o Presidente da França Raymond Poincaré (1860-1934); o já antes mencionado Czar e Autocrata da Rússia Nicolau II; o Rei do Reino Unido e dos Domínios Britânicos e Imperador da Índia George V (1865-1936); e o Rei da Bélgica Albert I (1875-1934). Cabe ressaltar, olhando para este mapa, a interessante tese de Barbara Tuchman (2014) de que o mês de agosto de 1914 definiu os rumos de toda a Primeira Guerra Mundial. Todavia, “uma constante entre os elementos de 1914 [...] era a disposição de todos, por todos os lados, de não se preparar para a alternativa mais difícil, de não agir de acordo com o que eles suspeitavam ser verdade” (TUCHMAN, 2014, p. 27).¹⁴

14 [Tradução nossa]. No original em inglês: “One constant among the elements of 1914 — as of any era — was the disposition of everyone on all sides not to prepare for the harder alternative, not to act upon what they suspected to be true”.

Figura 1 — Mapa da Europa em 1914 e suas principais lideranças.



Fonte: MAPPA da Europa. Rio [de Janeiro]: Lith Turnauer e Machado, [1914]. 1 mapa: col., 53 x 75cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart219199/cart219199.jpg>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Muito se debateu sobre as causas da Primeira Guerra Mundial quando do apelo por pesadas reparações impostas à Alemanha e, mesmo que não seja nosso objetivo adentrar nessa discussão, é importante lembrar que a verdade, na história, é termo volátil, por carregarem as narrativas a possibilidade do argumento bem construído. Hannah Arendt (2016), no entanto, cita uma passagem em que o primeiro-ministro francês à época da negociação dos Tratados de Paz de 1919, Georges Clemenceau (1841-1929), respondia sobre o futuro trabalho de historiadores acerca das responsabilidades pelo conflito: “Isso não sei. Mas tenho certeza de que eles não dirão que a Bélgica invadiu a Alemanha” (ARENDRT, 2016, p. 296). Nesse sentido, é possível apontar as rivalidades internacionais em um duplo plano, econômico e político, como determinantes para a ocorrência da Guerra (MILZA, 2007, pp. 179-184).

No início do conflito, inflamados pelo entusiasmo nacionalista, houve poucos desertores dentre os alistados e havia percepção, em julho de 1914, que seria um conflito curto, que “boa parte dos rapazes estaria de volta para a colheita do trigo” (PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, DVD, 2009), isto é, “os europeus partiram alegremente para o *front*, seguros de que em poucos meses estariam de volta para comemorar a vitória da causa de sua pátria (ARARIPE,

2006, p. 324). O assassinato do Arquiduque havia demorado a se transformar em percepção da iminência de guerra, fosse no Reino Unido, na França, ou na Rússia, pois a classe política à época acreditava que poderia evitá-la como em outras crises parecidas dos últimos anos (MACMILLAN, 2014, pp. 575-580).

A Europa vivera quarenta e cinco anos de relativa paz, sem grandes conflitos desde o final da Guerra Franco-Prussiana em 1871. A Primeira Guerra Mundial marcou o fim de uma era em que havia certa ingenuidade e romantismo nos conflitos, transpondo ao longo dos anos entre 1914 e 1918 entre um tipo de guerra, de cavalaria, por exemplo, em campo aberto, para outro tipo, brutal e mecanizada rumo ao século XX. É possível destacar em uma cena emblemática do filme *Cavalo de Guerra* (2011) o avanço da cavalaria britânica sobre acampamento germânico, onde, ao atacarem no campo aberto, os soldados ingleses são surpreendidos por metralhadoras alemãs postas estrategicamente nos bosques, camufladas em arbustos. A imagem da carnificina simbolizava o fim do tipo de guerra que se conhecia no século XIX e o início da crueza bélica que se repetiria na Segunda Guerra Mundial e em muitos outros conflitos ao longo do século XX.

Os alemães marchavam em direção a Paris quando ficou famosa a estratégia do general francês Joseph Gallieni (1849-1916) em recrutar quatro mil homens para a batalha do Marne — ocorrida em setembro de 1914 —, deslocados em quinhentos táxis Renault até o fronte da batalha (PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, DVD, 2009). A Grande Guerra foi um misto de transformações tecnológicas, tédio e falta de saneamento nas trincheiras e mudanças significativas na sociedade. As mulheres, devido ausência dos esposos, mais e mais ganhavam espaço no mercado de trabalho, inicialmente com serviços gerais até a rápida necessidade de fabricação de armas e munições, quando estas ficaram conhecidas como as *munitionettes*¹⁵, na França, ou *canary girls*¹⁶, no Reino Unido (BROBST, 2006). O terrível fator social da Grande Guerra foi muito além do uso de gás, lança-chamas ou armas tão recentes que houvesse despreparo na defesa contra elas. O grande problema foi que se sociedades inteiras estavam engajadas na Guerra, sociedades inteiras poderiam se tornar alvo dela (ROBERTS, 1993, p. 716). Ou seja, a Primeira Guerra Mundial foi além das trincheiras e dos campos de batalha, logo atingindo cidadãos comuns.

A Grande Guerra teve batalhas que ficaram marcadas por retumbantes

15 O termo não se refere apenas às francesas, é bastante amplo, sendo usado também para falar de mulheres britânicas que trabalhavam na fabricação de munições durante a Primeira Guerra Mundial. Na França há uma pequena — em número de páginas, foram somente setenta e nove — obra de referência sobre elas (LE ROC'H-MORGÈRE; GREVET; FERNANDES, 2016)

16 Apelido dado àquelas mulheres que devido ao ácido pícrico, usado na fabricação de granadas, tinham pele e cabelos manchados de amarelo brilhante. Era visto pelas demais mulheres como o mais baixo dos trabalhos (BROBST, 2006, p. 39).

fracassos, como no estreito de Dardanelos — batalha também conhecida como Campanha por Galípoli, entre Aliados, de um lado, e turcos-otomanos e alemães de outro, durou de 25 abr. 1915 a 9 jan. 1916. Na ocasião houve muitas baixas entre os soldados britânicos, as Forças Armadas da Austrália e Nova Zelândia (*Austrália and New Zealand Army Corps* — ANZAC) e as tropas coloniais francesas. A Guerra representou também a inovação, como no uso dos submarinos por parte dos alemães¹⁷, ou, mais tarde, na evolução do avião, desde meras missões de reconhecimento até batalhas que gerariam narrativas de heroísmo na literatura ou em trabalhos acadêmicos (ARGUELHES, 2008).

Desde o início do conflito, houve a participação não só de tropas europeias, mas também de turcos-otomanos no Oriente Médio, japoneses operando na China e o Continente Africano sofrendo rearranjos coloniais, suscitando no rastro dos tratados de paz de 1919 as aspirações nacionalistas que repercutiriam na ordem internacional antes e após a Segunda Guerra Mundial. O ano de 1917 foi um marco na Grande Guerra, pois quase coincidiram a entrada dos EUA no conflito, em abril, com a Revolução Russa, em outubro (GRENVILLE, 1994, p. 116). Posteriormente a Rússia deixou a Guerra, em março de 1918, por meio do tratado de Brest-Litovsy, não participando das negociações da paz de Versalhes.

No inverno de 1916 e 1917 os ânimos que se apresentavam no início da Guerra já não estavam mais presentes e a desilusão por parte dos soldados e da sociedade de maneira geral (JOHNSON, 1984, p. 19) já causava alguns embaraços e crescimento das deserções:

Em outubro de 1916, o soldado nº 12.772, A. Botfield, do 9º batalhão do regimento de pioneiros do sul de Staffordshire, que se encontrava em um grupo de trabalho nas trincheiras, saiu correndo em disparada “devido à explosão de um projétil e jamais retornou para se juntar ao grupo”. Acusado de “má conduta diante do inimigo, de modo que revelava covardia”, foi considerado culpado executado pelo pelotão de fuzilamento às 5:50 h do dia 18 de outubro.

Um dos crimes considerados mais hediondos na realidade das trincheiras era fraquejar, comportamento também conhecido como a perda do sangue-frio, covardia e neurose de guerra. A maioria dos homens receava mais o próprio medo que a morte, o que os mantinha firmes. [...] Botfield estava entre os primeiros a ser serem executados por “covardia”, e não foi o único. [...] No exército francês, os casos de deserção se elevaram de 509, em 1914, para 21.174, em 1917. [...] (MAN, 2003, p. 29).

Com o final da Grande Guerra as definições do conflito em si ainda demoraram alguns anos para se estabelecerem na historiografia e no campo das ideias.

17 A indistinção nos afundamentos de embarcações aliadas ou neutras, de carga ou de passageiros, influenciaria a entrada do Brasil na Grande Guerra junto aos Aliados, em 1917. Histórico que curiosamente se repetiu na Segunda Guerra Mundial.

Em setembro de 1914 houve, na imprensa norte-americana, a primeira referência ao conflito como Primeira Guerra Mundial, mas o termo só se tornaria corrente após setembro de 1939, com publicação na revista Time (SONDHAUS, 2015, p. 13).

Lawrence Sondhaus defendeu a ideia de que a Primeira Guerra Mundial teria sido uma revolução global (2015, p. 11).¹⁸ Para o autor “o sistema internacional que passou a reger as relações internacionais depois de 1919 tinha pouca semelhança com o seu predecessor de antes de 1914” (SONDHAUS, 2015, p. 540). O argumento de terem sido as alianças permanentes entre as potências substituídas pela Liga das Nações poderia suscitar a ideia de revolução, em especial se tomarmos como conceito, que uma revolução “só se completa com a introdução de profundas mudanças nos sistemas político social e econômico” (PASQUINO, 2000, p. 1121). Ocorre, entretanto, que de fato as alianças não foram de todo rompidas, mas ganharam novos significados por meio da institucionalização das coalizões. A estrutura pentárquica de poder que sustentou a ordem internacional vigente no século XIX não foi rompida, apenas mudou alguns atores, ganhou o nome de Conselho Executivo¹⁹ da Liga das Nações, ou Sociedade das Nações (SDN), e assumiu novos significados.

1.4 Ensaio e fracasso: a ressignificação sistêmica de Versalhes

A ordem surgida a partir dos tratados de Versalhes representou a primeira grande ressignificação sistêmica desde Viena. Nosso argumento vai de encontro ao que Sondhaus (2015) afirma, pois o que se desenhou em Versalhes no ano de 1919 não nos parece ter sido a introdução de profundas mudanças que caracterizariam uma revolução global.

Dentro da lógica que surge nas negociações do Tratado de Versalhes, Thomas Woodrow Wilson, presidente dos EUA, ganhou amplo destaque com o idealismo de um mundo mais cooperativo, ideia essa materializada em proposta que ficou conhecida como os quatorze pontos de Wilson (ARARIPE, 2008, pp. 213-217). Para o presidente norte-americano era preciso construir uma paz duradoura por meio de princípios que ele esperava que fossem observados em meio às negociações, o que de fato não ocorreu como desejado (KERSHAW, 2016, pp. 130-137). Dentro da ressignificação sistêmica da ordem pós-Versalhes, entretanto, o elemento idealista de Wilson seria parte importante, assim como o revanchismo francês — efeito das memórias da derrota francesa na Guerra

18 O título original traz a tese do autor: “World War One: the global revolution”, mais bem explicado que o subtítulo traduzido para “história completa”.

19 O Conselho Executivo da SDN estava previsto para ter cinco membros permanentes: Reino Unido, França, Itália, Japão e Estados Unidos. Os EUA, no entanto, por não terem tido aprovação do Senado daquele país para sua participação deixaram inicialmente desfalcada a quinta vaga permanente, que seria preenchida pela Alemanha em 1926.

Franco-Prussiana em 1870 — e a ampliação dos limites geográficos da pentarquia de poder de um quinteto europeu para o ensaio de quinteto global, que só se concretizaria no pós-Segunda Guerra.

Wilson propunha, como primeiro dos quatorze pontos, que os pactos ou acordos fossem abertos, sacramentando o fim dos acordos secretos. Versalhes não pôs fim a esse tipo de prática, mas tentou institucionalizar as tratativas entre Estados para que se pudesse tornar os processos mais transparentes.²⁰

A livre navegação e a remoção das barreiras econômicas, segundo e terceiro pontos²¹, também seriam pauta ao longo do século XX em esforço por liberalização do comércio e maior incentivo à cooperação, com a ideia de serem esses dois elementos cruciais para que a paz fosse de fato duradoura.

A redução das armas nacionais ao mínimo necessário para defesa como ponto quarto, e os pontos sexto, sétimo, oitavo e décimo-primeiro referiam-se à evacuação de tropas alemãs respectivamente da Rússia, Bélgica, França e dos Bálcãs²². Todos esses pontos foram abordados pelo documento final de Versalhes, no qual o realismo das disputas de balança de poder encontrou espaço nas visões opostas e conflitivas sobrepondo-se ao idealismo²³.

O décimo-quarto ponto de Wilson expressa um dos tripés da resignificação proposta em nosso argumento: a institucionalização da hegemonia compartilhada. Entre os líderes dos Aliados, no entanto, “a reação foi discreta, nenhum pronunciamento oficial sobre o discurso [de Wilson, acerca dos 14 pontos]” (ARARIPE, 2008, 216).

O revanchismo francês era concepção oposta ao idealismo dos quatorze pontos propostos pelo presidente Wilson (CERVO, 1997, p.166), afinal os franceses pretendiam deixar a Alemanha em situação humilhante. A França detinha três fatores a seu favor para impor suas vontades na Paz de Versalhes: era tida como a grande vencedora contra a Alemanha; ao final da Guerra era a principal potência militar; e era também a sede das negociações de paz, em Versalhes (CERVO, 1997, p.167).

Institucionalização da hegemonia compartilhada e revanchismo francês serão, portanto, dois elementos do tripé da resignificação sistêmica, na medida em que ambos trazem mudanças que, se não justificam chamarmos de revolucionário o período, nos permitem agregarmos entendimento aos fatos que irão se desenvolver

20 United States. President Wilson (1913-1921). Address of the President of the United States: delivered at a joint session of the two houses of Congress, January 8, 1918. Washington: [Govt. print. off.], 1918, p. 5. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015074797914>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

21 Idem, pp. 5-6.

22 Idem, p. 6.

23 Texto do Tratado de Versalhes, em inglês, disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0043.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ao longo do período entreguerras²⁴ e consolidar uma nova ordem após 1945²⁵.

O terceiro elemento de nosso argumento quanto à ressignificação sistêmica é o ensaio da transformação da pentarquia do Concerto Europeu em pentarquia global. Os cinco países vencedores da Primeira Guerra Mundial sentaram-se em separado para tratar dos principais aspectos acerca do andamento das negociações de Versalhes. A Alemanha derrotada e o decrépito Império dos Habsburgos deram lugar ao Japão, como representante do mundo asiático, e aos Estados Unidos, que haviam saído da Primeira Guerra como os principais credores de todo o Sistema. Para Edward Hallett Carr (2001, p. 299), os Estados Unidos eram uma “jovem e inexperiente nação, confiante em sua própria força, mas ainda incerta quanto até onde esta força a levará”. A Rússia após a revolução e consequente retirada da Guerra, em março de 1918, deu lugar, temporariamente, à ainda emergente potência italiana.

O próprio andamento dos trabalhos em Versalhes fez da ordem pós-Primeira Guerra um ensaio malfadado, devido ao desequilíbrio entre os três fatores que apontamos na ressignificação para o revanchismo em detrimento do idealismo institucionalista e da reformulação da pentarquia hegemônica.

O Tratado de Versalhes foi elaborado especificamente com o objetivo de “humilhar e arrasar a Alemanha” (ALMEIDA, 1987, p. 13), uma vez que tinha como principais características: a exigência de reparações financeiras que deveriam ser pagas aos países que venceram a Primeira Guerra Mundial; entrega de parte de seu território — diminuindo a população em 10% do que era anteriormente ao conflito — para a Tchecoslováquia; separação de parte do território a nordeste, criando o “corredor polonês” como saída para o mar na nova Polônia; e entrega dos poucos territórios coloniais que a Alemanha possuía — Togo, Camarões e sudeste africano. Foram exigidas ainda a desmilitarização da margem esquerda do rio Reno e a redução do Exército a não mais que cem mil homens, na maioria oficiais de carreira; a quase destruição da Marinha; e a proibição do *Anschluss* — acordo de unificação voluntária entre Áustria e Alemanha (ALMEIDA, 1987, pp. 12-19).

John Maynard Keynes (1883-1946), economista e então jovem integrante

²⁴ É considerado como entreguerras o período que cobre desde o dia 11 de novembro de 1918 — data do armistício assinado pelos alemães em Compiègne — e se estende até o dia 1º de setembro de 1939 — quando a Alemanha invadiu a Polônia provocando declarações de guerra contra o III Reich. Há variações entre essas datas e outras tantas, seja como referência ao término da Primeira Guerra, seja como do início da Segunda Guerra — outros armistícios em relação àquela e guerras até mesmo anteriores ao 1º de setembro de 1939 em relação a esta última, a exemplo da Guerra Sino-Japonesa e Guerra Ítalo-Etiópe. Optamos neste trabalho pelas datas em referência à Alemanha, pois foi este o principal país com quem o Brasil deflagrou Estado de beligerância nas duas Guerras e também foram os descendentes alemães que exigiram maior atenção dos governos brasileiros.

²⁵ No caso do revanchismo entre França e Alemanha com o processo integracionista europeu como solução para o problema.

da comitiva britânica junto às negociações de paz de Versalhes foi crítico dos rumos que o Tratado tomava e publicou sobre as consequências econômicas que a paz de Versalhes traria para o sistema internacional. Nessa obra o autor chamou atenção sobre o que se pretendia fazer com a economia alemã:

O sistema econômico alemão existente antes da guerra dependia de três fatores principais: 1) o comércio ultramarino representado pela sua marinha mercante, suas colônias, seus investimentos estrangeiros, suas exportações, e as ligações dos seus comerciantes com o exterior; 2) a exploração do seu ferro e carvão, e as indústrias baseadas nesses produtos; 3) seu sistema de transporte e suas tarifas. Deles, o primeiro era certamente o mais vulnerável, embora não o menos importante. Ora, o Tratado busca a destruição sistemática de todos os três, mas principalmente dos dois primeiros. (KEYNES, 2002, p. 43).

A preocupação de Keynes (2002) era com os reflexos desastrosos que o Tratado de Versalhes refletiria sobre a economia alemã. O segundo fator destacado por Keynes remete ao território contencioso da Alsácia e Lorena, que havia sido anexado à Alemanha após a Guerra Franco-Prussiana e, agora, em Versalhes, voltava para os franceses. Não à toa a região terá papel importante na criação da comunidade europeia após a Segunda Guerra Mundial.

Outra testemunha ocular da Conferência de Paz de Versalhes foi o então diplomata britânico Harold Nicolson (1886-1968). Seu relato pode ser lido na publicação que foi feita de seus diários em 1933, aqui selecionados alguns trechos reveladores.

Pela porta do fundo surgem dois funcionários do palácio com correntes prateadas. Caminham em fila única. Depois, vêm quatro representantes oficiais da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Itália. Em seguida, isolados e dignos de pena, os dois delegados alemães. Dr. Müller. Dr. Bell. O silêncio é amedrontador. [...]

Subitamente, lá de fora vem o estrondo de canhões disparando uma salva. Anuncia para Paris que o segundo Tratado de Versalhes acaba de ser assinado pelo Dr. Müller e pelo Dr. Bell. [...]

Mais tarde, comemorações no hotel. Champanhe à vontade, às custas do pagador de impostos. Champanhe muito ruim. Depois, vou passear pelos boulevards.

Para a cama, enjoado da vida. (NICOLSON, 2014, pp. 251-253).

No contexto de exigências absurdas nascia, após a Conferência de Paz de Versalhes, a República de Weimar — 1919 a 1933 —, sob pacto firmado entre o dirigente socialista Friedrich Ebert (1871-1925) e o General Wilhelm Gröner (1867-1939), que representava o Exército alemão (ALMEIDA, 1987, pp. 22-50).

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito sangrento — “morreram 8 milhões de soldados, 9 milhões de civis e, posteriormente, mais 6 milhões devido à Gripe” (VISENTINI, 2014, p. 89) — que consumiu as vidas de grande quantidade dos jovens europeus, o que produziu uma geração com dois tipos

de pessoas. O primeiro grupo havia servido como *Frontsoldat*, presenciara nas linhas de frente os horrores da Guerra, saindo dela com frieza e desprezo por aqueles que não passaram pela mesma situação.

O segundo grupo de pessoas que passaram pelos horrores da Guerra foi daqueles que não aceitavam outra situação de guerra em hipótese alguma. Esse grupo era igualmente perigoso, uma vez que exigiam situação de inércia por parte de seus governos diante da onda fascista que crescia à volta, mas que era propositadamente ignorada. Isto se dava fundamentalmente nos países democráticos, onde a força dos eleitores fazia pressão sobre os governos no sentido de não mais tolerar guerras (HOBSBAWM, 1995, p. 34).

O primeiro presidente da República de Weimar foi eleito, Friedrich Ebert, e instaurou-se então o regime parlamentar, federalista e democrático na Alemanha. A República era apoiada pelo forte Partido Social Democrático (SPD) e pela burguesia que enriqueceu com a nova situação que caracterizou todo o período entreguerras. A opinião pública odiava os termos em que foi assinado o Tratado de Versalhes, conhecido pelos alemães como *Diktat*, e odiava também os novos ricos que se aproveitavam da situação degradante (ALMEIDA, 1990, p. 13).

Os Estados Unidos elaboraram um plano de reconstrução do mercado alemão chamado de Plano Dawes. Esse plano amarrava a economia alemã à bolsa de valores de Nova York, o que enriqueceu muita gente e favoreceu aos especuladores, alvos do descontentamento da população faminta e desesperada frente ao desemprego crescente (RAPOPORT; BRENTA, 2011, pp. 278-282).

A República de Weimar ia, desta forma, sendo caracterizada por anos depressivos de altos e baixos na economia, que culminaram na quebradeira de 1929. O Plano Dawes passou a ser péssima investida, por ter gerado com a quebra da Bolsa situação tal que os níveis de desemprego atingiam os mais altos índices, e a simples compra de um litro de leite só se fazia com sacolas cheias de dinheiro.

Foi nesse contexto também que a Alemanha floresceu nas artes, e brilhou em diversos campos, seja na arquitetura com o movimento *Bauhaus*; na literatura com Erwin Piscator (1893-1966), Bertolt Brecht (1898-1956), Thomas Mann (1875-1955); na filosofia de Martin Heidegger (1889-1976), Walter Benjamin (1892-1940); e na física com Albert Einstein (1879-1955). São apenas alguns exemplos de mentes fantásticas que foram produto desse período depressivo, em que o cinema alemão apresentava o *Expressionismo*. Berlim era a metrópole que se apresentava como centro efervescente da intelectualidade, e 18% da população de Weimar entre os anos 1920 e 1933 era formada por estudantes (AZEVEDO, 1999, p. 389).

Nesses tempos depressivos, nos quais a “vanguarda centro-europeia [...] raramente expressou esperança, embora seus membros politicamente revolucionários estivessem comprometidos com uma visão positiva do futuro, por

convicções ideológicas” (HOBSBAWM, 1995, pp. 187-188), a propaganda do Partido Nacional-Socialista — que em alemão se chamava *Nationalsozialismus* (NSDAP), abreviado como Nazi — vendia a imagem do grande líder, do *Führer*, como um pai para os alemães.

Nos últimos anos da República de Weimar, existiam três grupos tentando se dirigir ao poder: os movimentos da extrema-direita conservadora; os comunistas apoiados pelos sindicatos que ficaram enfraquecidos com o alto nível de desemprego; e os liberais, burgueses e socialdemocratas, que vinham tentando assegurar a sobrevivência da República.

Os comunistas acreditavam que um “governo fascista significaria assim uma espécie de antecâmara do socialismo [...] que pondo face a face comunistas e nazistas, permitiria a marcha inexorável do proletariado à vitória final” (ALMEIDA, 1987, p. 107). O Partido Comunista Alemão (KPD), assim, acreditava que o inimigo maior era representado pela social-democracia (SPD) (ALMEIDA, 1987, pp. 100-116).

Desta forma, foram diversos os fatores que levaram os nazistas ao poder e fizeram com que a República de Weimar fosse um fracasso: sucessivas crises financeiras; instabilidade política; disputa interna entre os comunistas e a burguesia liberal. Ainda correndo por fora, existia o fato de o Exército alemão, com grande número de oficiais prussianos, se envolvia cada vez mais nas questões políticas (EVANS, 2016b, pp. 20-36; ALMEIDA, 1987, p. 114).

Em 30 de janeiro de 1933 Adolf Hitler (1889-1945) era nomeado pelo então presidente Paul von Hindenburg (1847-1934) como Primeiro-Ministro alemão e o Partido Nacional-Socialista do Trabalhador Alemão, ou simplesmente Partido Nazista (NSDAP), chegava à Chancelaria (GARCIA, 2017, p. 184). Hitler tinha o apoio dos industriais — talvez eles esperassem a revitalização do parque industrial, com provável produção em massa de armamentos — e a admiração dos oficiais do Exército, membros da aristocracia prussiana e que não viam melhor oportunidade para acabar com o Tratado de Versalhes (DRUMOND, 2017). Na noite de 27 de fevereiro houve grande incêndio no *Reichstag* — o parlamento alemão — e o partido comunista foi imediatamente acusado de tal fato (EVANS, 2016a, pp. 402-426).

Hitler acabou com o movimento operário, proibiu os sindicatos e mandou fechar todos os partidos, que passaram a existir na clandestinidade, com exceção, claro, do Partido Nazista. Estava encaminhada a Segunda Guerra Mundial. As primeiras atitudes de Adolf Hitler foram direcionadas contra o Tratado de Versalhes, cuja humilhação da assinatura ele havia presenciado como soldado, na rendição da Primeira Guerra (GUTERMAN, 2013, p. 178). Os primeiros passos para a Segunda Guerra se deram então com o cancelamento das reparações oriundas da Primeira Guerra, a anexação da Tchecoslováquia, do corredor

polonês e a retomada do *Anschluss*, que unificava a Áustria à Alemanha, o que estava proibido por Versalhes (TOTA, 2006, pp. 363-371). Nenhum desses movimentos, no entanto, tirou as democracias europeias de sua inércia, e a Segunda Guerra só viria a ser declarada quando já fosse tarde demais para muitos países.

1.5 Ideologia e Guerra

A Segunda Guerra Mundial confirmou as piores previsões que se podia fazer a partir do Tratado de Versalhes, em 1919, e do crescimento de regimes totalitários, a partir dos anos 1930. O totalitarismo foi marca do período e elemento de choque entres as ideologias políticas na Europa do período entreguerras.

1.5.1 O totalitarismo

Dentre os elementos ideológicos que caracterizaram os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, quanto a aspectos conceituais, não poderíamos deixar de tratar do conceito de totalitarismo. Sobre o tema, consideramos Hannah Arendt como a principal referência, pois ela teve experiência pessoal com os fatos atinentes ao período e produziu *Origens do Totalitarismo* (1989), um tratado filosófico sobre o assunto.

O fenômeno aparece contextualizado em conflitos, nos quais a face do terror se mostra integralmente. Segundo Robert Orr, a palavra aparece pela primeira vez nos discursos de Benito Mussolini (1883-1945), por volta de 1925 na Itália fascista (1999, p. 115). O termo se referia a um Estado totalitário, que abarcasse a sociedade em todos os sentidos e tinha a princípio conotação positiva. O totalitarismo caracterizou o regime fascista de Benito Mussolini, o nacional-socialismo — nazismo — de Hitler e também foi característica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sob Josef Stalin (1878-1953).

O totalitarismo tem algumas características bem definidas: como transformar, por exemplo, as sociedades em massas, e aqui Hannah Arendt (1989) chama a atenção para o fato de os governos totalitários transformarem todos os homens em “Um-Só-Homem” (ARENDR, 1989, p. 519), isto é, o totalitarismo faz com que os indivíduos percam sua identidade e se transformem em massa monolítica. De maneira oportuna, direcionou-se àquelas pessoas que se tornaram indiferentes à política devido ao abandono, que muitas vezes é propositado pelos outros partidos — como aconteceu com os pobres da República de Weimar —, sendo facilmente conduzidas à condição de massa. É “uma ideologia elaborada, isto é, uma doutrina oficialmente prescrita que tem algo a dizer sobre todos os aspectos práticos da vida [...]” (ORR, 1999, p. 118).

Regimes totalitários transformaram as pessoas em massas e os exércitos em

polícia, e a política externa desses regimes foi invariavelmente de busca pela dominação e expansão territorial. O isolamento do indivíduo, que vinha inserido na conjuntura histórica que propiciou tal situação, foi muito além da esfera de atuação pública do mesmo. O Estado adentrou a vida privada das pessoas. A solidão desse indivíduo não significava apenas estar só, mas sentir-se dessa forma em meio a muitos outros, inclusive junto a familiares. Foi a perda da individualidade que criou ambiente onde se perdeu a confiança no pensamento crítico (MROS, 2006).

O isolamento acabou por se tornar insuportável na medida em que o trabalho é fração fundamental da vida das pessoas. Pois é no trabalho que o totalitarismo começou sua dominação, passando em seguida a todos os laços sociais, visando destruí-los. Um sujeito que estivesse vivendo em regime totalitário trabalhava pelo único motivo de se manter vivo, e aqui destaca-se a ironia da frase nazista que se localizava nos portões de entrada para os campos de concentração: *Arbeit macht Frei*²⁶.

Esse isolamento alimentava aquilo que veio a ser a essência do totalitarismo, o terror (EVANS, 2016a, pp. 381-401). Terror esse que teve facilidade em se estabelecer em sociedades que desde a revolução industrial vinham tendo ligação com a superficialidade do capitalismo liberal noventino. Havia a perda de percepção que o indivíduo tinha nele próprio (PAYNE, 1995).

O fascismo pode ser definido como uma forma de ultranacionalismo revolucionário, para o renascimento nacional baseado numa filosofia essencialmente vitalista, estruturada em elitismo extremo, mobilização de massas e o *Führerprinzip*; valoriza positivamente a violência como um fim e também como meio para normatizar a guerra e / ou as virtudes militares (PAYNE, 1995, p. 15).²⁷

A polícia exercia, dessa forma, controle terrorista das atividades privadas, impedindo qualquer ato de autonomia mesmo que este fosse um simples ato de lazer. A juventude hitlerista foi exemplo de movimento criado para minar as relações familiares, originando situações em que um pai fosse delatado pelo próprio filho. Exigia-se total apoio à causa, total apoio ao partido, total apoio ao Estado.²⁸

O partido no regime totalitário é único, os demais partidos são fechados, e passam a viver na clandestinidade todos os agentes que esboçavam alguma oposição (KERSHAW, 2016, pp. 202 e 227). “A propaganda nazista ligava a demonização

26 Do alemão: “o trabalho liberta”.

27 [Tradução nossa]. No original em inglês: “fascism may be defined as a form of revolutionary ultranationalism for national rebirth that is based on a primarily vitalist philosophy, is structured on extreme elitism, mass mobilization, and the *Führerprinzip*, positively values violence as end as well as means and tends to normatize war and/ or the military virtues”.

28 Sobre esse assunto Bertolt Brecht publicou peça teatral chamada “Terror e Miséria no Terceiro Reich”, na qual em uma de suas cenas, “O espião”, os pais ficam preocupados com a saída do filho, sem dizer aonde ia, e deduzem que ele talvez tenha ido denunciá-los. A cena é tensa, causa incômodo em quem a lê, até quando chega ao final e o filho reaparece dizendo que tinha ido apenas comprar doces (MROS, 2006).

dos inimigos políticos e raciais a um apelo emocional extraordinariamente poderoso, ainda que formulado de maneira vaga, à regeneração e à unidade da nação” (KERSHAW, 2016, p. 223). Nas situações em que o terror era estabelecido não havia necessidade da máquina da propaganda. A violência era institucionalizada.

A única característica da relação fascista com a violência foi a avaliação teórica de muitos movimentos fascistas de que a violência possuía um certo valor positivo e terapêutico em si mesmo, uma certa quantidade de luta violenta contínua, nos moldes do Sorelianismo e do Darwinismo Social Extremo, seria necessária para a saúde da sociedade nacional (PAYNE, 1995, p. 11).²⁹

As teorias e o conhecimento científico nesses regimes foram utilizadas de forma a legitimar as atitudes do Estado, sem preocupação com a veracidade dos fatos. Os nazistas fizeram uso da teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882) para justificar seus crimes: “A teoria da evolução [...] e a noção de sobrevivência dos mais preparados, foi rápida e injustificadamente transferida para a ordem social e internacional” (MACRIDIS, 1982, p. 204).

São duas as características mais comuns aos governos totalitários: a influência em todos os aspectos da vida privada, por isso Hayek (1999) afirmou ser o totalitarismo o oposto do liberalismo e não da democracia³⁰, e sua centralização na figura de um ditador ou líder.

1.5.2 A Guerra

No início do conflito Hitler tinha cinco grandes objetivos (SARAIVA, 1997, p. 209-211) em sua Guerra Total³¹, com vistas à submissão absoluta de seus adversários (TOTA, 2006, p. 355-357). Primeiramente, buscou reduzir os espaços de influência da França, o que de fato deixou a Segunda Guerra com características mais europeias, distantes ainda do que viria a ser em pouco tempo, uma guerra verdadeiramente mundial (MASSON, 2014, p. 13; SARAIVA, 1997, p. 207).

29 [Tradução nossa]. No original em inglês: “The only unique feature of the fascist relationship to violence was the theoretical evaluation by many fascist movements that violence possessed a certain positive and therapeutic value in and of itself, that a certain amount of continuing violent struggle, along the lines of Sorelianism and extreme Social Darwinism, was necessary for the health of national society”.

30 Para Hayek (1999) o totalitarismo é a antítese do liberalismo, enquanto a oposição da democracia seria o autoritarismo.

31 Nos últimos duzentos o conceito de guerra tem se tornado diferente daquele que se conhecia até meados do século XIX. Há certo consenso na historiografia de que a guerra, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, tem sido um conflito lutado entre as nações mais do que entre os exércitos. Nessa percepção do conceito, a Guerra Total surge com o crescimento dos nacionalismos, os impactos demográficos gerados pelas novas tecnologias, e, também, pelos fatores ideológicos — que tornaram os militares um grupo de interesse — próprios do totalitarismo (EVANS; NEWNHAM, 1998, pp. 536-537). Guerra Total é, por assim dizer, um evento que não poupa civis das perdas e das tragédias intrínsecas ao conflito.

O segundo objetivo foi buscar aliança com o Reino Unido, ou, ao menos sua neutralidade quanto às ações do *Führer*. Hitler tinha em mente a conquista da Europa Oriental, com ambição de subjugar a URSS, operação à qual chamou de *Barbarossa* em alusão a Frederico I, que reinou em antigo Império Germânico do século XII (TOTA, 2006, pp. 367-373).

Hitler tinha como objetivo terceiro conquistar parte da África — quanto fosse mais uma ambição material, e não uma cobiça colonial como afirmado em Saraiva (1997, p. 209). O espaço vital que Hitler buscava para a sua Alemanha era a Europa (KERSHAW, 2016, p. 297) —, uma vez que precisava de matéria-prima para recuperar a indústria bastante prejudicada com o Tratado de Versalhes. Para essa meta buscou, mais uma vez, acordo com os britânicos e preparou seu parque industrial para o que tinha por inevitável, seu quarto objetivo, enfrentar os Estados Unidos (SARAIVA, 1997, pp. 209-211).

A meta de Adolf Hitler se completaria, em seu quinto objetivo, ao “partilhar o mundo com os japoneses”, nação escolhida pelo *Führer* para representar interesses da Alemanha na Ásia (SARAIVA, 1997, p. 209). Foram objetivos diversos e não planejados ao mesmo tempo, mantendo sempre a linha mestra da política externa tradicional alemã de expansão para o oriente (SARAIVA, 1997, p. 209).

O problema-chave do início da Guerra era o conflito ocidental, pois como visto, o foco central estava no Oriente e a abertura de dois flancos não era o cenário desejado pelo III Reich (MASSON, 2014, p. 23). “Na frente ocidental, isto é, na fronteira da Alemanha com a França, praticamente não havia atividades militares”. Logo o quadro mudou e a França chegou a ser ocupada pelas forças nazistas, com ações de humilhação ao governo de Paris em referência ao velho revanchismo que vinha desde a década de 1870. A mudança desse quadro, com os desembarques na Normandia em junho de 1944, juntamente com as derrotas nazistas na Europa Oriental (MASSON, 2014, pp. 556-557), que vinham ocorrendo desde 1943, aceleraram o final da Guerra.

Foi a partir de 1942 que os alemães e as forças de coalisão do Eixo — além da Alemanha, também a Itália e Japão — começaram a acumular derrotas e a Segunda Guerra Mundial começou a ter uma mudança clara de rumos. Após os ataques japoneses a uma base norte-americana em Pearl Harbor, no Havaí, em 8 de dezembro de 1941, os EUA entraram no conflito, ampliando os teatros de guerra para uma escala global (MASSON, 2014, pp. 515-527).

A entrada dos norte-americanos no conflito não foi fácil para o mandatário da Casa Branca, Franklin D. Roosevelt (1882-1945). Foi preciso que o presidente dos EUA quebrasse a tradicional postura isolacionista de seu país tanto na opinião pública quanto no Congresso (KISSINGER, 2007, pp. 321-342).

A entrada da América na guerra marcou o culminar de um investimento diplomático extraordinário de um governante grandioso e ousado. Em menos de três anos Roosevelt conduziu o seu povo lealmente isolacionista a uma guerra mundial. Em maio de 1940, 64% os americanos tinham considerado a preservação da paz mais importante do que a derrota dos nazis. Dezoito meses mais tarde, em dezembro de 1941, mesmo antes do ataque a Pearl Harbor, as proporções tinham sido invertidas — somente 32% preferiam a paz a um triunfo preventivo (KISSINGER, 2007, p. 341).

O mês de abril de 1945 foi emblemático por ter marcado a morte de três lideranças importantes na Segunda Guerra Mundial: o presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt faleceu em 12 de abril, sendo sucedido por Harry Truman (1884-1972); o Duce italiano Benito Mussolini foi morto em 28 de abril; e, por fim, o Führer alemão Adolf Hitler cometeu suicídio em 30 de abril de 1945.

A Guerra ainda duraria até a rendição do Japão em 15 de agosto de 1945, após duas bombas atômicas lançadas pelos EUA nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto, respectivamente, e a invasão da Manchúria por parte dos soviéticos, entre os dias 9 e 20 de agosto de 1945, libertando os chineses das tropas japonesas.

1.6 As conferências ressignificadoras

No lastro do final da Guerra ocorreram importantes conferências que trataram do redesenho geopolítico da ordem Internacional que vigoraria a partir de 1945.

Diferentemente do final da Primeira Guerra Mundial, quando houve uma grande conferência a se destacar — a Conferência de Versalhes —, o pós-Segunda Guerra foi mais debatido pelas potências envolvidas no conflito, antes mesmo de a Guerra acabar.

Ainda em 1941, em setembro, o líder da URSS, Josef Stalin, aproveitou a visita do ministro do Foreign Office britânico, Anthony Eden (1897-1977), para propor tratados de cooperação e reordenamento da Europa no pós-Guerra. Posteriormente, em 1942, Winston Churchill (1874-1965), então Primeiro-Ministro do Reino Unido, mencionou com Stalin a intenção de se criar uma organização internacional para reordenar o mundo pós-Guerra, liderada pelos três aliados: Reino Unido, EUA e URSS (WAACK, 2008, pp. 269-270).

A primeira dessas importantes Conferências foi a de Teerã, na capital do Irã, ocorrida em quatro dias entre 28 de novembro e 01 de dezembro de 1943. Originalmente, Teerã receberia uma reunião bilateral entre EUA e URSS, mas já desde outubro, nas reuniões preparatórias dos corpos diplomáticos em Moscou, o Reino Unido foi envolvido (ROBERTS, 2007, p. 8).

Dentre as razões para a escolha de Teerã estava o fato de aquela cidade ter sido recentemente desocupada por tropas britânicas e soviéticas que haviam

invadido o país para evitar um Estado aliado ao Eixo nazi-fascista na Guerra. Ademais, Stalin estava preocupado em manter-se conectado por telefone e telégrafo a Moscou em meio às dificuldades das batalhas contra os alemães em solo russo (WAACK, 2008, p. 271; ROBERTS, 2007, p. 11).

Neste tema, Roberts (2007, p. 7) chama atenção para as diferenças nas fontes documentais que ele cruzou e comparou entre relatórios anglo-americanos e relatórios soviéticos. Stalin parecia ter um grande objetivo durante a Conferência de Teerã, exigir dos norte-americanos e dos britânicos a abertura de uma frente de batalha ocidental na França para diminuir as dificuldades que a URSS vinha enfrentando em seu território contra os alemães (WAACK, 2008, p. 273; ROBERTS, 2007, p. 8). Os EUA e o Reino Unido haviam apresentado, conforme as fontes analisadas em Roberts (2007, p. 8), diversos outros pontos de discussão, dentre eles a fronteira na Polônia e o desmembramento da Alemanha após a Guerra.

Entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, em Yalta, na região da Crimeia, ocorreu o novo encontro dos três grandes aliados: EUA, URSS e Reino Unido. Em Yalta, a ênfase dada nas discussões entre Roosevelt, Stalin e Churchill foi mais direta nos acordos para uma nova ordem internacional no pós-Segunda Guerra. Tratou-se de uma prévia divisão de esferas de influência da Europa entre as três potências — “[p]ara o ditador soviético, nada mais natural que Grécia, Espanha e Portugal permanecessem na esfera de influência dos países ocidentais e que a Europa do Leste pertencesse à esfera soviética” (WAACK, 2008, p. 276).

Para Roosevelt, eram dois os pontos principais a serem tratados, um relacionado com o andamento da Guerra e outro com a necessidade de se tratar da criação de uma organização internacional que pudesse superar os erros da Liga das Nações, criada em 1919 e ainda em vigor até 1946. “A dinâmica da conferência foi determinada pelo fato de que o acordo poderia ser feito sobre duas questões que diziam respeito principalmente aos americanos: as Nações Unidas e a entrada na guerra da URSS contra o Japão”³² (SOUTOU, 2001, p. 80). Somente em agosto daquele ano os soviéticos iriam entrar em guerra contra o Japão ao invadirem a Manchúria, na China, no final do conflito como já mencionamos.

A Conferência de Potsdam, nos arredores de Berlim, já ocorreu no final da Guerra entre o dia 17 de julho e 2 de agosto. Foram duas semanas de duração, bem mais que os quatro dias de Teerã e a semana de Yalta. Um dos motivos, destacado por Roberts (2007, p. 28), foi a interrupção da Conferência no final de julho para que Churchill pudesse retornar a Londres por ocasião das eleições. O seu partido perdeu e ele jamais voltou a Potsdam.

Outro motivo para a longa duração dessa Conferência diz respeito ao

32 [Tradução nossa]. No original em francês: «La dynamique de la conférence était déterminée par le fait que l'accord put se faire sur deux questions que intéressaient au premier chef les Américains: l'Organisation des Nations Unies et l'entrée en guerre de l'URSS contre le Japon».

número e variedade de assuntos tratados, com foco em objetivos bastante mais específicos que em Teerã e Yalta, tais como: o futuro da Alemanha; tratados de Paz; revisão da Convenção de Montreal de acesso ao Mar Negro; formação de tutela curadora dos territórios das ex-colônias do governo italiano; e os procedimentos a serem adotados na relação entre as grandes potências (ROBERTS, 2007, p. 29).

Potsdam foi também a saída de cena de dois importantes personagens do trio que vinha até então negociando o Pós-Guerra. Com o falecimento do presidente Franklin D. Roosevelt, em abril, o governo dos EUA teve de rapidamente dar posse ao seu vice, Harry S. Truman. Truman teria dificuldades para substituir Roosevelt nas negociações internacionais porquanto o ex-presidente não dividia, nem com ele, nem com os assessores, as questões mais estratégicas em que vinha trabalhando (SCHLESINGER, 2004, pp. 10-11; KISSINGER, 2007, p. 371). No governo britânico a substituição foi do derrotado nas eleições, Winston Churchill, pelo novo premiê do Reino Unido, Clement Attlee (1883-1967).

Foi a partir de Potsdam que a França ganhou importância entre as potências, com a intenção de o General Charles De Gaulle (1890-1970) fazer oposição ao ressurgimento da Alemanha forte que esteve envolvida nas duas Guerras Mundiais. De Gaulle insistiu, com apoio de Stalin, em reparações econômicas pesadas contra os alemães (WAACK, 2008, p. 288).

Em Potsdam foi decidida — conforme já se vinha discutindo desde a Conferência de Yalta — a divisão do território alemão e do território austríaco em quatro partes, assim como as capitais Berlim e Viena foram também divididas entre os quatro países que fariam a administração desses espaços: Reino Unido, Estados Unidos, França e URSS³³.

Anulação das anexações alemãs feitas desde 1937 até o fim da Guerra, desmilitarização do país, reestruturação dos sistemas judicial e educacional, eliminação dos símbolos e elementos nazistas e, por fim, estabelecimento da fronteira do território alemão com a Polônia, foram alguns pontos decididos em Potsdam (WAACK, 2008).

A readequação do sistema internacional no pós-Segunda Guerra passou não apenas pelos fatores geopolíticos de Teerã, Yalta e Potsdam, mas também, e tão importante quanto, pela reestruturação do sistema financeiro. Entendemos que os caminhos adotados por Moscou e Washington na construção de uma dinâmica sistêmico-financeira — centrípeta, no caso da primeira, com sustentação a partir dos Estados satélites soviéticos para o centro; e centrífuga, desde Washington, emanada em normas institucionalizadas para o maior número possível de países capitalistas — foram realizados entre o final da Segunda Guerra

33 The Editors of Encyclopaedia Britannica. Potsdam Conference. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Potsdam-Conference>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Mundial e os primeiros anos da Guerra Fria.

Dentro da proposta norte-americana, capitalista, à qual nos atemos por ser aquela em que o Brasil se inseriu, a conferência mais importante ocorreu em 1944, antes do final da Guerra. Os Estados Aliados se reuniram em uma cidade no interior do estado de New Hampshire, nos EUA, para tratar de uma nova ordem econômica internacional que viria a se estabelecer no pós-Guerra. Era a Conferência de Breton Woods, onde setecentos e trinta delegados, de quarenta e quatro nações, encontraram-se no Hotel Mount Washington. Na ocasião foram criados o Banco Mundial, ou Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de ter-se assinado o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (*General Agreement on Tariffs and Trade* — GATT) (SCHWARTZ, 2008, pp. 241-267).

A criação dessas instituições e os debates em torno da elaboração de um sistema de regras para regular as relações econômicas internacionais se baseou no “fundamento do consenso de Breton Woods [na] crença no capitalismo liberal, ainda que à custa de fortes intervenções de governos e bancos centrais para salvaguardar a estabilidade e sustentabilidade dos mercados, sob a liderança dos Estados Unidos” (SCHWARTZ, 2008, p. 243).

Nos primeiros anos após a Segunda Guerra a expansão da influência dos EUA atingia diversos pontos do mundo, como Ásia e África, o que o norueguês Lundestad (1986) chamou de *empire by invitation*, ou seja, um grande arranjo sistêmico de participação por adesão. Essa reflexão corrobora com a ideia de um quadro centrífugo que mencionamos acima, e será importante para compreender como o Brasil tratou de sua inserção internacional por meio das instituições que ressignificaram o sistema internacional a partir de meados dos anos 1940. Britânicos e norte-americanos trabalharam em parceria para construção de um sistema econômico baseado em princípios de multilateralismo liberal, onde, em Breton Woods, debateram a partir de uma percepção clara da relação entre o *laissez-faire* e o intervencionismo (IKENBERRY, 1992, pp. 289 e 294).

O cenário internacional habilmente desenhado pelas principais potências no pós-Segunda Guerra teve nas instituições econômicas de Breton Woods e na criação da ONU — por meio da conferência de São Francisco, em 1945 — os pilares da nova ordem internacional (SCHLESINGER, 2004). Para inserirmos o Brasil nessa equação, é preciso consolidar o entendimento que temos sobre a ressignificação sistêmica ocorrida.

1.7 Uma releitura acerca da ordem internacional

Conquanto haja certo consenso sobre as características históricas da ordem pós-Segunda Guerra como sendo de rompimento radical com as heranças da

balança de poder do século XIX (SARAIVA, 1997, p. 207), argumentamos que de fato o que ocorreu foi a ressignificação da ordem a partir de dois fatores principais: solução do revanchismo franco-germânico por meio do processo de integração europeu; institucionalização e redimensionamento da hegemonia compartilhada.

O processo de integração europeu inaugurado a partir da CECA, embrião da Comunidade Europeia, em 1950, objetivou colocar fim ao histórico ressentimento que fora sendo reificado desde 1871 até a invasão dos nazistas a Paris. A semente da integração europeia fora lançada por meio de acordo de exploração do carvão e do aço na região que teve o principal contencioso territorial entre Alemanha e França, a Alsácia e Lorena. Os seis países que iniciaram esse processo, hoje composto de 27 membros, eram a França, a Alemanha, a Itália e o pequeno grupo de países conhecido por BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

O ponto mais importante de nosso argumento, entretanto, trata da institucionalização e redimensionamento da hegemonia compartilhada. Entendemos que se manteve uma balança de poder em forma de pentarquia com cinco potências regentes do sistema internacional por meio do poder de veto que essas potências dispõem no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). As cinco nações — antes, no século XIX, exclusivamente europeias — se tornaram a partir dos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial uma pentarquia global, ao substituírem as velhas Prússia — depois de 1871, a Alemanha unificada — e Áustria — Império Austro-Húngaro de 1867 a 1918 — pelos Estados Unidos, que havia ensaiado essa tomada de assento na SDN, e a China, representante asiática no lugar do Japão, admitido no ensaio de Versalhes, em 1919. A Grã-Bretanha e a França, tidas como potências enfraquecidas após a Segunda Guerra, e a Rússia, agora URSS, mantiveram seus assentos e passaram a compartilhar o poder por meio das resoluções do CSNU.

Por certo não temos a ingenuidade de tratar essa pentarquia como semelhante em equilíbrio ao que ocorrera no século XIX, no entanto, mesmo no Concerto Europeu, a hegemonia compartilhada não era, de fato, assim tão equilibrada.

Nesse sentido, em nossa proposta de interpretação, a partir do conceito de ressignificação em lugar de ruptura, entendemos o espectro ressignificador como tendo dois fatores indissociáveis, a institucionalização da hegemonia compartilhada, no caso do CSNU, e o redimensionamento do poder, que relativiza as posições e os papéis das potências, o que acomodou a questão chinesa³⁴ e o conceito de superpotências para EUA e URSS no contexto da Guerra Fria.

³⁴ Ocupação do assento a partir de 1949, após a Guerra Civil da China, pelo governo nacionalista de Chiang Kai-Shek (1887-1975) até 1971, posteriormente ocupado pelo governo comunista da República Popular da China.

CAPÍTULO 2

O TEMPO HISTÓRICO DO BRASIL SOB ASPECTOS POLÍTICOS E MILITARES DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO

“[...] all those moments will be lost in time like tears in rain”.
Rutger Hauer, no papel do replicante Roy Batty, em monólogo final
do filme *Blade Runner* (1982).

2.1 Duas Guerras a um só tempo

Em meio à ressignificação sistêmica ocorrida entre o Concerto Europeu do século XIX e a consolidação de um modelo global, as duas Guerras Mundiais pertencentes a esse processo histórico envolveram também os países mais periféricos. O Brasil, com vinte e cinco anos de República, foi aos poucos sendo atingido, em um primeiro momento pela sombra do primeiro conflito, para depois, após tímida — em comparação aos demais envolvidos — participação em 1917 e 1918, ter uma força expedicionária de 25 mil combatentes na Segunda Guerra Mundial. É bastante usual a historiografia no Brasil desenvolver periodização, mais ou menos consensual, de ruptura entre a cognominada República Velha — de 1889 a 1930 — e a chamada Era Vargas — de 1930 a 1945³⁵³⁶. As

35 Os exemplos dessa assertiva são muitos: “**História geral da civilização brasileira**” (FAUSTO; CARDOSO, 2006; FAUSTO; PINHEIRO, 2006; FAUSTO; GOMES, 2007; FAUSTO; PIERUCCI, 2007), “**História geral do Brasil**” (LINHARES, 2016), “**História da política exterior do Brasil**” (CERVO; BUENO, 2011), “**A política internacional do Brasil e suas fases**” (VISENTINI, 2007). Curiosamente, é um brasilianista norte-americano quem coloca a participação brasileira nas duas Guerras em um mesmo capítulo, em “**Brazil: five centuries of change**” (SKIDMORE, 1999, pp. 93-125), ainda que essa abordagem não represente aprofundamento da relação entre um evento e outro para o papel do Brasil na ressignificação sistêmica tal como defendemos.

36 Sobre a Era Vargas, vamos evitar utilizar o termo. Em evento no Instituto Rio Branco, em Brasília, sobre a historiografia da política externa brasileira, em 2018, o Prof. Dr. Fábio Koifman, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), chamou atenção para a utilização acrítica desse termo, uma vez que tanto críticos quanto adeptos das realizações do primeiro governo Vargas, de 1930 a 1945, fazem uso do que ele chamou de *eravarguismo*, sem distinção e sem maiores ponderações. Segundo o Prof. Koifman, essa observação crítica foi sistematicamente apontada durante aulas de graduação e pós-graduação em História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Prof. Dr. Orlando de Barros. Nesse sentido, conquanto tenhamos utilizado o termo em trabalhos

participações do Brasil nas duas Guerras Mundiais, portanto, são vistas como dois eventos de dois períodos distintos na história do país. Talvez isso explique em parte a escassez de estudos sobre os dois eventos em conjunto.

Entendemos, no entanto, que o envolvimento brasileiro nas duas Guerras Mundiais é um mesmo processo histórico, contínuo, marcado por duas dimensões bem definidas, onde: no âmbito interno há o fortalecimento da identidade nacional republicana por meio de imaginário simbólico-social; e no âmbito externo os governos brasileiros se pautaram pela inserção internacional possível em busca de desenvolvimento econômico e acesso aos debates acerca da ordem mundial em transição.

A ideia de tratar as duas Guerras Mundiais como fenômeno contínuo tem precedente na obra de Ian Kershaw (2016), historiador britânico que se propôs a compreender a situação da Europa no período de 1914 a 1949 abordando as Guerras Mundiais como um grande conflito com o intervalo de 21 anos — de novembro de 1918 a setembro de 1939. “É muito tentador pensar no século XX da Europa como um século de dois tempos completamente diferentes”, admite Kershaw (2016, p. 18), até porque

os trinta anos durante os quais a Europa pareceu empenhada na autodestruição foram tão desastrosos e caracterizados por rupturas tão imensas que dificilmente se conseguiria imaginar uma continuidade dos sistemas de valores socioeconômicos e das tendências do desenvolvimento cultural no longo prazo (KERSHAW, 2016, p.413).

As “transições silenciosas” (KERSHAW, 2016, pp. 413-471) ao longo dos anos das Guerras Mundiais oferecem ao historiador um panorama da mudança sistêmica, verificável por meio da análise de elementos objetivos, tais como: economia; população; impacto social da Guerra Total; relação da Igreja com o Estado; e o papel dos intelectuais. Esses elementos, todavia, demonstram a não ruptura entre os dois conflitos e revelam, ainda, “continuidades e transições que deixariam uma marca importante no mundo do pós-guerra” (KERSHAW, 2016, p. 414).

A nosso entender, conquanto sob viés de outros elementos de análise — identificados previamente nas páginas de introdução³⁷ —, semelhante raciocínio é aplicável ao envolvimento do Brasil nas Guerras que se iniciaram europeias e se expandiram até países antes sistemicamente marginais.

anteriores, doravante trataremos sempre o período de 1930 a 1945 como primeiro governo Vargas, com devidas identificações, quando se fazem necessárias, dos períodos provisório — 1930 a 1934 —, constitucional — 1934 a 1937 — e autoritário, mais conhecido por Estado Novo — 1937 a 1945.

37 Para recordar, elencamos as seguintes variáveis: os ataques aos navios brasileiros e o bloqueio naval; o inimigo simbólico construído sobre a figura dos imigrantes alemães e seus descendentes; a relação geopolítica com o entorno; as Guerras no sentido estrito e a ressignificação do sistema internacional no sentido mais amplo.

Neste capítulo, abordaremos, a título de contextualização, um panorama interno do país sob aspectos políticos e militares desde os primeiros anos da República — a partir de 1889 — até o final do primeiro governo Vargas em 1945, sob leitura conceitual do tempo histórico. Por certo não se pretende aqui esgotar o tema nem os aspectos relacionados a ele, mas sim tratar de alguns pontos pertinentes ao raciocínio que estamos propondo.

Trata-se de leitura não apenas diacrônica, lembrando que Koselleck (2006, pp. 104, 106 e 114) clama por precisão metodológica em se tratando de conceitos — e conceitos são fundamentais na análise das variáveis que elencamos —, por ser esse tipo de abordagem de espaço e tempo, em conjunto, parte da perspectiva sincrônica. Dessa forma, a análise aqui exposta, de momento específico, conceitual e sincrônico, do Brasil ao longo do tempo cronológico que envolve os trinta e um anos entre 1914 e 1945 — início da primeira e fim da segunda das Guerras Mundiais —, nos remete ao tema das periodizações.

2.2 Uma leitura do tempo

Esse fatiamento fictício do tempo possibilita, concomitantemente, uma forma didática de lidar com a narrativa que se constrói, e, também, um olhar mais preciso sobre o objeto investigado, em clara relação do historiador com o tempo de seu objeto. “O historiador precisa dominar o tempo, [...], e na medida em que esse tempo muda, a periodização se torna, para o historiador, uma ferramenta indispensável” (LE GOFF, 2015, p. 132).

A instrumentalização dos períodos por parte de historiadores na margem sistêmica da historiografia ocidental ajuda epistemologicamente, desde que não se tente criar abstrações generalistas nem se tente manter a escrita ligada às teorias de centro, comumente não aplicáveis às idiossincrasias de um país como o Brasil. Ocorre, entretanto, que essa periodização não pode e não deve ser justificativa para um enquadramento mais rígido. Talvez, como resultado desse cenário, é possível que se justifique o crescente número de debates no Brasil acerca do papel de uma História Global (Informação verbal)³⁸, em especial por

³⁸ Em setembro de 2016 houve mesa redonda sobre os desafios metodológicos da pesquisa em História das Relações Internacionais no 3º Seminário organizado pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em Florianópolis – SC. Naquela oportunidade, os debatedores — Antônio Carlos Lessa, Alexandre Moreli, Amado Luiz Cervo e Carlo Patti — discutiram com forte viés crítico a suposta novidade que a História Global, em especial aquela propagada por autores norte-americanos, traria enquanto contribuição para a historiografia brasileira. O consenso da mesa foi de que as questões levantadas sob rótulo de História Global estavam ultrapassadas no Brasil devido à forte herança da historiografia francesa no estudo da História das Relações Internacionais na academia brasileira (LESSA et al, 2016). No recente 4º Seminário de Relações Internacionais, realizado em setembro de 2018 em Foz do Iguaçu – PR, o tema passou despercebido, estando presente a nomenclatura História Global como mero sinônimo para História das Relações Interna-

aqueles que trabalham com a especificidade da área de História das Relações Internacionais.

No âmbito de alguns encontros acadêmicos, a destacar aqueles organizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), historiadores ligados a temas globais buscam esboçar entendimento acerca do conceito de História Global³⁹. Dentro desse quadro, autores como Crossley (2015, pp. 137-138 e 145) e Conrad (2016, pp. 1-16) definem História Global como sendo resultado de metodologia não eurocêntrica, para além da abordagem do Estado-Nação e de crescimento historiográfico majoritário a partir dos anos 1990. As duas primeiras características, todavia, não são novidade no Brasil, tanto pela influência da Escola dos Annales⁴⁰ na estruturação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (NOVAIS, 1994), quanto pela leitura aplicada do conceito de forças profundas⁴¹, de Pierre Renouvin, sobre o estudo da História das Relações Internacionais no Brasil. Essa disciplina, como atesta Lessa (2005b, pp. 36-37), estava presente no “currículo de base” desde a fundação do primeiro curso da área no Brasil, na Universidade de Brasília (UnB) em 1974.

Renouvin, ao organizar em 1953 obra seminal, dividida em oito tomos — periodizada entre a Idade Média e o final da Segunda Guerra Mundial —, junto com outros três autores (RENOUVIN et al, 1994), deu profundidade aos estudos da História das Relações Internacionais. O grupo propôs uma leitura societária, em lugar da já desgastada história diplomática — de viés centrado no estatismo das fontes produzidas pelas chancelarias com o foco quase exclusivo no Estado-Nação. Isto é, o desafio era que se “considerasse, nos diferentes momentos da evolução das relações internacionais, os variados aspectos da vida da sociedade” (SARAIVA, 2008, p. 12).

Para melhor compreensão do impacto dessa obra de Renouvin e seus colegas, cabe tratarmos aqui das distinções dos conceitos de História Diplomática,

cionais dentro dessa subárea temática no evento. No âmbito da Associação Nacional de História (ANPUH), no simpósio nacional de julho de 2017, realizado em Brasília, houve debates sobre metodologia e epistemologia da História Global em apenas um Simpósio Temático (KALIL et al, 2017) entre o total de cento e vinte STs. Ao analisarmos os resumos dos trabalhos apresentados nesta oportunidade, entretanto, concluímos que há mais dúvidas que certezas em relação ao termo e suas nuances epistemológicas.

39 Sobre esse assunto recomendamos ouvir a fala do historiador Alexandre Moreli, da Universidade de São Paulo (USP), no Podcast Chutando a Escada, dedicado ao tema da História Global (MORELI; MENDONÇA; ZAHARAN, 2018).

40 Sobre o que foi a Escola do Annales ver BURKE (2010).

41 As forças profundas são formadas sob um sistema de multicausalidades que atua sobre as relações internacionais. São ocultas e de difícil percepção daqueles que vivem o momento histórico em que elas ocorrem. Emanam das coletividades humanas e dependem de um processo de tomada de consciência, o que faz desse conceito uma inovação na relação com as limitações da história diplomática, amplamente fundamentada na leitura de documentos estatais (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, pp. 9-297).

História da Política Externa e História das Relações Internacionais, todos correlacionados aos estudos da História Política — como categoria analítica mais ampla — e da relação com a História Cultural — no que se refere ao elemento simbólico⁴² como categoria aglutinadora —, se pensarmos na capilaridade das viradas historiográficas que vêm ocorrendo desde o final dos anos 1970.

Ao lado da história das relações internacionais, profundamente renovada, da história religiosa, também reformada e em pleno desenvolvimento, da história cultural, a última a chegar e que desfruta de um entusiasmo comparável àquele de que se beneficiaram tempos atrás a história econômica e a história social, eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido (RÉMOND, 2003, p. 14).

A relevância da História Diplomática nos remete ao conceito de diplomacia, ou seja, “a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses” (CERVO, 2008, p. 8). A História Diplomática enquanto método nasceu na França com a necessidade de o Estado entender as razões que levaram à derrota na Guerra Franco-Prussiana, na década de 1870 (Informação verbal).⁴³ Os estudos caracterizados por esse método têm foco nas relações entre os Estados-Nação com ampla pesquisa na documentação produzida pelas chancelarias e com destaque para a obra de Albert Sorel (1875).

A Política Externa, dentro desse raciocínio, tem como incumbência “agregar os interesses, os valores e as regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal” (CERVO, 2008, p. 9). Na análise dessa política externa, como bem lembra Visentini (2007, p. 220), “emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar quem a formula; em segundo, de que forma ela se articula à política interna”.

Assim, se há no Brasil uma tradição historiográfica coadunada com os métodos da História Diplomática, a atual historiografia, no que tange a História da Política Externa, tem suas raízes, entre outros, nos trabalhos de Francisco

42 Por símbolo julgamos tratar-se “um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar [...], embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional” (JUNG, 2008, p. 18). Os símbolos podem, também, ser “imagens criadas a partir da imaginação com base nas interpretações representativas do sujeito em relação a um objeto concreto ou abstrato [...]” (REIS JR.; ARAÚJO, p. 101), o que se aplica na relação do indivíduo com sua identidade nacional, enquanto objeto abstrato, e na relação desse indivíduo com o estrangeiro.

43 Sobre institucionalização da História Diplomática na França, no século XIX, ouvir o Podcast a partir do minuto 63 (MORELI; MENDONÇA; ZAHARAN, 2018).

Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Oliveira Lima (1867-1928), Pandiá Calógeras (1870-1934), Renato Mendonça (1912-1990) e de José Honório Rodrigues (1913-1987), este último oferecendo importante esboço de periodização baseado em fases de introversão e extroversão do Estado brasileiro (RODRIGUES; SEITENFUS; RODRIGUES, 1995, pp. 45-49).⁴⁴

A História das Relações Internacionais, dentro desse apanhado epistemológico, envolve aspecto conceitual “ainda mais abrangente do que diplomacia e política exterior. As relações internacionais compreendem três categorias de agentes: a diplomacia, o governo com sua política e a sociedade com suas forças” (CERVO, 2008, p. 11). Não se trata, portanto, apenas de uma evolução conceitual. A complexificação das análises decorrentes das historiografias, antes meramente estatocêntricas, se dá pelo uso de novas fontes e, também, por ampliar o escopo das relações para além da identidade nacional. O elemento transnacional ou mundial, nesse sentido, amplia as possibilidades de pesquisa sem excluir o fato nacional.

O fenômeno da Mundialização, ou da recente tendência da História Global, está mais ligado ao empoderamento das historiografias antes marginalizadas que à manutenção de uma história centrífuga propulsora de narrativas conservadoras. Le Goff (2015, p. 133) chamava atenção para que os historiadores não confundissem “como fizeram frequentemente até agora, a ideia de mundialização com a de uniformização”.

Nesta perspectiva, destarte, voltamos ao nosso recorte periódico, e conquanto sejam as Guerras Mundiais dois eventos distintos, defendemos que nosso objeto está inserido em processo histórico sob uma mesma conjuntura, tomando como conceito de conjuntura histórica a seguinte definição:

Quando um historiador transforma experiências surpreendentes — assombrosas ou felizes — em conhecimento, seja de que forma for, vê-se forçado a aduzir razões duradouras, de prazo médio ou longo, para explicar experiências singulares. A análise do caso o força a elaborar hipóteses, as quais exigem explicações ao serem confrontadas com a realidade. Aparece assim, no jogo dos argumentos, a distinção temporal entre singularidade conjuntural e razões de longo prazo, distinção sem a qual nenhuma história pode ser conhecida. Ela subsiste em qualquer mudança de paradigmas. [...]

44 Varnhagen foi um dos precursores no método da História Diplomática se dedicando a temas como americanismo, fronteiras, guerra, economia e direito de asilo (WEHLING, 2013, pp. 201-224). Oliveira Lima escreveu sobre o processo de reconhecimento do Brasil (LIMA, 1901 e 1922), sobre o pan-americanismo (LIMA, 1907) e sobre as relações com os EUA (LIMA, 1913). Pandiá Calógeras escreveu a monumental obra Política Exterior do Império, publicada entre 1927 e 1933 e reeditado pelo Senado Federal (CALÓGERAS, 1998). Já Renato Mendonça teve publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) uma reedição da obra História da Política Exterior do Brasil, inicialmente publicada em 1945 fora do Brasil, no México (MENDONÇA, 2013, p. 11).

Para explicar a singularidade das experiências originárias, uma antropologia formal da história exige que se introduzam, na cadeia dos acontecimentos, derivações causais, condições de longo prazo ou contextos duradouros. A multiplicidade de estratos temporais — o fato de que as experiências são únicas, mas, mesmo assim, se acumulam — sempre se traduz nos métodos que reconstroem os fatos e indagam como eles se tornaram possíveis. Trata-se da condição metodológica mínima, sem a qual as novidades e as surpresas das histórias não poderiam ser transpostas para o conhecimento. [...]

Essa diretriz histórico-antropológica se cumpre de modos diferentes se a experiência que se realiza no decorrer da história for alterada. Isso se revela nitidamente quando perguntamos pelas justificativas últimas que sustentam a singularidade e o caráter surpreendente do evento (KOSELLECK, 2014, pp.43-44, grifos nossos).

A partir do primeiro grifo da citação acima, deixamos claro que nossa leitura conjuntural da história do Brasil nas duas Guerras Mundiais não está em contraposição à divisão paradigmática proposta por Amado Luiz Cervo (2008, pp. 61-76)⁴⁵, mas reifica e ressignifica um conjunto de eventos que estavam dados como pertencentes a dois períodos demarcados pela explicação paradigmática dessa obra. As participações do Brasil na Grande Guerra e na Segunda Guerra Mundial estão situadas, nessa divisão historiográfica, em dois paradigmas de Estado: Estado Liberal-Conservador e Estado Desenvolvimentista (CERVO, 2008, pp. 67-76).

Ocorre, todavia, como veremos ainda ao longo do texto, que se tomarmos os três níveis variáveis dispostos no método de Cervo (2008, p. 2), a política, a diplomacia e as relações internacionais, esses três níveis podem apontar certa continuidade de objeto que esteja sob análise mais restritiva⁴⁶, a depender das perguntas que estabeleçamos às fontes documentais analisadas e das respostas que venhamos a obter a partir das evidências.

Entendemos, dessa forma, o processo histórico como um fluxo de conjunturas e razões de longo prazo, sob múltiplos estratos de tempo (KOSELLECK, 2014)⁴⁷, passíveis de análises diversas.

45 Amado Luiz Cervo propõe o uso do paradigma como método para construção de conceitos “pela via da observação empírica” (CERVO, 2008, p. 65) da história do Brasil por meio da coleta de experiências em três níveis: diplomático, político e das relações internacionais. Em seguida, o professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) divide a narrativa sobre formação dos conceitos brasileiros em quatro grandes paradigmas: Liberal-conservador, desde a independência no século XIX até 1930; desenvolvimentista, de 1930 a 1989; paradigma normal ou neoliberal, de 1990 a 2002; e, por fim, o paradigma logístico, de 2003 em diante.

46 O Brasil nas duas Guerras Mundiais, nesse caso, é objeto mais restrito, em termos cronológicos, que a história da política exterior do país como um todo, desde 1822 aos dias atuais.

47 Koselleck (2014) propôs os estratos do tempo como forma de superação da organização narrativa, tradicionalmente dividida em sincronia e diacronia, dialogando com Braudel acerca das longas, médias e curtas durações por meio de leitura antropológica de três estratos bá-

No caso da história do Brasil, ou de qualquer outra história nacional, esse fluxo parece ter movimentos centrífugos e centrípetos que não poderiam ser menosprezados. Ou seja, os aspectos políticos, diplomáticos e, de maneira mais abrangente, as relações internacionais do Brasil no contexto das Guerras Mundiais, influenciam e são influenciados pelas mudanças sistêmicas que apresentamos no capítulo primeiro. Essas influências existem, ora desde aqui, Brasil, para com o sistema, contribuindo com as idiossincrasias brasileiras nos diálogos pós-Guerras, ora desde o sistema para cá, influenciando costumes civis nacionais — embate entre simpatizantes de ambos os lados beligerantes ao longo de todo o período nas duas Guerras — e a formação do pensamento militar nacional — por meio de disputas entre o pensamento prussiano dos jovens turcos e o *savoir faire* francês e britânico, na Primeira Guerra; e por meio de disputas comerciais de material bélico e até mesmo para a construção de uma usina siderúrgica, na Segunda Guerra. Nossa leitura, portanto, sugere outro olhar em relação à divisão paradigmática de Cervo (2008), a complementar mais que a concorrer.

O ato de comparar, como já mencionado na introdução, não se restringe exclusivamente a dois atores distintos sob mesmo recorte temporal. Barros (2013, p. 189) alerta que “[...] os historiadores também criam relações entre eventos que estão muito distanciados um do outro no tempo cronológico”. Ou seja, é possível que ao abordar comparativamente os contextos de Primeira Guerra, de 1914 a 1919 — início e final do conflito somado o ano da Conferência de Versalhes —, e de Segunda Guerra, de 1939 a 1945 — início e final do conflito e primeiras reuniões das Nações Unidas —, possamos propor releitura do papel do Brasil nas transições ocorridas no sistema internacional. Ainda nas palavras desse autor, aplicáveis ao nosso raciocínio, é possível dizer que a partir da comparação “cria-se um significado” (BARROS, 2013, p. 189).

O processo histórico, portanto, está intrinsecamente envolvido pelos eventos que o historiador irá ligar na construção de uma teia semântica. A escolha desses eventos é fundamental para a narrativa, pois são os eventos que produzem as mudanças no seu interior (BARROS, 2013, p.178).

É importante, no entanto, não confundir processo histórico com a noção de progresso, que Philippe Ariès (2013, pp. 68 e 86) apontou como erro comum tanto do marxismo quanto de pensadores positivistas. Em fins do século XIX, ambos defendiam uma história evolutiva. Ou seja, o processo histórico não se

sicos inseridos no conceito de experiência: as singularidades, as repetições e as experiências que ultrapassam os planos individuais. “A expressão ‘estratos do tempo’ remete a formações geológicas [em sentido metafórico] que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas [...]” (KOSELLECK, 2014, p. 19). Dessa forma, entendemos que as ressignificações no tempo diacrônico e no recorte sincrônico ocorrem sob múltiplas sobreposições causais — os estratos do tempo.

relaciona com outros processos de maneira hierárquica ou valorativa, e, por esse mesmo motivo, tampouco métodos distintos poderiam ser hierarquizados senão por sua capacidade explicativa. Adam Watson (2002, p. 1) ao citar uma confidência de Robert Gilpin mencionava que este, assertivamente, não via “o passado como mero prólogo, e que o presente não detém o monopólio da verdade”.⁴⁸

Como já mencionado, o processo histórico tem relação direta com os eventos e, outrossim, voltamos atenção para o nosso segundo grifo na citação da obra de Koselleck (2014), localizado na página 63. É importante falarmos do conceito de evento ou acontecimento, e, para tanto, faz-se necessária a distinção do evento histórico como “núcleo orientador da interpretação [que] não o dilui no interior de processos totalizantes, mas, pelo contrário, faz dele o que seria o efetivamente singular na história [...]” (CARDOSO, 2013, p. 17) para aquele tipo de evento que se caracterizou por muito tempo pelo vazio factual das cronologias mais superficiais. Para François Dosse (2013, p.12) “o acontecimento não é um simples dado que basta coletar [...], é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido”. Essa constituição simbólica do sentido a que se refere Dosse é o elemento legitimador do processo histórico por meio das representações a que o evento, ou acontecimento, se remete. Reconstrução e representação são as estratégias do historiador na elaboração de texto que tenha “pretensão à verdade” (PESAVENTO, 2008a, p. 36).

A historiadora gaúcha Sandra Pesavento (2008a, pp. 39-41) tratou a representação como conceito central da mudança epistemológica que resultou na História Cultural como campo inovador da historiografia, “incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX” (PESAVENTO, 2008a, p. 39). Representar, dentro desse prisma, significa perceber a realidade e estar no lugar de uma ausência por meio de imagem portadora de algum sentido lógico na narrativa construída pelo historiador. As representações “são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (PESAVENTO, 2008b, p. 12). Nesse sentido, a relação do Brasil com as Guerras e, especialmente, com as ressignificações sistêmicas pós-Guerras, guarda idiossincrasias tão representativas que não se poderia tratar-lhe como pertencente a processos históricos distintos. É nesse processo que o país reflete seu lugar no mundo, seja por meio de debates intelectuais na Primeira Guerra — pró ou contra os Aliados, seja em criação de ligas, publicação de panfletos, literatura de cordel ou em editoriais de jornais —, ou, mesmo sob autoritarismo

48 [Tradução nossa]. No original em inglês: “believing that the past is not prologue and that the present does not have a monopoly on the truth...”.

do Estado Novo, por meio de posicionamentos bastante distintos dentro e fora do governo.

Ao investigarmos as representações nos aproximamos do conceito de memória. A correlação entre história e memória situa-se na construção do entendimento do processo, pois se a “narrativa [...] presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido” (PESAVENTO, 2008b, p. 15), isto é, “História e Memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado [...]” (PESAVENTO, 2008a, p. 94).

Candau (2014, pp. 21-23) enumerou três tipos de memória. A primeira delas é a protomemória, relativa aos saberes e experiências do indivíduo, o que para nós nesta pesquisa remete a personagens e o peso da habilidade, ou da falta de habilidade, nas decisões que influenciaram em processo maior que suas circunstâncias rotineiras. O segundo tipo de memória é o que Candau (2014, p. 23) chama de “memória propriamente dita”, feita de recordação ou reconhecimento, ou ainda de esquecimento, todos seletivos — “pelo que ela não pode ser encarada como um armazém inerte” (CATROGA, 2015, p. 16) —, e, portanto, válidos para a narrativa quando verificáveis no cruzamento de outras fontes. O terceiro tipo de memória é a metamemória, caminho pelo qual o indivíduo se afilia ao passado na identificação de um grupo maior, no seio do qual constrói-se a identidade. Há a percepção de que a memória é “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (CANDAU, 2014, p. 9). O que sobrevive do passado — e aqui cabe a ressalva não só ao testemunho de memória, mas também ao documento, seja ele uma peça literária como o cordel, seja ele um relatório de governo — “é uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2013, p. 485).

Diante de tal quadro, será pertinente, no entanto, falarmos em memória coletiva? Para Fernando Catroga (2015, pp. 11-13) o sujeito antes mesmo de nascer está vinculado ao meio que o socializa, e esse meio irá definir certas características refletidas ao longo da vida no pertencimento dele, indivíduo, ao coletivo. Essa noção da memória coletiva como fator identitário precisa ser levada em consideração, por exemplo, quando tratamos de comportamentos situados fora da frieza do documento oficial, como foram as percepções de segregação racial em tropas brasileiras na Segunda Guerra na comparação ao racismo das tropas norte-americanas. Os Pracinhas sentiam certo orgulho de suas relações entre negros e brancos, definidas como de muita camaradagem, quando comparadas ao racismo formal nas tropas dos EUA (ROSENHECK, 2016). A comparação fez circular a ideia, entre os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB),

de que no Brasil não havia racismo (ROSENHECK, 2016, p. 150). Em outras palavras, a memória coletiva influenciou o modo como os personagens enxergavam os outros e a si mesmos, independentemente de esse olhar estar ou não equivocado dentro de um quadro mais amplo. Cabe ao historiador relativizar os testemunhos e reconhecer as coletividades nas quais a memória está alocada.

Entre alguns entendimentos da diferença conceitual de história e memória é comum se distinguir documentos de testemunhos, ou, ainda, a explanação histórica, metódica, e o relato atrelado ao imediatismo reminescente. Possivelmente nos sirva melhor, para compreender o processo envolvendo o Brasil nas duas Guerras Mundiais, não a oposição, mas antes o diálogo entre representação, por meio de testemunhos que consideramos válidos, e reconstituição do passado, por meio do acesso parcial a acontecimentos históricos registrados nos documentos e que possam ser verificados em diferentes tipos de fontes (CHARTIER, 2016, pp. 21-24). Veremos que há representações em alguns lastros de memória deixados nas narrativas carregadas de significados ajuntados às transformações históricas. O testemunho personificado logo na sequência dos fatos permite ao historiador trabalhar a relação entre a memória e os documentos diversos produzidos em determinado contexto histórico. A título de exemplo, vejamos esta narrativa do correspondente de guerra Joel Silveira (1918-2007) — reproduzida na obra de Nelson Werneck Sodré (1959) — sobre a morte do Sargento Max Wolf Filho (1911-1945), da FEB, considerado herói por ter morrido em combate na missão para a qual foi voluntário, durante a Segunda Guerra Mundial.

Eu vi morrer o sargento Wolf

Vi perfeitamente quando a rajada de metralhadora “lurdinha” rasgou o peito do sargento Max Wolf Júnior. Instintivamente êle juntou as mãos sobre o ventre e caiu de bruços. Não se mexeu mais. O tenente Otávio Costa que estava ao meu lado no Pôsto de Observação, apertou os dentes com força, mas não disse uma palavra. Quando lhe perguntei se o homem que cair era o sargento Wolf, êle balançou afirmativamente com a cabeça. Menos de uma hora antes eu estivera conversando com o sargento. Creio que foi a mim que êle fez suas últimas confidências. Falou-me de sua filha, uma menina de 10 anos de idade, que ficou no Brasil. Disse-me que era viúvo e deu-me a notícia de que sua promoção a segundo tenente, por ato de bravura não tardaria a chegar. E como eu estava recolhendo mensagens entre os homens do seu “Pelotão de Choque”, já formados para a patrulha de minutos depois, o sargento Max Wolf pediu-me que também enviasse uma sua. Estão comigo as poucas linhas que sua letra delicada e certa escreveu no meu caderno de notas:

“Aos parentes e amigos. Estou bem. À minha querida filhinha — Papai vai bem e voltará breve”.

Tenho ainda nos ouvidos, muito vivas, as últimas palavras que escutei do sargento. Um dos soldados lhe pedira uma faca, e êle respondeu, sorrindo: —Voi non bisogna faca. Tedesco não é frango.

O sargento saiu com seus homens pelas sebes e ravinas da direita, e nós seguimos para as montanhas do norte, bem defronte ao ponto que a patrulha deveria atingir. Vimos quando os homens apontaram na “terra de ninguém” e seguiram cautelosos pela estrada sem viva alma. O sargento havia transformado seus pentes de munição num colar que o sol incendia-va. Levava o capacete de aço debaixo do braço e a pequena “Thompson” apontada para a frente. Nossa artilharia, à esquerda, cessara de atirar, e agora era um silêncio total, silêncio de nave de igreja deserta. O tenente Otávio Costa me disse:

— Não é possível que os alemães estejam ali.

O primeiro objetivo da patrulha eram as três casas, a menos de um quilômetro de nós, e que os homens do sargento Wolf atingiram às duas horas da tarde. O grupo cercou os três edifícios arruinados, e o sargento empurrou com o pé a porta de uma delas. Vimos quando êle entrou e fez um sinal para seus homens: novamente as duas fileiras espaçadas voltaram a caminhar pelos campos proibidos. Fazia um sol muito claro, e alguma coisa — uma vidraça ou um esqueleto de munição — cintilava forte das ruínas de Montese.

Às duas e meia da tarde, a patrulha estava a menos de cem metros do último objetivo a ser atingido: um novo grupo de casas sôbre uma lombada macia. O sargento Wolf deu seus últimos passos à frente. Então uma gargalhada curta e nervosa encheu o silêncio do vale e o sargento caiu de bruços sôbre a grama. Os outros homens se agacharam, rápidos, e os alemães começaram com o seu tiroteio, bloqueando nossos homens com uma chuva de granadas de mão e rajadas de metralhadoras. Sacudiram depois para o ar seus foguetes iluminativos, pedindo fogo de suas baterias, e minutos depois os projéteis da artilharia nazista assoviavam no ar e explodiam sôbre todo o caminho percorrido pela patrulha. O tenente Otávio Costa indicou posições aos nossos morteiros, e durante mais de uma hora o duelo encheu o deserto lá da frente. Nossos morteiros rebentavam dois quilômetros além, onde possivelmente estariam localizadas as baterias nazistas, e os obuses alemães vinham explodir perto, no chão onde nossos homens continuavam agachados ou nas fraldas do morro onde estávamos com o Pôsto de Observação. De vez em quando uma rajada de metralhadora cortava o ar, como um vento mau, e ia esfarinhar os galhos das árvores próximas. Foi um dêsses “leques” que raspou nossa cabeça (a minha, a do correspondente Mike, da Agência Nacional, a do tenente Otávio Costa, a do motorista Adão Araújo e a do cinegrafista Sinés Armando) e nos jogou, fortalecida pela hospitalização dos morteiros, para dentro de um buraco, onde ficamos perto de uma hora. Saímos de vez em quando para o parapeito da trincheira, mas os morteiros só nos davam folgas de segundos, escutávamos seu assovio na distância, e voltávamos a nos afogar nos “fox-holes” antes que a explosão tremesse a terra.

Quando a noite caiu, conseguimos, rastejando, deixar as posições batidas e alcançar as trincheiras da retaguarda. Chegamos ao PC do batalhão perto das dezenove horas. Minutos depois voltavam também os homens da patrulha do sargento Max Wolf Júnior. Mas êle ficara lá. Quando nossos padioleiros foram até a “terra de ninguém”, recolher os corpos e os feridos, os nazistas os receberam com rajadas impiedosas. Assim são êles, “manhosos e sem piedade”, como me disse o próprio sargento Wolf.

Muitos dos homens que voltavam tinham os olhos rasos d'água. Um deles era o segundo sargento Nilton José Facion, de São João Del-Rei, em Minas, que me contou essa história:

— Eu estava a uns trinta metros de Wolf quando êle foi atingido. O soldado Alfredo Estêvão da Silva, que ia na frente, virou-se para mim e disse: “Parece que Wolf está morto. Vou puxar o corpo para cá”. Respondi que ia atrás dêle. Mas uma rajada matou também o pracinha Estêvão antes que êle pudesse fazer qualquer coisa. Chegou a minha vez, e consegui arrastar o corpo do sargento até uns trinta metros. Depois veio a chuva de morteiros, e não pude fazer mais nada.

O sargento Alfeu de Paula Oliveira (êle também enxugava os olhos úmidos com a manga da blusa) me levou depois ao estreito compartimento onde Wolf tinha suas coisas: ali estava a condecoração que o general Truscott colocara no seu peito, poucos dias antes; a citação elogiosa do general Mascarenhas; o retrato da filhinha, de olhos vivos e brilhantes como os do pai. Tudo agora muito desgarrado. “Êste foi um dia triste para nosso Batalhão”, me disse o major Manuel Rodrigues Carvalho Lisboa. “Nós perdemos um bravo” (SODRÉ, 1959, pp. 271 – 275).

Essa narrativa é emblemática para o que propomos. O testemunho carregado de dramaticidade e de detalhes apresenta-nos o personagem Max Wolf Filho, um descendente de alemães, como muitos que sofreram perseguições e preconceito não apenas na Segunda, mas já desde a Primeira Guerra Mundial. O interessante desse relato é, também, os significados da morte, a caracterização dos inimigos como “manhosos e sem piedade”, o retrato da filhinha, o herói condecorado por general norte-americano e o espírito de corpo ao chamar os soldados de “nossos homens”. Isso serve aqui nos nossos pressupostos iniciais como introdução a temática que trabalharemos ao longo não só deste capítulo, mas da obra como um todo.

A identidade — tal como conceituada por Sandra Pesavento (2008a, p. 89), “enquanto representação social, [...] é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento” — nos permite ler as ausências presentificadas, mas o processo se completa quando há diálogo entre representação e reconhecimento, ou entre memória e história. Por isso, “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2013, p. 435) que não poderia ser menosprezado pelo historiador, em especial quando tratamos de transformações ressignificadoras da identidade do Brasil, enquanto nação, frente ao sistema internacional, e do brasileiro, enquanto indivíduo, frente ao seu coletivo e aos coletivos estrangeiros, reflexões essas que as Guerras embalaram.

A memória, portanto,

não é o rebotinho da História, nem um material bruto que só podemos usar depois de passar pela peneira da grande História. É preciso, sim, confrontá-la com outros testemunhos, da mesma forma como fazemos com documentos

escritos, imagens ou objetos. Por outro lado, a memória acolhe experiências psíquicas e espirituais que nos convidam a compreender a complexidade dos comportamentos, atos e fatos. Além disso, é instrumento de luta contra discriminações e desigualdades (DEL PRIORE, 2017, p. 14).

Em se tratando do entendimento acerca da temporalidade em um enlace com as experiências psíquicas e espirituais, tal como levantado acima por Mary Del Priore, Santo Agostinho (354-430) já via o tempo como movimento interno da alma humana, e o “presente, que descobrimos ser o único que deveríamos chamar de longo, é reduzido ao espaço de um único dia. [...], [porém] nem sequer um dia é inteiramente presente”(SANTO AGOSTINHO, 2017, Livro XI, §20). Barros (2013) interpretou essa percepção de Agostinho sobre o tempo como “essencialmente uma experiência humana” por meio de três presenças: “presença do passado, como memória; presença do presente, como visão; presença do futuro, como expectativa” (BARROS, 2013, p. 40, grifos no original). Koselleck (2006, pp. 308-309), dentro desse panorama, converge a essa percepção de Santo Agostinho ao defender que “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico. [...] Como categorias [...] fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico” tenha um referencial definido. Esse referencial, portanto, é o tempo histórico.

Destarte, de posse da ideia de evento, ou acontecimento, e do peso da relação entre memória e história, entendemos que o tempo histórico diz respeito ao aspecto relacional dos eventos. Esse aspecto relacional é reificado, isto é, trazido do âmbito abstrato para o concreto, por meio das características passíveis de se tornarem variáveis de um todo em relação aos elementos da teia semântica construída pelo historiador.

Tomemos, agora, dois eventos centrais de nosso objeto: afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1917 e 1942; e as declarações de beligerância do Brasil em 26 de outubro de 1917 e 22 de agosto de 1942, sucessivamente, por meio da leitura da repercussão em dois jornais da imprensa brasileira alocados na então capital do país, Rio de Janeiro. São eles, os periódicos *A Noite* e *Correio da Manhã*.

Sobre os afundamentos, em 18 de outubro de 1917, a cerca de 200 milhas do Cabo Finisterra, região da Galiza, Espanha, o submarino alemão U-93 afundou o vapor brasileiro Macau (MONTEIRO, 2014, pp. 167-195), que se dirigia ao porto francês Le Havre, com carregamento de 52.000 sacas de café e 40.000 sacas de cereais⁴⁹. Durante o mês de agosto de 1942, o submarino alemão U-507

49 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

afundou cinco navios e uma barça no litoral nordeste do Brasil (MONTEIRO, 2012). Os dois eventos, separados por um período de vinte e cinco anos, foram determinantes para o envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais. Tanto o Macau, em 1917, quanto as seis embarcações postas a pique, em agosto de 1942, representaram atos, considerados pelo governo brasileiro, de agressão injustificada contra o Brasil. As capas de dois periódicos (figuras 2, 3, 4 e 5) que apresentamos nas páginas seguintes, conquanto estejam separadas no tempo cronológico por vinte e cinco anos, representam duas variáveis analíticas — os aprofundamentos como causa de envolvimento nas Guerras e as ações do governo positivadas em declarações formais de guerra —, compostas ambas as variáveis de elementos comparáveis por serem passíveis de sobreposição e repetição. Esses elementos poderiam ser: o forte peso emocional por parte da mídia impressa; e as manifestações de apoio tanto da população quanto de nações amigas.

Figura 2 — Manchete sobre afundamento do navio brasileiro Macau, em 1917.



Fonte: **Correio da Manhã**, capa, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/34078>. Acesso em 25 jul. 2018.

pelos submarinos alemães⁵⁰, e o igualmente noticiado drama dos afundamentos de seis⁵¹ embarcações na costa brasileira, entre os estados de Bahia e Sergipe, apenas no mês de agosto⁵², refletem o engajamento da mídia nos dois eventos.

Na capa do *Correio da Manhã*, de 26 de outubro de 1917, junto à manchete do afundamento do Macau há a frase que assevera: “um grave momento nacional”. Na capa do periódico *A Noite*, de 20 de agosto de 1942, por seu turno, acima de qualquer manchete, chama a atenção do leitor a seguinte frase: “Nas praias de Aracajú inúmeros cadáveres”. Enquanto na página 3 do *Correio da Manhã* havia um perfil do comandante do Macau, capturado pelos alemães, Saturnino Furtado de Mendonça (1867-?)⁵³, há também a indignação pelo fato de o Macau não navegar armado, transportar apenas café e cereais. As informações no jornal *A Noite*, de 20 de agosto de 1942, todavia, citam ações supostamente heroicas de um comandante, Antenor Dias Sanches, com uma entrevista de sua esposa na página 3⁵⁴. Ao que tudo indica, o comandante destacado nessa reportagem estava em um navio não atacado, o *Itassucé* — da mesma Cia. de Navegação Costeira do Itagiba —, e prestou ajuda aos naufragos⁵⁵. O aspecto emotivo dado pelas mortes, em 1942, ou pelas perdas comerciais e desrespeito à navegação brasileira, de propósitos não belicistas, em 1917, eram estímulo ao nacionalismo da população que tinha na mídia impressa o principal veículo de comunicação em ambos os conflitos. Essa população se manifestou favorável aos atos de governo que se seguiriam.

O segundo elemento comparável nos dois eventos, nesse sentido, diz respeito às manifestações de apoio, tanto internas, por parte da população, quanto externas,

50 Os outros quatro foram: Rio Branco, em maio de 1916 (MONTEIRO, 2014, pp. 63-64); Paraná, em abril de 1917, responsável esse pelo fim da neutralidade do Brasil no conflito europeu (MONTEIRO, 2014, p. 70); Tijuca e Lapa, ambos em maio de 1917 (MONTEIRO, 2014, pp.99-130). No total foram dez embarcações brasileiras postas a pique no âmbito da Primeira Guerra Mundial.

51 Eram elas: duas do Lloyd brasileiro, Baependy, em 15 de agosto, e Aníbal Benévolo, em 16 de agosto; duas embarcações do Lloyd Nacional S.A., o Araraquara, em 15 de agosto, e o Arará, em 17 de agosto; uma embarcação da Companhia Nacional de Navegação Costeira, o Itagiba, em 17 de agosto; e, por fim, um barco pesqueiro de propriedade de Norberto Hilários dos Santos, em 19 de agosto (MONTEIRO, 2012, pp. 314-315).

52 No total foram trinta e cinco embarcações de pavilhão brasileiro atacadas no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ao final deste livro está disponível, como apêndice, uma lista dos navios brasileiros afundados na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais.

53 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

54 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16507>. Acesso em: 15 out. 2018.

55 Idem.

por parte de países simpáticos ao direito de o Brasil responder às agressões recebidas.

No âmbito interno, na página 3 do jornal *Correio da Manhã*, destacou-se que “avultada multidão, foi hontem, á (sic) noite, ao Itamaraty”⁵⁶. Nilo Peçanha (1867-1924), então Ministro das Relações Exteriores — de 07 de maio de 1917 a 15 de novembro de 1918 —, se dirigiu ao balcão e agradeceu o apoio da “multidão” ao governo. Nem tudo, entretanto, era apoio em 1917. Na mesma data de 26 de outubro de 1917 o outro periódico por nós destacado, o jornal *A Noite*, chamava atenção para as greves e o movimento operário que estavam se espalhando pelo país⁵⁷, com forte atuação no Rio Grande do Sul, pois o jornal fazia menção à greve dos ferroviários em Santa Maria. Essa tensão entre apoio de parte da população na capital federal e movimentos grevistas espalhados pelo país não aparece nos jornais em 1942 pela situação de controle imposta aos meios de comunicação do Estado Novo. Cabe aqui, ainda, o destaque aos apoios internos dados em 1942. Na capa do jornal *A Noite* de 20 de agosto constava estarem “os estudantes prontos para a defesa da pátria”⁵⁸, manchete essa em referência ao que segue na página 8 do periódico:

Durante todo o dia registraram-se no Palácio Guanabara as mais expressivas e eloquentes demonstrações de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas, manifestações essas partidas de todas as classes que ali acorreram para manifestar a S. Ex., nesta hora difícil, mais do que nunca, o Brasil está unido e coeso em torno do seu grande chefe.⁵⁹

Chamamos atenção para os nossos grifos, pois era estratégia do governo Vargas utilizar-se da situação para reforçar que o Brasil, independente de classe social, estaria coeso mediante a liderança do presidente. Trataremos mais adiante das raízes castilhistas dessa percepção de liderança. Em menor grau, em 1917, ou em maior grau, em 1942, o governo brasileiro tentava reforçar a coesão nacional em torno da identidade do país junto aos próprios brasileiros, por isso tantos chamamentos ao patriotismo nos jornais destacados por nós.

Quanto ao apoio internacional, as notícias em 1917 não chegavam tão rápidas quanto vinte e cinco anos depois, em 1942. Mesmo assim, na capa do

56 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, edição n° 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

57 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, edição n° 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/11633>. Acesso em 15 out. 2018.

58 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, capa, edição n° 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16505>. Acesso em: 25 jul. 2018.

59 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, edição n° 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16512>. Acesso em: 15 out. 2018. Grifos nossos.

A Noite, em 26 de outubro de 1917, há dois pontos a destacarmos. Primeiro chama-nos a atenção o subtítulo “O nosso papel”⁶⁰, que clama estar o Brasil, finalmente, com a declaração de guerra, assumindo um “posto” que “há muito era indicado pelas circunstâncias (sic)”⁶¹. Há, de fato, essa percepção de o Brasil estar adentrando um cenário que seu tamanho e importância lhe conferem certa legitimidade e empatia de países vizinhos. Na mesma capa, há notícia de congratulações e identificação da parte de dois periódicos de Buenos Aires, o *La Nacion* e o *La Mañana*⁶². No *Correio da Manhã*, por outro lado, na mesma data, não há destaque na capa sobre apoios de outras nações, mas há, na pág. 3, junto a informações sobre a canhoneira Eber — navio de guerra alemão que estava ancorado na Bahia desde 1914, com o início da Guerra, e que o Brasil tentou tomar para si a partir da declaração de entrada no conflito (DARÓZ, 2016, pp. 103-106)⁶³ —, destaque para uma longa reunião do embaixador Zeppelin Obermüller com o Ministro de Relações Exteriores Nilo Peçanha. Obermüller era holandês e, desde o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, em 11 de abril daquele ano, acumulava às funções diplomáticas de seu país a representação dos interesses alemães no Brasil. As primeiras impressões externas acerca da entrada do Brasil na Grande Guerra, portanto, vieram de países vizinhos e do corpo diplomático presente no Rio de Janeiro.

Em 1942, as notícias se espalharam muito mais rápido. Há declarações de apoio já desde antes do Decreto-Lei de 22 de agosto, quando em 20 de agosto o jornal *A Noite*, na página 3, citou como solidários ao Brasil os EUA, Chile, Argentina, Peru, Uruguai — com destaque para efusivas manifestações populares pelas ruas de Montevidéu — e Equador⁶⁴.

Na capa do jornal *Correio da Manhã*, de 23 de agosto de 1942, um dia depois da declaração do governo brasileiro, portanto, junto às muitas justificativas dadas pelo governo para demonstrar a inevitabilidade do envolvimento do país na Segunda Guerra, e da mensagem do governo transmitida para as missões diplomáticas do Brasil no continente americano, aparecem algumas

60 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, capa, edição n° 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11631>. Acesso em: 25 jul. 2018.

61 Idem.

62 Ibid.

63 Tão logo o governo brasileiro ordenou a tomada da canhoneira Eber e os marinheiros encarregados tenham se aproximado para cumprir as ordens, os tripulantes alemães que a guardavam a incendiaram e a afundaram, por meio de “[...] derramamento de combustível no convés para provocar o incêndio, e a abertura das válvulas no porão” (DARÓZ, 2016, p. 104).

64 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, edição n° 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16507>. Acesso em: 15 out. 2018.

demonstrações inequívocas de apoio⁶⁵.

Dentre esses apoios, há uma mensagem para o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, da parte do Secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull (1871-1955), que ao tomar conhecimento da declaração do governo brasileiro, por intermédio do embaixador do Brasil em Washington, dá as boas-vindas ao país na Guerra ao lado dos Aliados.

O povo dos Estados Unidos dá ao povo brasileiro as boas vindas como irmãos de armas e admira sua valente decisão de adotar uma posição inequívoca ao lado das Nações do mundo amantes da Liberdade. [...]. Não é nenhuma surpresa para meus compatriotas que a orgulhosa nação brasileira tenha decidido correr os riscos da guerra ao ver injustificadamente atacados seus direitos, sua soberania, e sua dignidade. A atitude das potências do Eixo ao atacar vosso grande país e povo é uma nova demonstração de que essas potências atacam qualquer nação pacífica sem ter em conta considerações de humanidade e nem de direito internacional. A agressão demonstra também abertamente o princípio básico em que se funda a solidariedade das repúblicas americanas, isto é, que a agressão contra qualquer delas atinge a todas. Cada uma das 21 repúblicas americanas se encontra atualmente em igual perigo. Juntos, nossos dois países enfrentarão o futuro com serena confiança e espírito elevado. É-me grato enviar a v. ex. a expressão renovada de minha alta estima pessoal. — Cordell Hull.⁶⁶

Notemos que, mais uma vez, assim como em 1917, o Brasil entrava no conflito mundial após a entrada dos EUA, e, assim como em 1917, como aliado daquele país. Outras repercussões constantes na capa de 23 de agosto de 1942 são, como no jornal *A Noite*, as manifestações de forte apoio nas ruas de Montevidéu e as repercussões em Cuba.

A teia relacional que o historiador constrói não dispõe de sistema de símbolos outro que não o da linguagem (BLOCH, 2001, p. 138) e, nesse sentido, as narrativas antes bastante criticadas (LACERDA, 1994, p. 24), desde os anos 1970 vivem um soerguimento, afinal, “toda a história é apresentada como um contar sobre o passado” (DIEHL, 2002, p. 152). Assim, “a volta da história política, o retorno da narrativa e a história dos eventos ligam-se entre si” (RIBEIRO, 1994, p. 102), e é pelo espectro político que começamos a nossa narrativa sobre o Brasil nos trinta e um anos desde o atentado contra a vida do Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do Império austro-húngaro, em junho de 1914, na Sérvia, considerado estopim da Primeira Guerra Mundial, até a Conferência de criação das Nações Unidas em abril de 1945, em meio aos acontecimentos do final da Segunda Guerra Mundial.

65 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 14.665, 23 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13268>. Acesso em 26 jul. 2018.

66 Idem.

2.3 O processo histórico brasileiro e a dimensão política

Entre a década de 1910 e a década de 1940 o Brasil passou por sucessivas transformações políticas que representaram os passos ainda inseguros de uma república de pouco mais de vinte anos, tentando definir os caminhos institucionais e os modelos de governabilidade até os anos do primeiro governo Vargas, quando uma série de reformas estruturantes foi implementada. O Brasil, em seu discurso governamental, buscava nos primeiros anos da República separar as estratégias de política externa — um misto de continuidade da política imperial, nos costumes e no *savoir faire* diplomático, com a ideia de “republicanização”⁶⁷ da diplomacia e do legislativo (CERVO; BUENO, 2011, pp. 172-176) — daquelas outras linhas que tentava estabelecer internamente, descentralizando o poder da União frente aos estados e afastando características do Império que se viu decadente desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870). A ideia de a política interna e a política externa estarem em dimensões distintas fez com que esta recebesse menor atenção que aquela até 1902, quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912)⁶⁸, assumiu a pasta. De 1889 a 1902 o Ministério de Relações Exteriores havia tido sucessivas trocas e atingiu a marca de onze ministros, quase todos com limitada expertise para a área (CERVO; BUENO, 2011, p. 176).

O risco de se entender as dimensões externa e interna da política de um país por meio de leituras tão distintas, ou, ainda, de se ter a política exterior como mera pasta que poderia ser acessada apenas quando os interesses nacionais ultrapassassem as fronteiras do território, pode ter gerado desorientação durante os primeiros anos da nova República. Pierre Milza (2003, p.365) enfatizava que a iniciativa de se estudar a história das relações entre a política interna dos Estados e a história das relações destes com outras unidades políticas em um grande sistema internacional partiu das reflexões pioneiras de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle na primeira metade do século XX⁶⁹. Mesmo que acei-

67 A ideia de republicanização da política externa do Brasil está bem explicada na obra referência de CERVO e BUENO (2011, p. 175): “Na linguagem dos parlamentares, ‘republicanizar’ as relações internacionais do Brasil equivalia a privilegiar o contexto americano”. Tratava-se, portanto, de o Brasil não mais entender-se como uma Monarquia europeia alocada nas Américas para agora buscar as similitudes junto aos vizinhos do continente ao qual faz parte.

68 Conquanto tenhamos a consciência de que a “grafia dos nomes de todos os que se tornam publicamente conhecidos aparece corrigida em publicações feitas após a morte dessas pessoas” (CIPRO NETO; INFANTE, 1999, p. 42), optamos por adotar a escrita original dos nomes de personagens importantes para este trabalho, grafada tal qual os próprios o faziam.

69 Leopold Von Ranke (1795-1886) já estudava a *Aussenpolitik* (política internacional) levando em consideração aspectos da política interna — e da religiosidade — em meados do século XIX, no entanto Renouvin e Duroselle sistematizaram o estudo da História das Relações Internacionais não apenas relacionando dimensões internas e externas dos Estados, mas também se afastando da leitura oficialista da História Diplomática para imprimir uma

temos que o governo brasileiro do início do século XX não tenha percebido de imediato a maior capilaridade das esferas externa e interna, acreditamos que essa mútua influência leva em conta que de fato “não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo” (MILZA, 2003, p. 370).

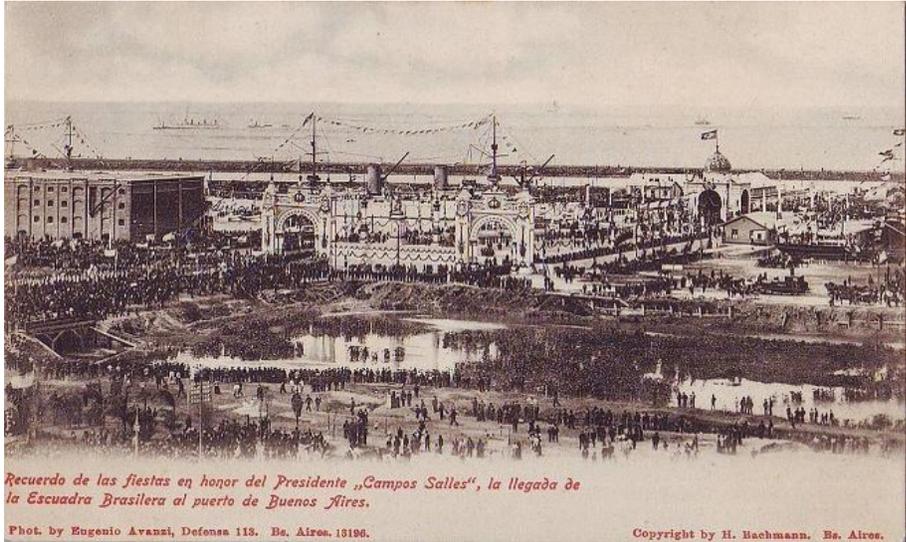
Talvez tenha sido a partir do pragmatismo do Barão do Rio-Branco que se tenha trazido de volta ao governo a percepção da relação estratégica entre as dimensões interna e externa para o país. Por dez anos, de 1902 a 1912, o Barão foi Ministro de Relações Exteriores do Brasil, mantido no cargo por quatro diferentes presidentes⁷⁰, quando “desenvolveu uma política de defesa dos interesses nacionais numa época de dificuldades devidas ao reordenamento mundial” (VISENTINI, 2007, p. 229). Antes disso, porém, houve na presidência de Campos Salles (1841-1913) uma viagem à Argentina, em 1900, que fora tratada com grande pompa naquele país por ser a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro visitava oficialmente o vizinho sul-americano. Essa visita é exemplo claro da ideia de republicanização que mencionamos anteriormente, como se pode ver nas figuras 4 e 5. Essas duas imagens mostram cartões postais que registraram as “*fiestas en honor del presidente Campos Salles*” (PALACIOS, 2011), com grande multidão envolvida e tendo durado uma semana. Campos Salles viajou com centenas de convidados a bordo do encouraçado Riachuelo para retribuir a visita feita no ano anterior pelo mandatário Julio Argentino Roca (1843-1914).

O começo da assim chamada republicanização das relações exteriores é, portanto, a etapa imediatamente anterior ao pragmatismo estratégico do Barão e ao trato das coisas externas como inseparáveis aos interesses do Estado. Essa constatação é importante na composição da teia semântica da tese que aqui defendemos, qual seja, de que os envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais são partes de um mesmo processo histórico.

visão societária. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).

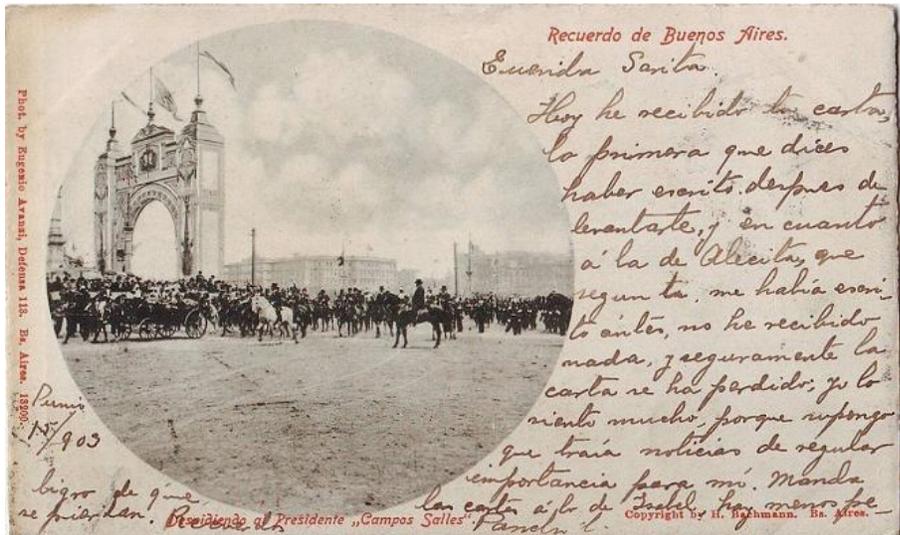
70 Pela ordem cronológica: governo de Rodrigues Alves (1848-1919) — 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 —, governo de Afonso Pena (1847-1909) — 15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909 —, governo de Nilo Peçanha — 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910 —, e governo de Hermes da Fonseca (1855-1923) — 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914.

Figura 6 — Cartão postal comemorativo da visita de Campos Salles à Argentina em 1909.



Fonte: PALACIOS, Ariel. De Campos Salles a Dilma Rousseff: 111 anos de visitas presidenciais brasileiras na Argentina. **Estadão**, São Paulo, 30 jan. 2011. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/de-campos-salles-a-dilma-rousseff-111-anos-de-visitas-presidenciais-brasileiras-na-argentina>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

Figura 7 — Cartão postal comemorativo da visita de Campos Salles à Argentina em 1909.



Fonte: PALACIOS, Ariel. De Campos Salles a Dilma Rousseff: 111 anos de visitas presidenciais brasileiras na Argentina. **Estadão**, São Paulo, 30 jan. 2011. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/de-campos-salles-a-dilma-rousseff-111-anos-de-visitas-presidenciais-brasileiras-na-argentina>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

A capilaridade nas políticas interna e externa nesse processo é percebida quando tomamos como referência as motivações dos tomadores de decisões. Eles traziam para si a responsabilidade pelo que se tinha por interesse nacional. Pouco mais de dois anos após a morte do Barão do Rio-Branco começou a Primeira Guerra Mundial, conflito este que não demoraria a envolver o Brasil e seus interesses, de início meramente comerciais. Assim como em 1914, também em 1939, quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial, as percepções quanto às Guerras eram de possíveis prejuízos ao comércio brasileiro e não havia estratégia clara, tanto no governo de Wenceslau Braz — 15 nov. 1914 a 15 nov. 1918 — quanto no governo de Getúlio Vargas — 03 nov. 1930 a 29 out. 1945 —, que não a da neutralidade⁷¹.

Em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha acordos de comércio em vigor com as seguintes nações: Uruguai — tratados de comércio e navegação e um convênio especial de tráfego mútuo nas linhas férreas de Santana do Livramento a Rivera —; República Argentina — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação —; Império Otomano — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação —; Venezuela — Tratado de Limites e Navegação Fluvial —; Reino da Bélgica — Acordo de Comércio com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida⁷² —; República do Peru — Protocolo de Acordo Diplomático Provisório de navegação sobre o Rio Içá (Putumayo) e Acordo de Navegação do Rio Japurá (Caquetá), bem como determinação de fronteiras entre os dois países com os princípios gerais de comércio e navegação na bacia do Rio Amazonas —; China — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida —; Império do Japão — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida —; República Francesa — Acordo Comercial provisório feito por meio de Notas, estipulando a França a tarifa mínima de 136 francos por 100 quilogramas como direito de entrada ao café brasileiro naquele país, em troca de aplicação de taxas igualmente mínimas para os produtos franceses no Brasil —; República da Bolívia — Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio —; República da Colômbia — Tratado de Limites e Navegação incluindo o comércio no Rio Içá (Putumayo) —; Reino da Itália — Acordo Comercial provisório feito por meio de Notas, estipulando o governo italiano a tarifa mínima de 130 liras por

71 Trataremos do conceito de neutralidade no último capítulo.

72 Trata-se de uma condição atribuída por um Estado a outro, com o qual negocia, estabelecida em acordos comerciais. Esta cláusula garante as mesmas vantagens comerciais — redução de tarifas, cotas de importação, etc. — a um Estado que foram recebidas por qualquer outro. Sobre o assunto, ver o Parecer do consultor jurídico do Itamaraty Clóvis Beviláqua (1859-1944), emitido em 1927, disponível na obra de referência do direito internacional público brasileiro de Antônio Augusto Cançado Trindade (2012b, p. 377).

100 quilogramas como direito de entrada ao café brasileiro naquele país, em troca de aplicação de taxas igualmente mínimas para os produtos italianos no Brasil —; e Estados Unidos da América — redução do valor nos direitos de importação no Brasil de alguns artigos procedentes dos EUA feitas *ad hoc* por meio de decretos presidenciais.⁷³

As percepções do governo brasileiro, contidas no relatório de 1915, foram se tornando mais pessimistas em relação ao relatório do ano anterior, e o país tentou deixar clara a sua neutralidade na Guerra que havia iniciado em 1914.

Logo que surgiu, no velho Continente, o primeiro conflicto armado, tomou o Governo Federal a resolução de se manter em estado de completa neutralidade; mas, para pôr em pratica tal decisão, depois que lhe fosse feita a primeira notificação de estado de guerra, tornava-se necessario definir e regular a neutralidade do Brasil, em face do conflicto europeu.

O Governo julgou mais conveniente resolver o caso *in genere*, de modo permanente, estabelecendo as normas geraes, que devem ser observadas, no Districto Federal, nos Estados da União e no Territorio Federal do Acre, para resguardar a neutralidade do Brasil, em caso de guerra entre Potencias estrangeiras, e sobre o modo de se proceder para com os navios de guerra e mercantes dos paizes beligerantes; bastando depois, em cada caso particular, decretar a execução *in specie* dessas normas geraes, préviamente estabelecidas.

Para esse fim, preparou o Ministerio a Circular de 4 de Agosto de 1914, fixando Regras geraes de neutralidade, e o Poder Executivo expediu o Decreto n. 11.037, da mesma data, ordenando que as Regras constantes desta Circular sejam rigorosamente cumpridas, sempre que o Governo Federal decretar a sua execução.

Essa Circular resume a doutrina de todas as outras anteriores do Ministerio, sobre o mesmo assumpto; tendo sido nella attendidos os principios do Direito Internacional na especie, e incluido tudo quanto ficou resolvido na 2a Conferencia da Paz, realizada na Haya, em 1907, e consta das Convenções de 18 de Outubro, ali então assignadas pela nossa Delegação, ao depois aprovadas pelo Congresso Nacional, e, por ultimo, ratificadas e promulgadas pelo Poder Executivo.

Nessas Instruções geraes permanentes sobre a materia de Neutralidade no Brasil, attendeu-se tambem, quanto possivel, aos interesses particulares do paiz no intercambio commercial.⁷⁴

Em 1943, quando se produziu o relatório de 1939, tinha-se bastante claras

73 BRASIL, Ministerio das Relações Exteriores. “Actos que estão em vigor”. In: Relatório do Ministerio das Relações Exteriores: 1914, vol. 1, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, pp. 213-218.

74 BRASIL, Ministerio das Relações Exteriores. “Regras geraes de neutralidade do Brasil, no caso de guerra entre Potencias estrangeiras”. In: Relatório do Ministerio das Relações Exteriores: 1915, vol. 1, Exposição, Anexo A. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, pp. 41-42. Grifos nossos.

as dificuldades geradas pela Segunda Guerra ao comércio brasileiro. “O nosso comércio [...] perdeu, total ou parcialmente, por um prazo que não se pode ainda calcular, vários mercados de consumo [...] em virtude da classificação arbitrária das mercadorias consideradas contrabando de guerra.”⁷⁵ A experiência de ter o Brasil passado por semelhante situação na Primeira Guerra Mundial é lembrada, a título de comparação, pelos autores do relatório referente ao ano de 1939.

Pelo que se nota, as condições de guerra atual, em relação ao comércio, são diferentes das da Guerra anterior, porquanto os preços das mercadorias, com exceção de certas matérias primas, de origem mineral, serão, o quanto possível, controlados pelos mercados consumidores, pelo menos até que sejam absorvidos os estoques existentes, o que não sucedeu em 1914.⁷⁶

Para além do pragmatismo da balança comercial do país em 1914 e 1939 há que se destacar traço comum no pensamento das elites políticas brasileiras que estavam à frente do governo nos dois momentos de beligerância, uma característica que vinha sendo construída desde os primeiros anos da República.

2.3.1 A qualidade moral como conditio sine qua non da liderança política

Para explicarmos esse traço faz-se necessário falarmos de importante político gaúcho que foi protagonista, como líder regional e como articulador nacional, no limiar do século XX. O chefe do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Júlio de Castilhos (1860-1903), defendeu a moralização dos indivíduos frente à falência do modelo de sociedade liberal que vigorava no século XIX. Para o líder gaúcho, os valores desta sociedade eram amplamente embasados em relações utilitaristas e na constante busca pela satisfação de interesses materiais. Júlio de Castilhos havia participado da primeira Constituinte da República, onde e quando tentou impor interpretação muito própria do positivismo, não exatamente coadunada com os preceitos de Auguste Comte. Conforme Vélez Rodríguez (1980, pp. 72 – 73) explica:

O líder gaúcho propunha ao Congresso Constituinte a instauração de um regime moralizador, baseado não na preservação de sórdidos interesses materiais, mas fundado nas virtudes republicanas. Ao ver Castilhos que a sua proposta não teve nenhum efeito, a nível nacional, decidiu encarnar a sua ideia no governo do Rio Grande do Sul. E conseguiu.

Em contraste com a condição estabelecida por Silvestre Pinheiro Ferreira, no sentido de que o Congresso, como organismo máximo do governo,

75 BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. “Intercâmbio comercial”. In: Relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo ao ano de 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, pp. 11-12.

76 Idem, p. 12.

devia saber representar corretamente os interesses dos grupos ou classes existentes na sociedade, Júlio de Castilhos entende como condição fundamental do governante a absoluta pureza de intenções, que se traduz numa ausência de interesses materiais.

A ideia de moral contida no pensamento de Castilhos, utópica ou não, transpassou de suas ações no governo gaúcho para o nível nacional na medida em que as políticas federalistas falhavam e a centralização do poder aparecia como solução sedutora para vários governos no transcorrer do século XX. Foi assim com o governo de Rodrigues Alves — mandato de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 —, durante o qual ele formulou a famosa frase de que seus ministros: “fazem tudo que querem, menos o que eu não desejo” (BELLO, 1976, pp. 175-176); foi também assim com o governo de Arthur Bernardes (1875-1955) — mandato de 15 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926 —, “recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio” (FAUSTO, 2015, p. 270). Essa centralização na figura do presidente ficou ainda mais clara quando Getúlio Dornelles Vargas, herdeiro político de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, chegou à Presidência da República em 1930.

A pureza de intenções defendida como *conditio sine qua non* de um governante remete ao debate histórico acerca da moral e da política. Hannah Arendt (2016, p. 285) frisava que no “transcurso da história, os que perseguem e os que contam a verdade tiveram consciência dos riscos de sua atividade”. A atividade política brasileira foi sendo centralizada na figura do presidente entre os dois períodos das Guerras, não apenas por ser impactada pelo elemento da moralidade castilhista, mas também porque as percepções e as decisões que foram tomadas nos períodos pós-Guerras estiveram imbuídas da ideia de virtude do Brasil enquanto nação. Conscientes disso ou não, os representantes brasileiros, tanto em Versalhes, em 1919, quanto nas Conferências de 1945, carregavam junto a suas credenciais o acumulado histórico da diplomacia brasileira, composto de virtudes que interessavam à ressignificação do sistema internacional: autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias — conjunto também chamado de pacifismo —; juridicismo; ação cooperativa e não confrontacionista; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial com os vizinhos; desenvolvimento como vetor; e independência de inserção internacional (CERVO, 2008, pp. 26-31).

Aqui devemos fazer duas observações importantes. A primeira é de que a lista de componentes tratada por Amado Cervo (2008) inclui ainda o multilateralismo normativo e as parcerias estratégicas, mas suas gêneses ocorreram cronologicamente após o período que analisamos. A segunda observação está diretamente relacionada com nosso argumento, isto é, Amado Cervo identifica as gêneses de dois componentes — ação externa cooperativa, não confrontacionista

e desenvolvimento como vetor — como tendo ocorrido a partir do governo Vargas, nos anos 1930. Acreditamos que essas características já eram observadas como virtudes do Brasil, em especial no que tange ao pacifismo, pelos países com os quais se relacionava. Veremos isso mais claramente ao tratar da participação do país nas conferências pós-Guerras.

O pacifismo, o juridicismo — representado pelo respeito aos tratados —, a ação cooperativa, princípios clamados na criação da SDN, em 1919, e depois da ONU, em 1945, a ação independente de mudanças governamentais internas — pragmatismo —, a cordialidade na relação com o meio geoestratégico, o desenvolvimento econômico por meio da liberdade de comércio e a independência da inserção internacional como possível resposta a toda uma era de imperialismos, anterior a 1914, são características que legitimaram o Brasil a se fazer representar sistemicamente, conquanto tenhamos consciência de serem os aspectos práticos da participação nas Guerras o que de fato permitiu essa representação. O Brasil, no processo histórico das Guerras, se mostrou ao mundo enquanto nação.

Nação esta que teria a contribuir para o sistema internacional em reformulação, desde o velho e arcaico Concerto Europeu — arcaico, aliás, como o Império aos olhos da República — até um novo sistema, agora global, com ideais compartilhados com os Estados Unidos já desde os anos de chancelaria do Barão do Rio-Branco.

Destarte, não apenas entendemos que haja na política brasileira grande influência das ideias positivistas de Júlio de Castilhos, sob aspectos da moralidade do governante, como também a noção de o bem público ser espaço para a virtude parece ter influência castilhista. Para Castilhos, “o bem público fundamenta-se na completa reorganização política e administrativa do Estado, sob a luz do princípio ‘conservar melhorando’. Baseia-se também na prosperidade material do Estado [...]” (RODRÍGUEZ, 1980, p. 81). Essa percepção de país que foi herdada por Getúlio Vargas tem como ideal o governante virtuoso e o Estado forte e centralizado como meios para se atingir o desenvolvimento material do país.

O modelo castilhista tinha traços autoritários — se entendermos o autoritarismo como antítese do modelo de democracia liberal, por sua vez muito criticada no início dos anos 1930 —, e por esse motivo, como herdeiro do modelo, Getúlio Vargas tendeu de início a simpatizar com os regimes fascistas de Mussolini e Hitler, porquanto acreditava na necessidade da centralização do poder. “Apoiei a ditadura do velho Borges no Rio Grande do Sul durante um quarto de século e não tive nada a reclamar. Ele [Borges de Medeiros (1863-1961)] agora reclama porque sou ditador há apenas dois anos” (NETO, 2013,

pp. 51-52), disse um presidente Vargas incomodado com as críticas do ex-mentor político em 1932. O recrudescimento que ocorreu desde a fase constitucional do governo Vargas até o Estado Novo, a partir de 1937, deixou clara essa simpatia ao modelo fascista. No dia 11 de junho de 1940, a bordo do encouraçado Minas Gerais, por ocasião de data comemorativa da Marinha, o presidente Getúlio Vargas pronunciou, entre outras tantas, as seguintes palavras:

[...] assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. [...] Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem, somente, os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida⁷⁷.

A crítica aos liberalismos imprevidentes e o elogio às nações fortes e organizadas gerou a impressão nos governos do Eixo de estar o Brasil de Vargas indo ao encontro dos valores defendidos por Berlim, de onde o governo nazista expressava sua satisfação ao tomar conhecimento de que “essas valentes palavras tenham sido pronunciadas pelo homem que é chefe de uma das mais adiantadas nações do continente americano.”⁷⁸ De outro lado, os norte-americanos conquanto tenham tido variadas reações na imprensa, não viam, da parte do governo em Washington, com maiores preocupações o discurso de Vargas. O então Secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, disse ao jornal *The New York Times*, em 13 de junho de 1940, que se tratavam os “ataques do ditador brasileiro ao pensamento democrático de um discurso para o público interno” do país e que as relações “entre o Rio de Janeiro e os EUA jamais estiveram em melhores termos”.⁷⁹

O modelo de liderança incorporado por Vargas não pode ser entendido como autoritário pelo mero apego ao poder, sob pena de cairmos em reducionismo que pouco explicaria a centralidade do cargo de presidente da República na história da primeira metade do século XX no Brasil. Trata-se da ideia de moral que mencionamos ser herdada do pensamento castilhistas. Vargas estava convicto de sua importância como presidente, ao ponto de não medir esforços seus ou de seus familiares em prol do que acreditava ser o melhor para o Brasil. Dois de

77 Brasil. Biblioteca digital da Presidência da República. Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, Capitânea da Esquadra Nacional, a 11 de junho de 1940, grifo nosso. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>. Acesso em: 18 set. 2018.

78 CPDOC / FGV. **Arquivos pessoais**. GV c 1940.06.11. Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha. Vol. XXXIII, p. 95b.

79 Idem, Vol. XXXIII, p. 97a.

seus filhos viviam, ao final da década de 1930, no exterior. Getúlio Vargas Filho (1918-1943), o caçula, estudava em Washington, e Lutero Vargas (1912-1989), o primogênito, estudava em Berlim (NETO, 2013, p. 355). Ambos os filhos se correspondiam regularmente com o pai e passavam-lhe notícias de dois países que eram os mais importantes nas relações comerciais com o Brasil e agentes protagonistas da transformação sistêmica que vinha ocorrendo no mundo. Lutero Vargas, em meio a informes sobre a situação de seus estudos na capital alemã, falava sobre suas impressões acerca do regime nazista, sobre percepções do governo alemão em relação ao governo de seu pai e sobre a situação internacional vista desde Berlim.⁸⁰

A crescente centralização de poder do presidente, tal como a destacamos, ajuda a entender as diferenças nos processos decisórios de participação na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. O que diferencia os papéis de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas em favor do último era “uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional [...]” (VISENTINI, 2007, p. 229).

Ao olhar dos rivais políticos de Vargas, entretanto, tratava-se de autoritarismo, o flerte com os regimes totalitários, e de uma ameaça às instituições nacionais. Quem estivera no poder e não estava mais, por discordância aos rumos tomados no Estado Novo, passava a defender a volta da normalidade democrática, sem deixar de reconhecer o processo de centralização até aquele momento. Entendia-se na oposição a necessidade de combate ao autoritarismo varguista, ainda que cientes de ser “o actual regimen brasileiro a construcção politica que obedece á nossa história”⁸¹. Armando de Salles Oliveira (1887-1945), engenheiro paulista, sócio do jornal o Estado de São Paulo e ex-interventor federal em São Paulo — entre agosto de 1933 e abril de 1935 —, tornou-se inimigo político de Getúlio Vargas ao não conseguir se candidatar a presidente nas eleições que deveriam ser realizadas em 1938, devido ao golpe que criou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937⁸².

Salles Oliveira escreveu manifesto de sessenta páginas no final de 1939 analisando a política do Governo Vargas. Nesse diagrama da situação política, Salles Oliveira reconheceu se tratar a nossa política de uma resultante histórica. Essa resultante, no entanto, não poderia ser lida somente pelo viés autoritário de

80 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. GV c 1939.00.00 / 4. Cartas de Lutero Sarmanho Vargas a Getúlio Vargas.

81 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. FM chp ad 1933.01.13. Documentos referentes a assuntos de política. OLIVEIRA, Armando de Salles. Diagramma de uma situação política. Nova York: 8 dez. 1939, p. 7.

82 CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbete biográfico de Armando de Salles Oliveira. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-de-sales-oliveira>>. Acesso em 12 set. 2018.

Vargas. Ao clamar o dever de o Exército unir o Brasil em torno da democracia e argumentar o possível papel do país em uma futura reunião de nações para estabelecer os caminhos para a paz, Salles Oliveira — tendo escrito em dezembro de 1939, três meses após o início da Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Alemanha à Polônia — parecia profetizar as conferências pós-Segunda Guerra e o papel do Brasil na criação das Nações Unidas.

As democracias, mais uma vez, sahirão victoriosas. Mutiladas na sua physionomia, exauridas no seu sangue, contemplando a floresta de novas Cruzes dos seus herões, a Inglaterra e a França continuarão a sustentar a flamula da inviolabilidade do espirito e da consciencia do homem. A sua força moral, perante o mundo, será immensa. Revestidos de uma incomparavel autoridade, os seus representantes terão que propôr á conferencia das nações normas de vida que impeçam a renovação periodica da hecatombe. O mundo terá de resolver o seu unico problema — o da paz. Desgraçadas das nações que não estiverem preparadas para se sentar com dignidade á mesa daquella conferencia, sobretudo quando possuam vastas riquezas inexploradas e uma densidade minima de população [...]

Se o Brasil comparecer seguro de si mesmo a essa reunião das nações, para decidir sobre os caminhos da paz, terá sido porque, levado na corrente da sua historia e impellido pela ordem imperiosa que emana das estatuas de seus grandes filhos, restabeleceu a lei e a dignidade em seus dominios. Se o Brasil, passada esta tormenta, verificar que está com seu patrimonio moral e material intacto, terá sido porque Deus decretou que em certa parte do Atlantico Sul uma grande nação se deve levantar, pelo braço dos seus filhos, daquelles mesmos que a formaram em quatro seculos de luctas. Terá sido porque, em certo ponto do declive por onde se despenhava a existencia nacional, um punhado de homens, pondo-se á altura do destino, se decidiu a agir.⁸³

Contrário ao modelo que Castilhos propunha na primeira constituinte republicana estava o modelo apresentado por Ruy Barbosa (1849-1923). Essa proposta venceu, com clara ênfase no institucionalismo federativo que vigorou no documento de 1891 e na maior parte do período que conhecemos por Primeira República, ou República Velha. A ênfase no institucionalismo também teve seus reflexos na política nacional dos anos antes e durante a Segunda Guerra, mais uma vez criando atrito com o modelo centralizado na figura do presidente. Um exemplo disso é a tensão crescente de Oswaldo Aranha com os aspectos nada democráticos do Estado Novo de Getúlio Vargas (HILTON, 1994, pp. 186 e 263).

O pensamento de Ruy Barbosa era a antítese da ideia castilhista de

83 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. FM chp ad 1933.01.13. Documentos referentes a assuntos de política. OLIVEIRA, Armando de Salles. Diagramma de uma situação política. Nova York: 8 dez. 1939, p. 51.

suprema autoridade centrada na figura do presidente da República. O senador baiano teve forte influência nos debates durante a Primeira Guerra Mundial, e possivelmente fosse detentor de um dos maiores acervos sobre o tema no país, com incríveis 1.700 títulos (CARDIM, 2007, p. 22).⁸⁴

Cardim (2007) fez um apanhado das leituras feitas por diversos autores acerca da atuação, do pensamento e das contradições de Ruy Barbosa. Percebe-se, nesta obra, “A raiz das coisas”, que, mesmo tendo sido Ruy Barbosa um crítico dos desvios das funções inicialmente atribuídas às instituições na Constituição de 1891, ele era pragmático ao defender um “centro de equilíbrio e de realismo sobre as potencialidades do país” (CARDIM, 2007, p. 29).

Nesse sentido, Ruy Barbosa e Oswaldo Aranha, cada um a seu tempo, tiveram papel importante ao contrabalançar o poder central do presidente da República. Poder-se-ia argumentar que isso foi mais visível na relação Aranha-Vargas, devido ao Estado Novo. Ruy Barbosa, porém, conquanto não tenha vivido situação de ausência democrática, como a vivida por Oswaldo Aranha, em 1937, com o início do Estado Novo, “passou a ser um severo crítico da experiência presidencialista brasileira” (CARDIM, 2007, p. 31). Durante a Primeira Guerra Mundial, esforçou-se pelo alinhamento do Brasil com um dos dois grupos beligerantes, a Tríplice Entente. Ruy Barbosa e Oswaldo Aranha se assemelhavam na crença de um liberalismo democrático institucional, por vezes tratado por ambos como civilizatório.

Para justificar essa assertiva, cabe primeiramente mencionar que Ruy Barbosa via na Guerra iniciada em 1914 um embate entre os países da Tríplice Entente, agredida, representantes dos valores caros a ele, e a Alemanha, agressora, representante da barbárie (COMPAGNON, 2014, pp. 82-94), ao ponto de ter aceito ser o presidente de honra da Liga Brasileira pelos Aliados (LBA), instituição fundada em 17 de março de 1915 com o intuito de “prestar apoio moral e caritativo às nações que lutam contra o imperialismo e o militarismo alemães”⁸⁵. Ruy Barbosa, assim como boa parte da elite política brasileira à época, via a França como “mãe de todas as liberdades”, “mãe das letras e das artes” e, por esses motivos, “o culto à França é antes de tudo o culto a Paris, que sintetiza os dois precedentes e passa então pelo verdadeiro centro da civilização ocidental” (COMPAGNON, 2014, pp. 87-89).

84 Esse acervo está disponível para pesquisa na Fundação Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

85 Escritos sobre a LBA estão disponíveis em arquivos da chancelaria francesa (MAE-ADN apud COMPAGNON, 2014, p. 76). A LBA teve grande importância no contexto da Primeira Guerra Mundial no Brasil porque, já em março 1915, com o país sob política de neutralidade desde agosto de 1914, a Liga foi fundada com presença de influentes formadores de opinião na sociedade brasileira. A proposta inicial foi de um burocrata, Augusto Araújo Gonçalves, e do capitão do Exército Eliseu Montarroyos (CLARO, 2014, p. 293).

Quanto a Oswaldo Aranha, sua defesa pelo alinhamento com os EUA e os Aliados tinha nuances mais pragmáticas. Aranha acumulou experiências como Ministro da Fazenda, Embaixador e Ministro das Relações Exteriores entre 1931 e os anos da Segunda Guerra Mundial, ao ponto de saber do peso econômico e financeiro para o Brasil de uma escolha entre Estados Unidos e Alemanha (MROS, 2016, pp. 67-90). Os anos dedicados à política exterior do país tinham como traço perceptível a “continuidade intelectual e prática do Barão do Rio Branco, ao defender Oswaldo Aranha a soberania e os interesses brasileiros...” (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013, p. 674).

Os argumentos civilizatórios, no entanto, eram praxe no linguajar da política na primeira metade do século XX, e Oswaldo Aranha os dominava: “A paz não é uma ilusão, uma aspiração, mas uma necessidade essencial ao resguardo da civilização mundial” (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 875).

O ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas conquanto tivesse sérias objeções ao centralismo na figura do presidente, assim como Ruy Barbosa, tinha o pragmatismo como objetivo final, e deixava isso claro quando mencionava, por exemplo, a importância do movimento de 1930.

A revolução de outubro de 1930 foi, como a independência, a regência, e a libertação dos escravos, um chamamento à realidade nacional. Esse é o grande título daquele movimento que pode ser condenado nos seus homens, nem todos libertos desse passado de abstração e cobiça, de vaidade e intolerância, mas se redime em sua afirmação na história. Foi sem dúvida o mais objetivo e realista de nossos movimentos políticos e provocou, mesmo através do seu período ditatorial de inspiração mais internacional do que nacional, a retomada do processo atual do império da lei popular, essência de todo destino democrático, como o do Brasil (AITA; AXT, 1999, p. 261).

Tão importante quanto entender esse panorama político do Brasil das duas Guerras Mundiais, de tensão entre o poder central do presidente da República e o pensamento institucionalista liberal, é traçarmos o papel das Forças Armadas para o país.

Figura 8 — Ruy Barbosa e a visão da Guerra como conflito entre civilização e barbárie, fiel aos princípios defendidos por ele na Segunda Conferência da Paz de Haya em 1907



Fonte: **Revista O Malho**, Capa, Ano XIII, n. 621, Rio de Janeiro, 8 ago.1914.
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/27986>>. Acesso em 18 dez. 2018.

2.4 As Forças Armadas do Brasil

Desde a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as Forças Armadas (FFAA), em sentido mais amplo, ou o Exército brasileiro, no sentido estrito, têm sido protagonistas na história do Brasil. Nesse sentido, nos cabe em uma obra sobre o envolvimento do país nas duas Guerras Mundiais tratar do panorama da caserna neste período.

A tese de que o Exército brasileiro foi “inventado” (CASTRO, 2002, p. 10) segue a ideia de invenção das tradições contida na obra organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2017)⁸⁶, com a qual concordamos e partimos para entender a importância dessa instituição no plano mais geral da política brasileira. Ou seja, “o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da Nação brasileira” (CASTRO, 2002, p. 13).

Essa construção do papel institucional do Exército teve início logo nos primeiros anos de República e passou por diferentes estágios de importância. Desde o início, entretanto, o alistamento era um problema, uma vez que no Império, o serviço militar tinha caráter punitivo, era castigo o recrutamento forçado a indivíduos de baixas camadas sociais (CARVALHO, 2005, p. 23).

Para diminuir a marginalização do soldado e melhorar o recrutamento foi instituída uma lei do sorteio militar. Desde 1896 já havia a aproximação do serviço militar com os jovens de classe média por meio da criação da Confederação Brasileira de Tiro. Foi, no entanto, com Hermes da Fonseca, como ministro da Guerra do presidente Afonso Pena, que houve um trabalho junto ao Congresso para aprovação da lei do sorteio em 1908 (CARVALHO, 2005, p. 22).

Entre 1906 e 1912 um grupo de jovens oficiais havia estagiado no Exército alemão, graças a uma emenda no orçamento do Ministério da Guerra, aprovada em 1906, e, um ano após retornarem, fundaram a revista *A Defesa Nacional* (RODRIGUES, 2007, pp. 2-3). Esse grupo, por ter à época um caráter reformador e amplamente favorável à modernização do Exército, era chamado de jovens turcos, em menção pejorativa aos reformadores de Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938) na Turquia (CARVALHO, 2005, p. 23).

Os jovens turcos, por meio da revista *A Defesa Nacional*, expressavam suas principais propostas: profissionalização do militar; modernização do Exército por meio da compra de material bélico alemão e a vinda de uma missão de instrução militar alemã ao Brasil; ampliação de ferrovias; criação de uma indústria de base; ampliação do ensino em escolas militares; e colocação em

⁸⁶ Nesta obra alguns historiadores se debruçaram sobre o poder simbólico na criação de tradições que servem de amálgama para culturas e identidades sociais em diferentes estágios ritualísticos.

prática da lei do sorteio de 1908 para o alistamento militar.⁸⁷

Desde as primeiras medidas de modernização do Exército brasileiro, com o advento da República, as relações entre os oficiais foram de forte espírito de corporativismo, pois “não juravam obediência à Constituição, e sim a seus superiores, de modo que os laços pessoais tinham papel importante na manutenção da disciplina” (McCANN, 2007, p. 373).

Nesse sentido, o papel importante da intelectualidade do oficialato foi elemento impulsionador para reformas das instituições de ensino militares, no intuito de garantir que os quadros pudessem ser aperfeiçoados e tivessem papel preponderante na República.

O Exército brasileiro na configuração do Estado-nação conformava-se junto dele para se garantir e assegurar as instituições e as aspirações republicanas. Nesse sentido, a formação de quadros de oficiais, ao longo da Primeira República, foi movida por reestruturações que procuraram corresponder às funções intelectuais que esses oficiais exerceriam na estrutura burocrático-administrativa do Estado. De modo que se formavam oficiais do Exército com bases científicas amplas para o exercício de suas funções, mas eram as circunstâncias históricas os fatores determinantes da formação que definiam a função, ora se evidenciando os aspectos de suas funções intelectuais generalistas, ora as profissionais (GRUNENNWALDT, 2005, p. 234).

Essa construção do oficial como sujeito de competência diferenciada foi sendo fortalecida no imaginário da sociedade brasileira à medida que o Exército foi aprofundando o profissionalismo de seus quadros. McCann (2007, p. 547) destaca que, conquanto tenha havido leitura de parte da historiografia especializada de ser o Exército o substituto do poder moderador, somente a partir do governo Vargas, nos anos 1930, esse papel foi efetivamente cumprido.

Pode-se dizer que o papel preponderante do Exército durante as décadas de 1910 foi de passar do controle semiprivado das Forças Armadas para uma instituição minimamente com anseios mais conectados ao interesse nacional. Solução do problema do alistamento, crescimento do efetivo, treinamento mais profissional de praças e soldados — nesse ponto com forte contribuição da Missão Militar Francesa (MMF) nos anos 1920 — e centralização do poder decisório foram elementos perceptíveis nesse período. Os jovens turcos já em 1916 defendiam a implantação de uma indústria nacional do aço, o que ocorreria só no governo Vargas (CARVALHO, 2005, pp. 59-61).

Em 12 de janeiro de 1918, já no último ano da Primeira Guerra Mundial, a Guarda Nacional⁸⁸ foi extinta (SODRÉ, 2010, p. 253). Essa instituição era

87 CPDOC/FGV. **Verbete sobre os jovens turcos.** Autoria de Cristina Monteiro de Andrada Luna. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

88 A Guarda Nacional foi uma força de segurança criada em 1831, durante o período regen-

bastante identificada com o Império. Tratou-se de uma transição lenta, que passaria ainda pela década de 1920, dos movimentos tenentistas, para chegar ao que Sodré (2010) chamou de fase nacional⁸⁹.

Antes de chegar ao governo Vargas, porém, o Exército passou por uma importante mudança conceitual nas doutrinas de treinamento, resultante dos trabalhos realizados pela MMF.

O Brasil resolveu contratar uma missão estrangeira para instruir o Exército, porque as autoridades políticas, principalmente o ministro Pandiá Calógeras, perceberam a necessidade de instituir uma força de terra orgânica e próspera, atendendo ao diagnóstico dos graves problemas detectados, que assinalava a carência de efetivo, de armamentos e de preparo militar.

É importante ressaltar que o Exército Brasileiro, antes da chegada da MMF, estava completamente desarmado e que, quando se tem um exército totalmente carente, como no caso do Brasil, o material importado [assunto de muita polêmica à época da MMF], mesmo velho e fora de uso para *países desenvolvidos* [destaque no original], permite que os ensinamentos teóricos se transformem em exercícios práticos (BELLINTANI, 2009, pp. 541 e 545).

A escolha da França como país a enviar a missão de instrução se deveu à admiração que era nutrida desde o final da década de 1910 por aquela cultura, “vitoriosa na recente guerra mundial” (CASTRO, 2002, p. 18).

Um dos principais responsáveis pela reforma do ensino nas escolas de formação do Exército foi o paraibano José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959). José Pessoa era irmão de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930) — importante personagem do movimento que levou Getúlio Vargas ao governo do país, em 1930 — e sobrinho de Epietácio Pessoa (1865-1942) — presidente do Brasil de 28 de julho de 1919 a 15 de novembro de 1922. Após ter estagiado na Escola Militar de Saint-Cyr, na França, em 1918, tomou parte como comandante de pelotão no 4º regimento de Dragões da Infantaria mecanizada francesa durante a Primeira Guerra Mundial⁹⁰.

Desde o Império até a primeira década do século XX os oficiais militares do Brasil eram formados pela Escola Militar da Praia Vermelha (CARVALHO, 2005, p. 24). Posteriormente, já como Escola Militar do Realengo, criada em 1913, houve importante reforma do ensino, idealizada por José Pessoa. Boa parte dos elementos

cial. Durante o Império do Brasil tinha como função manter a integridade do país, primar pela obediência pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras. Era subordinada ao Ministro da Justiça e aos presidentes de províncias.

89 Nelson Werneck Sodré em seu *História Militar do Brasil* (2010) dividiu a obra em três fases: fase colonial — desde o descobrimento até a Independência —; fase autônoma — desde a Independência até 1930 —; e fase nacional — a partir do governo Vargas.

90 CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Verbetes biográficos de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/jose_pessoa>. Acesso em: 20 dez. 2018.

simbólicos da ocasião dessa reforma estão presentes até hoje no Exército brasileiro.

No início do governo Vargas, em 1930, José Pessôa foi nomeado diretor da Escola do Realengo. A principal meta da reforma que Pessôa pretendia fazer era atingir “a alma e o coração dos jovens candidatos a oficial” por meio de “conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada ao que se considerava serem os valores nacionais mais profundos” (CASTRO, 2002, pp. 42-43).

José Pessôa mudou o uniforme dos cadetes — com motivos inspirados no Império, na campanha contra Rosas em 1852 —, deu grande importância ao espadim — consagrando uma mudança da figura do herói, antes o Marquês do Herval, General Osório (1808-1879), para a do Duque de Caxias (1803-1880) —, mudou estandarte, mudou brasão de armas e reutilizou o título de cadete para designar os alunos da escola. O título antes era uma deferência exclusiva da aristocracia e passou a representar a ascensão social possível, por meio da meritocracia, característica que se pretendia dar às instituições militares (CASTRO, 2002, pp. 38-49).

A escola mudou de nome, em 1951, para Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), conquanto esta já estivesse sediada no município de Resende – RJ desde 1944⁹¹.

Figura 9 — Brasão da AMAN



A torre representa a escola e ao fundo há o pico das Agulhas Negras.

Fonte: Revista da Escola Militar, n. 37, apud CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, ilustração n. 4.

⁹¹ O símbolo do pico das Agulhas Negras, contido no brasão da escola, veio antes da mudança para Resende, no Rio de Janeiro. Este era considerado à época o ponto mais alto do Brasil.

Nos anos 1930, os militares ganharam protagonismo no governo de Getúlio Vargas quando chegaram junto com o político gaúcho ao poder. Importantes nomes de eventos ocorridos na década de 1920, como Juarez Távora (1898-1975) e o general Góes Monteiro, estavam agora em um mesmo governo, com objetivos pragmáticos que foram sendo direcionados, na constatação das fragilidades bélicas do país, para a necessidade de uma indústria forte de base (MROS, 2011a, pp. 93-99).

O papel dos militares na conjuntura da Segunda Guerra, apesar da vasta historiografia, pode ser visto sob interpretações nem sempre consensuais. Conquanto Seitenfus (1996, pp. 138-144), por exemplo, tenha defendido que o Brasil já tinha seus aliados definidos em 1938, Vigevani (1996, pp. 62-63), na mesma obra, menciona que as FFAA chegaram às vésperas do conflito sem uma escolha definida.

Estratégico para o desenvolvimento do país, o Exército brasileiro passou por grande amadurecimento institucional no período que envolveu as duas Guerras Mundiais. Desde a luta dos jovens turcos em prol da profissionalização militar até o desembarque na Europa de uma força expedicionária de vinte e cinco mil homens, o Exército brasileiro protagonizou boa parte da reificação da identidade nacional do país.

2.5 Rupturas e continuidades estratégicas do Brasil de 1914 a 1945

As mudanças ocorridas no Brasil entre os anos que vão desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, em 1914, até a rendição das forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial, em 1945, são por vezes tratadas na historiografia como sendo partes de dois distintos tempos históricos: Primeira República ou República Velha e Período Vargas. Argumentamos, no entanto, que essa divisão não permite a leitura do processo de inserção do Brasil no escopo da ressignificação sistêmica que ocorreu no conjunto das duas Guerras.

O tempo histórico proposto por nós, portanto, remete ao período de 1914 a 1945 como o tempo de uma tomada de consciência dos governos brasileiros acerca do papel do país no mundo, do senso de oportunidade que a inserção internacional do Brasil na ressignificação sistêmica que se desenhou entre as duas Guerras poderia representar para os interesses nacionais.

A política, marcada pelo centralismo presidencial em tensão com o institucionalismo defendido por Ruy Barbosa e Oswaldo Aranha, foi a dimensão na qual os protagonistas do processo decisório souberam acomodar os direcionamentos dados pelos eventos.

Os militares, atores da construção identitária prevalecente na sociedade brasileira em meio aos debates de qual dos grupos seguir na Primeira e na Segunda Guerras, souberam firmar nos símbolos nacionais os elementos

necessários para uma identidade própria do Brasil.

Essas conclusões, resultantes do panorama ora apresentado, são partes do fio condutor que nos leva, agora, para uma análise da geopolítica do entorno imediato do Brasil em relação aos vizinhos, durante as duas Guerras, e em relação ao poderoso ator geográfico com papel preponderante nos conflitos, o oceano Atlântico.

CAPÍTULO 3

GEOPOLÍTICA REGIONAL: ENTRE A RIVALIDADE SUBSISTÊMICA, A NEUTRALIDADE SISTÊMICA E A INSERÇÃO PELO ISOLAMENTO

“Ante la prosperidad, ante la historia, todo gran pueblo debe aparecer como una vegetación cuyo desenvolvimiento ha tendido armoniosamente a producir un fruto en el que su savia acrisolada ofrece al porvenir la idealidad de su fragancia y la fecundidad de su simiente” (RODÓ, 2012, p. 79).

3.1 O Inferno Narrativo

Uma frase atribuída a John Fitzgerald Kennedy (1917-1963)⁹² dizia que “no inferno os lugares mais quentes estão reservados àqueles que optaram por manter a neutralidade em tempos de crise moral”⁹³. Conquanto Kennedy remetesse essa frase à Divina Comédia de Dante Alighieri (1265-1321) (2003), a própria biblioteca em memória do ex-presidente dos EUA explica que a frase não se encontra na obra de Alighieri, mas sim uma outra assertiva que guarda “certa similaridade”⁹⁴. No entanto, se tomarmos como referência o texto escrito no século XIV, no Canto Terceiro da Primeira Parte, mais conhecida como “Inferno”, Dante (2003, p. 18) dizia algo que muito pouco lembraria a noção de neutralidade do século XX:

Faz-lhes companhia um grupo de anjos mesquinhos, que a Deus não manifestaram (sic) nem fidelidade, nem rebeldia, pensando apenas em si mesmos. Foram, com desdouro, expulsos dos céus; nem o inferno profundo os acolhera, pois os anjos rebeldes se jactariam de lhes serem superiores em algo.

É possível que Kennedy sequer tenha lido a Divina Comédia, e é provável que talvez ele tenha apenas ouvido essa referência aos neutros em narrativas anteriores ao seu próprio uso da expressão.⁹⁵

92 John F. Kennedy foi o 35º presidente dos Estados Unidos, entre 20 de janeiro de 1961 e 22 de novembro de 1963, quando foi assassinado.

93 [Tradução nossa]. No original em inglês: “the hottest places in Hell are reserved for those who in time of moral crisis preserve their neutrality”. Disponível em: <<https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/life-of-john-f-kennedy/fast-facts-john-f-kennedy/john-f-kennedy-favorite-quotations-dantes-inferno>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

94 Idem.

95 Nos EUA há quem defenda que o uso equivocado do trecho da obra de Dante Alighieri,

A neutralidade dos países latino-americanos durante boa parte das duas Guerras Mundiais foi tema premente para os governos da região, e também para a imprensa e os intelectuais. A disputa de narrativas se dava tanto por parte de quem defendia a neutralidade quanto por parte de quem queria entrar no conflito ao lado de um dos dois grupos beligerantes — sejam eles os Aliados, de um lado, ou os Impérios Centrais, de outro, na Primeira Guerra; ou os Aliados, de um lado, contra as Potências do Eixo, de outro, na Segunda Guerra (COMPAGNON, 2014; RINKE, 2017; LEONARD; BRATZEL, 2007; HUMPHREYS, 2016).

O uso de argumentos embasados em erudição exerceu autoridade moral para defender pontos de vista conflitantes acerca do papel das Américas na grande convulsão sistêmica que foram as Guerras Mundiais.

Neste capítulo, trataremos da relação entre Brasil e Argentina, rivalidades históricas na região, e tangencialmente da relação entre a potência norte-americana com os demais países das Américas.

Destarte, seguimos um passo adiante em nosso argumento central. De posse da ideia de ter havido ressignificação sistêmica e da ideia de serem os eventos atinentes às duas Guerras Mundiais um *continuum* no tempo histórico brasileiro, agregamos ao argumento o papel do subsistema sul-americano junto ao sistema internacional. Entendemos que a neutralidade inicial teve relação direta com os posicionamentos dos EUA, a rivalidade regional entre Brasil e Argentina e as dificuldades de os países latino-americanos se posicionarem frente aos desafios que as Guerras impuseram política e economicamente.

Conquanto já tenhamos tratado do conceito de sistema internacional, cabe aqui observar que o subsistema sul-americano tem características próprias que datam do século XIX, quando da formação dos Estados na região, decorrente dos processos de independência das colônias. “É possível que em algumas regiões culturalmente unidas, mas politicamente divididas, surja um sistema de Estados subordinado que reproduzirá em miniatura as características gerais do sistema internacional como um todo” (MUÑOZ, 2012, p. 38). Essa relação entre sistema e subsistema tratada por Muñoz é amparada em autores que se dedicaram a entender as relações históricas das potências levando em consideração uma certa hierarquia de poder entre elas, mesmo que, em princípio, seja o sistema internacional anárquico (BULL, 2002; SHEEHAN, 1996; WIGHT, 2002).

Nesse sentido, as características do subsistema sul-americano têm forte relação com a história da rivalidade entre Brasil e Argentina, herdada, em parte,

proposital ou não, data de muito antes de Kennedy, tendo sido encontrado em discursos de Theodore Roosevelt (1858-1919), em 1915, e em um jornal do Texas de 1944, ambos os períodos de muita discussão sobre neutralidade ou participação nas Guerras Mundiais por parte dos EUA e dos países da América Latina. Disponível em: <<https://quoteinvestigator.com/2015/01/14/hottest/#return-note-10413-7>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

das disputas ibéricas entre Portugal e Espanha nos territórios de suas colônias (HEINSFELD, 1996, pp. 35-58; GOES FILHO, 2015, pp. 157-165 e 195-238), passando por guerras na região platina (DORATIOTO, 2014, pp. 13-40) e por litígio territorial resolvido por meios diplomáticos em 1895 — essa sendo a primeira grande vitória do Barão do Rio-Branco (GARCIA, 2017, p. 137; HEINSFELD, 1996, pp. 59-91; MAGNOLI, 2005, p. 17; FRAGA, 2005, pp. 28-31).

É no século XX, no entanto, quando Brasil e Argentina assumem posturas diferentes frente às duas guerras mundiais, que a rivalidade entre os dois países e a geopolítica subsistêmica passam a ser uma ameaça à estabilidade regional.

3.2 América Latina nas Guerras Mundiais: o isolamento forçado

Apresentamos, a seguir, alguns pontos relativos ao tema do envolvimento da América Latina nas Guerras Mundiais. Cremos que a palavra envolvimento seja adequada, porquanto mesmo aqueles países que não foram afetados diretamente, como o foi o Brasil, tiveram algum envolvimento por meios diplomáticos ou tiveram o comércio afetado de alguma forma.

Não se pretende esgotar ou apresentar uma lista completa de autores, livros e documentos sobre o assunto, uma vez que essa tarefa seria utópica e de pouca utilidade. Trataremos das abordagens que foram importantes para o debate ao qual somamos nossa contribuição por meio de documentos pesquisados em arquivos e na bibliografia especializada.

Chamamos a atenção, inicialmente, para um aspecto relativo à constante nomenclatura presente em trabalhos acadêmicos, livros, etc.: o conceito de América Latina em detrimento do conceito de América do Sul.

Boa parte dos historiadores de fora da região, quando não abordam um ou dois países diretamente⁹⁶, preferem utilizar o termo América Latina em lugar de América do Sul ou América Central. Intitulam “Latin America and the First World War” (RINKE, 2017), “Latin America during World War II” (LEONARD; BRATZEL, 2007) ou “Latin America and the Second World War” (HUMPHREYS, 2016), apenas para citar três trabalhos dedicados a esta temática.

Foi na década de 1830, ainda na conjuntura dos movimentos de independência, que o termo América Latina surgiu como contraconceito ao monroísmo norte-americano de 1823⁹⁷. “O panlatinismo, defendido pelo francês Michael

⁹⁶ Ainda assim, COMPAGNON (2014), por exemplo, conquanto tenha feito um estudo comparado sobre Brasil e Argentina na Primeira Guerra Mundial, trata-os em seu subtítulo como “a América Latina e a Grande Guerra”.

⁹⁷ A partir de um pronunciamento do presidente dos EUA, James Monroe (1758-1831), em 02 de dezembro de 1823, este país passou a defender uma doutrina de não-intervenção dos países europeus nas questões atinentes aos países de todo o hemisfério americano. Monroe falava em “América para os americanos” (GARCIA, 2017, p. 67). Conquanto de início

Chevalier [...] buscava dar suporte ideológico para a restauração da preeminência da ‘raça’ latina, sob a liderança da França” (SANTOS, 2014, pp. 37-38).

Durante boa parte do século XIX o que hoje conhecemos por América do Sul era chamada de América Meridional e a ideia de América do Sul incluía toda a América “ao sul do rio Grande, que separa o Texas do México” (SANTOS, 2014, p. 39), ou seja, o que hoje entendemos por América Latina. O uso da expressão América Latina foi sendo construída por meio de livros, discursos e até mesmo poemas. Em um destes poemas, aliás, a expressão apareceu publicada pela primeira vez. Foi em “Las dos Américas”, poema escrito pelo diplomata colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889), em fevereiro de 1857, no periódico parisiense *El Correo de Ultramar*⁹⁸.

Com o uso do termo América Latina, célebres pensadores como o chileno Francisco Bilbao ou o colombiano José María Torres Caicedo puderam reivindicar autonomia cultural e política em contraste com o que consideravam uma excessiva influência anglo-saxônica (RINKE, 2017, p. 24)⁹⁹.

Tão importante quanto o poema de 1857 foi o discurso que Caicedo fez dez anos depois, acerca da situação de desconhecimento que ainda pairava sobre a América Latina para os europeus, em especial para os franceses. Na ocasião — em 30 de agosto de 1867 —, como presidente do Comitê de Arqueologia Americana da França, Caicedo fez uma ampla comparação entre a América Latina e a América anglo-saxã. Começou chamando a atenção da plateia que o ouvia para a necessidade de conhecerem mais a respeito da “raça latina”¹⁰⁰. Seu discurso se ateve à América de língua espanhola — ele não mencionou o Brasil, nem mesmo quando disse estarem essas terras erroneamente livres do escravismo. Caicedo fez um apanhado dos medos que chegavam até os ouvidos franceses: clima, tremores de terra, serpentes e revoluções constantes. Ora, Caicedo ressaltou que as diferenças se deram nos processos de colonização das duas Américas, a latina e a anglo-saxã, e clamou ao auditório que jamais confundissem as idiosincrasias latino-americanas com um suposto antieuropeísmo. “Todo homem tem duas pátrias”, disse

não tenha havido da parte dos tomadores de decisão de Washington mais que um “wishful thinking” (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 336), a Doutrina Monroe foi revisitada diversas vezes ao longo da história da relação entre os EUA e a América Latina.

98 *El Correo de Ultramar*, año 16, Paris, 15 fev. 1857. Disponível em: < <http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

99 [Tradução nossa]. No original em inglês: “With of the use of the term Latin America, famous thinkers such as Chilean Francisco Bilbao or Colombian José María Torres Caicedo could make a claim regarding cultural and political autonomy in contrast to what they perceived as excessive Anglo-Saxon influence”.

100 *El Correo de Ultramar*: parte literaria ilustrada. Tomo XXXI, año 27, nº 799, Paris, 1868, pp. 290-292. Gobierno de España, Ministerio de Cultura y Deporte. Biblioteca Virtual de Prensa Histórica. Disponível em: <http://prensahistorica.mcu.es/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000228067&posicion=2&presentacion=pagina>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Caicedo, “...a sua própria e a França”¹⁰¹. Essa característica do pensamento latino-americano, de ter a França como modelo civilizatório, esteve presente quando do início da Primeira Guerra Mundial e fez das políticas de neutralidade na região mera formalidade tendente aos Aliados, pois, como lembra Compagnon (2014, p. 60), a “[n]eutralidade não rima necessariamente com passividade”.

Ao longo do século XX, portanto, os países sul-americanos reforçaram uma identidade própria que já vinha sendo trabalhada desde o século anterior. Essa identidade, no entanto, não esteve necessariamente ligada aos países geograficamente mais próximos dos EUA e buscou distinguir a América do Sul como ator geopolítico, dentro das Américas como um todo, e até mesmo em relação ao restante da América Latina (SANTOS, 2014, pp. 33-61). Talvez essa tenha sido uma tentativa de manter o maior afastamento possível das intervenções dos Estados Unidos em seu entorno geoestratégico mais próximo, região hoje chamada de América Central.

No Brasil, essa percepção veio com o Barão do Rio-Branco ao reconhecer a legitimidade do Corolário Roosevelt como uma espécie de revisão da Doutrina Monroe (BUENO, 2003, pp. 146-154; SANTOS, 2018, pp. 385-402) e estabelecer maior aproximação com os EUA no papel de aliado sul-americano e de candidato a liderança dessa região por meio de uma “aliança não escrita” (BURNS, 1966, pp. 204-209).

Na prática, o Brasil transferiu o eixo de sua política externa, que no Império era voltada para a Europa, e agora tinha os EUA como principal destino, prova disso foi a criação da primeira embaixada do Brasil em Washington, em 1905, a cargo de Joaquim Nabuco (1849-1910) (BUENO, 2003, pp. 155-167)¹⁰².

A identidade latino-americana, portanto, mais genérica que a sul-americana, está ligada ao pensamento geopolítico das lideranças na região, herdado daqueles que formaram o *corpus* nacional dos Estados surgidos no século XIX e avançado pelos intelectuais da primeira metade do século XX (PRADO, 2008, pp.583-615).

A geopolítica, conceito criado pelo sueco Rodolfo Kjellén (1864-1922), “querendo dar uma marca política, e não mais predominantemente geográfica, aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados” (MATTOS, 2011, p. 86), nos permite analisar o subcontinente americano por meio de três aspectos: espaço, liberdade de movimentos — esses dois

101 Idem.

102 O Barão logo percebeu nos EUA o crescimento como potência não apenas regional, mas também com forte vocação para atuar de maneira mais assertiva no sistema internacional (CERVO; BUENO, 2011, p. 191). A Doutrina Monroe revisada como Corolário Roosevelt, ao tempo da chancelaria de Paranhos Jr., já era uma versão mais dura em relação àquela originalmente surgida em 1823. A Presidência de Theodore Roosevelt — 1901 a 1909 — tinha como mote a famosa política do Big Stick, que consistia em falar suavemente com seus interlocutores (em especial os vizinhos mais próximos), mas ter sempre um porrete à mão (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 125).

primeiros quase indissociáveis — e coesão interna (MATTOS, 2011, p. 35).

As duas Guerras Mundiais representaram a possibilidade de uma manifestação conjunta do subsistema sul-americano, mesmo que tenha havido respostas diferentes tanto à neutralidade quanto à beligerância, tanto na Primeira Guerra quanto na Segunda Guerra. Vejamos o primeiro aspecto: o espaço geoestratégico. Havia por parte dos países da região a forte relação comercial com os mercados consumidores europeus através do oceano Atlântico. A guerra submarina surgida durante a Primeira Guerra, e bastante aperfeiçoada na Segunda Guerra, foi elemento desestabilizador de economias que dependiam quase exclusivamente da via marítima.

A estratégia de guerra de curso alemã, prejudicial ao subsistema, surgiu da seguinte forma na Primeira Guerra Mundial (ALVES DE ALMEIDA, 2013, pp. 356-358, grifos nossos):

Em 1917 o marechal Hindenburgo diria que “a guerra estará ganha se pudermos suportar até que o submarino tenha completado sua obra”, numa clara alusão à eficiência dessa concepção estratégica naval, a chamada guerra de curso.

[...]

Em fevereiro de 1915 os alemães declararam como zona de guerra as águas, inclusive a atlântica e o canal da Mancha, que cercavam a Grã-Bretanha e a Irlanda. Nessa região, os navios mercantes que se dirigissem às ilhas britânicas e saíssem delas podiam ser postos a pique sem que se pudesse garantir a segurança dos tripulantes e dos passageiros. Evidentemente, em razão da superioridade inglesa no mar nessa região, os alemães não mais usaram navios corsários para atacar os navios mercantes nessa zona de guerra, mas sim os submarinos.

[...]

Durante a guerra os alemães construíram 372 submarinos, que exigiam tripulações que chegaram a 11 mil oficiais e marinheiros.

Na Segunda Guerra Mundial a estratégia marítima alemã foi aperfeiçoada e aumentou os prejuízos do subcontinente americano (CABRAL, 2013, pp. 396-397, grifos nossos):

A principal lição aprendida pelos alemães na Primeira Guerra Mundial foi superar a premissa em que deviam buscar estabelecer o equilíbrio estratégico com a Royal Navy mediante a vitória em uma batalha naval decisiva, conforme indicava a teoria do almirante americano Alfred T. Mahan. Esse objetivo estratégico era muito difícil de ser alcançado devido à insuficiência dos meios navais nazistas e à enorme superioridade britânica. Uma solução seria atingir a Grã-Bretanha naquilo que consideravam a sua principal vulnerabilidade estratégica: a dependência do comércio marítimo para o abastecimento.

[...]

Os nazistas colocaram em uso durante o conflito 1.153 submarinos, conhecidos como U-Boots (Unterseeboot), dos mais variados tipos e tamanhos.

[...]

As principais missões dos U-Boots eram as ações de ataque em apoio à frota e às rotas comerciais. O Almirantado alemão dava liberdade de ação ao chefe da *U-Bootwaffe* e se limitava a repartir os submarinos entre os teatros de operações do mar do Norte, Atlântico e Mediterrâneo.

As dificuldades geradas ao comércio entre as Américas e a Europa através do oceano Atlântico fortaleceram a unicidade geopolítica para os países da região, tanto no subsistema sul-americano quanto em todo o resto do hemisfério americano, inclusive para a potência norte-americana. Pois, se é verdade que o “Atlântico não foi o teatro principal da Grande Guerra” (ALVES DE ALMEIDA, 2013, p. 366), também é relevante o fato de que os bloqueios desde o Mar do Norte àquele tempo já igualavam a situação de isolamento dos países no hemisfério americano. A Segunda Guerra Mundial, entretanto, “provocou o fortalecimento das relações diplomáticas entre as nações americanas, o pan-americanismo, e o aumento da intensidade das relações econômicas entre os países americanos e os Estados Unidos” (CABRAL, 2013, p. 409).

O pan-americanismo¹⁰³, movimento que já existia no campo das ideias desde o primeiro quarto de século XIX, recebeu novas dimensões entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Passou a ser o elemento agregador que os EUA buscaram utilizar para exercer sua liderança junto aos demais países americanos como mudança de uma postura isolacionista para outra mais assertiva (HERRING, 2008, pp. 299-537; TULCHIN, 2016, pp. 51-90).

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina passaram no século XIX por três fases: 1) da época da independência, em que a presença norte-americana foi relativamente intensa no sentido de fortalecer os vínculos políticos e comerciais, em flagrante desafio à preponderância europeia; 2) a desilusão, de ambos os lados, foi tal que, desde 1826 até o final da guerra de secessão, prevaleceria um distanciamento, como que desejado por todos; 3) com a vitória do Norte sobre o Sul, o fim da escravidão e

103 O movimento pan-americanista não foi exatamente um movimento coeso, mas surgiu no rastro dos grandes movimentos político-identitários do século XIX, como o pan-eslavismo e o pangermanismo. Pode-se dizer que houve três movimentos pan-americanistas. Como conceito, o “[t]ermo [foi] usado pela primeira vez em 1882, num editorial do jornal *New York Evening Post*, pertinente a uma teoria que afirma constituírem as nações do Novo Mundo uma só comunidade, a despeito de suas diferentes raízes culturais” (AZEVEDO, 1999, p. 343). Muito antes dessa publicação de 1882 surgiu por parte dos norte-americanos uma ideia, a Doutrina Monroe, e depois essa ideia foi aperfeiçoada ao longo dos Congressos Pan-Americanos com a clara proposta, de Washington, de uma liderança vertical dos EUA. Em 1826, Simón Bolívar (1783-1830) propôs, no âmbito de um congresso no Panamá, a união horizontal das repúblicas hispano-americanas em uma grande Confederação de Estados. Amado Cervo menciona, ainda, um terceiro movimento americanista, proposto pelo Brasil. “O americanismo brasileiro foi um ideário preciso e prático, que emergiu em dois momentos, por motivações concretas” (CERVO; BUENO, 2011, p. 46). Esses dois momentos seriam a atuação de José Bonifácio, em 1822-1823, à época da Independência do Brasil, e a reação do Parlamento, posteriormente — a partir de 1828 —, ao sistema de tratados desiguais impostos ao Brasil pelos europeus em troca do reconhecimento de sua independência.

o extraordinário progresso interno, a imagem dos Estados Unidos foi recriada entre intelectuais e políticos latino-americanos (Alberdi, Lastarria, Sarmiento, D. Pedro II, Tavares Bastos), ressurgindo o ideal pan-americano, que os Estados Unidos logo tentarão usar para fim real, que era seu comércio de exportação (CERVO; BUENO, 2011, p. 150, grifo nosso).

As Conferências Pan-Americanas¹⁰⁴ foram a materialidade do ideal pan-americano citado na referência acima e passaram a ser espaço preferencial para os representantes de Washington construírem sua influência sobre a região, mesmo com os longos intervalos desses encontros durante as duas Guerras Mundiais.

O segundo e o terceiro aspectos de análise geopolítica propostos por Carlos de Meira Mattos (2011, p. 35), os quais mencionamos na página 120 — a liberdade de movimentos e a coesão interna —, nos permitem complementar esse panorama de dificuldades relativas ao trânsito mercantil que tem origem na característica espacial do continente americano em relação ao mercado europeu, consumidor dos produtos da região. Em um tempo que não se voava comercialmente, durante a Primeira Guerra, ou que se voava pouco, na Segunda Guerra, o mar representava o elo entre o continente americano e os demais continentes, em especial os mercados para os produtos primários que sustentavam as elites locais. Dessa forma, a falta de liberdade logística que as Guerras representaram refletiu em termos geopolíticos na região. Paradoxalmente, essa inserção se deu por meio de um isolamento ocasionado pelo bloqueio marítimo, ou seja, no tempo histórico das Guerras Mundiais houve nas Américas uma inserção pelo isolamento.

No período de 1914 a 1918, em tempo de guerra para os países envolvidos, portanto, mas também, e na maior parte do tempo, quando havia ainda a neutralidade declarada pela maior parte do hemisfério, foram muitas as correspondências acerca dos afundamentos dos navios mercantes entre os Estados Unidos e o Império da Alemanha. A intensidade dessa comunicação cresceu com a declaração de Zona de Guerra Naval por parte dos alemães, a partir do que foi relatado à Secretaria de Estado dos EUA pelo embaixador norte-americano em Berlim, James W. Gerard.

Segue manifestação do Almirantado Alemão: as águas que cercam a Grã-Bretanha e a Irlanda, incluindo todo o Canal da Mancha, são declaradas como estando dentro do local da guerra e todos os navios mercantes inimigos encontrados nessas águas após o décimo oitavo instante serão destruídos, todavia, não será sempre possível salvar tripulações e passageiros. As embarcações neutras se expõem ao perigo dentro desta zona de guerra,

104 Também conhecidas como Congressos Internacionais Americanos, Assembleias Diplomáticas Americanas e Conferências de Estados Americanos, elas ocorreram em Washington (1889-1890), Ciudad de México (1901-1902), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevideo (1933), Lima (1938) e Bogotá (1948), onde e quando, nesta última, foi criada a Organização dos Estados Americanos e essas conferências foram institucionalizadas (DULCI, 2008, p. 20).

já que, em vista do uso indevido da bandeira neutra ordenada pelo governo britânico em 31 de janeiro e das contingências de guerra marítima, nem sempre se pode evitar que navios neutros sofram ataques dedicados a atacar navios inimigos.¹⁰⁵

O comunicado dos alemães enviado aos EUA quanto ao bloqueio imposto no Mar do Norte foi apenas o início de uma guerra de notas diplomáticas entre o Império Alemão e as nações neutras. Decorridos dois anos desde então, já em 1917, o teor desse tipo de nota era ainda mais duro e ameaçador, como se pode ver na comunicação do governo argentino. Nesta, o representante da Legação argentina em Berlim enviou tradução da seguinte mensagem, recebida do governo alemão.

Com data de 31 de janeiro último, comunicou-se em Berlim aos representantes de todas as potências neutras que por razões imperiosas de guerra e em vista da guerra à redução da fome ilegal iniciada pela Grã-Bretanha, impedir-se-á prontamente e com todas as armas disponíveis todo o tráfego marítimo nas áreas de bloqueio em torno da Grã-Bretanha, França e Itália e na parte oriental do Mediterrâneo. Os limites da zona de bloqueio serão indicados pela comunicação radiotelegráfica aberta.

Embarcações neutras navegarão pelas áreas de bloqueio por sua conta e risco. Embora se tenha tomado as medidas necessárias para garantir que os navios neutros navegando em 1 de fevereiro para portos das regiões de bloqueio sejam respeitados durante um período razoável, pede-se que sejam avisados do perigo por todos os meios disponíveis, fazendo-os mudar de rota.

Os navios neutros que se encontrarem em portos das zonas de bloqueio poderão, com a mesma segurança, abandonar as zonas de bloqueio, se zarparem antes de 5 de fevereiro e deverão tomar o caminho mais curto para a zona livre.

Em nome do Governo Imperial, tenho a honra de recomendar a V. E. que, de acordo com o exposto, previna aos navios argentinos que eventualmente estejam viajando. Ao mesmo tempo, tenho a honra de repetir a advertência contida no relatório do Governo Imperial de 08 de fevereiro de 1916 sobre “o tratamento de navios mercantes armados” no sentido de que os

105 Telegrama do Embaixador dos EUA na Alemanha, James Gerard, para a Secretaria de Estado. The Office of the Historian. PAPERS RELATING TO THE FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1915, SUPPLEMENT, **THE WORLD WAR**. File no. 763.72/1434. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1915Supp/d125>>. Acesso em 05 abr. 2019.

[Tradução nossa, grifo nosso]. No original em inglês: “The Ambassador in Germany (Gerard) to the Secretary of State [Telegram] BERLIN, *February 4, 1915, 8 p. m.* [Received February 5, 10 p. m.] German Admiralty issues following proclamation: The waters surrounding Great Britain and Ireland including the whole English Channel are hereby declared to be comprised within the seat of war and that all enemy merchant vessels found in those waters after the eighteenth instant will be destroyed although it may not always be possible to save crews and passengers. Neutral vessels expose themselves to danger within this zone of war since in view of the misuse of the neutral flag ordered by the British Government on January thirty-first and of the contingencies of maritime warfare it cannot always be avoided that neutral vessels suffer from attacks intended to strike enemy ships”.

cidadãos de potências neutras não viajem em tais navios. Estes navios mercantes armados serão considerados e tratados pelas forças de combate imperiais como beligerantes também fora das zonas de bloqueio.¹⁰⁶

A estratégia do governo brasileiro — que também fora comunicado pelo Império alemão —, utilizada como resposta ao bloqueio, foi a de protestar e de localizar os navios mercantes nacionais, deixando à Alemanha a “responsabilidade de todos os atos violentos [...] praticados [...]” (VINHOSA, 2015, p.105).

Esse tipo de ameaça, por meio de bloqueios navais, foi algo que se repetiu na Segunda Guerra, entre 1939 e 1945. No entanto, o bloqueio marítimo não foi ato de apenas um dos lados envolvidos. “No início da guerra, a Grã-Bretanha havia estabelecido um bloqueio da Alemanha por uma linha traçada ao longo do Estreito de Dover e outra da Escócia para a Noruega”¹⁰⁷ (HUMPHREYS, 2016, p. 51), retirando, assim, a América Latina do alcance das linhas comerciais alemãs. Essa ação dos Aliados, imposta pelos britânicos, alimentou animosidades entre grupos pró-Aliados e grupos pró-germânicos gerando disputas narrativas pelo apoio de um lado ou de outro. Ambos os grupos usavam o comércio, ou a impossibilidade dele, como argumento para defender suas posições.

A coesão interna, nesse contexto, foi uma variável significativa ao influenciar nas decisões que os governos dos países americanos tomaram durante as Guerras.

106 Nota da Legação alemã em Buenos Aires ao governo argentino, datada de 02 de fevereiro de 1917. Arquivo Histórico da Chancelaria Argentina. AH/0015 4, sección 33. **Guerra Europea.** CAJA N°15. LEGAJO I BIS 4. Año 1917. MUY RESERVADO. NOTA ALEMANA AL GOBIERNO ARGENTINO COMUNICANDO ZONA DE BLOQUEO. [Tradução nossa]. No original em espanhol: “Con fecha 31 de enero ppdo., se comunicó en Berlín a los representantes de todas las potencias neutrales que por razones apremiantes de la guerra y en vista de la guerra de reducción por hambre ilegal iniciada por la Gran Bretaña, se impedirá sin dilación y con todas las armas disponibles todo tráfico marítimo en las zonas del bloque que circundan la Gran Bretaña Francia e Italia y en la parte oriental del Mediterráneo. Los límites de la zona de bloqueio serán indicados por comunicación radiotelegráfica abierta. Los buques neutrales navegarán por las zonas de bloqueio a su propio riesgo. Aunque se haya adoptado las medidas necesarias a fin de que los buques neutrales que el 1° de febrero estuviesen en viaje con destino a puertos de las zonas de bloqueio sean respetados durante un plazo prudencial, se encarece se les advierte el peligro por todos los medios disponibles, haciéndolos cambiar de ruta. Los buques neutrales que se hallarán en puertos de las zonas de bloqueio podrán, con la misma seguridad, abandonar las zonas de bloqueio, si zarparan antes del 5 de febrero y tomarán la ruta más corta hacia la zona libre. Por encargo del Gobierno Imperial, tengo el honor de recomendar a V. E. quiera prevenir, de acuerdo con lo que antecede, a los barcos argentinos que eventualmente estuviesen en viaje. Al mismo tiempo tengo el honor de repetir la advertencia contenida en la memoria del Gobierno Imperial de 8 de febrero de 1916 sobre “el tratamiento de buques mercantes armados”, en el sentido de que los nacionales de las potencias neutrales no viajaran en dichos buques. Estos buques mercantes armados serán considerados y tratados por las fuerzas de combate imperiales como beligerantes tambien fuera de las zonas de bloqueio”.

107 [Tradução nossa]. No original em inglês: “At the beginning of the war Britain had established a blockade of Germany by a line drawn across the Straits of Dover and another from Scotland to Norway”.

Para além da importância do comércio e de uma possível participação na política internacional estavam as necessidades políticas internas dos Estados do Mundo Novo que detinham um grande número de habitantes descendentes, tanto de um lado quanto de outro, dos países beligerantes em ambas as Guerras Mundiais.

A onda migratória mais forte que se direcionou à América Latina ocorreu no início do século XX (ALONSO, 2008). Mesmo assim, os números mais abrangentes relacionados ao período de 1854 a 1924, com entrada na região de onze milhões de imigrantes, esclarecem que dentre estes: 38% eram italianos, 28% eram espanhóis e 11% eram portugueses. Nessa grande leva migratória também estiveram incluídos japoneses — no Brasil e no Peru —, russos, franceses, alemães, lituanos, ucranianos, sírios, libaneses e palestinos (ALONSO, 2008, p. 65).

Essas ascendências migratórias têm relação direta com as diferentes percepções das sociedades latino-americanas, em especial as argentinas e brasileiras, com a Guerra Mundial que ocorreu entre 1914 e 1918, e ficariam de resquício para o novo conflito entre 1939 e 1945.

A forte onda migratória, no entanto, foi diminuída a partir dos anos 1930, uma vez que a América Latina sofreu reflexos diretos da crise na bolsa de Nova York em 1929 (MROS, 2011a, 23-29).

A Depressão dos anos trinta [década de 1930] e a Segunda Guerra Mundial frearam de maneira significativa a imigração extra-hemisférica para a região, com episódios excepcionais como a imigração de espanhóis devido à Guerra Civil na Espanha e a imigração dos perseguidos pelo nazismo alemão [sic] (ALBA; MORELOS, 2008, p. 43)¹⁰⁸.

Esse ponto, relativo à coesão interna e a tensão entre neutralidade e descendentes dos países em guerra, é de suma importância para nosso argumento de que o tempo histórico das duas Guerras Mundiais foi uma solução de continuidade em termos de inserção internacional das Américas, e não apenas para os EUA. Ou seja, mesmo que os papéis tenham sido exercidos em níveis distintos entre a potência norte-americana e os latino-americanos, houve também entre os países ao sul do rio Grande diferentes leituras das possibilidades e oportunidades em relação às Guerras.

Dentre estas leituras, destacamos as de Brasil e de Argentina, que além de dividirem fronteiras físicas foram antagonistas em relação às tomadas de decisão dentro do tempo histórico que vai de 1914 a 1945, e buscaram, pois, caminhos distintos em face das possibilidades que surgiram.

108 [Tradução nossa]. No original em espanhol: “La Depresión de los años treinta y la Segunda Guerra Mundial frenaron de manera significativa la inmigración extrahemisférica a la región, con episodios excepcionales como la inmigración de españoles a raíz de la Guerra Civil en España y la inmigración de perseguidos por el nazismo alemán”.

3.3 As relações entre Brasil e Argentina nas conjunturas das Guerras Mundiais: rivalidade entre si no âmbito regional e neutralidade sistêmica

Brasil e Argentina tiveram posicionamentos ao longo das duas Guerras Mundiais que variaram entre a convergência inicial pela neutralidade e as divergências circunstanciais. Em meio a essas duas posturas, repetidas nas duas Guerras, houve, como apontam as fontes, um olhar de desconfiança e rivalidade no subsistema regional e uma ambição por maior relevância no sistema internacional.

A rivalidade entre Argentina e Brasil, como já vimos, tem raízes ainda no tempo das colonizações de Espanha e Portugal, respectivamente. No final do século XIX para o início do século XX, sobretudo, a diplomacia brasileira guiada pelo Barão do Rio-Branco gerou em algumas lideranças políticas do país vizinho sérias desconfianças, em especial quando o Barão apresentou um plano de reaparelhamento da Marinha brasileira, que se encontrava em situação bastante precária.

Alsina Jr. (2015, p.117) lembra que a “rival geopolítica do Brasil [...] vinha experimentando um notável processo de crescimento econômico. Entre 1870 e 1914, o Produto Interno Bruto argentino ampliou-se, em média, 5% ao ano”. Se de um lado a Argentina crescia e gerava otimismo, o Brasil havia passado por crises econômicas de nuances dramáticas até o governo de Campos Salles — quarto presidente brasileiro com mandato de 15 nov. 1898 a 15 nov. 1902 —, quando houve estabilidade monetária e austeridade financeira mudando o quadro econômico de até então (FRANCO, 2014, pp. 36-44; FRITSCH, 2014, pp. 45-53).

O governo em Buenos Aires havia robustecido suas Forças Armadas graças ao crescimento econômico e fora “acompanhado pelo recrudescimento da disputa com o Chile em torno da demarcação das fronteiras dos dois Estados, [...] foco principal do investimento militar capitaneado por Buenos Aires” (ALSINA JR., 2015, p.117). Esse quadro gerou nas elites brasileiras a percepção de ameaça à soberania do país, pois parecia haver riscos no plano regional, expressado mais fortemente pela Argentina, e também no âmbito internacional, devido aos imperialismos das grandes potências (ALSINA JR., 2015, p. 188).

Assim, Rio-Branco lutou politicamente por uma ampla reforma do aparato naval do Brasil para permitir ao país não apenas proteger sua extensa costa atlântica, mas também para exercer poder de dissuasão frente a possíveis ameaças contra o território brasileiro.

[...] restam claros os objetivos a serem alcançados pela construção da importante carapaça bélica reclamada pelo diplomata carioca do ponto de vista macroscópico: demarcar em termos favoráveis as fronteiras nacionais, catapultar o prestígio brasileiro como nação mais importante do subcontinente e repelir incursões agressivas de Buenos Aires e Lima (esta de modo subsidiário em relação à primeira) (ALSINA JR., 2015, 2015, p. 341).

Dessa forma, foram realizados dois programas navais, um em 1904 e o outro em 1906. Esses programas, no entanto, geraram grande desconforto junto ao governo argentino e debates no Congresso daquele país.

Em 17 de julho de 1914, o então deputado pela província de Córdoba, Julio Roca (1873-1942)¹⁰⁹, fez discurso sobre a necessidade, aventada pelo então Ministro de Relações Exteriores e Culto, Honorio Pueyrredon (1876-1945), de compra de armamentos pela ameaça que o reaparelhamento naval de Rio-Branco gerou em Buenos Aires. Esse discurso, feito em sessão secreta no Congresso argentino, encontra-se na íntegra no *Archivo General de la Nación*, na coleção que leva o nome de Julio Roca.

As iniciativas tomadas tanto pelo governo argentino como pelo governo do Brasil para aumentar significativamente suas esquadras criaram em seu tempo uma situação de desconfianza e receios recíprocos que era propício para a criação de projetos dessa natureza.¹¹⁰

A desconfiança que o então deputado menciona se dava igualmente da parte dos brasileiros para com a Argentina, pela força, já mencionada, que a esquadra daquele país havia atingido. De outra parte, porém, a desconfiança argentina para com o Brasil parece ter ocorrido com certo exagero, ao menos segundo o argumento do deputado Julio Roca.

O problema dos armamentos brasileiros deve ser examinado para determinar se eles constituem uma ameaça ao nosso país, por causa dos excedentes, pela persistência com que são executados e pela falta de um objetivo visível que possa explicá-los como destinados a conjurar outros perigos.¹¹¹

109 Julio Argentino Pascual Roca, filho do presidente Julio Argentino Roca — que governou em tempos áureos para aquele país, por dois mandatos, sendo o primeiro de 12 out. 1880 a 12 out. 1886, e o segundo de 12 out. 1898 a 12 out. 1904 —, foi vice-presidente da Argentina nos anos 1930 — no mandato de Agustín Pedro Justo, de 20 fev. 1932 a 20 fev. 1938. *Julito* ou Julio Roca *hijo*, foi também o Ministro de Relações Exteriores e Culto entre 2 set. 1940 e 28 jan. 1941. Entre o final do período como vice-presidente, em 1938, e o início do período como Chanceler, em 1940, *Julito* foi embaixador no Brasil. A proximidade com o Brasil se construiu desde os tempos em que defendera, em 1914, como deputado, o distensionamento entre Brasil e Argentina. Julio Roca, portanto, é um personagem importante na conjuntura que envolve as relações entre os dois países durante as Guerras Mundiais.

110 Discurso del doctor Julio A. Roca sobre armamentos, en sesión secreta del 17 de Julio de 1914. *Archivo General de la Nación*. Sala VII, fondo Julio Argentino Roca, Legajo 10. **Discursos** (1914 – 1941), pasta 3111, p. 2. [Tradução nossa, grifo nosso]. No original em espanhol: “Las iniciativas tomadas tanto por el Gobierno Argentino como por el Gobierno del Brasil para aumentar considerablemente sus esquadras, crearon en su tiempo una situación de desconfianza y de receos recíprocos que era propicia para fundamentar proyectos de aquella naturaleza”.

111 Idem, p. 3. [Tradução nossa, grifo nosso]. No original em espanhol: “El problema de los armamentos del Brasil, debe ser examinado con el fin de determinar si ellos constituyen una amenaza para nuestro país, por los excesivos, por la persistencia con que son llevados a cabo y por la falta de objetivo visible que pueda darles explicación como encaminado a conjurar otros peligros”.

A linha de raciocínio seguida por Roca é, então, baseada em uma reflexão sobre a natureza própria de uma hipotética guerra entre os dois países vizinhos no subcontinente americano.

Além disso, Sr. Presidente, a preparação para a guerra não é alcançada apenas comprando Dreadnoughts¹¹². O trabalho de preparar a guerra é um trabalho longo e delicado. [...] essa guerra teria que ser uma guerra terrestre; ou, pelo menos, se é necessário comprometer-nos às opiniões que dão importância especial à esquadra, pode-se dizer que seria em grande parte terrestre. Bem, Senhor Presidente, seria lógico supor então que a preparação militar do Brasil, no que se refere ao seu exército de terra, teria sido correlativa e paralela à preparação de sua esquadra. E, no entanto, se analisarmos a situação do Exército brasileiro, considerando que é um Estado de grande extensão e uma população que pode ser calculada como muito mais do que o dobro que tem a República Argentina, o Exército Brasileiro, nem pelo seu quantitativo, nem pela sua qualidade, nem pela sua preparação para a guerra é, mesmo remotamente comparável com o Exército argentino.¹¹³

A fala de Julio Roca seguiu, ainda, por meio do apelo à soberba de seus colegas. O Brasil estava longe de ser comparável ao desenvolvimento alcançado pelo povo argentino, porquanto se tratava de “povo fraco e empobrecido”.

Os precedentes e exemplos históricos mais recentes nos mostram que os povos fracos e empobrecidos não iniciam a guerra, mas são vítimas dela. Acredito que devemos pensar que o Brasil, com esquadra ou sem esquadra, seria sempre inferior à República Argentina.¹¹⁴

Por fim, Julio Roca minimizou a reforma do arsenal naval brasileiro dizendo, o que a uma primeira olhada parece contraditório, que as forças do Brasil,

112 Tipo de navio encouraçado predominante no início do Século XX. Segundo Carlos Daróz (2016, p.72), o lançamento pela Real Marinha Britânica do HMS Dreadnought em 1906, um navio blindado, medindo 160,6 metros comprimento, com capacidade de deslocar 21.845 toneladas a uma velocidade de 21 nós — aproximadamente 39 Km/h —, armado, cada um, com dez canhões de 12 polegadas — 305 mm —, foi tão impactante que passou a ser padrão para se medir a capacidade das Armadas de Guerra pelo mundo.

113 Op cit., Discurso del doctor Julio A. Roca sobre armamentos, p. 7. [Tradução nossa, grifos nossos]. No original em espanhol: “Además, señor presidente, la preparación para la guerra no se logra con sólo comprar dreadnoughts. La obra de la preparación de la guerra, es una obra larga y delicada. [...] esta guerra tendría que ser una guerra terrestre; o por lo menos, si se ha de transigir con las opiniones que dan a la escuadra una importancia exclusiva, se puede decir que sería en gran parte terrestre. Y bien, señor Presidente, sería lógico suponer entonces que la preparación militar del Brasil, en lo que se refiere a su ejército de tierra, habría sido correlativa y paralela a la preparación de su escuadra. Y sin embargo, si vamos a analizar la situación del ejército del Brasil, teniendo en cuenta que se trata de un Estado de inmensa extensión y de una población que puede calcularse mucho más del doble de la que tiene la República Argentina, el ejército brasileño, ni por su número, ni por su calidad, ni por su preparación para la guerra es siquiera remotamente comparable con el ejército argentino”.

114 Idem, p. 20. [Tradução nossa, grifo nosso]. No original em espanhol: “Los más recientes precedentes y ejemplos de históricos, pues, nos demuestran que los pueblos empobrecidos y débiles no inician la guerra, sino que son víctimas de ella. Yo creo que nosotros debemos pensar que el Brasil, con escuadra y sin escuadra, siempre sería inferior a la República Argentina.

caso estivessem mesmo fortalecidas em mar, teriam um diferencial estratégico. Ocorre, entretanto, que se sabia não ser esse o caso. Faz-se importante deixar claro que nesta data, em julho de 1914, a reforma empreendida em 1904 e 1906 pelo Barão do Rio-Branco nos navios da Marinha já estava desatualizada. “A evolução da tecnologia naval recebeu grande impulso na década de 1910, modificando o perfil das marinhas das principais potências mundiais” (DARÓZ, 2016, p. 76), imprimindo, assim, grande velocidade para que os vasos de guerra se tornassem obsoletos em meio às mudanças tecnológicas da época.

Se o Brasil tivesse controle do mar seria este um grande instrumento para poder concentrar suas forças naquela parte do território; mas fora essa concentração por mar — e nisso eu acho que devem concordar o membro informante e o ministro da Marinha — jamais se pode comparar, em termos de eficácia, com a concentração por terra. O Brasil não teria outro meio de levar tropas, munições e todos os outros recursos necessários para a guerra, ao teatro de operações, que não pelo mar. Nós estaríamos, ao contrário, em cima do território do inimigo, já estando ligados por meio do ferry-boat que acaba de ser inaugurado, e em comunicação direta não só com Entre Rios e Corrientes, mas com todo o nordeste da República até a costa do Brasil.

Sr. Ruiz Díaz: a interrupção das ferrovias brasileiras seria em parte na província de Santa Catalina (sic), mas não na parte de Santa Maria e, direi ainda, de Cacequy, na província do Rio Grande do Sul, onde se localiza o entroncamento ferroviário daquela região e que seria a estação terminal e principal das etapas de concentração.

Sr. Roca: essa concentração seria feita, como acaba de ser indicado, por meio das ferrovias naquela área; mas seria principalmente das tropas do estado do Rio Grande, e o deputado não pode me negar que as condições de concentração da República Argentina são superiores às do Brasil, mesmo contando eles com a esquadra, pela simples razão de que todos os pontos da República têm canais de comunicação, graças aos quais, em um espaço de tempo não superior a quarenta e oito horas, o transporte de tropas para o eventual teatro de guerra pode ser feito.¹¹⁵

115 Idem, Versión Taquigráfica Corregida, p. 24-25. [Tradução nossa, grifos nossos]. No original em espanhol: “Si el Brasil tuviera el dominio del mar, sería este un gran instrumento para poder concentrar sus fuerzas en esa parte del territorio; pero aparte de que la concentración por mar — y en esto creo que han de estar de acuerdo el señor miembro informante y el señor ministro de Marina — no se puede comparar jamás en cuanto a eficacia, con la concentración por tierra, y de que el Brasil no tendría más camino por donde llevar al teatro de operaciones las tropas, las municiones y todos los demás recursos necesarios para la guerra, que la vía marítima, nosotros por el contrario estaríamos encima del territorio mismo del enemigo, estando ya ligados por medio del ferry-boat que acaba de inaugurarse, y en comunicación directa, no solamente con Entre Ríos y Corrientes sino con todo el noreste de la República hasta el litoral del Brasil. Señor Ruiz Díaz: la interrupción de los ferrocarriles brasileiros, Es sobre parte de la provincia de Santa Catalina (sic); pero no sobre la parte de Santa Maria y aún diré de Cacequy, en la provincia de Rio Grande del Sud, en dónde está el nudo de los ferrocarriles de aquella región y que sería la estación y cabeza terminal de las etapas de concentración.

Señor Roca: esa concentración se haría, cómo se acaba de indicar, por medio de los ferrocarriles de esa zona; pero sería principalmente de las tropas del estado de Rio Grande, y el señor diputado no me puede negar que las condiciones de concentración de la República Argentina, son superiores a las del Brasil, aun contando este con la escuadra, por la sencilla razón de que

O destaque no último trecho da fala de Julio Roca mostra a importância logística dada às Forças Armadas concentradas no estado do Rio Grande do Sul e à linha férrea que passava por Santa Maria. Afora essa menção, no entanto, o que ficou claro foi que, apesar de as desconfianças argentinas serem tais a merecerem uma sessão secreta do Congresso, a crença nas potencialidades de Buenos Aires frente a um possível conflito com o Brasil era otimista para os deputados argentinos, ao tempo de a Primeira Guerra Mundial iniciar na Europa.

O mais incrível é que essa desvantagem brasileira em relação ao arsenal naval dos países vizinhos atravessou o tempo da Primeira Guerra Mundial e ganhou ainda maior dramaticidade quando da proximidade da Segunda Guerra Mundial, vinte e três anos depois, como afirma Durval Lourenço Pereira (2015, p. 68):

em 1937, o governo Vargas resolvera fortalecer a sua obsoleta e desgastada Marinha de Guerra em virtude do agravamento da crise europeia, pois a proximidade de um novo conflito mundial impunha equilibrar o poderio bélico nacional com o dos vizinhos. Nesse quesito, o Brasil estava em ampla desvantagem. A fragilidade da Força Naval brasileira (com um total de 54.726 toneladas) frente às armadas das demais potências sul-americanas era gritante. A Argentina, com extensão territorial, fronteiras marítimas, rios navegáveis e população inferiores, possuía uma Marinha de Guerra com quase o dobro do tamanho da brasileira (100.021 toneladas). Até a Marinha de Guerra do Chile (74.266 toneladas) superava amplamente a Armada nacional.

Essa avaliação mencionada acima é, possivelmente, um dos reflexos gerados pelo relatório do General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima (1873-1938), produzido em 1936. Segundo a tese de Adriana Bellintani (2009, p. 410), o General Lima entregara ao Conselho Superior de Guerra relatório sobre o Brasil e suas possibilidades enquanto potência militar na América do Sul. Receava-se, então, que em caso de guerra, uma união hispano-sul-americana entre Argentina, Uruguai e Paraguai poderia ser formada contra o Brasil.

A fragilidade criada pelas desconfianças mútuas na relação entre a Argentina e o Brasil teve como elemento de distensão as muitas tentativas de aproximação diplomática por meio de acordos de cooperação. O principal desses acordos foi o ABC. As raízes desse acordo, no entanto, surgiram bem antes da tentativa de normatização em forma de tratado.

A sigla remete às iniciais dos nomes dos principais atores geopolíticos na virada do século XIX para o século XX na América do Sul: Argentina, Brasil e Chile.

Para Clodoaldo Bueno (2003, p.290):

A aproximação das três maiores repúblicas sul-americanas era a aspiração

todos los puntos de la república tienen vías de comunicación, merced a las cuales, en un espacio de tiempo no superior a cuarenta y ocho horas, se puede hacer el transporte de tropas al teatro eventual de la guerra”.

antiga de Rio Branco, manifestada já nos primeiros anos de sua gestão. Em rascunho de correspondência a Joaquim Nabuco registrou, provavelmente em 1902: “(...) Faço votos para que seja eterna, e cada vez mais estreita, a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile”.

Na Argentina, o presidente Julio Roca foi também um defensor da atuação conjunta das três maiores repúblicas da América do Sul, o que se chamava na época de “triângulo ABC”. Em 1904, ele e seu chanceler José A. Terry estabeleceram como uma das condições para o reconhecimento do novo Estado do Panamá que o ato fosse conjunto, realizando-se, assim, a primeira ação concreta do ABC, [...].

Em 21 de fevereiro de 1909, o Barão do Rio-Branco apresentou uma minuta de Tratado de Cordial e Inteligência Política e Arbitramento (VARGAS, 2017, p.153). Havia a intenção de que a coordenação horizontal, isto é, sem nenhuma hierarquia, fosse a tônica entre os três países nos casos de convulsões políticas em países da região. Tratava-se de aliança política para exercer junto aos vizinhos uma “influência compartilhada” (BUENO, 2003, 287-302) na tentativa de diminuir as tensões e manter a estabilidade na América do Sul.

Conquanto o Barão do Rio-Branco fosse um entusiasta do Tratado do ABC, ele não desejou incluir nenhuma menção aos arsenais das Marinhas de Guerra dos três países e tomou cuidado para que a união entre Argentina, Brasil e Chile não se destinasse a contrabalançar a influência política dos EUA (BUENO, 2003, 298).

Essa primeira tentativa de aproximação acabou, porém, sendo enfraquecida pelas persistentes rivalidades regionais até 1915.

No âmbito das questões atinentes aos problemas da neutralidade, e por ocasião da elaboração pelos britânicos de uma lista negra — *Statutory List* — das empresas suspeitas de favorecerem as potências centrais na Guerra, houve, em 1915, mais uma vez, a aproximação entre Argentina, Brasil e Chile. Dessa vez, o que serviu de impulso para a construção de um Pacto ABC foi a mediação do conflito entre EUA e México nas Conferências de Niagara Falls no ano anterior (BARRETO, 2001, pp.36-39; RAPOPORT; MADRID, 2015, p. 237).

Segundo Rubens Ricupero (2017, p.327):

O ABC era uma dessas ideias atrativas na superfície e inviáveis na prática, devido a um defeito original: a exclusão dos demais países pequenos e médios. Na época de Rio Branco, os argentinos escusaram-se de aderir alegando as desconfianças que o pacto despertaria no Peru. Na sua reencarnação de 1915, não teria melhor sorte, pois a chegada do presidente Hipólito Yrigoyen ao poder (1916) o condenaria a não entrar em vigor por não se haver completado a ratificação argentina. Pouco mais de 30 anos depois, nova tentativa no tempo de Perón, na Argentina, e do General e Ibáñez, no Chile, voltaria a não vingar, dessa vez por resistência brasileira.

A iniciativa dos três países, conquanto não tenha vingado em 1909, 1915, ou no final dos anos 1940, despertou avaliações positivas na imprensa internacional

principalmente porque dava “claros sinais pacifistas que contrastavam com a realidade da Primeira Guerra Mundial (RAPOPORT; MADRID, 2011, p.47).¹¹⁶

A maior parte dos países na América Latina via contradição entre a retórica do governo de Woodrow Wilson e as ações dos EUA, em especial no seu entorno geográfico imediato. Enquanto Wilson falava sobre autodeterminação ocorriam intervenções no México, causando polêmica e inquietações na região. Mesmo assim, “[m]uitos países da região viram na proposta da Liga das Nações, de Wilson, uma organização que ajudaria a protegê-los” (STREETTER, 2010, p.85).¹¹⁷

Já nos anos 1940, “[a]s relações dos Estados Unidos com os países latinos dependeram, no contexto da Segunda Guerra, do grau de atenção desses à política de guerra e de envolvimento no conflito” (CERVO, 2001, p.51). A diferença de comportamento da potência norte-americana em relação ao que foram os anos de isolamento da Primeira Guerra para o maior envolvimento, não só seu, mas também dos demais países das Américas, na Segunda Guerra, talvez seja o fato de que no primeiro conflito os EUA entraram na Guerra apenas no último ano, em 1917. Na Segunda Guerra, porém, ao se envolverem após o ataque à base de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, muito do conflito ainda estava por se decidir. Nesse sentido, a América Latina acabou sofrendo mais pressão de Washington para participar¹¹⁸ do conflito do que no ano de 1917.

Se a aproximação do Brasil com os EUA, estampada na capa da Revista “O Malho” (figura 10, localizada na próxima página), de 02 de junho de 1917, levava o “Zé Povo” a apoiar o fim da neutralidade, com a ressalva de que isso fosse “moer” as relações com a Argentina, Ricardo Seitenfus (2003, p.10) lembra que depois, no início dos anos 1930, “[a]s relações argentino-brasileiras não são entravadas, nesta época, por problemas e litígios intransponíveis. Nota-se, em vários níveis, uma verdadeira cooperação”. Ocorre, no entanto, que “as rivalidades de prestígio, poder e influência” persistiam, e a acusação de a neutralidade argentina em verdade ser um ato de simpatia ao regime nazista de Adolf Hitler era recorrente por parte dos EUA com reflexos no Brasil e na região.

Assim, “[a]s relações entre Argentina e os Estados Unidos atingiram seu ponto mais crítico em fevereiro de 1946, com a divulgação do ‘Livro Azul’” (CERVO, 2001, p.92), uma publicação do Departamento de Estado que alegava

116 [Tradução nossa]. No original em espanhol: “claros signos pacifistas que contrastaban con la realidad de la Primera Guerra Mundial”.

117 [Tradução nossa]. No original em inglês: “Many countries in the region saw in Wilson’s proposed League of Nations an organization that would help protect them”.

118 Entenda-se, aqui, que participar não significava enviar tropas, como o Brasil acabou fazendo. A cooperação dos países latino-americanos para com os Aliados na Segunda Guerra, na percepção dos EUA, passava por cortar relações com os países do Eixo e por ceder matérias primas e território em localização estratégica para bases americanas, como foi o caso da base de Parnamirim em Natal – RN.

estar o governo argentino, desde o início da Segunda Guerra, comprometido com os projetos nazistas para a América do Sul.

Declaração final

Em outubro de 1945, quando a consulta sobre a situação argentina foi solicitada pelos Estados Unidos, havia razões substanciais para acreditar, a partir das evidências à disposição, que o atual governo argentino e muitos de seus altos funcionários estavam tão seriamente comprometidos em suas relações com o inimigo que confiança e credibilidade não poderiam ser depositadas naquele governo (UNITED STATES GOVERNMENT, 1946, p. 58).¹¹⁹

Figura 10 — Aliança do Brasil com os EUA na Primeira Guerra.



Fonte: **Revista O Malho**, Capa, Ano XVI, n. 768, Rio de Janeiro, 2 jun.1917.
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/34463>> . Acesso em 08 mar. 2019.

Segundo Mario Rapoport (1980), em sua tese de doutoramento sobre as classes dirigentes argentinas à época da Segunda Guerra Mundial, a verdadeira causa das animosidades de Washington para com a Argentina era a intransigente manutenção de sua neutralidade frente à conflagração mundial, agindo como um ponto de exceção na América do Sul.

119 [Tradução nossa]. No original em inglês: “Concluding Statement. In October 1945, when consultation concerning Argentine situation was requested by the United States, it had substantial reason to believe from the evidence then at its disposal that the present Argentine Government and many of its high officials were so seriously compromised in their relations with the enemy that trust and confidence could not be reposed in that government”.

Apesar dos esforços dos EUA para persuadir os governos latino-americanos a tomar partido dos aliados, a Argentina manteve sua neutralidade durante os anos decisivos da guerra e os Estados Unidos chegaram a acusar governos locais de pró-nazistas, exercendo todos os tipos de pressões para forçá-los a mudar de atitude.

[...], a Argentina adotou essa posição neutra não porque houvesse tendências nacionalistas ou pró-nazistas dentro de seu governo, como afirmou o Departamento de Estado, mas porque recebeu o apoio da Grã-Bretanha, cujos interesses não foram afetados por tal neutralidade (RAPOPORT, 1980, p.38).¹²⁰

O embaixador Sérgio Correia da Costa (1919-2005), que iniciou na carreira diplomática em Buenos Aires, nos anos 1940, escreveu um livro instigante sobre a influência nazista na política argentina nos anos da Segunda Guerra: “Crônica de uma guerra secreta” (2004). Nesta obra, amplamente fundamentada em documentação que ele teve acesso privilegiado pela função diplomática que exercia, afirmou que mesmo antes da Guerra “Hitler criou um departamento especial dedicado à ‘organização e colonização nas Américas’. Agentes nazistas foram recrutados para o estudo do espanhol e do português, bem como da cultura e economia dos países da região” (COSTA, 2004, p.219).

Hitler considerava a Argentina o único país europeu em um continente de extrema mestiçagem (COSTA, 2004, p.220), e dentro de seus planos de dominação a Europa não era o único objetivo, uma vez que precisava de matérias-primas para a expansão da Alemanha. Vale a pena reproduzir a descrição que o embaixador Correia da Costa faz do depoimento de um jornalista francês que acompanhou de perto a ascensão nazista:

Um depoimento de peso

O jornalista francês Pierre Dehillotte, antigo redator do *Temps* e do *Journal des Débats*, dedicou-se intensamente ao estudo da Gestapo, sua organização, estruturas de comando e, notadamente, as atividades dos agentes enviados ao exterior. Correspondente em Berlim e, a seguir, em Viena e Praga, entre 1932 e 1938, pode acompanhar muito de perto a ascensão de Hitler e a montagem dos planos nazistas de domínio da Europa. Foi, portanto, testemunha ocular dos dramas que sacudiram, consecutivamente, a Alemanha democrática, a Áustria independente e a Tchecoslováquia livre. Suas antevistas e profecias foram argutas e precisas, evidência de acuidade do observador político.

Ao analisar o expansionismo alemão, deu-se logo conta de que não se limitava ao continente europeu. Concretou, por isso, sua alça de mira nas organizações do Partido Nazista no exterior (AO), sob o comando do Gauleiter

120 [Tradução nossa]. No original em espanhol: “A pesar de los esfuerzos estadounidenses por persuadir a los gobiernos latinoamericanos de que tomarán posición junto a los aliados, Argentina conservó su neutralidad durante los años decisivos de la guerra y Estados Unidos llegó hasta el punto de acusar a los gobiernos locales de pro-nazis, ejerciendo todo tipo de presiones para forzarlos a cambiar de actitud. [...], Argentina adoptó esa posición neutral no porque hubiera en el seno de su gobierno tendencias nacionalistas o pro-nazis, como lo afirmaba el Departamento de Estado, sino porque recibía el apoyo de Gran Bretaña, cuyos intereses no se veían afectados por dicha neutralidad”.

Ernst Wilhelm Bohle, com sede em Munique, a *Auslanddeutschesverein*. Como jornalista francês, Dehillotte procurou pretextos para visitar a sede da organização. Observou que nas salas contíguas ao gabinete do Gauleiter trabalhavam equipes de estatísticos, sociólogos, etnográficos, especialistas do *Lebensraum* (espaço vital) empenhados em planos de organização e emprego das populações nas áreas que integrariam a futura Grande Alemanha (COSTA, 2004, p.249, grifo nosso).

Assim, o alvo na América do Sul era principalmente a Argentina e a região Sul do Brasil. A política externa dos EUA, cônica dessa política nazista, esforçou-se por eliminar a influência dos países do Eixo na região travando uma batalha ideológica para integrar o hemisfério americano política e economicamente (MOURA, 1980, p.169). Isso, porém, não seria tão fácil, uma vez que as nações latino-americanas tinham desconfianças acerca dos movimentos da potência norte-americana. A partir de 1933, com a chamada Política de Boa Vizinhança, o Presidente Franklin D. Roosevelt buscou aliar cooperação econômica e política trocando a ação intervencionista pela atração dos países por meio de filmes e outras ações culturais (STREETTER, 2010, p.161; MOURA, 1984, pp.13-26).

3.4 O paradoxo da inserção pelo isolamento

A relação tortuosa dos EUA com a Argentina já havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, quando o presidente eleito pela União Cívica Radical, Hipólito Yrigoyen (1852-1933), em 1916, sustentava uma política de neutralidade. “Naquela época, a Grã-Bretanha não via com maus olhos essa atitude do governo argentino, enquanto os Estados Unidos lutaram pela intervenção daquele país entre os aliados”¹²¹ (RAPOPORT, 1980, p.39).

Ou seja, conquanto desde os anos da Primeira Guerra os Estados Unidos e os países latino-americanos tenham buscado algum tipo de entendimento, por meio de iniciativas integracionistas ou por aproximações bilaterais, “o modelo dominante seguia marcando um relativo isolamento mútuo, apenas atenuado quando o contexto internacional, a guerra, por exemplo, dificultava seu funcionamento normal” (RAPOPORT; MADRID, 2011, p.48)¹²².

Nesse ponto, porém, divergimos na ordem das variáveis. Não parece serem as Guerras um fator a atenuar o isolamento das nações americanas e forçá-las a se inserir no sistema internacional. Em termos de comércio, a integração do continente com os portos europeus era o que sustentava as dinâmicas

121 [Tradução nossa]. No original em espanhol: “En aquel momento, Gran Bretaña no vio con malos ojos esa actitud del gobierno argentino, mientras que Estados Unidos bregó por la intervención de ese país junto a los aliados”.

122 [Tradução nossa]. No original em espanhol: “el modelo dominante seguía marcando un relativo aislamiento mutuo, apenas atenuado cuando el contexto internacional, por ejemplo, la guerra, dificultaba su normal funcionamiento”.

políticas das elites locais, seja por meio do café brasileiro, ou por meio da carne argentina. Foi o isolamento, causado pelos bloqueios marítimos, o que causou a inserção internacional almejada pelos governos locais em meio às ressignificações sistêmicas que as conferências pós-Guerras representavam. Assim, propomos a ideia de um paradoxo da inserção das Américas como resultado do isolamento das redes de comércio.

Compagnon (2014, pp.14-15) afirmou que “o século XX latino-americano continua a ser considerado por seus historiadores segundo duas inflexões, a crise de 1929 e a Revolução Cubana de 1959”. Para esse autor, porém, os anos entre 1900 e 1940 para Brasil e Argentina são essenciais para esses países em termos de questionamentos identitários que reforçaram sentimentos de pertença para as populações de ambos os países (COMPAGNON, 2014, p.25).

Fato é que houve grande mudança demográfica nos países da América Latina entre os períodos das duas Guerras Mundiais. A maior parte das pessoas vivia no campo, mas

algumas grandes cidades já firmavam sua presença, ostentando os símbolos da modernidade com altos edifícios, carros, bondes, telefone iluminação elétrica nas ruas. Buenos Aires, onde o metrô fora inaugurado em 1913, possuía por volta de dois milhões de habitantes em 1930; a Cidade do México, que passara por uma ampla reforma urbana no começo do século, passava de um milhão de pessoas em 1930; do mesmo modo, o Rio de Janeiro, também reformado, tinha mais de um milhão em 1920. Mas outras cidades menores já despontavam como futuras metrópoles, tais como Santiago do Chile, Montevidéu, Bogotá, Lima e a brasileira São Paulo (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p.116).

As mudanças demográficas, tanto em termos de migrações internas do campo para as cidades, quanto em termos de maior participação na sociedade dos imigrantes europeus e de seus descendentes, são uma variável importante na região para entendermos as pressões que agiram sobre as tomadas de decisão dos governos do subcontinente americano.

As Forças Armadas, que passaram por processos de modernização entre o início do século XX e os anos 1940, “serviam [para esses imigrantes] como instrumento para se passar de integrante da classe média comum à da ‘classe média tradicional’” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p.207), ajudando a socializar e a nacionalizar os imigrantes.

A transformação da América Latina no tempo histórico das Guerras, portanto, reforçou as identidades nacionais que haviam sido construídas no século anterior. O isolamento forçado, pelo bloqueio ao comércio, atçou uma reação identitária e levou os governos da região à ação, seja pela neutralidade, a seu tempo, seja pela guerra. Dentre esses governos, os do Brasil — de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas — foram aqueles que viveram as Guerras com maior intensidade.

CAPÍTULO 4

O BRASIL NO SISTEMA EM RESSIGNIFICAÇÃO: O REFLEXO NO ESPELHO, A IDA ÀS GUERRAS DOS OUTROS E UM NOVO PAPEL

“Tudo é muito simples na guerra, mas a coisa mais simples é difícil”
(CLAUSEWITZ, 2016, p. 61).¹²³

4.1 *A Imagem no Espelho*

Quando em 1917 o autor pernambucano Mário Sette (1886-1950) escreveu uma pequena obra chamada “Ao clarão dos obuzes” ele começou o capítulo “Adeus” com a seguinte epígrafe: “Aos filhos da França que, deixando as suas tendas de trabalho em terras de Pernambuco, se foram para o ‘front’ defender a Civilização”.¹²⁴ A ideia de ser a França a fiadora da civilização contra a bárbara Alemanha é um ponto de partida de grande relevância para compreendermos a reificação da identidade nacional do Brasil durante o tempo histórico das duas Guerras Mundiais — não confundir com o conceito de ressignificação, já trabalhado no capítulo primeiro, pois reificar é coisificar, materializar algo a partir do pensamento abstrato.

A identidade latino-americana, tal como tratada no capítulo anterior, teve forte influência francesa no século XIX, o que serviu de ideal civilizatório no imaginário das elites da região. Imaginário este, propagado pela intelectualidade francesa e reforçado ao tempo da Guerra Franco-Prussiana, quando surgiu, em 1871, a Alemanha unificada, em processo liderado por Otto von Bismark (1815-1898).

A Alemanha, substituta do Reino da Prússia na pentarquia europeia, desde o início mostrou-se uma nação vocacionada para a industrialização e para o protagonismo no sistema internacional que, ao final do século XIX, era ainda regido pela Pentarquia europeia.

Quando pensamos na identidade brasileira como obra da elite estatal do país no século XIX é preciso reforçar que a França era um farol, um ideal

123 [Tradução nossa]. No original em alemão: „Es ist alles im Kriege sehr einfach, aber das Einfachste ist schwierig“.

124 Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa (Livros sobre a Primeira Guerra Mundial). Nº de chamada: 022017. SETTE, Mário. **Ao clarão dos obuzes**. Recife (PE, BR): Imprensa Industrial I. Nery da Fonseca, 1917, p. 129. 142 p. Inclui índice.

civilizatório para a monarquia e para gente brasileira, de referências europeias (DEL PRIORE, 2016).

Sandes (2000, p. 27) lembra que “[c]oube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)¹²⁵ a elaboração da nossa mitologia histórica, [...] baseando-se em um tipo de reflexão histórica marcada pelo pragmatismo e pela defesa das instituições monárquicas”, mas o curioso, porém, em relação ao IHGB, é que na tarefa de reunir um manancial de fontes históricas para construir uma narrativa nacional brasileira foi um alemão quem ganhou importante concurso de monografias promovido pelo Instituto. Foi “o trabalho do Alemão Von Martius que traçou o plano sob o qual se assentou numerosa produção de estudos de história, com base na interação das três raças formadoras da nacionalidade” (SANDES, 2000, p. 28).

No século XIX o incentivo à imigração germânica por parte do governo brasileiro colocava essa cultura como uma referência para que o país pudesse construir um padrão civilizatório (PIASSINI, 2017, pp. 30-56). No transcorrer das últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no entanto, e durante as Guerras Mundiais, veremos que o alemão passou a ser visto com desconfiança no Brasil.

Posteriormente à Primeira Guerra Mundial, na década de 1920, ocorreu o que Sandes (2000, p. 33) chamou de “refazimento da memória”, quando houve a fusão da história escrita pelo Império com a agora escrita pela República.

Nesse sentido, nos parece razoável apontar um elemento que se soma aos sentimentos de pertença do brasileiro durante o tempo histórico das Guerras Mundiais: o germanismo como elemento identitário oposto ao do latinismo.

Afirmamos sobejamente que a década de 1920 assistiu a uma mutação na memória nacional a partir da incorporação da história republicana à tradição monárquica. [...], a república insere-se no todo, na matriz da nacionalidade representada pela experiência monárquica. Nessa conjuntura, o mundo político apontava para a perspectiva de fragmentação e, simultaneamente, produzirá imagens de unidade, reincorporando a família real ao seio da pátria. Aparentemente, há uma certa contradição entre os dois movimentos; mas se os acompanharmos com cuidado veremos que há uma sintonia entre o discurso da crise e o da ordem. O primeiro prepara o terreno semeando o medo, a discórdia e a insegurança, enquanto o segundo se propõe a restabelecer uma certa harmonia, sem a qual não se pode viver (SANDES, 2000, p. 215, grifos nossos).

As fontes apontam, como mostraremos neste capítulo, que a Alemanha, para boa parte da elite republicana brasileira do início do século XX, se tornou

125 O IHGB foi fundado em 21 out. 1838 (GARCIA, 2017, p. 84) com o propósito de escrever as bases da nação brasileira por meio da história, sistematizada em método científico e com o apoio do próprio Imperador Dom Pedro II (DOLHNIKOFF, 2017, p. 74).

a antítese daquela França imaginada, intelectualizada. Os povos germânicos passaram a ser lembrados como herdeiros dos bárbaros que rivalizaram com a Roma antiga, latina e civilizada. Assim, quando falamos em reificação da identidade brasileira erguida no século XIX, nos referimos aos franceses como ponto de partida, ao tempo da Primeira Guerra Mundial, em oposição ao barbarismo germânico. Conquanto na Segunda Guerra Mundial não houvesse mais a França como um azimute da identidade brasileira, parece-nos razoável dizer que a Alemanha tenha permanecido no papel de nosso inimigo ideal.

Sobre a França ser a civilização ideal para as elites brasileiras no início do século XX, vejamos a análise que, em “Formação das Almas”, José Murilo de Carvalho (2017, p. 129, grifos nossos) fez acerca da leitura dos positivistas brasileiros à obra de Auguste Comte — no capítulo dedicado à manipulação do imaginário republicano — sob três aspectos: miscigenação, identidade latina e condição moral do líder positivista.

O dogma da superioridade do sentimento e do amor sobre a razão e a atividade aplicava-se também às raças e às culturas. A raça negra seria superior à branca por se caracterizar, como as mulheres, pelo predomínio do sentimento, ao passo que a raça branca era marcada pela razão. Os países latinos estavam na mesma posição vantajosa em relação aos anglo-saxões. Representariam o lado feminino da humanidade, seriam os portadores do progresso moral, enquanto os anglo-saxões seriam o lado masculino, o progresso material, as ciências menos nobres. Apesar da grande importância do progresso material, seu papel seria secundário na evolução da humanidade, que se baseava sobretudo na moral, na expansão do altruísmo. Entre os países latinos, ainda é Comte quem fala, a França seria *le pays central*, e Paris, a cidade central. Os templos positivistas deveriam ser construídos voltados para Paris, assim como os templos muçulmanos se voltavam para Meca.

A ode ao mito da miscigenação, identificada por Carvalho (2017), é um elemento, a nosso ver, que permitiu a narrativa aliadófila do “nós”, o povo de matrizes diversas, republicano, versus “eles”, que se dizem superiores em sua pureza, e que são imperialistas¹²⁶. Ademais, era tempo, no Brasil do início do século XX, de se fortalecer o republicanismo contra aqueles que ainda reclamavam o restabelecimento do regime monárquico. Propomos, dessa forma, agregar à análise do elemento identificador do nosso latinismo miscigenado a igualmente necessária compreensão do purismo germânico como nosso oposto¹²⁷. Ou seja, teriam as

126 A Alemanha foi um império desde sua unificação, em 1871, até o final da Primeira Guerra Mundial, quando houve mudança de regime e iniciou-se a República de Weimar (1919-1933). Posteriormente, no regime nazista, optou-se, mais uma vez, pelo mito da Alemanha imperial, o III Reich (1933-1945).

127 Para Marcel Detienne (2013, p.78): “[...], a Alemanha decidiu fundar a consciência nacional sobre o sangue herdado dos ancestrais. [...] um sangue portador da imortalidade do Povo que fará triunfar o nazismo do III Reich”. Esse purismo é o exato oposto de uma

elites republicanas, ao tempo das duas Guerras Mundiais, buscado um inimigo comum, perfeito em sua estranheza cultural, para reificar a identidade brasileira?

A reforçar nossa dúvida, analisemos o segundo aspecto comtiano elencado por Carvalho (2017): o da identidade latina, republicana — tal como abordamos no capítulo segundo, quando explicamos ser a republicanização da política externa brasileira uma mudança no eixo dos interesses do Brasil para o nosso entorno geográfico. Acrescentaríamos à análise de Carvalho (2017) que essa identificação latina, defendida pelos positivistas, pode ser somada à percepção de haver na sua antítese europeia, germânica, de cultura estranha a este hemisfério, uma oportuna oposição aos ideais pan-americanos.

Nesse sentido, ao terceiro aspecto, de superioridade do progresso moral em oposição ao do progresso material — conquanto a este último se reconhecesse como “de grande importância”, como apontado por Carvalho (2017, p. 129), possivelmente como ressalva pela admiração das elites brasileiras ao desenvolvimento dos EUA —, podemos, mais uma vez, apresentar o seguinte questionamento: a Alemanha da “barbárie” e da “imoralidade”¹²⁸ teria se constituído como o símbolo da identidade pela negação?

A reificação, ao que parece, se deu por meio da construção da imagem do alemão como inimigo comum. Mesmo quando a admiração pela França diminuiu, e mesmo que neste processo das Guerras tenha sido possível identificar algumas simpatias pela Alemanha, o fortalecimento da identidade brasileira durante as Guerras Mundiais teve no “perigo alemão” um elemento importante na dialética entre governo e população para expressar o que nós, brasileiros, não somos.

Constatáveis mesmo antes da unificação alemã, encontramos referências crescentes a esse “perigo”, no período imediatamente posterior à proclamação da República brasileira, até porque o próprio abalo político causado pela troca de forma de governo, mais o processo de descentralização desencadeado sob o novo regime sugeriu a alguns observadores e comentaristas, no mínimo, uma maior possibilidade de influência política dos “alemães” brasileiros sobre alguns governos estaduais, e mesmo uma

sociedade que se enxerga como resultante da miscigenação de diferentes culturas.

128 Esses dois termos são comuns em jornais brasileiros durante a Primeira Guerra Mundial, associados à Alemanha. Na grafia da época, podem ser pesquisados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: barbarie (sem acento), immoralidade e Allemanha. Há todo um subtópico dedicado ao assunto no livro de Compagnon (2014, pp. 82-94) tratando das opiniões públicas no Brasil e na Argentina tentando formar consenso pró-Aliados. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro demonstrou simpatias ao Eixo e no Estado Novo não havia liberdade de imprensa para uma campanha antigermânica como a que existiu nos jornais entre os anos 1914 e 1918. Nas campanhas de nacionalização do Estado Novo, entretanto, a partir de 1938, houve um esforço do Estado brasileiro para proibir os descendentes alemães, italianos e japoneses de falarem suas línguas em público e de ensinar os idiomas de seus países de origem em escolas no Brasil, mais uma vez fazendo uso do argumento civilizatório e moral (SEYFERTH, 1999).

eventual aventura separatista diante dos excessos autonomistas praticados por Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, por exemplo, com um alinhamento posterior à Alemanha (GERTZ, 2015, p. 141).

A materialidade dessa ideia, ocorrida por meio de perseguições e de leis de nacionalização, proibindo o ensino da língua alemã e a propagação da cultura germânica é o ponto de partida deste último capítulo. Temos consciência de que o mesmo ocorreu com comunidades descendentes de outros povos, como os italianos e os japoneses, mas optamos pelo foco nos alemães por dois motivos. O primeiro se deve ao fato de os alemães terem sido inimigos do Brasil nas duas Guerras, diferentemente de Itália e Japão.

O segundo e mais importante motivo se deve à característica que abordamos nessa introdução de capítulo, ou seja, o papel germânico de antítese aos valores que as elites governantes e alguns intelectuais do Brasil viam como essenciais para o refazimento de memória da nação.

Em seguida, não menos importante, trataremos das três fases que moldaram a inserção do Brasil no sistema internacional em ressignificação após as Guerras: as neutralidades, de 1914 a 1917 e de 1939 a 1942; as participações nos conflitos, entre 1917 e 1918 e 1942 e 1945; e, por fim, as importantes tentativas de algum protagonismo na Liga das Nações e na ONU.

4.2 O inimigo ideal

Como já mencionado, o alemão representou no período das Guerras Mundiais um ideal invertido a serviço da reificação da identidade nacional do Brasil. O nacionalismo ao qual nos referimos, construído pelo Estado no século XIX, recebeu um novo sentido a partir da Primeira Guerra Mundial, como bem lembrou o historiador paraibano José Octávio de Arruda Mello (1988, p. 21, grifos no original).

A diferença do nacionalismo desses [século XIX] para o ocorrido a partir de 1914 com a ênfase de 1922 consiste em que, enquanto no primeiro caso, o Nacionalismo se circunscreverá a determinadas figuras, no período que ora focalizamos esse mesmo nacionalismo, **já com pretensões a sistema**, e deslocando-se para a área socio-econômica e cultural, **explodirá em bloco**, datando daí sua **capacidade orgânica** de se enraizar junto aos diversos segmentos da sociedade.

A pretensão a sistema, realçada acima, foi uma variável importante para a inserção internacional do Brasil no mundo ressignificado pelas Guerras Mundiais e pelas Organizações Internacionais resultantes dessa ressignificação, porquanto permitiu ao país oferecer valores próprios para a reconstrução das ordens internacionais de pós-guerras.

O país passou a ter a identidade nacional realçada não mais de forma quase exclusiva pelos agentes do Estado, como o foi no Império — conquanto tenhamos a clara noção de o nacionalismo brasileiro não ter nascido no século XX, pois “já vicejava desde o século XIX com Silvio Romero e (no início do século XX) Manoel Bomfim, em sociologia, Martim Francisco e o segundo Caravelas em economia, Araripe Júnior, José Veríssimo e João Ribeiro na crítica, e, principalmente, Capistrano de Abreu em história” (MELLO, 1988, pp. 20-21) —, mas ocorre que agora há uma sistematização do nacionalismo também por meio da intelectualidade em busca de elementos que, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, buscou na antropofagia cultural a expressão dessa identidade.¹²⁹ Mais uma vez, a influência francesa se fez presente.

Quando veio a guerra (1914), as forças de destruição refletiram-se, necessariamente, no espírito da geração montparnasiana. Esta, numa fúria vanguardista, conduzia as novas representações plásticas no caminho da desagregação. A arte espelhava um mundo convulso, tocado de angústia humana, com dramas profundos e arrasado pelo choque de massas brutas (BOPP, 2012, p. 11).

A influência cultural exercida pela França durante a Primeira Guerra Mundial foi substituída no período da Segunda Guerra Mundial pelos EUA em um forte investimento daquele país em escritórios culturais espalhados pelas embaixadas por Washington em toda a América Latina, com forte apelo do cinema para os laços culturais existentes entre os países na região (MOURA, 1984, pp. 13-26).

Pouco antes das duas Guerras Mundiais — ou já durante a Primeira —, porém, embebidos no modelo civilizatório francês, já havia autores dando realce ao “perigo alemão”¹³⁰.

A acusação de não integração à sociedade brasileira por parte dos imigrantes alemães foi, possivelmente, o que gerou preocupações ao governo brasileiro incentivadas por críticas mordazes publicadas em jornais.

Segundo Gertz (1991, p. 13), desde 1824, quando iniciou a imigração para o Brasil de povos germânicos, os “colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos

129 Sobre o Movimento Antropofágico brasileiro e a Semana de Arte de 1922 sugerimos a leitura das memórias do diplomata Raul Bopp (1898-1984), publicadas em 2012 pela José Olympio Editora. BOPP, Raul. **Movimentos modernistas no Brasil** (1922-1928). São Paulo: José Olympio, 2012.

130 Na Fundação Casa Rui Barbosa consultamos três dessas obras, duas publicadas no Brasil e uma na Argentina: ROMÉRO, Sílvio. **O allemanismo no sul do Brasil**: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro (BR): H. Ribeiro, 1906; BANDEIRA, Raimundo Carneiro de Sousa (ARBIVOHN). **O perigo prussiano no Brasil**. Rio de Janeiro (BR): Typ. Jornal do Comercio, 1914; QUESADA, Ernesto. **El “peligro alemán” en Sud América**. Buenos Aires (Argentina): Talleres Graf. de S. Suárez, 1915.

costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira antici-dadania brasileira”. Gertz (1991, p. 16) afirma, ainda, que a campanha do “perigo alemão” se manteve até o final da Primeira Guerra Mundial, quando teria tido seu principal argumento, ligado às pretensões de expansão territorial, enfraquecido pela derrota do Império Alemão. Ocorre, no entanto, que Adolf Hitler reviveu o projeto do *Lebensraum*¹³¹ para a Grande Alemanha e isso, como de costume na historiografia brasileira que trata das Guerras Mundiais, não foi mencionado na obra de Gertz (1991) como elemento contínuo de um mesmo tempo histórico.

O quadro com dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizado na próxima página, mostra-nos as entradas de alemães no Brasil entre 1884 e 1939 — conquanto sejam igualmente importantes os dados dos descendentes e estes, por uma falha nos registros, “não operam nenhuma distinção de origem, sendo considerados brasileiros todos aqueles que adquiriram a nossa cidadania” (SEITENFUS, 2003, p. 11), dificultando, assim, uma ideia exata de quantos eram os colonos¹³² alemães no país. Esses imigrantes e seus descendentes foram concentrados em grupos homogêneos e isolados e somente na República passaram a ser inseridos em políticas de nacionalização (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000, p. 146).

O interessante para o tempo histórico das duas Guerras Mundiais é observar que 107.305 alemães, ou 62,88% do total de entradas entre 1884 e 1939, buscaram adentrar as fronteiras brasileiras entre o ano de início da Primeira Guerra Mundial, 1914, e o ano de início da Segunda Guerra Mundial, 1939. Lamentavelmente, os dados do IBGE não nos mostram quantos alemães entraram durante a Segunda Guerra. Os dados de entrada voltam a aparecer apenas em 1945, para quando apontam terem aqui chegado vinte e dois cidadãos alemães (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000, p. 226).

131 Significa Espaço Vital, em alemão. Conceito desenvolvido pelo geógrafo nascido no Grão-Ducado de Baden, Friedrich Ratzel (1844-1904), o espaço vital seria um direito às sociedades mais desenvolvidas de conquistarem o território de povos menos desenvolvidos, permitindo ao Estado ser do tamanho de suas capacidades. Esse tipo de visão prosperou durante o III Reich, justificando a “distorção nazista” (KAPLAN, 2013, pp. 81-90).

132 Entenda-se por “colono” um termo apregoado pelo Estado brasileiro àqueles “pequenos agricultores que produzissem alimentos básicos em lotes de sua propriedade, objetivo diverso da política imigratória adotada na província de São Paulo, destinada a solucionar a carência de mão-de-obra nas propriedades de café” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000, p. 146).

Quadro 1 — Taxas oficiais de imigração de alemães para o Brasil entre 1884 e 1939.

Ano	Total
1884-1893	22.778
1894-1903	6.698
1904-1913	33.859
1914-1923	29.339
1924-1933	61.723
1934	3.629
1935	2.423
1936	1.226
1937	4.642
1938	2.348
1939	1.975
Período 1884-1939	170.640 ¹³³

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 226.

Como Seitenfus (2003, p. 11) afirma que o “número total de imigrantes alemães que ingressaram no país durante o período de 1820-1937 é superior a 222 mil pessoas”, os dados parecem apontar realmente para o período entre o início de uma Guerra e de outra como o de maior fluxo de entrada dos povos germânicos no Brasil.¹³⁴

Nesse sentido, parece-nos justificável que os governos brasileiros de Wenceslau Braz — de 15 nov. 1914 a 15 nov. 1918 — e de Getúlio Vargas — 3 nov. 1930 a 29 out. 1945 —¹³⁵ tenham se ocupado com o suposto “perigo alemão”. Não só os governos, mas principalmente os intelectuais que pretendiam formar opinião junto à sociedade, tinham alguns de seus trabalhos voltados ao tema.

No conjunto de obras disponíveis na biblioteca particular de Ruy Barbosa, por exemplo, há autores que problematizam a falta de integração do imigrante alemão, bem como de seus descendentes. O livro do escritor e jornalista sergipano Silvio Romero (1851-1914), escrito em 1906, defendia a necessidade de maior integração dos imigrantes à vida política do país¹³⁶. Romero ressaltava, ao citar um oficial alemão, que essa ação se fazia premente, uma vez que o

133 A soma desse total deu uma divergência de cinco indivíduos em referência ao total que aparece no documento do IBGE (170.645), possivelmente por uma falha no cálculo do original.

134 Quando tratamos de imigrantes que vieram antes de 1871, ano da unificação alemã, é importante mencioná-los como povos germânicos, para não passar a ideia errônea de serem advindos de um mesmo país, uma vez que as procedências incluíam diferentes reinos, ducados, grão-ducados e principados.

135 Getúlio Vargas, como é sabido, foi eleito o presidente do Brasil para um novo mandato que se iniciou em 1951 e terminou de forma trágica, em 1954, quando se suicidou ainda no cargo.

136 Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa. Nº de chamada: 028578 1906. ROMÉRO, Sylvio. Livro. **O allemanismo no sul do Brasil**: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro (BR): H. Ribeiro, 1906. 72 p.

Império Alemão buscava expandir-se em diversos pontos do mundo, inclusive na América do Sul, por meio de seus súditos que emigraram e que fariam o elo para esta expansão.¹³⁷

Por esse tempo, tinha escripto um ex-official do exército allemão — Adolph von Couring, em seu livro de propaganda — Marrocos, seu Territorio, seus Habitantes: “Não existe potencia maritima sem colonias; ora, a Allemanha já é, e pretende sel-o cada vez mais, uma potencia maritima. A Allemanha espalha, sem proveito para si propria, o excesso de sua população pelo mundo inteiro; depende de nós, allemães, conservar para o nosso paiz suas forças vivas, dirigindo a emigração para regiões que fiquem sujeitas ás nossas leis e á nossa protecção. Ha, para isto, logar na Africa, nas ilhas da Oceania e na America do Sul”.
E... note-se bem, na — America do Sul (!!)
Onde? No Brasil e na Patagonia (!!)
Eram os dois pontos indicados.

Romero foi, pois, um dos autores que trataram do “perigo alemão” como um problema geopolítico da América do Sul. Os processos de industrialização iniciados durante e após a Primeira Guerra Mundial estimularam a chegada de mais imigrantes vindos de diversos países (PRADO; PELLEGRINO, 2014, p. 116) e isso criou uma linha de tensão entre a necessidade de os países na região terem esses trabalhadores e os perigos políticos que a falta de integração cultural poderiam significar.

No Brasil, em 1939 — trinta e três anos após o livro de Silvio Romero ser publicado —, o Major Delos Carleton Emmons (1889-1965) sobrevoou a costa nordeste e a definiu como o ponto mais estratégico do continente. Para o comandante da Força Aérea Norte-Americana a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, era vulnerável por ser o ponto mais provável de uma invasão alemã, o que fez com que posteriormente Washington buscasse junto ao governo do Brasil montar ali uma base militar (NEELEMAN; NEELEMAN, 2015, p. 37).

Outro autor encontrado na biblioteca de Ruy Barbosa, Arbivohn — pseudônimo de Raimundo Carneiro de Sousa Bandeira (1855-1929), médico e deputado constituinte pernambucano de 1891 a 1893 —, argumentava exatamente o contrário do que dizia Silvio Romero. Para Arbivohn há excesso de participação dos descendentes¹³⁸ na sociedade brasileira e, por esse motivo, ele defendia o isolamento desses indivíduos.¹³⁹

137 Idem, p. 20.

138 Seitenfus (2003, p.11) estima que a colônia alemã no Sul do Brasil contava, por volta de 1940, com algo em torno de 700 a 900 mil pessoas.

139 Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa. Folheto. BANDEIRA, Raimundo Carneiro de Sousa (ARBIVOHN). **O perigo prussiano no Brazil**. Rio de Janeiro (BR): Typ. Jornal do Comercio, 1914. 36p.

Chegam telegrammas de Nova-York, anunciando longamente attitude de diversos jornaes americanos, e especialmente o “New-York Times”, em editorial de 14 do corrente, ante o imperialismo germanico e suas ameaças de expansão colonial na America do Sul.

No tempo do Imperio, um velho estadista de grandes responsabilidades no governo brasileiro exclamou uma vez, nos arroubos de suas crenças religiosas, que o Brazil era escandalosamente protegido pela Providencia Divina. A conflagração germanica veio definitivamente provar, á luz de toda a evidencia, que muita razão tinha o extinto politico nortista na sua patriotica exclamação.

Não fosse, com effeito, a resistencia opposta pela honrada nação britannica aos impetos ambiciosos do Attila moderno, e já hoje, talvez, estaria confirmada a occupação militar do territorio brasileiro pelos hussares da morte.¹⁴⁰

Arbivohn, com certo saudosismo da monarquia brasileira e, talvez, da *Pax Britannica*¹⁴¹, reforça o nosso argumento quando qualifica o Kaiser Wilhelm II como Attila moderno, em clara referência a Átila (406-453), o Huno, que no imaginário ainda hoje é lembrado como o grande responsável pelo que a historiografia ocidental, em especial a francesa, chamou de invasões bárbaras do ocidente civilizado e romano. Pois bem, Arbivohn logo em seguida citou os “hussares da morte”, em outra referência para contrapor os alemães ao mundo civilizado. Os hussares, ou hussardos, foram um tipo de cavalaria ligeira com história muito ligada à Hungria. Fora criada no século XV para combater os turcos e teve forte influência nas táticas militares do século XIX (AZEVEDO, 1999, p. 243). Ocorre que a Hungria, como é sabido, estava atrelada ao Império austríaco desde 1867 e colocada no campo oposto da civilizada França na Primeira Guerra Mundial.

Da Argentina vem outro autor que nos remete ao “perigo alemão”, Ernesto Quesada (1858-1934), historiador e jurista daquele país. Quesada, porém, conquanto faça algumas poucas ponderações em favor dos países aliados, em se tratando da “guerra europea”, parece-nos mais pragmático que os dois brasileiros citados anteriormente, uma vez que ele afirma:

Basicamente, o que há é o desejo que todas as nações estrangeiras têm de conquistar os mercados sul-americanos; é uma questão de competição comercial simples, coberta por um manto de política grandiloquente: é, em termos brutos, uma mesquinha guerra de boutique.¹⁴²

140 Idem, p. 3, grifos nossos.

141 Conceito relacionado ao longo período de relativa paz vivido no século XIX, após as Guerras Napoleônicas, quando o Império britânico viveu o auge de sua expansão e influência (EVANS; NEWNHAM, 1998, 422-423).

142 Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa. Livro. Nº de chamada: 4-B-19 1915. QUESADA, Ernesto. **El “peligro alemán” en Sud América**. Buenos Aires (Argentina): Talleres Graf. de S. Suárez, 1915, p. 23. [Tradução nossa]. No original em espanhol: “En el fondo lo que hay en esto es que todas las naciones extranjeras ambicionan adueñarse de los mercados sudamericanos; es una cuestión de Simple competencia comercial, que se cubre con manto de política grandilocuente: es, en términos crudos, una

Quesada por certo sabia que, mesmo havendo planos alemães de expansão de seu *Lebensraum* para o continente sul-americano, esses planos estavam muito distantes da realidade. Na Argentina, afirmava Quesada, a quantidade de imigrantes alemães em relação aritmética com o total dos imigrantes recebidos pelo país platino não parecia justificar o temor por um suscitado “peligro alemán”.

Quanto ao <perigo Alemão> de uma conquista militar de parte ou de toda a Argentina, é suficiente observar que, tendo o número de chegada de imigrantes ao país como referência, durante os últimos 14 anos: 1880-1913 [sic], sobre um total de 5.734.600 imigrantes os alemães representam apenas 58.315, mais ou menos o mesmo que os ingleses, que foram 50.479; e, todavia, pretende-se que a Alemanha tenha sistematicamente inundado o país com colônias e estabelecido importantes núcleos para ter uma base de fato quando buscar a anexação! Como se a Alemanha fosse lançar-se à louca empreitada de tentar a conquista militar de um território argentino, e para este território tivesse enviado como núcleo colonial um punhado de pacíficos burgueses: quando tal conquista, aparte a resistência nacional, implicaria uma prévia guerra como os Estados Unidos, em razão da história política deste país no continente; a Inglaterra, ao supor ser a Alemanha capar de tal desacerto, esquece-se que não é tão fácil tal conquista, como demonstra a própria história inglesa com o fracasso de suas ruidosas expedições militares de 1806 e 1807 ao Rio da Prata: um século depois, pensa-se que a Alemanha, como se ignorasse a história, repita o mesmo erro.¹⁴³

Ernesto Quesada minimizou os argumentos a favor do “perigo alemão” apontando a quantidade de imigrantes alemães — mostrando dados confusos — como sendo semelhante à quantidade de imigrantes ingleses. Em seguida chama a atenção para a história argentina de resistência às chamadas invasões inglesas, quando os britânicos tentaram tomar o controle de Buenos Aires à força em 1806 e 1807.

Talvez os dois pontos mais relevantes no conteúdo do livro de Quesada sejam a referência aos EUA e ao caráter dos imigrantes alemães como “pacíficos burgueses”. Em relação aos EUA, é importante recordar, o livro foi publicado em

mezquina guerre de boutique”.

143 Idem, p. 73. [Tradução nossa, grifos nossos]. No original em espanhol: “En cuanto al <peligro Alemán> de una conquista militar de parte o todo de la Argentina (sic), bastará tener en cuenta que, tomando la cifra de la inmigración llegada al país durante los últimos 14 años: 1880-1913, sobre un total de 5.734.600 inmigrantes los alemanes figuraron apenas con 58.315, más o menos como los ingleses, que fueron 50.479; y, sin embargo, se pretende que Alemania ha venido sistemáticamente inundando al país de colonias y estableciendo importantes núcleos para tener una base de hecho cuando intente la anexión! Como si Alemania fuera a lanzarse a la loca empresa de intentar la conquista militar de un territorio argentino, y para ello enviara como núcleo de colonia un puñado de pacíficos burgueses: cuando tal conquista, aparte de la resistencia nacional, implicaría una previa guerra con Estados Unidos, en razón de la histórica política continental de dicho país; Inglaterra, al suponer Alemania capaz de semejante desacierto, olvida que está debe tener presente que no es tan fácil tal conquista, como lo demuestra la propia historia inglesa con el fracaso de sus ruidosas expediciones militares de 1806 y 1807 al Río de la Plata: a un siglo de distancia, se busca que Alemania, como si ignorara a la historia, repita el mismo error”.

1915, mesmo ano em que ocorreu a Conferências de Niagara Falls, evento importante para o Pacto ABC, quando, no mês de maio, fora discutido o conflito entre México e EUA. A este tempo, ainda em rescaldo do intervencionismo dos EUA na América Latina com a política exterior do *Big Stick*, de Theodore Roosevelt — de set. 1901 a mar. 1909 —, os argentinos formavam uma desconfiança com as intenções dos EUA que resultou na rivalidade dos tempos de Segunda Guerra e de publicação do Livro Azul, o qual citamos no capítulo terceiro.

Quanto aos “pacíficos burgueses”, essa foi uma forma também no Brasil de alguns intelectuais qualificarem aqueles imigrantes, e principalmente os seus descendentes. Na crescente campanha contra os alemães, havia, portanto, também quem os visse como Ernesto Quesada, com certo pragmatismo. Exemplo disso foi a atitude de Ruy Barbosa, que mesmo divergindo do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), em relação ao grupo beligerante a que o Brasil deveria apoiar — Monteiro Lobato simpatizava com os alemães e Ruy Barbosa fora eleito presidente de honra da LBA —, articulava com o autor de clássicos infantis uma mesma opinião sobre a Guerra: a de que os “confrontos bélicos emanam não de interesses do Povo, mas sim dos anseios de alguns poucos que representam o Estado” (JACOBSEN, 2014, p. 225).

Esse perfil pacífico dos imigrantes também fora percebido nos anos da Segunda Guerra Mundial, quando, segundo Durval Lourenço Pereira (2015, pp.49-50, grifos nossos):

A doutrinação e a influência nazista no Brasil foram desmanteladas graças à oposição firme do Estado Novo, bem como ao espírito pacífico e ordeiro da esmagadora maioria dos imigrantes alemães e italianos e de seus descendentes. Embora preservassem com orgulho as tradições dos seus ancestrais, eles queriam distância dos problemas da conturbada Europa. Seus pais e avós haviam buscado no Brasil um pedaço de terra onde pudessem reconstruir os lares e recomeçar a vida em paz, longe dos conflitos e das privações que os tiraram do Velho Mundo. Em solo brasileiro, encontraram quase tudo o que procuravam. Não havia motivos para a revolta contra o país que os acolheu generosamente ou para as práticas segregacionistas estimuladas pelo NSDAP.

Não há dúvida, porém, que as perseguições existiram, mesmo que sejam relativizadas e apontadas para a Segunda Guerra Mundial como período de ocorrência de fato. Sidney Garambone (2003, pp. 107-108, grifo nosso), em seu livro sobre a Imprensa na Primeira Guerra Mundial, chegou a afirmar que:

não houve a perseguição a filhos de alemães, austríacos, turcos ou búlgaros. O acompanhamento do noticiário dos jornais mostrou que havia agitação nas ruas e discussão sobre qual lado seria o vencedor. Mas as polêmicas entre aliadófilos e germanófilos, fossem elas travadas nos palanques políticos ou nas esquinas dos grandes centros, jamais se transformaram em violência gratuita.

O problema, nessa conclusão de Garambone, é que ele a restringiu a uma pesquisa feita em apenas dois jornais do Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Correio da Manhã. Garambone deixou de fora os jornais da região Sul, onde havia maior população de origem alemã e, também, maior perseguição, como nos mostra Marcos Antônio Witt (2015, pp. 104-105):

No início do século XX, com a eclosão do primeiro conflito mundial, imigrantes e descendentes residentes no Brasil foram vistos e percebidos como estrangeiros, potencialmente perigosos. Muitos dos aspectos fortemente apontados para as décadas de 1930 e 1940 já podem ser localizados nos primeiros anos do século XX. Assim, desconfiança, repressão, perseguição e prisão em relação àqueles que eram considerados estrangeiros marcam os primeiros anos da Primeira Guerra Mundial.

Essa perseguição, relatada por Witt, tinha relação com histórias propagadas pela imprensa em pequenos jornais, onde “pesava contra os alemães a desconfiança de espionagem” (PISTOIA, 2014, p. 23).

Duas notas retiradas de um jornal circulante em Santa Maria destacam esse assunto. A primeira nota refere-se a denúncia feita à polícia, por três cavalheiros de “reconhecida idoneidade moral”, contra três suspeitos que “há dias perambulam pelas vias de nossa urbe”. (Correio da Serra, 22.11.1917, p.2).

Além de serem estrangeiros e pessoas desconhecidas da comunidade, recaía sobre eles o fato de fazerem refeições em “club local, alemão, e na casa do senhor Schwartz”. Um deles, Paulo Persen, ficou detido na cidade para averiguações por “tratar-se, talvez, de um espião a serviço da Alemanha” (PISTOIA, 2014, pp. 23-24).

Não apenas a imprensa, mas também o governo tinha alguma preocupação com os espaços dedicados à preservação da cultura germânica. Os colégios eram a principal fonte de atenção, e o governo recebia pressão de quem formava a opinião pública, como era o caso do já citado Arbivohn¹⁴⁴:

Nas escolas allemãs, as crianças aprendem que o Brazil é um paiz selvagem, habitado por uma raça de mulatos turbulentos e deshonestos, incapazes do *self-government*; e compulsam mappas geographicos, adrede preparados, em que as provincias meridionaes do Brazil figuram como domínios da corôa prussiana.

Somente em 1937, porém, ocorreu a nacionalização das escolas alemãs e a proibição do uso de outra língua que não a portuguesa nas salas de aula. Segundo Seitenfus (2003, p. 13), “o número de escolas alemãs aumentou consideravelmente durante o período de 1850-1930. [...], recebem subvenções da Alemanha e são dirigidas por alemães ou por teuto-brasileiros que utilizam o alemão como língua de trabalho”. Nessa mesma linha, Boris Fausto e Fernando

144 ARBIVOHN, Op. Cit., 1914, p. 20.

Devoto (2004, p.182, grifo nosso) afirmam que o:

[o]bje^{to} de preocupações desde a Primeira Guerra Mundial, as comunidades alemãs foram alvo da ofensiva nacionalizadora do governo Vargas, no pós-30, potenciada pelo ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, época em que o Exército interveio na ação repressiva. As escolas técnicas foram nacionalizadas em 1937, e posteriormente foi proibido o uso da língua alemã, assim como a publicação de periódicos nessa língua.

Manuel Ribas (1873-1946), Interventor Federal no estado do Paraná entre os anos de 1932 e 1945, escreveu um ofício sobre o assunto endereçado ao chanceler Oswaldo Aranha, em janeiro de 1939 — antes do início da Segunda Guerra, portanto, que ocorreria em setembro daquele ano. Tratava-se do repasse de um relatório fornecido pelo Professor Fernando Moreira, diretor do Colégio Progresso, fundado pela comunidade evangélica alemã em Curitiba no ano de 1891, acusando influência da Juventude hitlerista no comportamento dos alunos daquele colégio.¹⁴⁵

No mesmo mês de janeiro de 1939, Oswaldo Aranha enviou correspondência ao General Manuel Rabello (1878-1945), que viria a ser em 1943 o primeiro presidente da Sociedade Amigos da América, deixando clara sua preocupação com a influência dos alemães no Brasil.

Tenho para mim que não devemos perder tempo. Alemães, japoneses e poloneses, nessa ordem, devem ser objeto dos cuidados e das medidas precaucionais que V. recomenda com tanta objetividade. A ordem obedece ao fato de que ao problema da absorção, que é grave, acresce-se, como V. sabe, o do perigo atual, que estas aglomerações representam, como bases de influência racial, comercial e, consequentemente, política no caso de um conflito europeu e mundial.¹⁴⁶

Aranha havia comprado a narrativa do “perigo alemão” estabelecida desde muito antes da Primeira Guerra Mundial. Recebia seguidamente correspondências de toda parte relatando atitudes suspeitas de descendentes de alemães.

Esse tipo de correspondência podia significar apenas uma implicância particular, como parece ter sido a carta de um cidadão de Campinas, SP, que se dizia “velho amigo de muitos membros de sua [de Oswaldo Aranha] illustre família, tendo sido mesmo collega de escola de varios primos”¹⁴⁷ do chanceler. Na carta, há a queixa de que um alemão chamado Kenig estaria publicando jornal

145 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. OA 1939 01.04/01. Reservado. Ofício de Manuel Ribas para Oswaldo Aranha sobre influência da Juventude Hitlerista no Colégio Progresso, Curitiba, PR, 1939.

146 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. OA 1939 01.04/01. Cp de Oswaldo Aranha para Gen. Rabello, 1939, p.2, grifos nossos.

147 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. OA cp. 1940.01.16. Cp. de José Maria de Freitas para Oswaldo Aranha, 1940.

de propagação das ideias nazistas em São Paulo.

A mídia, agora não apenas impressa em jornais, mas também pelas ondas do rádio, trazia para dentro das casas brasileiras uma linha tênue entre o mundo real e o mundo ficcional das radionovelas. “Antes do início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, o rádio já havia se tornado o meio de comunicação de massa mais importante do mundo, superando o cinema e os jornais” (ESQUENAZI, 2014, p. 27). No mesmo ano de 1939 havia sido criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que tinha a finalidade de fiscalizar os meios de comunicação e de aplicar-lhes a censura, uma vez que quarenta e duas novas estações de rádio haviam sido instaladas no Brasil somente no período entre 1932 e 1937 (ESQUENAZI, 2014, p. 27). Já no adiantado da Guerra, no ano de 1944, a Rádio Nacional transmitiu a novela “Ressurreição”, tendo a figura do alemão como personagem vilão e espião.

Todos os alemães em território inimigo são suspeitos de serem traidores. No mundo ficcional, eles estão sempre prontos a roubar planos, contrabandear mercadorias e mesmo os que não queriam colaborar acabavam sendo presos a fazê-lo. Como é o caso de alguns personagens de Ressurreição.

[...]

Ressurreição foi irradiada em agosto de 1944, era composta por 32 capítulos. Quando a trama é iniciada, ficcionalmente, a Guerra ainda não havia começado, ela só é desencadeada no Capítulo 24. O protagonista é um cientista, um químico, que faz experiências com torpedos. Os espiões nazistas roubam os planos, no capítulo 7, mas não conseguem utilizar as fórmulas. O autor indica que mesmo antes do início da guerra os alemães se preparavam para iniciar um processo de dominação mundial e que para isso deveriam roubar as invenções que vinham sendo desenvolvidas nas mais diversas partes do mundo (CALABRE, 2006, pp. 134-135, grifos nossos).

O papel de espiões, atribuído aos alemães que migraram para o Brasil e seus descendentes, não era de toda uma fantasia, uma vez que o governo nazista do III Reich buscava estreitar laços com os alemães que viviam nas colônias no Brasil e em outros países. “Com a eclosão da guerra na Europa, a questão das atividades estrangeiras tornou-se ainda mais importante, embora a preocupação central das autoridades policiais e militares brasileiras fosse a subversão” (HILTON, 1977, p. 237).

A região sul do Brasil preocupava não apenas o governo brasileiro, mas também o governo dos EUA, “embora as evidências sugiram que o seu papel nos planos alemães foi sempre subordinado às atividades comerciais do país” (MOURA, 2012, p. 38). Por esse motivo, a disputa entre os países do Eixo e os países Aliados na preferência dos brasileiros, quando o país ainda estava sob o manto da neutralidade, ocorreu principalmente em meios midiáticos como o rádio, e a censura aumentava na medida que o conflito se acirrava. O resultado foi

o confisco de aparelhos de rádio em localidades de colonização italiana na Serra Gaúcha e repressão aos programas retransmitidos de Roma e de Berlim, embora seja perceptível que, ao “contrário do que ocorreu com os alemães e seus descendentes, vigorou uma tolerância maior com os italianos” (GOLIN, 2006, p. 116).

4.3 As participações brasileiras nas Guerras

Quando o presidente Wenceslau Braz dirigiu sua mensagem ao Congresso Nacional, em 25 de outubro de 1917, o país abandonou de vez a política de neutralidade que havia direcionado o posicionamento do Brasil desde 1914¹⁴⁸. Era uma atitude dramática para um país que não tinha nas Forças Armadas a segurança necessária para a defesa de seu vasto território.

O presidente Braz justificou a necessidade bélica pelo afundamento do navio Macau, uma semana antes, em 18 de outubro de 1917. Era uma mensagem extraordinária, por esse motivo não está disponível, por exemplo, na biblioteca virtual da Presidência da República¹⁴⁹. O documento que reproduzimos abaixo encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

Senhores Membros do Congresso Nacional

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegrammas de Londres e de Madrid, o Governo acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino allemão, o navio brasileiro “Macau” e que está preso o seu commandante.

A circumstancia de ser este o quarto navio nosso posto a pique por forças navaes allemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sóbe de ponto com a prisão do commandante brasileiro.

Não ha como, Senhores Membros do Congresso Nacional, illudir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que nos é imposto pela Allemanha.

A prudência com que temos agido não exclue, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo illesa a dignidade da Nação, para aceitar os factos como elles são e aconselhar represalias de franca belligerancia.

Se o Congresso Nacional em sua alta sabedoria, não resolver o contrario, o Governo mandará occupar o navio de guerra allemão que está ancorado no porto da Bahia, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação militar das equipagens dos navios mercantes de que nos utilizamos. Parece chegado o momento, Senhores Membros do Congresso Nacional, de caracterizar na lei a posição de defensiva que nos têm determinado os acontecimentos, fortalecendo os aparelhos de resistencia nacional e completando a evolução da nossa política externa, á altura das aggressões que vier a soffrer o Brasil.

148 Conquanto desde maio o país já tivesse rompido relações diplomáticas com o Império, as condições gerais da neutralidade ainda se fizeram presentes até a declaração de guerra em 26 de outubro de 1917, o que custou o cargo do Chanceler Lauro Müller (BARRETO, 2001, p. 45).

149 No site do governo constam apenas as mensagens ordinárias dos presidentes ao Congresso Nacional, que na época ocorriam no mês de maio de cada ano.

Palacio da Presidencia, Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 1917
Wenceslau Braz P. Gomes¹⁵⁰

O Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917, dava como redação que o governo brasileiro reconhecia e proclamava “o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil”¹⁵¹. O Brasil, conforme afirmado no capítulo terceiro, reagiu à situação de isolamento forçado pelos bloqueios navais impostos ao comércio do país. Em situações semelhantes e comparáveis, entrou em guerra contra a Alemanha em 1917 e, vinte e cinco anos depois, em 1942, viu repetir-se o mesmo quadro.

Tanto em 1914, quanto em 1939, quando do início das Guerras Mundiais, o Brasil logo se manifestou pela neutralidade por meio de um decreto em 1914 e dois outros em 1939.

O Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914 tinha vinte e sete artigos de “regras geraes de neutralidade”¹⁵². Os artigos regiam o comportamento esperado pelo governo dos cidadãos residentes no país: “Art. 1º — Os residentes nos Estados Unidos do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos belligerantes e não deverão praticar acto algum que possa ser tido como de hostilidade a uma das potencias em guerra”¹⁵³. O foco desse decreto, porém, do artigo 6º em diante, era o resguardo da costa brasileira.

Em 1939, de maneira sucinta, o governo de Getúlio Vargas dividiu a neutralidade em dois decretos: Decreto nº 4.623, de 5 de setembro de 1939, de neutralidade na guerra entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, e Decreto nº 4.624, de 5 de setembro de 1939, de neutralidade na guerra entre a Alemanha e a França. Ambos os decretos, porém, remetiam ao Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939.

Com trinta artigos, o Decreto-Lei nº 1.561 estipulou as regras gerais de neutralidade dando ênfase, mais uma vez, na maior parte desses artigos, para os aspectos da guerra naval e o envolvimento de sua ampla costa atlântica¹⁵⁴.

150 AHI, estante 292, prateleira 2, volume 13, mensagens ao Congresso (1913 – 1926). Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, datada de 25 de outubro de 1917.

151 BRASIL, Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil. **Coleção de Leis do Brasil** - 26/10/1917, p. 169, Vol. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.

152 BRASIL, Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914. Estabelece regras geraes de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as Potencias estrangeiras. **Diário Oficial da União** – seção 1 – 5/8/1914, p. 9045. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.

153 Idem, grifo nosso.

154 BRASIL, Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Aprova as regras de neutralidade em caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. **Diário Oficial da**

A discussão sobre a neutralidade brasileira nas Guerras deve incluir um necessário aporte conceitual acerca do que, afinal de contas, significa ser um país neutro.

Jean-Baptiste Duroselle, em discurso proferido na abertura da Conferência sobre a História da Neutralidade — em Helsinki, Finlândia, entre os dias 9 e 12 de setembro de 1992 —, defendeu três ideias “essenciais” sobre o tema que dialogam com nosso argumento (DUROSELLE, 1993)¹⁵⁵: em primeiro lugar, segundo o historiador francês, trata-se de um fenômeno multiforme e abstrato. “Pode acontecer que o legislador tente impor neutralidade ao Executivo¹⁵⁶” (DUROSELLE, 1993, p. 20). Crê-se, dessa forma, que a legislação por si só garantiria o afastamento de diversos atores da sociedade por meio de atos proibitivos, e que o Poder Executivo não seria alcançado por esses grupos de pressão, tais como os fabricantes de armas, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, ou por exportadores de matéria prima, como no caso do Brasil.

Duroselle (1993, p.20-21) afirma, como segunda ideia, que a neutralidade é totalmente diferente do pacifismo. O pacifismo seria visto como algo negativo por elevar a paz — um dos conceitos mais abstratos e controversos nas relações internacionais — a valores absolutos de justiça e liberdade na convivência entre os países.

Como terceiro aspecto da neutralidade, Duroselle (1993, p. 22) aponta que a “escolha entre neutralidade e alianças depende de fatores internos e externos”¹⁵⁷, o que se aplica diretamente ao Brasil, nas duas Guerras Mundiais. Como fatores internos, seria possível apontar os números da migração de alemães para o país e a influência dos exportadores de café e de outros produtos primários junto à elite governante. A partir da percepção dos alemães como o inimigo ideal para a consolidação da identidade nacional e do sentimento de injustiça para com o país por causa dos afundamentos de navios de comércio e de transporte de passageiros, o Brasil teve os elementos internos necessários para a mudança de postura da neutralidade para a de aliança a um dos grupos em conflito, rompendo o isolamento que mencionamos no capítulo terceiro e buscando a inserção internacional do país em meio às mudanças que chamamos de ressignificações sistêmicas.

Como fatores externos, os dois que podemos aplicar ao caso brasileiro são a posição geográfica e os interesses econômicos de grandes potências envolvidas

União – seção 1 – 2/9/1939, p. 21265. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 30 jun. 2019.

155 Duroselle em verdade cita quatro ideias-chave, ocorre, porém, que a quarta e última de suas ideias é relacionada com o final do século XX, fora do alcance de nosso período em tela.

156 [Tradução nossa]. No original em francês: «Il peut arriver que les pouvoirs législatif essaie d'imposer la neutralité au pouvoir exécutif».

157 [Tradução nossa]. No original em francês: «Le choix entre neutralité et alliances dépend de facteurs internes et externes».

nas duas Guerras. São duas variáveis que estiveram fora do alcance das lideranças brasileiras, uma por não ser possível mudar a posição geográfica ou o fato de haver necessidade de cruzar o oceano para vender os produtos na Europa; e a outra variável, ligada aos interesses econômicos das potências, deixava uma margem estreita de negociação para os governos de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas.

Existem diversos tipos de neutralidade, afinal, como define Robert Frank (1993, p. 29):

A Neutralidade não é apenas uma questão jurídica, é também, e acima de tudo, política. Precisamente, a credibilidade do Estado neutro deve ser acautelada incessantemente, e sua ancoragem na realidade passa por governantes renovados pela ação diplomática. Existem várias políticas de neutralidade.¹⁵⁸

A ação diplomática mencionada acima é um fator que o Brasil teve de aprimorar ao longo dos anos, entre 1914 e 1945, com reflexos nas decisões tomadas no âmbito das duas Guerras. “Na prática, a neutralidade deu às nações a opção de entrar ou evitar a guerra de acordo com a percepção de seus interesses”¹⁵⁹ (GRAEBNER, 1993, p. 53). Essa percepção dos interesses, todavia, dependeu dos fatores internos e externos, explicados por Duroselle (1993), que eram discutidos em 1917 depois de declarada a guerra. A relação com os imigrantes alemães e seus descendentes e a construção da imagem de inimigos da pátria, por um lado, e as dificuldades em cruzar o Atlântico com os produtos brasileiros, de outro, são as variáveis internas e externas mais importantes na percepção dos interesses nacionais tanto ao tempo da Primeira Guerra Mundial quanto ao tempo da Segunda Guerra Mundial.

Nesse cenário, houve longo debate no Senado da República entre o senador baiano Ruy Barbosa e o senador capixaba João Luiz Alves (1870-1925), o que precedeu a ida do Brasil como país beligerante à Conferência Interaliada reunida em Paris, entre os dias 20 de novembro a 3 de dezembro de 1917. Foi nesta oportunidade, durante a Conferência, que o governo do Brasil resolveu criar a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG).

Ao pedir a palavra, o senador João Luiz Alves afirmou, após fazer uma eloquente síntese dos acontecimentos na Europa desde a morte do Arquiduque Franz Ferdinand, que:

[...] na defesa e sustentação do meu voto, [gostaria de] dizer à Nação Brasileira: nós não quisemos a guerra; nós fomos arrastados à guerra e,

158 [Tradução nossa, grifos nossos]. No original em francês: «La neutralité n'est pas seulement une affaire de droit, elle est aussi, et surtout, un politique. Précisément, la crédibilité de l'Etat neutre doit se mériter sans cesse, et son ancrage dans la réalité passe par des reuves renouvelées par l'action diplomatique. Il existe plusieurs politiques de neutralités”.

159 [Tradução nossa]. No original em inglês: “In practice neutrality gave nations the choice of entering or avoiding war in accordance with their perceived interests”.

não a tendo provocado e tendo sido a ella arrastados, temos de armar o Governo de todas as medidas que forem indispensaveis á segurança e defesa do paiz.

O Sr. Ruy Barbosa — quem é que quiz então a guerra?

O Sr. João Luiz Alves — foi o povo brasileiro offendido; foi V. Ex., como evangelizador dessa guerra. Ainda hontem V. Ex. o declarou, e o declarou muito bem...

[...]

O Sr. Ruy Barbosa — Eu não quiz, nem quero e nunca chegarei a querer a guerra. Desejei, desde o principio, que a neutralidade se rebellasse contra os excessos da Allemanha.¹⁶⁰

Vejamos, nos destaques grifados desse debate, que o senador João Luiz insistiu, tal qual fora incluído no Decreto 3.361/1917, da declaração de guerra, que o Brasil não teve escolha ao ir à Guerra contra a Alemanha. Declarou, em seguida, que o governo brasileiro deve ser “armado de todas as medidas indispensaveis á segurança e defesa do paiz”¹⁶¹, ou seja, o governo é o ente legítimo a fazer a leitura dos interesses nacionais em nome do povo. Povo este, que quis a guerra por estar “offendido” com a tramas alemãs.

Ruy Barbosa nos trouxe outra informação importante, ao afirmar o desejo de que a neutralidade se rebelasse contra os excessos da Alemanha. Ora, Ruy Barbosa era para o Brasil, desde os tempos da Conferência da Paz de Haya, em 1907, um símbolo do equilíbrio jurídico por meio do qual o Brasil buscava engajar-se no sistema internacional. O desapontamento, porém, veio na constatação de que “para os beligerantes, direitos neutros são assuntos de conveniência, não princípios obrigatórios”¹⁶² (GRAEBNER, 1993, p. 46).

O historiador brasileiro Gerson Moura, ao participar da já mencionada Conferência sobre a História da Neutralidade, em Helsinki, analisou o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, defendeu que a “neutralidade do Brasil entre 1939 e 1942 ilustra claramente os limites da política externa de um país dependente”¹⁶³ (MOURA, 1993, p. 265). Ou seja, Moura fez a leitura de que somente os Estados muito poderosos foram capazes de cumprir ou fazer cumprir as regras de neutralidade.

A capacidade de fazer serem cumpridas as regras do sistema internacional, e, mais ainda, a capacidade de fazer valerem os interesses nacionais de seu

160 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais.** JLA-15f. Discurso pronunciado no Senado Federal em 10 de novembro de 1917. ALVES, João Luiz. O estado de guerra e o estado de sitio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 5, grifos nossos.

161 Idem.

162 [Tradução nossa]. No original em inglês: “To belligerents neutral rights are matters of expediency, not binding principles.”

163 [Tradução nossa]. No original em inglês: “Brazil’s neutrality between 1939 and 1942 clearly illustrates the limits of a dependent country’s Foreign policy”.

povo, foram o grande desafio dos presidentes Wenceslau Braz e Getúlio Vargas nas dinâmicas das duas Guerras Mundiais. O desafio se dava pelo atraso tecnológico das Forças Armadas do Brasil tanto em 1917 quanto em 1942, até mesmo para lidar com ameaças regionais.

Após o afundamento dos navios, a pressão da imprensa contra o “perigo alemão” e os discursos de Ruy Barbosa em prol dos Aliados, Lauro Müller (1863-1926), de ascendência germânica, não resistiu e pediu demissão do cargo de Ministro de Relações Exteriores em 3 de maio de 1917 (BARRETO, 2001, p. 45). Para seu lugar, foi escolhido o ex-presidente Nilo Peçanha.

O novo chanceler emitiu uma Nota-circular para os governos estrangeiros sobre a revogação da neutralidade do Brasil, em favor dos Estados Unidos da América, no dia 2 de junho de 1917, reconhecendo que o Brasil estava comprometido com um dos lados dessa Guerra e que a esse lado “estamos ligados por uma tradicional amizade [...] na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional”¹⁶⁴.

Vinhosa (2015, p. 85) destaca uma fala de Lauro Müller, contrária a esse alinhamento com os EUA, entendido por ele como dependência do Brasil para com Washington. “O argumento dos oradores nas praças públicas é sempre o mesmo: o Brasil tem de seguir o exemplo dos Estados Unidos. Isto significaria tornarmos nossas opiniões, as opiniões dos Estados Unidos. Mas um país independente governa-se por si”.

Muitos anos depois dessa fala de Lauro Müller, em 1939, o Presidente da Delegação do Brasil, Embaixador Carlos Martins Pereira e Souza (1884-1965), discursou na sessão de encerramento da I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Panamá — sobre a Neutralidade do Brasil e das Repúblicas Americanas —, afirmando que “novamente uma coalizão de elementos ameaça destruir avassaladoramente as conquistas pacíficas da civilização” (CANÇADO TRINDADE, 2012b, p.342). Reforçando, assim, não apenas os laços pan-americanos, mas também o argumento civilizacional do papel do Brasil na guerra.

Voltando à Nota-circular de Nilo Peçanha, de junho de 1917, é importante dizer que ela não era uma adesão às cegas do caminho traçado pelos EUA. Dentro de uma pragmática noção de realidade do aparato de defesa do Brasil, a nota fora emitida em decorrência da Mensagem Presidencial de 26 de maio, pela qual o presidente Wenceslau Braz afirmou ser urgente que o país fizesse uso

164 CPDOC/FGV. **Arquivos pessoais**. OA cp. 1917.06.02. Nota-circular de 2 de junho de 1917 aos Governos estrangeiros, expedida pelo Governo brasileiro, por intermédio dos seus Representantes Diplomáticos, sobre a revogação da neutralidade do Brasil, em favor dos Estados Unidos da América.

dos navios apresados nos portos do país¹⁶⁵. Um dos navios mercantes brasileiros fora posto a pique havia poucos dias, o Tijuca, em 20 de maio, “torpedeado por navios alemães perto do porto francês de Brest. Ao tomar conhecimento do fato, o governo brasileiro decidiu utilizar (e não confiscar) navios alemães que se encontravam em portos brasileiros (BARRETO, 2001, p. 46).

Alguns meses depois, um desses navios, que estava apresado no porto da Bahia havia três anos, a canhoneira Eber (CANÇADO TRINDADE, 2012a, p. 499), foi afundada pelos tripulantes alemães quando o Brasil declarou guerra, em 26 de outubro de 1917 (DARÓZ, 2016, pp. 103-106). Nem mesmo da fiscalização dos navios apresados, portanto, o governo brasileiro conseguia dar conta.

Em 1942, por motivos semelhantes aos de 1917, o Brasil não apenas rompera a neutralidade, mas também reconhecera o estado de guerra com os países do Eixo. Isto ocorreu, mais uma vez, após a entrada dos EUA na Guerra e por uma sucessão de ataques e afundamentos de navios mercantes e de passageiros na costa brasileira. Foram seis navios atacados por um mesmo submarino alemão, o U-507, causando 607 mortes entre os dias 15 e 19 de agosto (MONTEIRO, 2012, pp. 314-315).

Com o fim das fases de neutralidade, em 1917 e 1942, o Brasil teve de voltar suas atenções à capacidade bélica do país. As Guerras, porém, não podem ser encaradas simplesmente pelo famoso aforisma de Carl von Clausewitz (1780-1831), de ser a política por outros meios, pois, como explica John Keegan (2006, p. 18):

O mundo seria mais fácil de compreender se essa frase de Clausewitz fosse verdade. Clausewitz, um veterano prussiano das guerras napoleônicas que aproveitou seus anos de aposentadoria para compor o que estava destinado a ser o mais famoso livro sobre a guerra — chamado justamente *Da Guerra* —, na verdade escreveu que a guerra era a “continuação das relações políticas” (des Politischen Verkehrs) “com a entremistura de outros meios” (mit Einmischung anderer Mittel). O original alemão expressa uma ideia mais complexa e sutil que a tradução mais frequentemente citada. Nas duas formas, no entanto, o pensamento de Clausewitz está incompleto. Ele implica a existência de Estados, de interesses de Estado e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios.

Na Primeira Guerra, a participação do Brasil se deu principalmente com o envio de uma esquadra naval que era formada por navios adquiridos no âmbito das reformas defendidas pelo Barão do Rio-Branco, em 1904 e 1906¹⁶⁶. Em 1917 esses navios já estavam obsoletos, devido a avanços na indústria naval ocorridos pouco depois do programa naval brasileiro. “A mudança do sistema de propulsão e a total falta de capacidade dos navios brasileiros para a guerra

165 **AHI**, estante 292, prateleira 2, volume 13, mensagens ao Congresso (1913 – 1926). Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, datada de 26 de maio de 1917.

166 Ver páginas 126 e 127.

antissubmarina os contraindicavam para participarem do conflito europeu, no qual estavam presentes as principais potências navais” (DARÓZ, 2016, p. 76).

A DNOG, no entanto, se tornou na imprensa brasileira (figura 11) o símbolo para o país da luta da civilização contra a barbárie.

Figura 11 — Lançamento da DNOG



Fonte: **Revista O Malho**, Capa, Ano XVII, n. 815, Rio de Janeiro, 27 abr. 1918. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/36679>>. Acesso em 26 mar. 2019.

O desafio brasileiro ao lançar a DNOG, com o objetivo de patrulhar o Oceano Atlântico contra as atividades submarinas da Alemanha, era realizar esse serviço sem a tecnologia adequada, o que gerou situações que hoje são vistas como anedóticas. Exemplo disso foi a Batalha das Toninhas, ocorrida quando a DNOG se deslocava entre Dacar e o Estreito de Gibraltar, em novembro de 1918. Os membros da tripulação do Cruzador Bahia, ao avistarem sombras abaixo da superfície do mar, deram o alarme e os contratorpedeiros abriram fogo, pensando tratar-se de submarinos alemães, quando na verdade o que estavam abatendo eram animais marinhos da família dos cetáceos (DARÓZ, 2016, p.167; VINHOSA, 2015, p. 169).

A DNOG fora composta por oito navios: sendo dois cruzadores¹⁶⁷, nomeados Rio Grande do Sul e Bahia; quatro contratorpedeiros¹⁶⁸, chamados Piauhy, Rio

167 O Cruzador é um navio de guerra maior que uma Fragata, geralmente empenhado em missões de exploração. Na DNOG eram os navios maiores e mais bem armados.

168 O Contratorpedeiro é um navio de guerra mais leve e rápido, na DNOG eram os quatro responsáveis pela escolta da Esquadra.

Grande do Norte, Parahyba e Santa Catarina; o Tender Belmonte¹⁶⁹; e um navio rebocador, o Laurindo Pitta¹⁷⁰. O comando da esquadra naval brasileira foi entregue pelo então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926) ao Contra-Almirante Pedro Max Fernando Frontin (1867-1939).

O maior desafio enfrentado pela DNOG foi o surto de Gripe Espanhola¹⁷¹ que acometeu a tripulação brasileira e causou inúmeras mortes, atrasando a chegada do país à Europa e fazendo-o aportar em Gibraltar um dia antes do armistício, assinado em 11 de novembro de 1918 (CERVO; BUENO, 2011, p. 227).

Segundo Daróz (2016, p. 166):

As baixas provocadas pela gripe espanhola foram tantas que foi necessário o Ministério da Marinha designar novos militares para substituir os mortos e doentes, a fim de completar as tripulações desfalcadas. Ao todo, a doença atingiu cerca de 44% dos oficiais, 50% dos oficiais engenheiros-maquinistas, 37% dos mecânicos, 18% dos suboficiais, 27% dos marinheiros, 30% dos foguistas e 34% dos taifeiros da Divisão.

A Fraca Marinha de Guerra brasileira foi fenômeno das duas Guerras, pois, se na década de 1910 “a Marinha tinha navios, mas não era capaz de utilizá-los direito, por falta de manutenção e treinamento; quando começou a Segunda, o treinamento e a manutenção tinham evoluído, mas agora faltavam navios modernos” (NETO, 1995, p. 55).

Em verdade, como já mencionamos anteriormente, os navios já não eram modernos em 1917, por fazerem parte dos programas navais de 1904 e 1906. “No início da Segunda Guerra Mundial, a situação era ainda mais crítica. Dos quatro encouraçados, restavam dois em serviço; dos seis cruzadores, apenas dois; dos dez contratorpedeiros, alguns poucos permaneciam teimosamente em atividade” (PEREIRA, 2015, p. 129).

O Brasil na Primeira Guerra, além da DNOG, ainda participou enviando uma Missão Médica Militar Brasileira (MMMMB) de cem cirurgiões brasileiros para atuarem em um hospital construído pelo Brasil em Paris e nove oficiais aviadores para se juntarem à Royal Air Force (DARÓZ, 2015, pp. 120-144).

169 Este navio tinha a procedência alemã e fora arrestado pelo governo brasileiro no porto de Santos em 1917. Na DNOG estava classificado como transporte de guerra.

170 O Laurindo Pitta é um navio rebocador que foi encomendado pelo governo brasileiro em 1910 a um estaleiro no Reino Unido. Esse navio está integrado hoje à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, no Rio de Janeiro, RJ, onde são oferecidos passeios pela Baía de Guanabara. As informações sobre os navios da DNOG podem ser encontradas tanto no livro de Carlos Daróz (2016) quanto na obra de Francisco Teixeira Vinhosa (2015).

171 A Gripe Espanhola foi uma pandemia do vírus influenza H1N1 que causou mortes estimadas entre 50 e 100 milhões de pessoas em todo o mundo (MARTINO, 2017). O presidente eleito no Brasil em março de 1918, Rodrigues Alves, não pode tomar posse, em novembro de 1918, porque havia contraído a Gripe Espanhola. Veio a falecer pela doença em janeiro de 1919.

Na obra de literatura de Cordel, intitulada “Echos da Patria”¹⁷², Leandro Gomes de Barros¹⁷³ (1865-1918) — ele mesmo uma vítima da Gripe Espanhola em 1918 — descreveu em versos a epopeia do Brasil na Primeira Guerra Mundial desde a neutralidade até o afundamento do navio Macau:

Echos da Patria

(1)

O brasileiro na guerra

Não se exercita a brigar

Muitos até ignora

O que é à esquerda rodar

Mas mata sem fazer sangue

Engole sem mastigar.

(2)

É exato que a Allemanha

Tem formidaveis canhões

Submarinos que fazem

Terror ás navegações;

Nós temos isso, mas poucos,

E ninguém teme as nações.

(3)

Disse o grande Ruy Barbosa

No Senado descursando:

Brasileiro faz sorrindo

O que o allemão faz chorando,

Este paiz magestoso

Renasce de quando em quando.

[...]

(4)

Um povo dessa linhagem

Não se rende a um allemão

Enfrenta todo o pirigo

E onde vai pega é a mão

Pode morrer porem vinga

A morte de seu irmão.

(5)

Quatro vapores dos nossos

Ja foram torpedeados

E esses crimes horrendos

Não foram considerados

Talvez que pelo Macau

Os outros sejam vingados.

172 Fundação Casa de Rui Barbosa. Folhetos de papel: Memória do Cordel. Folhetos Raros de Leandro Gomes de Barros - Coleção SNB - Poemas Completos\LC6073 - **Echos da Patria** (2), 1918, pp. 2-12, grifos nossos. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RuiCordel&pasta=&pesq=LC6073>>. Acesso em 7 set. 2019.

173 O poeta cordelista paraibano Leandro Gomes de Barros é tão importante para o Cordel que o dia de seu nascimento, 19 de novembro, é considerado como data nacional desse tipo de literatura.

(6)
O Rio Grande do Sul
Parte voluntariamente
O Paraná se prepara
São Paulo diz estou na frente
Quando precisar me chame
E espere o contingente.

(7)
Santa Catarina ainda
Não tomou resolução
Nós esperamos de lá
Sahir grande agitação
Divido aos seus habitantes
Ser quasi tudo allemão.

[...]
(8)
O Brasil, logo a principio
Declarou neutralidade
Julgou tambem que a Allemanha
Tivesse fidelidade
E respeitasse o direito
E a sua nacionalidade.

(9)
Nós diviamos saber
A Allemanha quem é
Um aborto da desgraça
Sem lei, sem forma sem fé
Tomou um barco dos nossos.
Carregado com café.

[...]
(10)
Chore agora quem chorar
Gema depois quem gemer
Vai desde velho a criança
Isso não tem que saber
Da-se a vida pela honra
O sangue pelo dever.

(11)
O Brasil sempre acolheu
Esse ou aquelle estrangeiro
Deu provas de um povo honrado
Um paiz hospitaleiro
Porem se vendo offendido
Se transforma em carniceiro.

(12)
Era 18 de Outubro
Estava o paiz socegado
Quando veio um tellegrama
Que deixou tudo alarmado
Dizendo; um vapor nosso

Foi na Hespanha afundado.

(13)

Sahiu do Rio de Janeiro

O grande heroe Saturnino

Levando o vapor Macau

A França que era o destino

Foi nas costas da Hespanha

Victima de um submarino.

(14)

Esse corsario maldito

Fez isso sem avisar

Torpedeou o navio

Botou-o ao fundo do mar

E toda tripulação

Não consentiu se salvar.

(15)

O commandante Mendonça

Vendo-se alli agredido

Disse ao corsario allemão

Você tambem está perdido

Se hei de escapar por covarde

Vou morrer por atrevido.

(16)

E lançando mão do sabre

Cravou logo o commandante

Matou outro official

Que veio meter-se adiante

Por elle e por um criado

Foram 4 num instante.

(17)

O commandante Mendonça

Reconhecendo o perigo

Disse ao corsario allemão

O mar é nosso jasigo

Felizmente já vão

Quatro diabos commigo.

(18)

Ora o Mendonça sozinho

Apenas com um criado

Dentro de um submarino

Por tantas feras cercado

Não poudé mais resistir

O mataram degolado.

(19)

Morreu mais seu nome vive

Nas aguas do oceano

Provou que a raça latina

Engrandece o genero humano

Mostrou a força que tem

Brasileiro e alagoano.

[...]

(20)

Nós temos em nossa terraHomem que morre sorrindo

A bala entra elle diz:

Não doe nem estou sentindo

Só dá fé que está ferido

Depois do combate findo.

(21)

E quem tem um povo desseNão teme qualquer nação

Povo que estando em combate

Tira da peça a ação

Se lembra das trovoadasEm Janeiro no sertão.

[...]

O cordel que destacamos, de Leandro Gomes de Barros, fala da forma mais simples possível ao cidadão comum de um país com pouco acesso à imprensa. A literatura de cordel traduz a tradição oral dos repentistas em linguagem coloquial e, no caso de “Echos da Patria”, selecionamos vinte e uma estrofes de seis versos — sextilhas — com narrativas às quais dialogamos ao longo dos capítulos anteriores, e nos referimos a seguir pela sequência de nossos grifos¹⁷⁴.

A narrativa inicia-se deixando claro que o assunto é o envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Envolvimento este que se deu pelo terror causado pelos submarinos alemães, apelando ao imaginário popular para a figura de ter a Guerra vindo até o Brasil, e não o oposto, como já havíamos destacado no discurso do senador João Luiz Alves. Esse debate, aliás, é mencionado na estrofe seguinte, onde o cordelista menciona o grande Ruy Barbosa para dar valor a uma característica da identidade brasileira: um país majestoso que sempre renasce.

O renascimento do Brasil, ou a reificação da identidade construída no século XIX, traz em si a solidariedade como marca do brasileiro, o sujeito que “onde vai pega é a mão, vinga a morte de seu irmão”.

Barros dedica, então, uma sextilha aos vapores afundados e afirma ser o Vapor Macau a possível gota d’água, tal qual fora capa de jornais¹⁷⁵. O país precisaria se unir, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo são citados, para em seguida fazer a observação sobre a grande quantidade de alemães residentes no estado de Santa Catarina. Ou seja, o “perigo alemão”, reforçado na figura do inimigo ideal, para clamar por nossa identidade. Uma identidade reforçada a partir do que não somos.

174 Enumeramos cada sextilha, ou estrofe, para fins pedagógicos. Essa numeração não consta no original.

175 Ver figura 2, página 71.

Na oitava sextilha, Barros tratou de reforçar que o Brasil havia se declarado neutro e que o direito dos neutros fora desrespeitado, deixando ao país a opção pela declaração de guerra, ou melhor, pelo reconhecimento da guerra que o Império alemão trouxe ao Brasil. É a partir desse ponto, nona sextilha, que a Alemanha é reconhecida como um “aborto da desgraça”, reforçando a imagem da luta da civilização versus barbárie e clamando, de forma ufanista, pela necessidade de o brasileiro dar “vida por honra, sangue pelo dever”.

País “hospitaleiro”, que recebeu bem aos estrangeiros, agora se sente “ofendido”. Foi a mesma expressão utilizada pelo senador João Luiz Alves ao responder ao questionamento de Ruy Barbosa, sobre quem quer a guerra: — “O povo, que está se sentindo ofendido”¹⁷⁶. Assim definiram, sobre o sentimento do povo, um senador e um intelectual, ambos chamando para si a leitura do interesse nacional.

Estava o Brasil de fato sossegado? Tal como afirma o autor na sextilha 12. Ou essa é a narrativa de uma guerra que não é nossa? O Brasil na Guerra dos outros, ou nas Guerras dos outros, visto que na Segunda Guerra essa linha narrativa foi mantida¹⁷⁷.

O cordel chega, em sua narrativa — para nós a partir da sextilha 13 —, ao suposto papel de herói do comandante do vapor Macau, a quem Barros dedicou algumas estrofes, o Capitão Saturnino Furtado de Mendonça¹⁷⁸.

O alagoano Saturnino de Mendonça era responsável pelo vapor mercante Macau, do Lloyd Brasileiro¹⁷⁹, quando em 18 de outubro de 1917 foi interceptado pelo submarino alemão U-93. O comandante recebeu ordens para que a tripulação deixasse o navio a bordo de baleeiras e o torpedeou, com toda a carga de café e cacau que carregava. Saturnino de Mendonça e um taifeiro, Arlindo Dias dos Santos, foram levados a bordo do submarino alemão e nunca mais se soube notícias dos dois (MONTEIRO, 2014, pp. 165-195; VINHOSA, 2015, pp.120-121; DARÓZ, 2016, pp. 99-101).

Segundo o autor do cordel, o vapor Macau, torpedeado por “corsário” alemão, teve na figura de seu capitão um herói nacional, que fez do mar seu “jazigo” e morreu no interior do submarino cercado por “feras”, conquanto não haja nenhum testemunho que comprove os eventos no interior do U-93. A memória, no entanto, do comandante alagoano, será preservada como um exemplo

176 Ver diálogo nas páginas 139 e 140.

177 Como visto no capítulo terceiro, não apenas o Brasil, mas a América Latina como um todo fora envolvida nas Guerras pelos bloqueios navais, provocando um isolamento involuntário que obrigou o Brasil a se inserir como beligerante e, posteriormente, como parte interessada nas Conferências de Paz pós-Guerras.

178 Ver a notícia destacada na figura 2, página 71. Há, também, um perfil do Comandante Saturnino de Mendonça, disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/comandante-saturnino-um-alagoano-na-1a-guerra-mundial.html>>. Acesso em 05 jul. 2019.

179 Companhia de navegação estatal criada em 1894 e extinta em 1997.

do “gênero humano” — contra a barbárie —, demonstrando que o brasileiro “não teme qualquer nação”, pois fora forjado nas “trovoadas do Sertão”.

Essa longa, porém, necessária narrativa popular carregada de simbolismo nos permite traçar o fio das tramas identitárias que atravessaram o tempo histórico das duas Guerras Mundiais e deram um perfil diferente ao Brasil nas suas relações internacionais.

Na Segunda Guerra, o terror dos afundamentos se tornaram mais impactantes junto à sociedade brasileira, como narra Roberto Sander (2011, pp. 238-239, grifos nossos):

Os Sobreviventes dos naufrágios na costa baiana foram atendidos nos hospitais de Valença. Eles pareciam ter necessidade de exorcizar os momentos de horror vívidos contando os detalhes dos ataques. O médico Hélio Veloso narrou o naufrágio desde o primeiro instante: “A Bordo ninguém suspeitava, nem de leve, que estivéssemos prestes a sofrer qualquer agressão. O ataque verificou-se quando a terra já estava à nossa vista, à altura do Morro de São Paulo. O Itagiba foi colhido em cheio pelo torpedo, cuja explosão fez voar destroços por todos os lados. Estabeleceu-se pânico a bordo. A tripulação procurava acalmar os passageiros, ao mesmo tempo em que tomava medidas urgentes para o salvamento de todos. As baleeiras foram arriadas e os passageiros e a tripulação começaram imediatamente a abandonar a embarcação. Apareceu, então, o Arará fazendo o transbordo. Mas um submarino, provavelmente o mesmo, prosseguiu na emboscada sinistra. Mal os naufragos eram recolhidos pelo Arará e um outro torpedo atingia também este último barco, partindo-o ao meio. Ao atingir o alvo, o torpedo provocou uma grande explosão, a qual causou cinco mortes. As baleeiras foram arriadas desta vez com mais dificuldades, pois o Arará submergia rapidamente. Alguns escaleres ficaram amarrados e ameaçaram afundar, porém foram desvencilhados quase milagrosamente. Nessa altura, surgiu o iate Aragipe, comandado por Manoel Balbino dos Santos, que conduziu muitos sobreviventes de ambos os navios até Valença”.
O jornal, 20 de agosto de 1942.

Esse tipo de testemunho, estampado nos jornais pelo país, gerou protestos nas ruas das principais cidades pedindo a entrada do Brasil na Guerra (SANDER, 2011, pp. 244-245).

O Brasil participou da Segunda Guerra com uma Força Expedicionária de pouco mais de vinte e cinco mil homens enviada à Itália. O perfil dos Pracinhas da FEB era de gente simples, com pouca instrução. “Mudada a situação de paz para a guerra, com a terra distante e saudosa a espiçar-lhe o coração, passou os meses de adaptação ao novo Teatro de Operações e ao novo clima, num contínuo processo de mutação” (LIMA JR., 1982, p. 198).

A FEB suscitou a produção de muitos livros e teses acadêmicas, em geral com aspectos positivos de sua participação na Guerra. Um livro, porém, chama a atenção por ter tratado a participação dos Pracinhas com um olhar negativo.

O título do livro é: As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos, de William Waack (2015). Nele, embora o autor argumente que seu “livro não é contra a Força Expedicionária Brasileira” (WAACK, 2015, p. 9), ele desmerece a contribuição dos Pracinhas e embasa-se em entrevistas que realizou com oficiais dos EUA e da Alemanha que tiveram contato com a FEB e que teriam diminuído sua importância. “Até mesmo a absurda versão de que os alemães teriam ignorado a presença da FEB na Itália foi apreçoada, apesar dos panfletos alemães em português e da existência de uma rádio que transmitia em nosso idioma” (MAXIMIANO, 2010, p. 228).

O livro de Waack, porém, é uma exceção, uma vez que as memórias dos oficiais, como as do próprio comandante da FEB, o Marechal Mascarenhas de Moraes (1883-1968), apontam para uma participação de relevância. Disse Moraes (2005, pp. 217-218, grifos nossos):

Resultados de nossa atuação

Todos os exércitos inimigos, situados em território italiano, terminaram a sua capitulação na noite de 2 de maio (1945). Esboroara-se definitivamente o sistema de forças eixistas da Itália Setentrional. Concluíra então o XV grupo de Exércitos Aliados o certo golpe que destruiu por completo a máquina militar nazifascista existente na Península Italiana e influiu ponderavelmente no apressamento da vitória das Nações Unidas no Velho Mundo.

Neste perfulgente panorama de triunfos, o desempenho da Divisão Brasileira, particularmente nas missões que lhe couberam no decorrer da Ofensiva da Primavera, foi considerado magnífico pelos chefes militares norte-americanos. A sua atuação merecerá no futuro, quando for escrita a História da Campanha da Itália, um papel de incontestável relevo entre as divisões de Infantaria que vergaram e destruíram o poderio militar da Alemanha.

Em menos de 12 dias, contando exclusivamente com os seus próprios meios, percorreu cerca de quatrocentos quilômetros e libertou quase meia centena de vilas e cidades da Península Italiana.

Cercou e aprisionou a valorosa 148ª DI alemã, os destroços da Divisão Itália e os remanescentes da intrépida 90ª Divisão Blindada. Capturou dois oficiais generais: Otto Fretter Pico e Mário Carloni, e cerca de novecentos oficiais.

Nos 19 dias de ofensiva fez pouco mais de 19 mil prisioneiros e apreendeu mais de mil veículos. Nesse movimento, capturou mais de quatro mil cavalos e apresou grande cópia de material bélico, de intendência e saúde.

Para alcançar tais resultados, a Divisão Brasileira não mediu esforços nem poupou sacrifícios.

As baixas, nessas 19 gloriosas jornadas, foram calculadas em 47 mortos, 10 extraviados e 616 feridos, inclusive acidentados.

Finalmente, a participação do expedicionário brasileiro, em particular nesta fulminante ofensiva, deve constituir o legítimo e nobre motivo de orgulho nacional.¹⁸⁰

180 Sobre os números da FEB, ver Anexos A e B ao final desta obra.

Esse apanhado do Marechal Mascarenhas de Moraes mostra que a FEB, sob comando geral dos EUA, contribuiu para a vitória das nações unidas, o que será de grande importância para a participação brasileira nas Conferências de Paz em 1945. A preocupação com a escrita da história nos remete à narrativa identitária nacional que vinha sendo reificada desde a Primeira Guerra. Além da FEB, havia também uma Força Aérea Brasileira participando da Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecida pelo grito de guerra “Senta a Pua”. Segundo Neto (1995, p. 87):

Quando foi criada em 1941, a força aérea brasileira tinha 430 aviões, soma dos aviões do Exército e da Marinha que ela incorporou. Parece um número impressionante, quando se vê que o esquadrão de caça brasileiro na Itália tinha em torno de 40 aviões. Só que os 430 já eram, em 1941, quase todos obsoletos para a guerra moderna que se travava então na Europa.

A origem da expressão que identificava a Força Aérea Brasileira (FAB) foi explicada pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima (1919-2013) no livro de suas memórias que leva no título o famoso grito, “Senta a Pua!” — (LIMA, 1989, p. 39, grifo nosso):

Quando servi na Base Aérea de Salvador em 1943/44, esta, naquele tempo, com o exótico nome de Escalão Volante de Salvador, encontrei meu ex-instrutor na Escola de Aeronáutica dos Afonsos, 1º Tenente Aviador Firmino Ayres de Araújo, hoje Brigadeiro-do-Ar R/R.

“Zé” Firmino, como é conhecido na FAB, é um “arataca” da Paraíba, nascido em Patos, todo desengonçado, tendo sempre uma ponta da camisa fora da calça. Para ele qualquer pessoa leva um “Zé” antes do nome. Eu, por exemplo, o “Zé Rui”. Na Bahia, quando se dirigia a algum praça, não lhe sabendo o nome, simplificava chamando-o de “Zé Maria”.

Nessa época surgiu no Nordeste a gíria: Senta a Pua! Ela cobria tudo, porém “Zé Firmino da Paraíba” só a utilizava para apressar os motoristas nas viagens diárias Salvador-Ipitanga ou vice-versa: “Senta a Pua! Zé Maria”, era seu grito ao entrar na camioneta dos oficiais. Isso obrigava o homem a correr um pouco acima do limite.

E veio o voluntariado para o 1º Grupo de Caça....

Salvador deu três: Tenente Leon Roussoulières Lara de Araújo, João Edson Rebello e Silva e eu. Levamos para o Panamá aquele grito paraibano do Firmino: “Senta Pua! Zé Maria”.

O “Senta a Pua!” passou a fazer parte do palavreado obrigatório do Grupo. Era comum se ouvir frases assim: “Hoje vou sentar a pua no vô noturno”, ou então um berro através do rádio durante uma instrução de combate: “Senta a Pua número quatro, estás atrasado”.

E o “Senta a Pua!” viajou... deixou o Panamá indo para os Estados Unidos, onde o bloco sentava a pua nos nightclubs, no P-47, no carro do ano comprado ou alugado e em tudo mais... partiu para a Itália, transformando-se no grito de guerra do 1º Grupo de Caça, simbolizado pelo avestruz guerreiro criado pelo Fortunato. Quantas vezes ouvimos no Vale do Pó diálogos como esse: “Jambock yellow estou vendo uma locomotiva”. “Senta a Pua!”, respondia o líder. Daí a minutos a locomotiva “já era”; [...]

O relato memorial do piloto de Caça da Segunda Guerra, Brigadeiro Moreira Lima, traz a figura do “Zé”, o sujeito simples, um “arataca” que simbolizou o povo brasileiro no processo de reificação da identidade nacional ocorrido no processo histórico das duas Guerras Mundiais¹⁸¹. Era a contribuição do Brasil para o mundo em processo de ressignificação: o bravo, porém simpático e simplório, quase ingênuo, combatente brasileiro era a imagem que o país levava consigo para as transformações sistêmicas.

A aliança com os EUA, presente nas duas Guerras, era a união de dois entes muito distintos em suas formações identitárias, como aquela que o uruguaio José Enrique Rodó (1872-1917) defendeu na obra “Ariel”, de 1900 (RODÓ, 2012), ao distinguir o utilitarista Calibã — que seriam os EUA — do espirituoso Ariel — que na obra do uruguaio seriam os povos de herança cultural hispânica. Noves fora, pegamos a figura de linguagem de Rodó para tratarmos do nosso “Zé”, em busca de um espaço entre os grandes, ciente da necessária parceria com os EUA. Aliás, quando os EUA lançaram mão de uma estratégia de aproximação cultural com o Brasil no âmbito da Segunda Guerra, Walt Disney criou um personagem — em 1942 — em forma de papagaio chamado Zé Carioca (MOURA, 1984, p. 26).

Os interesses do Brasil na aliança com os EUA na Segunda Guerra compreendiam três fases dentro do próprio evento. Na primeira delas o objetivo era conseguir financiamento para a indústria do aço, uma vez que o país tinha a matéria-prima e precisava trabalhá-la em benefício de sua indústria. Já com a Guerra em curso, e com o país envolvido, o Brasil precisava, também, proteger a costa nordestina contra os ataques de submarinos alemães e o território ao sul, devido a constante desconfiança de ataque dos argentinos às fronteiras do país. Por fim, o Brasil visou, ainda, “ganhar um papel de liderança nas organizações internacionais pós-guerra, um lugar permanente cobijado no Conselho de Segurança das Nações Unidas” (NEELEMAN; NEELEMAN, 2015, p. 47).

A necessidade de uma indústria siderúrgica já era percebida pelo governo desde a Primeira Guerra Mundial, quando, em 1917, o coronel Achilles Velloso Pederneiras (? - 1917) escreveu uma carta ao presidente da República Wenceslau Braz sobre a compra de um conversor para fabricação de aço a ser utilizado pelo Arsenal de Guerra. O coronel Pederneiras havia sido nomeado em 1908 como o primeiro diretor da Fábrica de Pólvora Sem Fumaça¹⁸², no município

181 Ver menção ao “Zé Povo” na capa da Revista O Malho, disponível na página 117, figura 10.

182 Segundo o Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), a Fábrica de Pólvora Sem Fumaça de Piquete, São Paulo, era uma derivação da antiga Fábrica de Pólvora e Explosivos de Piquete, de 1898, idealizada junto com o Estado-Maior do Exército pelo Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet (1840-1907) quando este era Ministro da Guerra — 1898 a 1902. Foi a primeira fábrica de pólvora sem fumaça da América do Sul. A Fábrica, renomeada em 1942 como Fábrica Presidente Vargas (FPV), foi vinculada em 1977 à Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Disponível em: <<http://ihp.org.br/26072015/>

de Piquete, em São Paulo. Desde março de 1915, no entanto, estava transferido para a capital, Rio de Janeiro, para comandar o Arsenal de Guerra do país. Em janeiro de 1917, poucos meses antes de falecer, escreveu ao presidente sobre um ajuste assinado entre o governo e a fornecedora norte-americana do conversor, Companhia Du Pont de Nemours Powder¹⁸³.

Na carta, Pederneiras afirmava o seguinte¹⁸⁴:

A industria siderurgica é hoje elemento fundamental da existencia das nações: as exigencias para o seu desenvolvimento são entretanto de tal ordem que em toda a parte o seu inicio necessitou da assistencia official. Especialmente para a Defesa do Paiz, o acto que acabo de praticar com o apoio do governo é talvez o maior beneficio prestado á nação neste momento. Sem recursos financeiros para obra de maior vulto, o pequeno conversor vai ser o estímulo á industria privada e official, a escola de futuros praticos, o inicio de independencia do nosso material de guerra. É um passo inicial com cujos resultados satisfatorios o Arsenal crescerá de valor e de eficiencia, aproximando-se mais e mais do seu real objectivo.

Pederneiras defendia elementos, nessa carta, que normalmente são atribuídos ao Estado de perfil desenvolvimentista, a partir dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas¹⁸⁵. Durante os anos 1930, o processo decisório acerca do reaparelhamento das FFAA contou com integrantes civis e militares. Dentre os civis, estava o ex-Ministro da Fazenda, Embaixador nos EUA e depois Ministro da Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, com uma visão direcionada à compra de armamentos em detrimento da construção de uma usina siderúrgica própria. Essa defesa pela compra, de Aranha, tinha influência na auditoria da dívida externa que ele havia realizado na Fazenda (MROS, 2016). Quanto aos militares, os generais Góes Monteiro, Leite de Castro (1871-1950) e Waldomiro Castilho de Lima tinham a convicção da necessidade da construção de uma usina siderúrgica nacional a partir do acompanhamento de conflitos regionais na América do Sul e à desconfiança dos argentinos. “O conflito do Chaco e, em menor grau, a questão de Letícia, são eventos que impulsionaram as lideranças militares do Brasil a buscar o incremento da indústria bélica no país” (MROS, 2011b, p. 19).

Bastos (1957, p. 162), ao tratar dos anos 1920 em obra clássica dedicada à história da siderurgia no Brasil, afirmava que a:

lib_ihp/docs/cmb20090602.htm>. Acesso em: 07 jul. 2019.

183 Uma empresa pública dos EUA, fundada em 1802 no estado de Delaware. Trata-se de uma indústria química e ainda está em funcionamento, chamada atualmente de DuPont. Disponível em: <<https://www.dupont.com/>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

184 CPDOC / FGV. **Arquivos pessoais**. VB pr 1915.01.20. Carta do Coronel Aquiles Veloso Pederneiras a Venceslau Brás sobre compra de conversor para a Fábrica de Pólvora Sem Fumaça de Piquete. Pastas II, III e IV, Documento nº 0188, 3fls, grifos nossos.

185 Ver nossa contribuição para o assunto na dissertação de mestrado sobre o início do Estado desenvolvimentista (MROS, 2011a).

[...] “indústria barômetro”, como é designada a siderurgia ou a “mãe de todas as indústrias”, denominação de Mauá, continuava em passos de Pequeno Polegar. Estudiosos internacionais reconheciam que o país possuía um dos maiores depósitos ferríferos do mundo. Mas sem exato sentido de futuro e, até, um tanto superficialmente diziam que o Brasil não poderia instalar indústria de ferro e aço porque possuía (“little coal”) pouco carvão, (“inferior transportation”) transportes deficientes e (“distant market”) mercado distante.

A Segunda Guerra havia aumentado a possibilidade de o Brasil concretizar seu desenvolvimento, mas também havia tornado o país subserviente na relação com os EUA (McCANN, 1995, p. 14). Tratava-se de um jogo difícil para Vargas, pois se “o Brasil precisava se guardar contra os Estados Unidos, por exercerem uma influência indevida sobre as políticas brasileiras de comércio, precisava também ser cauteloso com a Alemanha” (McCANN, 1995, p. 135).

Para Dennison de Oliveira (2015, p. 309), as negociações entre Brasil e EUA para financiamento de uma indústria bélica brasileira foram “mais extensas, abrangentes e complexas do que se supunha”, uma vez que as partes tinham objetivos distintos: os EUA a criação de uma indústria com padronização aos moldes das fábricas norte-americanas, atreladas a elas; e o Brasil desejando “a autossuficiência produtiva de todas as armas e munições relevantes para a guerra moderna”.

A Segunda Guerra, fora do front europeu, trouxe também alguns dramas para o Brasil. Talvez o mais impactante deles tenha sido o programa que o governo Vargas realizou por meio do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Os trabalhadores recrutados pelo SEMTA ficaram conhecidos como os “soldados da borracha”.

A dependência da borracha durante a Guerra era muito grande no mundo todo. O Brasil já havia vivido a maior fase de produção desse produto, no final do século XIX. Em 1900 o país produzia 95% de toda a borracha do mundo (NEELEMAN; NEELEMAN, 2015, p. 20), mas durante a Segunda Guerra o Japão detinha a maior parte da produção de borracha natural e a Inglaterra já tinha superado há muito a produção brasileira com as seringueiras de suas colônias na Ásia, derivadas do contrabando realizado pelo britânico Henry Alexander Wickham (1846-1928) de cerca de 70 mil sementes de seringueira da Amazônia em 1871 (JACKSON, 2011).

Houve, durante a Segunda Guerra, um plano do governo brasileiro para deslocamento de massas de trabalhadores, especialmente da região Nordeste, para trabalhar na exploração do látex, matéria-prima da borracha, para a indústria bélica norte-americana. “Embora o Brasil tenha perdido 457 soldados, dos 25.000 que foram enviados à Itália pela Força Expedicionária Brasileira (FEB)”, estima-se que tenham morrido entre os soldados da borracha mais de 26 mil

pessoas entre 1942 e 1947(NEELEMAN; NEELEMAN, 2015, pp. 16-17).

Outra memória da Guerra fora do front é relativa aos inúmeros judeus que tentaram migrar para o país e não conseguiam obter vistos de entrada. Isso gerou dificuldades para todo tipo de refugiado, não apenas os judeus. “Assim, qualquer iniciativa de um judeu de entrar no Brasil, como turista ou com fins comerciais, passou paulatinamente a ser avaliada como uma tentativa de burlar as normas de imigração” (KOIFMAN, 2002, p. 111).

O embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954), no entanto, contrariou a política do governo Vargas e emitiu vários vistos para pessoas perseguidas pelos nazistas desde seu posto na França. Souza Dantas recebeu em 2003 o título de “Justo entre as nações”¹⁸⁶ por ter se arriscado para salvar a vida de muitos judeus e teve essa história contada no livro “Quixote nas trevas”, do historiador Fábio Koifman (2002).

Voltando à participação brasileira na Itália, fato é que as memórias acerca da participação dos Pracinhas mostram saldos positivos para o Brasil. A FEB contou, além dos soldados, com um corpo de setenta e três enfermeiras que foram parte “importante das políticas, por parte do governo Getúlio Vargas e do Estado Novo, de mobilização da população civil e da montagem de um front interno, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 99).

Como se dizia no grito de guerra da FEB, a cobra fumou. Segundo Octávio Pereira Costa (1976, p. 61), essa expressão nasceu em 1944 quando expedicionários mineiros estavam prontos para partir de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e se referia ao trem que os transportaria, a tal cobra a fumar. Acabou pegando e virando um dos símbolos da participação brasileira na Guerra.

Em suas memórias sobre o batalhão Lapa Azul, Agostinho José Rodrigues (1915-1987), que combateu em Monte Castelo e Montese, recordou algumas passagens do fim da guerra e deixou transparecer as inseguranças comuns aos integrantes da FEB com o fim do conflito (RODRIGUES, 1985, p. 205):

É dura e impassível a máscara que carrego, mas tenho o coração mordido de aflições. Participei do drama das mentes, vivi cenas impagáveis de ódio, temor e distribuições, olhei a troca da esperança pelo temor e da fé pelo fratricídio, trago a alma em pranto, vincada por atrocidades sem nome e paixões exacerbadas.

Com o fim da Guerra e a volta da FEB, diversos outros testemunhos de memória foram publicados. A chegada dos Pracinhas ao Brasil teve festejos e homenagens por parte da população. O comandante da FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, regressou junto com outros oficiais ao Brasil em 06

¹⁸⁶ Disponível em: <<https://www.yadvashem.org/es/righteous/stories/dantas.html>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

de julho de 1945, chegando a Recife. Na capital pernambucana ficou por três dias participando de festas carregadas de simbologia nos montes Guararapes, “encerradas com memorável exaltação aos heróis que lançaram os alicerces da nossa nacionalidade e aos que, na Itália, acabavam de defender a nossa própria soberania” (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 495).

No governo Vargas, porém, havia a percepção de que a oposição vinha ganhando força e influenciava até mesmo alguns quadros da FEB (FERNANDES, 2009, p. 238). Eram sinais claros da contradição de um governo autoritário que lutara na Europa ao lado das democracias contra o totalitarismo dos regimes alemão e italiano.

Os festejos e a calorosa acolhida dos expedicionários ocultaram, pelo menos temporariamente, a debilidade institucional da sociedade brasileira em reintegrar seus cidadãos-soldados no pós-guerra. A grande maioria pediu baixa e foi licenciada. Esses expedicionários receberam os vencimentos devidos e, sem mais vínculos com a instituição e com aquele agrupamento humano dentro do qual viveram alguns dos dias mais marcantes de sua existência, foram cuidar de sua vida particular. À medida que o tempo passou, a maioria percebeu que a luta para ver valorizado seu sacrifício de sangue na posteridade seria tão ou mais difícil quanto aquela que travaram nos Apeninos. Apenas uma minoria dos expedicionários preferiu continuar na vida militar (FERRAZ, 2012, p. 137).

A adaptação daqueles que lutaram pela FEB, destituída logo após o fim da Guerra, foi de alguma dificuldade para a maioria dos combatentes que retornaram ao Brasil. “As neuroses de guerra tiveram as manifestações mais extravagantes em grau, maior ou menor, naqueles organismos que sofreram, diretamente, os horrores da guerra. Com o passar do tempo, todavia, as marcas foram desaparecendo e a vida se normalizando” (LIMA JR., 1982, p. 203).

Magaly Coelho, filha do Marechal Aginaldo Caiado de Castro (1899-1963), conta em seu livro sobre as memórias do pai junto à FEB um episódio em que ambos estavam em um cinema e o Marechal, ao ver uma cena de guerra, teve um sobressalto e interagiu dizendo o que deveria ser feito pelos soldados na película (COELHO, 2007, p. 81).

O cronista Rubem Braga (1913-1990), que fora correspondente de guerra junto à FEB, descreveu da seguinte forma o final melancólico do conflito (BRAGA, 2014, p. 337):

Abril de 1945

Fim de guerra

Eu estava cansado de ver alemão. Colunas de soldados ainda desfilavam melancolicamente, e os oficiais faziam força puxando suas bagagens de dentro dos carros. Um cabo brasileiro fazia funcionar uma baratinha apreendida naquele instante e já escrevera no para-brisa um nome

certamente saudoso: “Marieta”. Escurecia. Um pelotão tedesco passou devagar, a caminho da prisão. De repente, um deles começou a cantar e os outros acompanharam; não sei o que dizia a canção. Mas na penumbra e na poeira da pobre estrada italiana, aquilo era uma canção de derrota.

4.4 Os resultados alcançados pelo Brasil em Versalhes e nas conferências Pós-Segunda Guerra

Com o final das Guerras, em novembro de 1918 e em setembro de 1945, os governos do Brasil voltaram a atenção às Conferências de Paz e ao sistema internacional em processo de ressignificação.

Para a Conferência de Versalhes, em 1919, o Brasil, como o único país da América do Sul a ter declarado guerra à Alemanha e pelo reconhecimento estratégico por parte dos EUA, teve direito a participar com três delegados, mais que qualquer outro país latino-americano. Os britânicos, no entanto, “ficaram irritados com o foco obstinado e estreito do país sul-americano em seus próprios interesses financeiros”¹⁸⁷ (STREETER, 2010, p. 119).

O motivo da irritação dos britânicos em Versalhes foi pelo Brasil defender a tese de que os navios apreendidos durante a Guerra “deviam ser definitivamente considerados propriedade da Nação que os tivessem em seu poder, mas depois de justas indenizações, que seriam calculadas segundo o valor de cada unidade” (CANÇADO TRINDADE, 2012b, p. 163).

O ensaio de ressignificação sistêmica de 1919, a nosso ver, fracassou porque, assim como os brasileiros, os representantes dos países envolvidos na Conferência de Paz elevaram os próprios interesses nacionais para acima de qualquer valor cooperativo que pudesse eliminar a possibilidade de um novo conflito. O Brasil, nesse sentido, não foi diferente ao defender seus interesses financeiros.

O presidente Delfim Moreira — que assumira a presidência em 15 de novembro de 1918 no lugar de Rodrigues Alves, impossibilitado de tomar posse devido à Gripe Espanhola — enviou uma mensagem ao Congresso em 15 de julho de 1919 comunicando o final da Conferência de Versalhes.

É com profundo prazer que vos comunico terem terminado os serviços da conferencia de Versailles com a aceitação pela Allemanha do Tratado de Paz. [...]

Nomeada a representação brasileira á Conferencia da Paz, em Versailles, seguiram os trabalhos com a prestesa que o grave momento comportava, sendo finalmente assignado o Tratado de Paz em 28 de Junho findo e ratificado pela Assembléa alemã de Weimar e pelo Governo actual da Allemanha.¹⁸⁸

187 [Tradução nossa]. No original em inglês: “were irritated by the South American country’s dogged and narrow focus on its own financial interests”.

188 **AHI**, estante 292, prateleira 2, volume 13, mensagens ao Congresso (1913 – 1926). Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, datada de 15 de julho de 1919,

Poucos dias depois, em 28 de julho, Delfim Moreira entregou a presidência da República ao recém-eleito Epiácio Pessôa. O chefe dos três delegados na Conferência de Versalhes foi o único presidente brasileiro na história a ser eleito estando fora do país durante as eleições (PARDELLAS, 2018, p. 22). Epiácio era tio de José Pessôa, reformador das escolas militares, e de João Pessôa, governador da Paraíba assassinado em meio à conjuntura do movimento político-militar de 1930 que levou Vargas ao poder. Fora deputado constituinte em 1890 e ministro da Justiça no governo de Campos Salles. “Fugindo aos moldes tradicionais de consulta aos grandes estados, a escolha do nome de Epiácio Pessôa decorreu até mesmo de seu distanciamento dos conflitos políticos intraoligárquicos” (SANDES, 2000, p. 216).

Na Conferência de Versalhes Epiácio Pessôa “elevou o prestígio do país e conseguiu colocá-lo em situação privilegiada na organização da Liga das Nações” (PARDELLAS, 2018, p. 36), sendo o Brasil desde o início dessa organização um candidato ao seu Conselho Executivo.

Seguindo o fio do raciocínio de Edward H. Carr (2001), de que a Conferência de Versalhes teria sido um fiasco pela insistência dos países envolvidos em questões fronteiriças, Norma Breda dos Santos (2003) escreveu sobre o fiasco próprio da diplomacia brasileira nos anos que se seguiram na década de 1920, em especial sobre a atabalhoada saída do país dessa organização.

O Brasil retirou-se da SDN em 1926 porque viu com discordância a ascensão da Alemanha a uma das vagas permanentes do Conselho Executivo, tendo sido a sua própria demanda não atendida. O governo brasileiro acreditava ser, desde a fundação da SDN, o legítimo representante da quinta vaga permanente no Conselho Executivo, no lugar dos EUA. A atuação do chefe da missão brasileira na SDN, Afrânio de Mello Franco (1870-1943), insistindo em levar adiante as pretensões do governo brasileiro — à época, de Arthur Bernardes — por um assento permanente no Conselho Executivo, ignorou a resistência dos demais países latino-americanos (SANTOS, 2003, 104-105), o que causou o insucesso da tentativa brasileira por maior protagonismo na Organização nascida das cinzas da Primeira Guerra Mundial.

Posteriormente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil, como um dos dezesseis países a ter combatido o Eixo, acabou se tornando candidato na recém-criada ONU a ter representante no então Conselho Aliado de Controle, que era responsável pela administração do território da Alemanha derrotada (OLIVEIRA, 2011, p. 15). As tratativas para a criação de um Conselho de Segurança da ONU, com cinco membros permanentes e dez rotativos, seguiu o esboço criado no âmbito do Conselho Executivo da SDN que foi, é bom

lembrar, “de certa forma, uma evolução das tentativas surgidas no século XIX, após as guerras napoleônicas, de se ordenar as relações internacionais a partir de um diretório de grandes potências” (VARGAS, 2008, p. 9).

Segundo Gerson Moura (2012), o Presidente dos EUA Franklin Roosevelt e o então Secretário de Estado, Cordell Hull, buscaram meios para possibilitar uma ampla participação do Brasil na ONU. Roosevelt chegou a sugerir, na Conferência de Dumbarton Oaks, em 1944, “a possibilidade de aumentar o número de assentos permanentes no Conselho de Segurança de modo a incluir um país latino-americano, possivelmente o Brasil” MOURA, 2012, pp. 163-164).

Com a resistência da URSS e do Reino Unido, Roosevelt acabou por desistir da candidatura brasileira. Para os EUA, “Vargas deveria contentar-se com o ‘incentivo’ dos EUA para que o Brasil concorresse às eleições para membros não permanentes” (GARCIA, 2011, p. 187).

Conquanto o Brasil não tenha alcançado um assento permanente no Conselho Executivo da SDN ou no Conselho de Segurança da ONU, o país conseguiu se fazer presente no sistema internacional após as ressignificações ocorridas no tempo histórico das Guerras Mundiais.

A inserção internacional do país, coadunada com a reificação de sua identidade, foi forjada à imagem invertida no espelho do inimigo ideal alemão. Isso permitiu que o Brasil pudesse fortalecer seus princípios ao longo do século XX, embasados no lastro histórico de sua participação nas Guerras.

A memória em relação às participações brasileiras nas Guerras Mundiais é mantida por meio de homenagens feitas por onde o país deixou traços de sua contribuição, como é o caso da placa (figura 12) em frente ao hospital brasileiro construído em Paris e depois doado àquela cidade.

Figura 12 — Placa em homenagem ao hospital construído pela Missão Médica Militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em Paris, França.



Fonte: fotografia de arquivo familiar.

A cidade de Pistoia, na Itália, tem também um espaço de homenagens aos Pracinhas da FEB (figuras 13 e 14), onde anualmente é realizada uma cerimônia que conta com a participação de brasileiros e italianos.

Figura 13 — Monumento aos Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, em Pistoia, Itália.



Fonte: Internet. Disponível em: <<https://naopodemosparar.wordpress.com/2015/07/15/o-brasil-na-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em 10 mai. 2019.

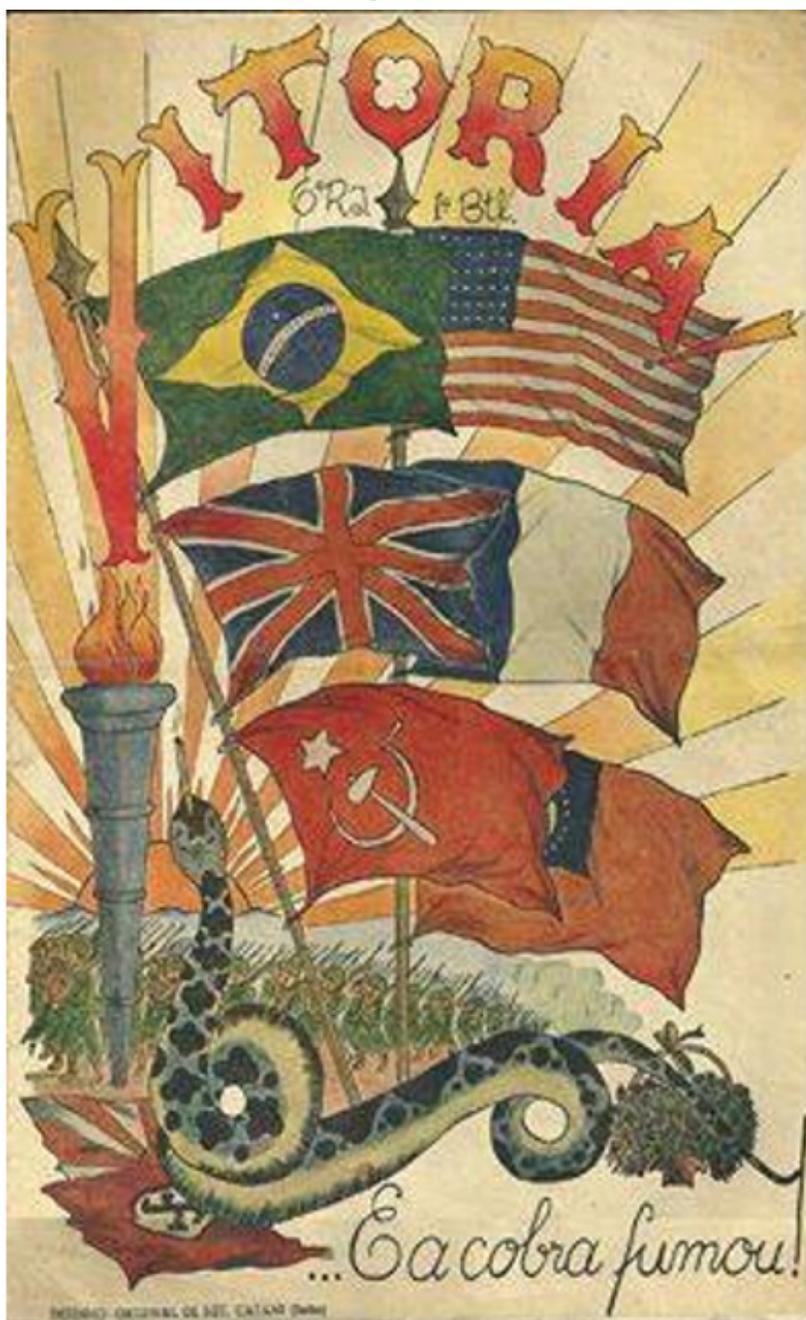
Figura 14 — Monumento aos Pracinhas da FEB, com pirâmide ao centro, onde repousam os restos mortais do soldado desconhecido, em Pistoia, Itália.



Fonte: Internet. Disponível em: <<https://naopodemosparar.wordpress.com/2015/07/15/o-brasil-na-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em 10 mai. 2019.

A percepção dos soldados brasileiros da FEB (figura 15) ao final da Segunda Guerra Mundial era de que o Brasil fazia parte do grupo vencedor e de que merecia ser considerado como a sexta potência na ressignificação global do pós-Guerra.

Figura 15 — O panteão do Brasil aparece junto às bandeiras das cinco potências da Pentarquia Global.



Fonte: **Revista dos Pracinhos**, Capa, 08 mai. 1945.
Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/opinio/20150506949382/>>. Acesso em 20/20/2019.

O rebocador Laurindo Pitta, último navio remanescente da esquadra da DNOG, serve nos dias de hoje como embarcação para passeios pela Baía de Guanabara (figuras 16 e 17) para muitos turistas que visitam o Rio de Janeiro.

Figura 16 — Rebocador Laurindo Pitta, único navio integrante da DNOG disponível para visitas e passeios de turistas.



Fonte: fotografia de arquivo pessoal.

Figura 17 — Rebocador Laurindo Pitta, único navio integrante da DNOG disponível para visitas e passeios de turistas.



Fonte: fotografia de arquivo pessoal.

A atuação do Brasil nas duas Guerras Mundiais em meio às mudanças, que chamo de ressignificações sistêmicas, permitiram que fosse feita uma

inserção internacional do país com maior relevância do que vinha sendo feito na história do país até então.

A ressignificação do sistema internacional em 1945 na comparação com o que foi constituído em 1815, no Congresso de Viena, permitiu que países antes marginais às discussões mais relevantes no âmbito internacional alcançassem novos horizontes em suas demandas externas. Foi este o caso do Brasil, que ao participar das Guerras pôde projetar-se com seus valores e princípios identitários de uma nação ainda em processo de afirmação.

As duas Guerras comumente vistas na historiografia como processos históricos distintos, reforçados pela noção quase mítica de ter sido o ano de 1930 um marco de refundação do Estado brasileiro, encontram-se interligadas na construção narrativa dos interesses do Brasil. A representação máxima desse interesse, ao que nos parece, é a campanha permanente do Brasil pelo espaço junto aos membros da pentarquia global.

A relação dúbia com os países do entorno geopolítico, em especial com a Argentina, de rivalidade subsistêmica, manteve o Brasil em duas dimensões quase irreconciliáveis — regional e sistêmica —, uma vez que sua representatividade da região para o sistema internacional não encontrou respaldo entre os vizinhos.

Todavia, ao buscar maior entendimento de suas raízes civilizatórias latinas em contraposição a valores germânicos, concordando-se ou não com a leitura feita desses valores pelos governantes e por alguns intelectuais do Brasil, o país reforçou os laços identitários entre aqueles para os quais os interesses são defendidos fora de suas fronteiras, os próprios brasileiros.

CONCLUSÃO

Já foi dito por Marc Bloch (2001) que a história é a ciência que estuda o Homem no tempo. Um livro de História, enquanto produto da área de estudos assim chamada, é uma construção argumentativa abstrata a partir de elementos empíricos colhidos pelo historiador. O historiador é o sujeito concreto, responsável pela narrativa histórica. Entendemos, assim, com a devida vênia ao grande historiador francês, que a História é o resultado do estudo sobre o ser humano nos tempos, necessariamente no plural.

Pois bem, partimos do princípio de que não existe apenas um tempo histórico, mas sim que dentro de um tempo entendido como cronológico há vários tempos históricos. Ao historiador, cabe buscar, captar, auscultar os ecos do passado por meio de todas as fontes possíveis, sem hierarquia, sem maiores pesos legitimadores pendentes para o documento. As teias narrativas tecidas por meio de fontes diversas, primárias ou secundárias, são o elemento essencial da tarefa do historiador de escrever a história.

Este livro, nesse sentido, é um produto possível de um historiador, inserido em seu próprio tempo, com os olhos voltados para um espaço-tempo específico e para os personagens que escreveram a teia de significados do processo histórico em evidência.

Nosso objeto, o Brasil e as Guerras Mundiais, poderia ser lido de diversas outras maneiras, a depender das perguntas que fossem feitas e do entendimento acerca da teia semântica que sustentou o processo histórico analisado.

Partimos de quatro eixos de perguntas e hipóteses, que foram desenvolvidos ao longo dos quatro capítulos, ou seja:

- 1) Que tipo de transformações ocorreram no sistema internacional, que vinha de certa harmonia de um século, desde o Congresso de Viena, em 1815, e que mudou a configuração dos arranjos entre os Estados com as duas Guerras Mundiais?

Trabalhamos a ideia de uma grande resignificação sistêmica, ensaiada ao final da Primeira Guerra Mundial, e confirmada com as mudanças nas relações internacionais após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Optamos pelo conceito de resignificação em lugar de ruptura ou mudanças ainda mais profundas.

- 2) A participação do Brasil nas duas Guerras Mundiais e o conseqüente direito de ter acesso às discussões nas Conferências de Paz não exigiriam do historiador um olhar de desconfiança para a tradicional quebra

historiográfica de 1930, entre República Velha e Brasil pós-Vargas?

Aqui, nossa ideia foi de que o processo histórico das duas Guerras foi contínuo para o Brasil, de inserção do país em meio a mudanças políticas internas e à percepção crescente das elites da oportunidade frente às ressignificações sistêmicas.

- 3) No âmbito regional, a situação de isolamento das nações latino-americanas ocasionada pelos bloqueios marítimos em ambas as Guerras abriu duas possibilidades: envolvimento ou não. Por que Brasil e Argentina tomaram caminhos distintos?

Em nosso entender, a rivalidade geopolítica regional entre Brasil e Argentina, que à época das Guerras já era uma herança da rivalidade ibérica colonial entre Espanha e Portugal, ajudou a distanciar as leituras que se fazia nos governos dos dois países acerca das decisões que poderiam ser tomadas. No caso brasileiro, defendemos o paradoxo da inserção pelo isolamento, ou seja, a decisão de reagir aos bloqueios e ataques de submarinos alemães por meio da declaração de guerra, sob importante influência dos EUA tanto em 1917 quanto em 1942.

- 4) O último eixo de nosso texto tratou da relação entre motivações internas e externas da inserção brasileira no processo histórico das Guerras Mundiais. Ou seja, como a necessidade de a República lidar com os elementos culturais dispersivos das comunidades de alemães e descendentes migrados para o Brasil influenciou na reificação da identidade nacional brasileira?

No início do século XX cresceu a discussão sobre a falta de integração dos imigrantes alemães ao Brasil, e isso se tornou mais evidente durante a Primeira Guerra Mundial com as disputas narrativas entre elementos pró-Aliados e pró-germânicos e, posteriormente, com o estabelecimento de políticas de nacionalização do Governo Vargas, durante o Estado Novo e na Segunda Guerra Mundial. Defendemos, nesse sentido, que os alemães preencheram um papel importante na reificação da nacionalidade brasileira, de inversão dos valores desejados para o país. O papel de inimigo ideal.

A ressignificação sistêmica provocada pelas Guerras Mundiais na primeira metade do século XX, em nosso entender, abriu a possibilidade de países até então marginais ao sistema internacional — entendido como o conjunto de normas e regras ao qual os países aderem em caráter voluntarioso e cooperativo — participarem de maneira mais efetiva.

Sendo ressignificar o ato de dar novo sentido às palavras, às relações e aos rituais, é preciso entender que as Guerras Mundiais causaram mudanças

ressignificadoras na maneira como os Estados se relacionavam desde o final das Guerras Napoleônicas, quando ocorreu o Congresso de Viena, em 1815, sem grandes alterações na estrutura de poder ou na hierarquia das potências.

Naquela oportunidade houve um arranjo europeu para a manutenção da Paz envolvendo cinco potências que à época davam à Europa o status da hegemonia mundial, o que se convencionou chamar de pentarquia europeia. A Inglaterra representava os interesses liberais, com sólidos objetivos no livre-comércio para adquirir matéria-prima e vender produtos manufaturados. A Rússia e o Império da Áustria representavam os desejos de regresso e manutenção do poder das famílias dinásticas e, por esse motivo, buscavam impedir o alastramento dos princípios revolucionários vindos da França. A Prússia e a França pós-napoleônica completavam o grupo de cinco países que pretenderam estabilizar o sistema internacional a partir do continente europeu.

Seria desnecessário tratarmos dos desafios específicos da pentarquia europeia desde 1815 até 1914, quando iniciou a Primeira Guerra Mundial. Atenhamo-nos ao fato de o sistema internacional ter se mantido mais ou menos coeso por quase cem anos e ao formato pentárquico de poder, sem uma hegemonia se sobressaindo às demais potências de maneira mais contundente. Isso pode ter servido de motivação para que o sistema fosse mudado, no sentido, sem ter que mudar na essência.

Mudou no sentido, devido aos conflitos de 1914-1918 e de 1939-1945. Foram Guerras bastante diferentes daquelas que se teve antes, agora com novas tecnologias, com envolvimento de civis e com ampla participação de países de todos os continentes.

O resultado em Versalhes, com a derrota dos Impérios alemão e austro-húngaro, foi uma ampla negociação com objetivos que envolveram o revanchismo francês — devido à derrota na Guerra Franco-Prussiana, em 1871 —, a anulação do crescimento industrial da Alemanha e a reorganização do sistema internacional por meio de uma instituição com essa função.

A SDN, decorrente de um dos quatorze pontos propostos pelo presidente dos EUA, Woodrow Wilson, nasceu com a função de institucionalizar a ressignificação sistêmica, ensaiada em seu Conselho-Executivo. Com cinco membros permanentes, o Conselho representou uma transição entre a pentarquia europeia e uma nova pentarquia global. Manteve o Reino Unido e a França, vencedores da Guerra, substituindo a Rússia — que se retirou do conflito a partir de 1917 — pela Itália, e adicionou, ainda, um representante da Ásia, o Japão, e os EUA como representante das Américas.

O grande problema desse ensaio de ressignificação foi o impedimento de os EUA participarem da SDN, imposto pelo Congresso estadunidense contra os

anseios de Wilson. Foi nessa vaga, de membro permanente pelas Américas, que o governo do Brasil viu a oportunidade de aumentar seu papel junto ao sistema internacional.

Esse anseio brasileiro, no entanto, não teve sucesso e a Alemanha, em 1926, passou a ocupar o assento como membro permanente, o que fez o Brasil se retirar, no mesmo ano, daquela organização internacional.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU, voltou-se a discutir quem seriam os cinco países a ocuparem de maneira permanente o, agora chamado, Conselho de Segurança. Dessa vez, porém, os EUA assumiram seu posto de representantes das Américas, se juntando ao Reino Unido, à França, à URSS e à China. Mesmo que o governo do Brasil tenha percebido, mais uma vez, a chance de adentrar o grupo de potências hegemônicas, o formato de pentarquia foi mantido e, dessa vez, a ressignificação se completou tendo três países do formato original de 1815, um país asiático e um país americano.

O tempo histórico da inserção do Brasil nessa ressignificação sistêmica, ensaiada em Versalhes e levada a cabo na criação do Conselho de Segurança da ONU, foi contínuo e carregou diversas similaridades entre o envolvimento nos governos de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas.

Ao compararmos os dois períodos é possível enumerar entre eles desafios estruturais e tomadas de decisão muito semelhantes, e graças ao uso metodológico da comparação concluímos que os dois períodos perfazem um só tempo histórico. Desde os enormes gargalos evidenciados nas FFAA, passando pela incapacidade de proteger o território e os navios, mercantes ou de transporte, até a decisão de se juntar aos EUA nas Guerras contra os alemães.

A preocupação das elites governantes e militares do país em relação à vizinha Argentina aproximaram o Brasil do pan-americanismo defendido por Washington. Desde a chancelaria do Barão do Rio-Branco, quando o Brasil mudou o eixo de sua diplomacia da Europa para as Américas, o Itamaraty ajudou a desenhar maior aproximação com os EUA.

Dessa forma, o isolamento forçado do comércio do Brasil para com a Europa criou um paradoxo, pois serviu de incentivo à inserção do país em assuntos que os defensores da neutralidade diriam não serem seus.

Essa inserção, nos dois períodos, compreendidos agora como sendo duas partes de um mesmo tempo histórico, ocorreu de um lado pelas causas externas de que falamos — isolamento, rivalidade com a Argentina, adesão ao pan-americanismo e senso de oportunismo pela ressignificação sistêmica em curso —, e de outro pelas causas internas.

Dentre as causas internas de teor político, defendemos que a mais relevante foi a necessidade de se confirmar a reificação da identidade nacional por meio

da ideia de ser o alemão uma espécie de antítese latina. A ideia de haver um suposto “perigo alemão” para a consumação da nacionalidade brasileira surgiu no início do século XX, mas cresceu em importância com as Guerras Mundiais. Com as políticas de nacionalização, proibindo a fala do idioma e promovendo o fechamento de escolas alemãs no Estado Novo de Getúlio Vargas, o Brasil concluiu um ciclo de autoafirmação com os imigrantes alemães fazendo o importante papel de inimigo ideal.

Ao participar das duas Guerras o Brasil passou por processo de autocohecimento enquanto nação e criou uma memória cheia de elementos simbólicos das epopeias vividas não apenas pelos brasileiros que se lançaram ao mar com a DNOG, que fizeram parte da MMB no hospital de Paris, que foram pioneiros da aviação ou que se orgulharam da alcunha de Pracinhas da FEB. Os brasileiros viveram também o drama da Gripe Espanhola e da carestia trazidos com a Guerra, viveram a desconfiança de vizinhos, ou a perseguição, quando alemães — lembrando que outras nacionalidades também sofreram preconceitos, como italianos e japoneses —, morreram na floresta com a exploração de borracha, sofreram com notícias que vinham de longe.

Os reflexos das Guerras para o país — tanto os derivados de 1919, quanto os resultantes de 1945 — podem ser tratados de diversas formas. Encontram-se na historiografia tons anedóticos, como o caso da batalha das Toninhas, tons pejorativos que diminuem o papel do Brasil ou, ainda, tons de ufanismo que não condizem com a realidade. Nos posicionamos dentre aqueles que defendem a idiossincrasia da experiência brasileira como elemento fundamental para compreender o próprio Brasil no restante do século XX.

Sem o peso da comparação com outros países é possível tratar do Brasil no mesmo tempo histórico das Guerras Mundiais como uma fonte de enorme potencial para outras pesquisas.

A ausência de estudos sobre os dois conflitos em linha cronológica contínua, ou talvez pertencente a um mesmo processo histórico, demonstra as tendências historiográficas levantadas em nossa pesquisa de se tratar 1930 como uma refundação do país, com certo desdém ao período anterior.

Assim, sinteticamente, defendemos a ideia de que os governos brasileiros viram nas duas Guerras Mundiais a oportunidade de inserir o país nas transformações sistêmicas e reivindicar para o Brasil um papel mais relevante. Entendemos que esse processo se deu de forma contínua, com a ação dividida igualmente entre a dimensão externa, na percepção das ressignificações do sistema internacional, e a dimensão interna, por meio da reificação da identidade nacional.

É enorme o desafio de novas leituras sobre as Guerras, sobretudo no que

diz respeito ao Brasil na Primeira Guerra Mundial. Jornais, revistas e até a literatura de cordel, são testemunhos de que o Brasil se meteu nas Guerras que, se de início eram dos outros, passaram a ser suas também.

REFERÊNCIAS

A) LIVROS, ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES.

- AITA, Carmen; AXT, Gunter. **Parlamentares Gaúchos**. Série perfis, n. 4. Oswaldo Aranha: discursos (1916-1931). Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa, 1999.
- ALBA, Francisco; MORELOS, José B. Población y grandes tendencias demográficas. In: PALACIOS, Marco; WEINBERG, Gregorio. **Historia General de America Latina: America Latina desde 1930**. Vol. VIII. Paris: UNESCO, 2008, pp. 29-51.
- ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Tradução de Fábio M. Alberti. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes de. Oswaldo Aranha: na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: SÁ PIMENTEL, José Vicente de. **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750 – 1964)**. Vol. 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, pp. 669-711.
- ALONSO, Blanca Sánchez. Población, migraciones y cambio demográfico. In: MORA, Enrique Ayala; CARBÓ, Eduardo Posada (Dir.). **Historia General de America Latina: los proyectos nacionales latino-americanos: sus instrumentos y articulación (1870 – 1930)**. Vol. VII. Paris: UNESCO, 2008, pp. 59-78.
- ALSINA JR., João Paulo Soares. **Rio-Branco: grande estratégia e o poder naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. A Grande Guerra e o Atlântico. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Org.). **Atlântico: a história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 337-369.
- ARARIPE, Luiz de Alencar. Primeira Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, pp. 319-353.
- _____. Tratado de Versalhes. In: **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 211-239.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo:

Companhia das Letras, 1989.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. **Sob o céu das Valquírias**: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18). 2008. 348 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2013.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os sucessores do Barão**: relações exteriores do Brasil (1912 – 1964). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARROS, José d'Assunção. **História comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

____. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BASTOS, Humberto. **A conquista siderúrgica no Brasil**: crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento nacional. São Paulo: Martins Editora, 1957.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército brasileiro e a Missão Militar Francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920 – 1940). 2009. 700 f. 2 v. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

BIERCE, Ambrose. **Dicionário do diabo**. Tradução de Rogério W. Galindo. São Paulo: Carambaia, 2016.

BLADE RUNNER: O CAÇADOR DE ANDROIDES. Direção: Ridley Scott. Roteiro: Hampton Fancher & David Peoples. Produção: Michael Deeley. Intérpretes: Harrison Ford, Rutger Hauer, Sean Young, Daryl Hannah et al. Burbank, Estados Unidos: Warner Bros, 1982. 1 DVD (117 min.), son., color.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BOPP, Raul. **Movimentos modernistas no Brasil (1922-1928)**. São Paulo: José Olympio, 2012.

BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BRASIL, Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914. Estabelece regras geraes de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as Potencias estrangeiras. **Diário Oficial da União** – seção 1 – 5/8/1914, p. 9045. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.

- BRASIL, Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Alemão contra o Brasil. **Coleção de Leis do Brasil** - 26/10/1917, p. 169, Vol. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>>. Acesso em 30 jun. 2019.
- BRASIL, Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Aprova as regras de neutralidade em caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas. **Diário Oficial da União** – seção 1 – 2/9/1939, p. 21265. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- BROBST, Deborah A.K. **Women munitions workers in Britain during the Great War**. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em História). Lehigh University, Bethlehem – Pensilvânia, EUA.
- BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics**. New York: Columbia University Press, 2002.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia (1929 – 1989)**. Tradução de Nílo Odália. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- BURNS, E. Bradford. **The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian – American relations**. New York: Columbia University Press, 1966.
- CABRAL, Ricardo Pereira. O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva; LEÃO, Karl Schuster de Sousa; ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Org.). **Atlântico: a história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 393-432.
- CALABRE, Lia. Encontro entre o real e o ficcional: o conflito e o nazi-fascismo nas novelas da Rádio Nacional. In: GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Org.). **Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2006, pp. 125-138.
- CALÓGERAS, Pandiá. **A Política Exterior do Império**. 3v. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/225368>>. Acesso em: 08 out. 2018.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Repertório da prática brasileira do direito internacional público (1899 – 1918)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012a.
- _____. **Repertório da prática brasileira do direito internacional público (1919 – 1940)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012b.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas**. Rui Barbosa: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. 2. ed. São Paulo: editora 34, 2013.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919 – 1939**. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVALO DE GUERRA. Direção: Steven Spielberg. Roteiro: Lee Hall e Richard Curtis. Produção: Kathleen Kennedy e Steven Spielberg. Intérpretes: Jeremy Irvine, Emily Watson, Peter Mullan, Benedict Cumberbatch et al. Rio de Janeiro: Buena Vista (Disney), 2011. 1 DVD (146 min.), son., color.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: UnB, 2011.

_____; RAPOPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul**. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

_____. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização — de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997a, pp. 63-101.

_____. A instabilidade internacional (1919 – 1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997b, pp. 165-206.

_____. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Scipione, 1999.

CLARO, Livia. “Pensando a guerra e a nação: a Liga Brasileira pelos Aliados e suas ideias sobre o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial (1915 – 1919)”. In: **História: Debates e Tendências**. Vol. 14, n. 2, jul. / dez. 2014, pp. 292-305.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Vom Kriege**: Vollständige Ausgabe der acht Bücher. Berlin: Hofenberg, 2016.

COELHO, Magaly Caiado de Castro Aquino. **Bom dia meus camaradas**: Marechal Aguinaldo Caiado de Castro. Goiânia – GO: AGEPEL, 2007.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa**: a América Latina e a Grande Guerra. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CONRAD, Sebastian. **What Is Global History?** Princeton – New Jersey: Princeton University Press. Edição do Kindle, 2016.

COSTA, Octávio Pereira da. **Trinta anos depois da volta**: o Brasil na II Guerra Mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **Crônica de uma guerra secreta**. Nazismo na América: a conexão argentina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CROSSLEY, Pamela Kyle. **O que é História Global?** Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: EdUSP, 2000.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DAWOOD, Layla; MAIA, Fernando. **Teorias realistas e o conceito de grande potência**: uma leitura a partir da história dos conceitos. Florianópolis, SC: 3º Seminário de Relações Internacionais da ABRI, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: Império. V. 2. Edição do Kindle. Lisboa: Leya, 2016.

_____. **Histórias da gente brasileira**: República, memórias (1889-1950). V 3. Edição do Kindle. Lisboa: Leya, 2017.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional**, um enigma (Coleção História e Historiografia). Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DIEHL, Astor Antônio. “História, hermenêutica e representação”. In: MARTINS, Estêvão C. de Rezende (Org.). **Memória, identidade e historiografia**: Textos de História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB. Vol. 10, n. 1 / 2, pp. 151-158 [2002].

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo: Contexto, 2017.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à

era da globalização. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, pp. 77-129.

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **O Brasil no Rio da Prata** (1822 – 1994). 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2014.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador entre esfinge e fênix. Tradução de Constanca Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

DRUMOND, Jeanine Poock de Almeida. **O nazismo na percepção dos apoiadores de Hitler**: um estudo sobre as cartas enviadas ao NSDAP e ao Estado Nazista (1925 – 1939). 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, Brasil.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas**: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928). 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Discours d'ouverture. In: NEVAKIVI, Jukka (Edit.). **Neutrality in history**: proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Comission of History of International Relations. Helsinki: SHS / FHS, 1993, pp. 19-24.

DUX, Günter. **Die Zeit in der Geschichte**: ihre Entwicklungslogik vom Mythos zur Weltzeit. Berlin: Suhrkamp Verlag, 1989.

ESQUENAZI, Rose. **O rádio na Segunda Guerra**: no ar, Francis Hallawell, o Chico da BBC. Florianópolis, SC: Insular, 2014.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relations**. London: Penguin Books, 1998.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. Tradução de Lúcia Brito. 3 ed. São Paulo: Planeta, 2016a.

_____. **O Terceiro Reich no poder**. Tradução de Lúcia Brito. 3 ed. São Paulo: Planeta, 2016b.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850 – 2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. **História do Brasil**. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: EdUSP, 2015.

____ (Dir.); CARDOSO, Fernando Henrique et al. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, estrutura de poder e economia (1889 – 1930). Tomo III; vol. 8. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

____ (Dir.); PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889 – 1930). Tomo III; vol. 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

____ (Dir.), GOMES, Ângela Maria de Castro et al. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano, sociedade e política (1930 – 1964). Tomo III; vol.10. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- ____ (Dir.); PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, economia e cultura (1930 – 1964)**. Tomo III; vol. 11. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- FERNANDES, Fernando Lourenço. **A estrada para Fornovo: a FEB — Força Expedicionária Brasileira, outros exércitos & outras guerras na Itália (1944 – 1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945 – 2000)**. Londrina, PR: EdUEL, 2012.
- FRAGA, Rosendo. “O olhar adversário”. In: **Revista Nossa História: Fronteiras do Brasil**. Ano 3, nº 25, nov. 2005, p. 28-31.
- FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, pp. 29-44.
- FRANK, Robert. La neutralité: évolution historique d’un concept. In: NEVA-KIVI, Jukka (Edit.). **Neutrality in history: proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Commission of History of International Relations**. Helsinki: SHS / FHS, 1993, pp. 25-31.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República (1900 – 1930). In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, pp. 45-77.
- GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 3. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- ____. **O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1991.
- ____. Reflexos da Primeira Guerra no Brasil: a Liga Germânica. In: RUGGIERO, Antonio de; FAY, Cláudia Musa; GERTZ, René (Org.). **Vivências da Primeira Guerra Mundial: entre a Europa o Brasil**. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2015, pp. 139-157.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Ed. Rev. Atual. Brasília: FUNAG, 2015.
- GOLIN, Cida. Ouvir é obedecer: o confisco dos aparelhos de rádio na zona de colonização italiana da Serra Gaúcha. In: GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Org.). **Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2006, pp. 99-124.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme da. **Dicionário de relações internacionais**. 2. ed. rev. ampl. Barueri, SP: Manole, 2010.

GRAEBNER, Norman A. The long American struggle for neutrality. In: NEVAKIVI, Jukka (Edit.). **Neutrality in history: proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Comission of History of International Relations**. Helsinki: SHS / FHS, 1993, pp.45-55.

GRENVILLE, John A.S. **A history of the world in the twentieth century**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

GRUNENNWALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da Primeira República: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890 – 1929)**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). 296 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

GUTERMAN, Marcos. **A moral nazista: uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler**. 2013. 296 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil.

HAYEK, Friedrich August von. Os Princípios de uma Ordem Social Liberal. In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (Ed.). **Ideologias políticas**. Tradução de Sérgio Duarte. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, pp. 43-63.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina: e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe – SC**. Joaçaba, SC: UNOESC, 1996.

HERRING, George C. **From Colony to Superpower: U. S. foreign relations since 1776**. (The Oxford History of the United States). New York: Oxford University Press, 2008.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

_____. **Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil (1939 – 1944)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A era do capital (1848 – 1875)**. Tradução de Luciano Costa Neto. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era dos impérios (1875 – 1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 11. ed. Tradução de

Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HUMPHREYS, R.A. **Latin America and the Second World War**: Volume 1 (1939 – 1942). London: Bloomsbury, 2016.

IKENBERRY, G. John. “A world economy restored: expert consensus and the Anglo-American postwar settlement. In: **International Organization**, vol. 46, Issue 01, December 1992, pp. 289-321, [1992].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JACOBSEN, Rafael Bán. Da pena à espada: divergências ideológicas de Rui Barbosa e Monteiro Lobato na Primeira Guerra Mundial. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner; NEUBERGER, Lotário (Org.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre, RS: Ediplat, 2014, pp. 203-226).

JOHNSON, Paul. **A history of the modern world**: from 1917 to the 1980. London: Weidenfeld and Nicolson, 1984.

JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, Carl G. (Org.). **O homem e seus símbolos**. Tradução de Maria Lúcia Pinho. 2. ed. esp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 15-131.

KALIL, Luís Guilherme Assis et al. “A História Global: métodos, abordagens e historiografia”. Simpósio Temático 04. In: **XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os preconceitos: história e democracia. Brasília – DF, 24 a 28 de julho de 2017.

KAPLAN, Robert D. **A vingança da geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of great powers**: economic change and military conflict from 1500 to 2000. New York: Vintage books, Random House, 1989.

KERSHAW, Ian. **De volta do inferno**: Europa (1914-1949). Tradução de Donaldson M. Garshagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KING, David. **Vienna 1814**: How the conquerors of Napoleon made love, war and peace at the Congress of Vienna. New York: Random House, 2008.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Tradução de Ana Cecília Simões et al. 3.

ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

KOCKA, Jürgen. “Comparison and beyond”. In: **History and theory**, vol. 42, February, 2003, pp. 39-44.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Sonia. História, narrativa e imaginação histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: UnB, 1994, pp. 9-42.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7.ed.rev. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **A história deve ser dividida em pedaços?** Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Unesp, 2015.

LEONARD, Thomas M; BRATZEL, John F. (Ed.). **Latin America during World War II**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

LE ROC'H-MORGÈRE, Louis; GREVET, Jean-François; FERNANDES, Mélody. **Les munitionnettes**: les femmes dans l'effort de guerre aux usines Delahaye. Paris: Archives nationales du monde du travail, 2016.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais**: a Pax Britânica e o mundo do século XIX. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005a.

_____. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (Org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005b, pp. 33-50.

_____. et al. “Desafios metodológicos da pesquisa em História das Relações Internacionais”. Mesa redonda 04. In: **3º Seminário de Relações Internacionais**: Graduação e Pós-Graduação. Repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no século XXI. Florianópolis, SC, 29 e 30 de setembro de 2016.

LEVY, Jack S.; VASQUEZ, John A. (Ed.). **The outbreak of the First World War**: structure, politics, and decision-making. New York: Cambridge University Press, 2014.

LIMA, Manuel de Oliveira. **História diplomática do Brasil**: o reconhecimento do Império. Paris; Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1901. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1772>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. **O movimento da Independência (1821 – 1822)**. São Paulo: Editora Me-180

lhoramentos, 1922.

_____. **Pan-Americanismo**: Monroe, Bolivar, Roosevelt. Paris; Rio de Janeiro: H. Garnier Editor, 1907.

LIMA JR., Raul da Cruz. **Quebra-Canela**: a engenharia brasileira na campanha da Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

LIMA, Rui Moreira. **Senta a Pua!** Belo Horizonte – MG: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1989.

LIMA, Sérgio Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (Org.). **Oswaldo Aranha**: um estadista brasileiro. 2 v. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

LINHARES, Maria Yedda Leite et al. **História geral do Brasil**. 10. ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LUNDESTAD, Geir. “Empire by invitation? The United States and Western Europe (1945 – 1952). In: **Journal of Peace Research**, vol. 23, n. 3, Sep. 1986, pp. 263-277.

MACMILLAN, Margaret. **A Primeira Guerra Mundial...** que acabaria com as guerras. Tradução de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MACRIDIS, Roy C. **Ideologias políticas contemporâneas**: movimentos e regimes. Tradução de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. Congresso de Viena (1814 – 1815). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 93-121.

_____. “Uma ilha chamada Brasil”. In: **Revista Nossa História**: Fronteiras do Brasil. Ano 3, nº 25, nov., pp. 14-19 [2005].

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Ed.). **Comparative historical analysis in the social sciences**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2003.

MAIER, Charles S. “La historia comparada”. In: **Studia histórica-historia contemporânea**, Vol. X-XI (1992-1993), pp. 11-32.

MAN, John. **Uma guerra para a paz**: 1914-1918. Tradução de Maria Clara de Mello Motta. Rio de Janeiro: Reader’s Digest, 2003.

MARTINO, João Paulo. **1918**: a Gripe Espanhola. Os dias malditos. Atibaia, SP: Editora Excalibur, 2017.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial**: história e estratégias. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Vol.1 Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

McCANN, Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos (1937 – 1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

_____. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro (1889 – 1937). Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **O Brasil da Primeira Guerra Mundial ao Estado Novo**. João Pessoa, PB: Edições UFPB, 1988.

MENDONÇA, Renato. **História da política exterior do Brasil**: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500 – 1825). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MILZA, Pierre. **As relações internacionais de 1871 a 1914**. Tradução de Rosa Carreira. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 365-400.

MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, pp.189-217.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Os Románov (1613 – 1918)**. Tradução de Cláudio Carina et al. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

MONTEIRO, Marcelo. **U-507**: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Salto, SP: Editora Schoba, 2012.

_____. **U-93**: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Porto Alegre, RS: Editora BesouroBox, 2014.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As relações internacionais da América Latina** (Coleção Relações Internacionais). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORELI, Alexandre; MENDONÇA, Filipe; ZAHRAN, Geraldo. **História Global**, precisamos dela? Chutando a Escada, maio de 2018. Podcast. N° 52, MP3 (111 min.). Disponível em:<<https://soundcloud.com/chutandoaescada/chute-052-historia-global-precisamos-dela>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Dependent Neutrality: the case of Brazil (1939-1942). In: NEVAKIVI, Jukka (Edit.). **Neutrality in history**: proceedings of the Conference on the History of Neutrality organized in Helsinki 9-12 September 1992 under the auspices of the Comission of History of International Relations. Helsinki: SHS

/ FHS, 1993, pp. 255-267.

_____. **Relações Exteriores do Brasil (1939 – 1950):** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil:** a penetração cultural americana. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

MROS, Günther Richter. **Origens do Paradigma Desenvolvimentista:** as contribuições de Oswaldo Aranha e dos Militares (1931-1935). 2011a. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

_____. “Relações internacionais do Brasil no limiar da Era Vargas: processo decisório e questão siderúrgica”. In: **Relações Internacionais no Mundo Atual**. V. 1, n. 13, 2011b, pp. 7-27.

_____. “Oswaldo Aranha y la deuda externa brasileña: auditoría y diversificación comercial”. Traducido por Eduardo Madrid. In: **Revista Ciclos: en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Año XXVII, n. 46-47, pp. 67-90 [2016].

_____. “Bertolt Brecht e as ideologias de tempos sombrios”. In: **Universitas**. V.4, n.2, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/uri.v4i2.163>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MUÑOZ, Luciano. **Diplomacia dúplice:** a política externa de Rio Branco e a Argentina. Brasília: Hinterland, 2012.

NEELEMAN, Gary; NEELEMAN, Rose. **Soldados da borracha:** o exército esquecido que salvou a Segunda Guerra Mundial. Traduzido por Traduções do Mercosul. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

NETO, Lira. **Getúlio:** do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930 – 1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Ricardo Bonalume. **A nossa Segunda Guerra:** os brasileiros em combate (1942 – 1945). Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

NICOLSON, Harold. **O Tratado de Versalhes.** Tradução de Gleuber Vieira e Jorge Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2014.

NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n.22, pp.161-166, dez.1994. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300014>>. Acesso em 29 ago. 2018.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA:** nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba, PR: Juruá, 2015.

_____. **Os soldados brasileiros de Hitler.** Curitiba, PR: Juruá, 2011.

ORR, Robert. Reflexões sobre o Totalitarismo. In: CRESPIGNY, Anthony de; CRONIN, Jeremy (Ed.). **Ideologias políticas.** Tradução de Sérgio Duarte. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, pp. 111-126.

ORSI, Roberto. **Rethinking the concept of order in international politics**: Carl Schmitt and Jürgen Habermas. 2012. 300 f. Tese (doctor of Philosophy) – Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, London, UK.

PALACIOS, Ariel. De Campos Salles a Dilma Rousseff: 111 anos de visitas presidenciais brasileiras na Argentina. **Estadão**, São Paulo, 30 jan. 2011. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/de-campos-salles-a-dilma-rousseff-111-anos-de-visitas-presidenciais-brasileiras-na-argentina>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

PARDELLAS, Carlos Alberto Pessoa. **Epitacio Pessoa**: na Europa e no Brasil. Brasília: FUNAG, 2018.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 5. ed. Tradução de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 2 v., pp. 1121-1131.

PAYNE, Stanley G. **A history of fascism** (1914 – 1945). University of Wisconsin Press, USA. Edição do Kindle, 1995.

PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil**: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015.

PEREIRA, João Baptista Borges. “Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira”. In: **Revista USP**, N. 46, São Paulo, junho / agosto, pp. 6-29 [2000].

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História e história cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

_____. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Ed. Asterisco, 2008b, pp.11-18.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração alemã e política**: os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PISTOIA, Cristiane Debus. A identidade cultural em evidência. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner; NEUBERGER, Lotário (Org.). **I Guerra Mundial**: reflexos no Brasil. Porto Alegre, RS: Ediplat, 2014, pp. 21-32.

PRADO, Maria Ligia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Identidades latino-americanas. In: MORA, Enrique Ayala; CARBÓ, Eduardo Posada (Dir.). **Historia General de America Latina**: los proyectos nacionales latino-americanos: sus instrumentos y articulación (1870 – 1930). Vol. VII. Paris: UNESCO, 2008, pp. 583-615.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL. Documentário. Direção: Georges Alepee. Produção: Channel 80, Vision 7; Gaumont; Jean-Paul Thomas. Documentos de arquivo: Ministério da Defesa da França. Coleção Grandes dias do século XX. Revista História Viva. São Paulo: Editora Duetto, 2009. 1 DVD (51 min.), son., color.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. **Argentina – Brasil: de rivales a aliados.** Política, economía y relaciones internacionales. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

_____. **Gran Bretaña, Estados Unidos y las clases dirigentes argentinas: 1940 – 1945.** 3. ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1980.

_____; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul.** 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____; BRENTA, Noemí. **Las grandes crisis del capitalismo contemporáneo.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

REIS JR., Dante Flávio da Costa; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. “As representações simbólicas: a pulsão imagética e sígnica na produção dos sentidos no espaço”. In: **OBSERVATORIUM**, Revista Eletrônica de Geografia, vol.3, n.9, pp. 93-106 [2012]. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufrj.br/pdfs/3edicao/n9/07.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

REIS, Liana Maria. “Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, vol. 8, n. 10, pp. 11-23, 2º sem. 2006.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 13-36.

RENOUVIN, Pierre; GIRAULT, René; ZELLER, Gaston; GANSHOF, François-Louis. **Histoire des relations internationales.** Paris: Hachete, 1994.

_____; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais.** Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural.** Brasília: UnB, 1994, pp. 99-108.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750 – 2016).** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RINKE, Stefan. **Latin America and the First World War: Global and International History.** Cambridge – UK: Cambridge University Press, 2017.

ROBERTS, Geoffrey. “Stalin at the Tehran, Yalta, and Potsdam Conferences”. In: **Journal of Cold War Studies.** Vol. 9, Nº 4, 2007, pp. 6-40.

ROBERTS, John Morris. **History of the world**. New York: Oxford University Press, 1993.

RODÓ, José Enrique. **Ariel. El Camino de Paros**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

RODRIGUES, Agostinho José. **Terceiro batalhão: o Lapa Azul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Os jovens turcos e o projeto de modernização profissional do Exército brasileiro. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo, RS. **Anais...** São Leopoldo, RS: ANPUH, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/84858058-Associação-nacional-de-historia-anpuh-xxiv-simpósio-nacional-de-historia.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S.; RODRIGUES, Lêda Boechat (Org.). **Uma história diplomática do Brasil (1531 – 1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da república**. Porto Alegre, RS: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROSENHECK, Uri. “Olive drab in black and white: the Brazilian Expeditionary Force, the US Army and the racial national identity”. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, SC, vol. 22, n. 34, pp. 142-160, ago. [2016]. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2015v22n34p142>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estêvão C. de Rezende Martins. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2015.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República**. Goiânia, GO: Editora UFG, 2000.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG, 2014.

____. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Norma Breda dos. “Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº 46 (1): 87-112 [2003].

SARAIVA, José Flávio Sombra. História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora

Saraiva, 2008, pp. 7-40.

_____. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional (1939 – 1947). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização — de 1815 a nossos dias**. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 207-238.

SCHLESINGER, Stephen C. **Act of creation: the founding of the United Nations. A story of Superpowers, Secret Agents, Wartime Allies and Enemies, and their quest for a peaceful world**. New York: Basic Books, 2004.

SCHWARTZ, Gilson. Conferência de Breton Woods. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 241-267.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. Quatro teses sobre a política externa brasileira nos anos 1930. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira: crescimento, modernização e política externa (1930 – 1990)**. Vol. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, pp. 115-160.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. PANDOLFI, Dulce (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, pp. 199-228.

SHEEHAN, Michael. **The balance of power: history and theory**. London / New York: Routledge, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brazil: five centuries of change**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

_____. **Narrativas militares: seleção, organização e notas biográficas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: história completa**. Tradução de Roberto Cataldo. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SOREL, Albert. **Histoire diplomatique de la guerre franco-allemande**. Tome 1. Paris: E. PLON et Cie, Imprimeurs-éditeurs, 1875.

SOUTOU, Georges-Henri. **La guerre de Cinquante Ans: les relations Est – Ouest (1943 – 1990)**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2001.

_____. **L'Europe de 1815 à nos jours**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

STREETER, Michael. **South America and the Treaty of Versailles: the peace conferences of 1919-1923 and their aftermath (Makers of the Modern World)**. London: Haus Publishing, 2010.

TOTA, Antônio Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, pp. 355-389.

_____. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TUCHMAN, Barbara W. **The guns of August**: the outbreak of World War I. New York: Random House Trade Paperbacks Edition, 2014.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos**: uma relação turbulenta. Traduzido por Lavinia Silveiras. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

UNITED STATES GOVERNMENT. **Blue book on Argentina**: consultation among the American republics with respect to the Argentine situation. New York: Greenberg Publisher, 1946.

VARGAS, João Augusto Costa. **Campanha permanente**: a construção do substrato normativo da busca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança as Nações Unidas. 2008. 121 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

VIDIGAL, Armando. Guerras da Unificação Alemã. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, pp. 287-317.

VIGEVANI, Tullo. Os militares e a política externa brasileira: interesses e ideologia. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**: crescimento, modernização e política externa (1930 – 1990). Vol. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, pp. 61-85.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

_____. A política internacional do Brasil e suas fases. In: FRATI, Mila (Org.). **Curso de formação em política internacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. pp. 219-246.

WAACK, William. **As duas faces da glória**: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos. São Paulo: Planeta, 2015.

_____. Conferências de Yalta e Potsdam (1945). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da paz**: os tratados que desenharam o planeta. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 269-295.

WATSON, Adam. **The evolution of international society**: a comparative historical analysis. USA; Canada: Routledge, Taylor and Francis e-Library, 2002.

WEBSTER, C. K.; TEMPERLEY, H.; COOKE, E. “The Duel between Castlereagh and Canning in 1809”. In: **The Cambridge Historical Journal**.

Vol. 3, No. 1 (1929), pp. 83-95. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3020648?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 ago. 2017.

WEHLING, Arno. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750 – 1964)**. 3 v. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, pp. 195-226.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Tradução de Carlos Sérgio Duarte. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WITT, Marcos Antônio. As colônias alemãs no sul do Brasil e a Primeira Guerra Mundial. In: RUGGIERO, Antonio de; FAY, Claudia Musa; GERTZ, René (Org.). **Vivências da Primeira Guerra Mundial: entre a Europa o Brasil**. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2015, pp. 103-120.

ZAMOYSKI, Adam. **Rites of Peace: the fall of Napoleon and the Congress of Vienna**. New York: HarperCollins Publishers, 2007.

B) SÍTIOS DE INTERNET.

CPDOC / FGV. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. KELLER, Vilma. **Verbetes biográfico de Armando de Salles Oliveira**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-de-sales-oliveira>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CPDOC / FGV. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. **Verbetes biográfico de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/jose_pessoa>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CPDOC / FGV. Verbetes. LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **Verbetes sobre os jovens turcos**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Empresa DuPont. **Histórico da empresa DuPont**. Disponível em: <<https://www.dupont.com/>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

Encyclopaedia Britannica. Biblioteca Digital. The Editors of Encyclopaedia Britannica. **Potsdam Conference**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Potsdam-Conference>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

História de Alagoas. **Perfil do Comandante do Navio Macau, Capitão Saturnino de Mendonça**. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/comandante-saturnino-um-alagoano-na-1a-guerra-mundial.html>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

Homenagens aos Pracinhas da FEB em Pistoia, Itália. Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <<https://naopodemosparar.wordpress.com/2015/07/15/o-brasil-na-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Instituto Histórico de Petrópolis. **Histórico da Fábrica de Pólvora Sem Fumaça de Piquete**. Disponível em: <http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/cmb20090602.htm>. Acesso em: 7 jul. 2019.

JFK Library. **Life of John Kennedy**: fast facts. Disponível em: <<https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/life-of-john-f-kennedy/fast-facts-john-f-kennedy/john-f-kennedys-favorite-quotations-dantes-inferno>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

QUOTE INVESTIGATOR. Disponível em: <<https://quoteinvestigator.com/2015/01/14/hottest/#return-note-10413-7>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

SITE YADVASHEM. **Embaixador Souza Dantas “Justo entre as nações”**. Disponível em: <<https://www.yadvashem.org/es/righteous/stories/dantas.html>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

FONTES PRIMÁRIAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / CPDOC – RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **FM chp ad 1933.01.13**. Documentos referentes a assuntos de política. OLIVEIRA, Armando de Salles. Diagrama de uma situação política. Nova York: 8 dez. 1939, p. 7.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **GV c 1939.00.00 / 4**. Cartas de Lutero Sarmanho Vargas a Getúlio Vargas, 1939.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **GV c 1940.06.11**. Documentos sobre o discurso de Getúlio Vargas no dia comemorativo da Marinha, 1940. Vol. XXXIII, p. 95b-97a.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **OA 1939 01.04/01**. Ofício (reservado) de Manuel Ribas para Oswaldo Aranha sobre influência da Juventude Hitlerista no Colégio Progresso, Curitiba, PR, 1939.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **OA 1939 01.04/01**. Cp. de José Maria de Freitas para Oswaldo Aranha, 1940.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **OA 1939 01.04/01**. Cp de Oswaldo Aranha para Gen. Rabello, 1939.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **OA cp. 1917.06.02**. Nota-circular de 2 de junho de 1917 aos Governos estrangeiros, expedida pelo Governo brasileiro, por intermédio dos seus Representantes Diplomáticos, sobre a revogação da neutralidade do Brasil, em favor dos Estados Unidos da América, 1917.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **JLA-15f**. Discurso pronunciado no Senado Federal em 10 de novembro de 1917. ALVES, João Luiz. O estado de guerra e o estado de sítio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. **VB pr 1915.01.20**. Carta do Coronel Aquiles Veloso Pederneiras a Venceslau Brás sobre compra de conversor para a Fábrica de Pólvora Sem Fumaça de Piquete, 1917.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY — AHI — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.

AHI. Relatórios do MRE à Presidência da República. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1914**, vol. 1, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

AHI. Relatórios do MRE à Presidência da República. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores: 1915**, vol. 1, Exposição, Anexo A. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

AHI. Relatórios do MRE à Presidência da República. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo ao ano de 1939**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

AHI. Relatórios do MRE à Presidência da República. Mensagens ao Congresso. **Estante 292, prateleira 2, volume 13, mensagens ao Congresso (1913 – 1926)**. Mensagem extraordinária do Presidente da República ao Congresso Nacional em 25 de outubro, por ocasião do afundamento do Vapor Macau. Pedido de autorização para declarar guerra ao Império Alemão, 1917.

AHI. Relatórios do MRE à Presidência da República. Mensagens ao Congresso. **Estante 292, prateleira 2, volume 13, mensagens ao Congresso (1913 – 1926)**. Mensagem extraordinária do Presidente da República Delfim Moreira ao Congresso Nacional em 15 de julho, 1919.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.

Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa: Livros sobre a Primeira Guerra Mundial. Número de chamada: **022017**. SETTE, Mário. Ao clarão dos obuzes. Recife (PE, BR): Imprensa Industrial I. Nery da Fonseca, 1917. 142 p. Inclui índice.

Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa: Livros sobre a Primeira Guerra Mundial. Número de chamada: **028578 1906**. ROMÉ-RO, Sílvio. O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro (BR): H. Ribeiro, 1906. 72 p.

Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa: Livros sobre a Primeira Guerra Mundial. Número de chamada: **4-B-19 1915**. QUESADA, Ernesto. El “peligro alemán” en Sud América. Buenos Aires (Argentina): Talleres Graf. de S. Suárez, 1915. 75 p.

Fundação Casa Rui Barbosa. Biblioteca particular de Rui Barbosa: Livros sobre a Primeira Guerra Mundial. Número de chamada: **F 1056**. Folheto. BANDEIRA, Raimundo Carneiro de Sousa (ARBIVOHN). O perigo prussiano no Brazil. Rio de Janeiro (BR): Typ. Jornal do Comercio, 1914. 36 p.

Fundação Casa Rui Barbosa. Folhetos de papel: Memória do Cordel. Folhetos Raros de Leandro Gomes de Barros - Coleção SNB - Poemas Completos \ **LC6073** — **Echos da Patria** (2), 1918. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RuiCordel&pasta=&pesq=LC6073>>. Aces-

so em: 07 set. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.

FBN. Hemeroteca Digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/34078>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 6820, 27 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/34088>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 14.664, 22 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13258>. Acesso em: 26 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 14.665, 23 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13268>. Acesso em: 26 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 2105, 25 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11625>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11631>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/11633>. Acesso em: 15 out. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, capa, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16505>. Acesso em: 15 out. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16507>. Acesso em: 15 out. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 8, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16512>. Acesso em: 15 out. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 6, edição nº 10.968, 23 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16578>. Acesso em: 15 out. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **MAPPA da Europa**. Rio [de Janeiro]: Lith

Turnauer e Machado, [1914]. 1 mapa: col., 53 x 75cm. 1914. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart219199/cart219199.jpg>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Revista O Malho**, Capa, Ano XIII, n. 621, Rio de Janeiro, 8 ago. 1914. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/27986>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FBN. Hemeroteca Digital. **Revista O Malho**, Capa, Ano XVI, n. 768, Rio de Janeiro, 2 jun. 1917. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/34463>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FBN. Hemeroteca Digital. **Revista O Malho**, Capa, Ano XVII, n. 815, Rio de Janeiro, 27 abr. 1918. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/36679>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ARQUIVO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — BRASÍLIA — DF, BRASIL.

Arquivo da Presidência da República. Biblioteca Digital. **Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, Capitânea da Esquadra Nacional, a 11 de junho de 1940**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS — BRASÍLIA — DF, BRASIL.

Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. **Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Imperio Alemão contra o Brasil**. Coleção de Leis do Brasil - 26/10/1917, p. 169, Vol. 1. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. **Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914. Estabelece regras geraes de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as Potencias estrangeiras**. Diário Oficial da União – seção 1 – 5/8/1914, p. 9045. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. **Decreto-Lei nº 1.561, de 2 de setembro de 1939. Aprova as regras de neutralidade em caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas**. Diário Oficial da União – seção 1 – 2/9/1939, p. 21265. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ARCHIVO HISTORICO DE LA CHANCELARIA ARGENTINA — AH — BUENOS AIRES, ARGENTINA.

Archivo Historico de la Chancelaria Argentina. Guerra Europea. **AH/0015 4, sección 33. CAJA Nº15. LEGAJO I BIS 4. Año 1917.** Muy reservado. Nota alemana al gobierno argentino comunicando zona de bloqueo, data de 02 de febrero, 1917.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN — BUENOS AIRES, ARGENTINA.

Archivo General de la Nación. **Sala VII, fondo Julio Argentino Roca, Legajo 10. Discursos (1914 – 1941), pasta 3111, p. 2.** Discurso del doctor Julio A. Roca sobre armamentos, en sesión secreta del 17 de Julio de 1914.

GOBIERNO DE ESPAÑA.

Biblioteca Virtual. **El Correo de Ultramar:** parte literaria ilustrada. Tomo XXXI, año 27, nº 799, Paris, 1868. Gobierno de España, Ministerio de Cultura y Deporte. Biblioteca Virtual de Prensa Histórica. Disponível em: <https://prensahistorica.mcu.es/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1000228067&posicion=2&presentacion=pagina>. Acesso em: 28 mar. 2019.

Hemeroteca de la filosofía en español. **El Correo de Ultramar**, año 16, Paris, 15 fev. 1857. Disponível em: <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.

Arquivo Histórico do Exército. Capa da Revista dos Pracinhas, produzida pelo 6º Regimento de Infantaria, 1º Batalhão da Força Expedicionária Brasileira. **Revista dos Pracinhas**, Capa, 08 de maio de 1945.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA)

Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles), 1919. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/us-treaties/bevans/m-ust000002-0043.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

REPOSITÓRIO DIGITAL HATHI TRUST (EUA)

President Wilson (1913-1921). **Address of the President of the United States:** delivered at a joint session of the two houses of Congress, January 8, 1918. Washington: [Govt. print. off.]. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015074797914&view=1up&seq=1>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

THE OFFICE OF THE HISTORIAN (EUA).

The World War. **Papers relating to the foreign relations of the United States**, 1915, supplement, the World War. File. No. 763.72/1434. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1915Supp/d125>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

APÊNDICE — A

LISTA DE NAVIOS BRASILEIROS ATACADOS EM SITUAÇÕES DE GUERRA

Navio	Data	Local	Mortos
Rio Branco	03 mai. 1916	Atlântico Norte	0
Paraná	Noite de 03 para 04 abr. 1917	Próximo à costa da França	3
Tijuca	20 mai. 1917	Canal da Mancha	1
Lapa	22 mai. 1917	Próximo à costa da Espanha	0
Macau	18 out. 1917	Próximo à costa da Espanha	2 * O comandante Saturnino Furtado de Mendonça e o Taifeiro Arlindo Dias dos Santos foram rendidos pelos alemães e levados para o submarino. Desde então, não foram mais vistos (DARÓZ, 2016, p. 100)
Acary e Guahyba	03 nov. 1917	Ilhas de Cabo Verde	2
Taquary	02 jan. 1918	Próximo à costa da Grã-Bretanha	8
Maceió	03 ago. 1918	Próximo à costa da Espanha	4
Uberaba	10 ago. 1918	Próximo à costa Leste dos Estados Unidos	0
Taubaté	22 mar. 1941	Egito, no Mar Mediterrâneo	1
Buarque	15 fev. 1942	Costa Leste dos Estados Unidos	1
Olinda	18 fev. 1942	Costa Leste dos Estados Unidos	0
Cabedelo	25 fev. 1942	Atlântico Norte	54
Arabutã	07 mar. 1942	Costa Leste dos Estados Unidos	1
Cairu	08 mar. 1942	Costa Leste dos Estados Unidos	53
Parnaíba	01 mai. 1942	Atlântico Norte próximo a Trinidad e Tobago	7
Comandante Lira	18 mai. 1942	Próximo à costa NE do Brasil	2
Gonçalves Dias	24 mai. 1942	Mar do Caribe	6
Alegrete	01 jun. 1942	Mar do Caribe	0
Paracuri	05 jun. 1942	Mar do Caribe	0
Pedrinhas	26 jun. 1942	Atlântico Norte próximo a Porto Rico	0

Tamandaré	26 jul. 1942	Atlântico Norte próximo a Trinidad e Tobago	4
Barbacena	28 jul. 1942	Atlântico Norte próximo a Barbados	6
Piave	28 jul. 1942	Atlântico Norte próximo a Barbados	1
Baependi	15 ago. 1942	Próximo à costa NE do Brasil entre Sergipe e Bahia	270
Araraquara	15 ago. 1942	Próximo à costa NE do Brasil entre Sergipe e Bahia	131
Aníbal Benévolo	16 ago. 1942	Próximo à costa da Bahia, Brasil	150
Itagiba	17 ago. 1942	Próximo à costa da Bahia, Brasil	36
Arará	17 ago. 1942	Próximo à costa da Bahia, Brasil	20
Jacira	19 ago. 1942	Próximo à costa da Bahia, Brasil	0
Osório	28 set. 1942	Próximo à costa do Pará, Brasil	5
Lages	28 set. 1942	Próximo à costa do Pará, Brasil	3
Antonico	28 set. 1942	Mar da Guiana Francesa	16
Porto Alegre	03 nov. 1942	Mar da África do Sul	1
Apalóide	22 nov. 1942	Atlântico Norte próximo às Pequenas Antilhas	5
Brasilóide	18 fev. 1943	Próximo à costa da Bahia, Brasil	0
Afonso Pena	02 mar. 1943	Próximo à costa da Bahia, Brasil	125
Tutoia	01 jul. 1943	Próximo à costa de São Paulo, Brasil	7
Pelotasloide	04 jul. 1943	Próximo à costa do Pará, Brasil	5
Shangri-lá	22 jul. 1943	Próximo à costa do Rio de Janeiro, Brasil	10
Bagé	31 jul. 1943	Próximo à costa NE do Brasil entre Sergipe e Bahia	28
Itapagé	26 set. 1943	Próximo à costa de Alagoas, Brasil	22
Campos	23 out. 1943	Próximo à costa de São Paulo, Brasil	12
Vital de Oliveira	19 jul. 1944	Próximo à costa do Rio de Janeiro, Brasil	99

Quadro de elaboração própria. Fontes: Primeira Guerra (MONTEIRO, 2014, p. 297; DARÓZ, 2016); Segunda Guerra (MONTEIRO, 2012, pp. 314-315; SANDER, 2011). Total: 20 mortos na Primeira Guerra Mundial e 1081 mortos na Segunda Guerra Mundial.

ANEXO — A

NÚMERO DE PERDAS E PRISIONEIRO POR AÇÕES REALIZADAS (FEB — SEGUNDA GUERRA MUNDIAL)

A — NÚMERO DE PERDAS E PRISIONEIRO POR AÇÕES REALIZADAS

AÇÕES	UNIDADES PARTICIPANTES	DATAS	P E R D A S				PRISIONEIRO FEITOS (1)
			Mortos	Peridos	Desaparecidos	Total	
Conquista de M. S. Quirico — Lama	1.º/6.º RI	30-out-44	?	?	?	59	153
	7.º/3.º/6.º RI		?	2	20	22	
1.º Ataque ao M. Castello	3.º/6.º RI	24-nov-44 a 25-nov-44	3	30	0	33	0
2.º Ataque ao M. Castello	1.º/1.º RI	23-nov-44	26	128	3	157	0
	3.º/11.º RI		5	23	0	28	0
	3.º/6.º RI		0	10	0	10	0
3.º Ataque ao M. Castello	1.º e 2.º/1.º RI	12-dez-44	31	66	15	112	0
	1.º/11.º RI		16	17	0	33	0
Defensiva do inverno	1.ª DIE	13-dez-44 a 13-fev-45	56	197	4	257	23
Conquista do M. Castello	1.º RI	21-fev-45	12	90	1	103	27
	2.º/11.º RI		3	6	0	9	5
Conquista de 958-La Serra	2.º/1.º RI	23-fev-45	2	6	0	8	25
	2.º/11.º RI		1	5	0	6	3

Fonte: CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 502.

ANEXO — A
CONTINUAÇÃO

continuação							
Limpeza do Vale do rio Marano	2.º/11.º RI	3 a 4-mar-45	0	6	0	6	8
	3.º/6.º RI		0	6	0	6	?
Conquista de Castelnuovo	1.º e 2.º/6.º RI	5-mar-45	3	21	11	35	88
	2.º/11.º RI		0	26	0	26	2
Conquista de Montese, Serretto e Paravento	1.º e 3.º/11.º RI	14-abr-45 a 16-abr-45	12	224	7	243	444
	2.º/1.º RI		8	27	0	35	13
	3.º/6.º RI		12	120	2	134	9
	2.º/6.º RI		2	11	1	14	
Limpeza das vertentes E do Panaro	1.ª DIE	19 a 22-abr-45	10	70	2	82	96
Combate de Collecchio	2.º/11.º RI	26 a 27-abr-45	1	16	0	17	334
	6.º RI		0	1	0	1	61
	Esqd Rec		0	0	0	0	0
Rendição da 148.ª DI	6.º RI	27 a 30-abr-45	5	50	0	55	13 829
	Esqd Rec		0	1	0	1	950

(1) — Durante a campanha fizeram-se 20 573 prisioneiros, sendo 2 generais, 892 oficiais e 19 679 praças.

Fonte: CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 503.

ANEXO — B

NÚMERO DE MORTOS POR UNIDADES.

B — NÚMERO DE MORTOS POR UNIDADES						
Armas	Unidades	Em Ação	Aciden- tados	Doenças	Motivos Diversos	Total
EM	QG/1.ª DIE	—	2	—	2	4
	Cia QG	1	—	—	—	1
Inf	1.º RI	128	14	—	2	144
	6.º RI	87	12	1	3	103
	11.º RI	116	5	2	1	124
Art	Bia Cmdo AD	—	1	—	—	1
	1.º GO	2	—	—	—	2
	2.º GO	1	3	—	—	4
	3.º GO	1	3	—	—	4
	4.º GO	—	3	1	—	4
Eng	9.º BE	6	3	—	—	9
Cav	1.º Esqd Rec	3	1	—	—	4
Com	1.ª Cia Com	3	1	—	—	4
Dep	Dep Pes	—	7	4	—	11
Sv	1.º BS	5	1	1	1	8
	1.ª Cia Mnt	1	1	—	—	2
	1.ª Cia I	—	2	—	—	2
	Cia Pol	—	1	—	1	2
DESCONHECIDOS		10	—	—	—	10
T O T A L		364	60	9	10	443

Obs: — Dos 443 mortos 13 são oficiais.

Fonte: CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, p. 504.

ÍNDICE REMISSIVO E ONOMÁSTICO

A

- ABC 21, 114, 115, 132
Academia Militar das Agulhas Negras 200
AMAN 96
Afonso Pena 80, 93, 196
Afrânio de Mello Franco 159
Agostinho José Rodrigues 156
Aguinaldo Caiado de Castro 157, 175
Albert I 38
alemães 18, 19, 20, 21, 23, 25, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 54, 58, 68, 69, 70, 75, 77, 90, 104, 106, 107, 109, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 142, 143, 148, 151, 153, 166, 168, 169, 195
Alemanha 17, 18, 19, 22, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 53, 54, 56, 77, 89, 90, 91, 106, 107, 108, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 131, 133, 137, 140, 143, 149, 151, 155, 158, 159, 167, 168, 178
Alexandre I 29, 34
Alexandrino Faria de Alencar 144
Aliados 17, 18, 41, 43, 55, 65, 78, 90, 91, 100, 103, 108, 116, 124, 135, 141, 151, 166, 175
América Latina 18, 20, 25, 100, 101, 102, 103, 105, 108, 109, 116, 120, 126, 132, 149, 174, 175, 182, 184, 188
Argentina 18, 20, 21, 25, 77, 80, 81, 82, 100, 101, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 126, 130, 131, 164, 166, 168, 176, 178, 183, 184, 185, 188, 191, 194
Armando de Salles Oliveira 88, 189
Arthur Bernardes 85, 159
Átila 130
Atlântico 98, 104, 105, 139, 143, 171, 173, 195, 196

B

- Batalha das Toninhas 143
batalha do Marne 40
Bertolt Brecht 46, 49, 183
Bismark 121
Bolívar 105
Breton Woods 55, 187
Buenos Aires 25, 77, 106, 108, 110, 111, 114, 118, 120, 126, 130, 131, 185, 186, 191

C

- Calógeras 62, 95
Campos Salles 80, 81, 110, 159, 184
Carlos Martins Pereira e Souza 141

Carl von Clausewitz 142
 Castlereagh 29, 33, 35, 188
 Cavour 36
 Chiang Kai-Shek 56
 Churchill 52, 53, 54
 Cláusula da Nação-Mais-Favorecida 82
 Clemenceau 39
 Clement Attlee 54
 Clóvis Beviláqua 82
 comércio 17, 18, 20, 21, 23, 36, 43, 45, 82, 84, 86, 101, 104, 105, 106, 108, 109,
 119, 120, 137, 138, 155, 167, 168
 Comércio 21
 Concerto Europeu 28, 32, 33, 34, 35, 38, 44, 56, 57, 86
 Conferência 24, 29, 31, 45, 52, 53, 54, 55, 64, 78, 92, 138, 139, 140, 158, 159, 160, 187
 Conferências de Niagara Falls 115, 132
 Cordel 78, 145, 191
 Cordell Hull 78, 87, 160
 Corolário Roosevelt 103
 CPDOC 25
 CSNU 23, 25, 56
 Cultura 23, 102, 183, 187, 188, 194

D

Dardanelos 41
 Darwin 50
 declaração de guerra 17, 73, 74, 77, 136, 140, 149, 166
 De Gaulle 54
 Delfim Moreira 22, 158, 159, 191
 Departamento de Imprensa e Propaganda
 DIP 135
 DNOG 139, 143, 144, 163, 169
 Doutrina Monroe
 Monroísmo 102, 103, 105
 Dreadnought 112
 Dreadnoughts 112
 Dumbarton Oaks 27, 160
 Duque de Caxias 96

E

Einstein 46
 Eixo 20, 51, 52, 78, 87, 97, 100, 116, 119, 124, 135, 142, 159
 Emanuel II 36
 Epitacio Pessoa 184
 Ernesto Quesada 130, 131, 132
 Erwin Piscator 46
 Estado Novo 22, 58, 66, 76, 87, 88, 89, 90, 124, 132, 156, 166, 169, 182, 183, 187

Estados Unidos

- EUA 17, 18, 21, 23, 33, 37, 42, 44, 45, 46, 51, 54, 55, 56, 78, 83, 86, 87, 91, 99,
103, 105, 106, 116, 117, 118, 119, 131, 137, 138, 141, 152, 155, 172, 182,
183, 185, 188, 190, 195
- Exército 44, 45, 47, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 112, 134, 152, 153, 172, 174, 175,
181, 182, 186, 187, 188, 194, 197, 198, 199

F

- Fábrica de Pólvora Sem Fumaça 153, 154, 190, 191
- FEB 66, 67, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 161, 169, 177, 182, 188, 189, 197
- Filinto Müller 18
- Força Aérea
- Aeronáutica 129, 152
- forças profundas 22, 60
- Franklin D. Roosevelt 51, 52, 54, 119
- Franz Ferdinand 37, 38, 78, 139
- Franz Josef 38
- Friedrich Ebert 45, 46
- Friedrich Ratzel 127
- Friedrich Wilhelm III 34

G

- Gallieni 40
- Garibaldi 36
- General Osório 96
- George Canning 33
- George V 38
- Getúlio Vargas 17, 18, 22, 23, 60, 76, 82, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 97, 120, 128, 137,
139, 141, 154, 156, 168, 169, 190, 193
- Góes Monteiro 18, 97, 154
- Gripe Espanhola 144, 145, 158, 169, 181
- Guerra da Crimeia 28, 32, 36
- Guerra dos Sete Anos 28
- Guerra entre Áustria e Prússia 28
- Guerra Franco-Prussiana 17, 28, 36, 40, 43, 45, 61, 121, 167
- Guerra Total 17, 50, 58

H

- Harold Nicolson 45
- hegemonia 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 43, 56, 167
- Heidegger 46
- Hermes da Fonseca 80, 93
- Hindenburg 47
- Hipólito Yrigoyen 115, 119
- Hitler 47, 48, 50, 51, 52, 86, 116, 118, 127, 176, 178, 183, 186
- Honorio Pueyrredon 111

Hussares

hussardos 130

I

imigrante

imigração 128

inserção internacional 19, 23, 30, 55, 58, 85, 86, 97, 109, 120, 125, 138, 160, 164, 180

italianos 24, 83, 109, 124, 125, 132, 136, 161, 169

J

James Monroe 101

João Luiz Alves 139, 140, 148, 149

João Pessôa 95, 159

Joaquim Nabuco 103, 115

Joel Silveira 67

José Enrique Rodó 153

José Honório Rodrigues 62

José María Torres Caicedo 102

José Pessôa 95, 96, 159

jovens turcos 64, 93, 94, 97, 186, 189

Juarez Távora 97

Julio Argentino Pascual Roca 111

Julio Argentino Roca 80, 111, 194

Júlio de Castilhos 84, 85, 86, 125

K

Karl August von Hardenberg 29

Kennedy 99, 100, 174

Keynes 44, 45

L

Lauro Müller 136, 141

Leandro Gomes de Barros 145, 148, 191

Leite de Castro 154

Livro Azul

Blue book 116, 132

Lloyde 75, 149

Luís XVI 34

Luís XVIII 34

Luiz Martins de Souza Dantas 156

Lutero Vargas 88

M

Macau

Navio 70, 71, 74, 75, 136, 145, 147, 148, 149, 189, 191, 195

Major Delos Carleton Emmons 129

Manuel Rabello 134

Manuel Ribas 134, 190
Marinha 44, 87, 110, 112, 113, 114, 144, 152, 190
Mário Sette 121
Mascarenhas de Moraes 151, 152, 156
Max Wolf Filho 67, 69
Metternich 29, 32
Missão Militar Francesa
 MMF 94, 172
Monteiro Lobato 132, 179
Mussolini 48, 52, 86
Mustafá Kemal 93

N

Napoleão Bonaparte 32
Napoleão III 36
Navegação 23, 43, 75, 82, 149
Neutralidade 17, 20, 51, 75, 82, 83, 90, 99, 100, 103, 104, 106, 109, 110, 115, 116,
 117, 118, 119, 120, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 168,
 172, 173, 190, 193
Nicolau II 38
Nilo Peçanha 76, 77, 80, 141

O

Oliveira Lima 62
ONU
 Nações Unidas 29, 55, 86, 125, 159, 160, 168, 177
Ordem Internacional 22, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 41, 42, 52, 53, 55, 187
Oswaldo Aranha 18, 78, 89, 90, 91, 97, 134, 154, 171, 178, 181, 183, 190

P

Panamá 105, 115, 141, 152
Pangermanismo
 Pangermânico 105
Panlatinismo 101
Paraguai 79, 114
Pax Britannica 130, 180
Pederneiras 153, 154, 190
Pedro I 36
Pedro Max Fernando Frontin 144
Pentarquia 24, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 43, 44, 56, 164, 167, 168
Perigo alemão 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 148, 169, 177
Plano Dawes 46
Política de Boa Vizinhança 119
Política externa 18, 22, 33, 49, 51, 57, 61, 79, 103, 119, 124, 136, 140, 171, 182,
 183, 187, 188, 189
Potsdam 27, 53, 54, 185, 188, 189
Pracinhas 161, 162, 189, 194

R

- Raimundo Carneiro de Sousa Bandeira 129
 Raul Bopp 126
 Raymond Poincaré 38
 Reich 36, 44, 49, 51, 123, 127, 135, 176
 Reificação 121, 123, 124, 125, 148, 153, 160, 166, 168, 169
 Renato Mendonça 62
 Ressignificação 23, 24, 25, 27, 28, 29, 42, 43, 44, 55, 56, 57, 58, 85, 97, 100, 121, 125, 153, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168
 Rio-Branco 79, 80, 82, 86, 101, 103, 110, 111, 113, 115, 142, 168, 171, 173
 Rio de Janeiro 26, 31, 57, 70, 75, 76, 77, 78, 83, 84, 87, 90, 92, 96, 106, 117, 120, 126, 128, 129, 133, 137, 140, 143, 144, 147, 154, 156, 163, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199
 Rodolfo Kjellén 103
 Rodrigues Alves 80, 85, 144, 158
 Rubem Braga 157
 Rui Moreira Lima 152
 Ruy Barbosa 89, 90, 91, 92, 97, 128, 129, 132, 139, 140, 141, 145, 148, 149

S

- Santa Aliança 34, 35
 Santo Agostinho 70
 São Francisco 27, 55
 Saturnino Furtado de Mendonça 75, 149, 195
 SDN 24
 Liga das Nações 42, 56, 86, 159, 160, 167
 Semana de Arte Moderna 126
 Sérgio Correia da Costa 118
 Sextilha 148, 149
 Silvio Romero 126, 128, 129
 Sistema internacional 20, 21, 23, 24, 27, 30, 31, 32, 34, 42, 45, 54, 55, 56, 58, 64, 69, 79, 85, 86, 100, 103, 110, 119, 121, 125, 140, 158, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 175
 Stalin 48, 52, 53, 54, 185

T

- Talleyrand 29, 34
 Teerã 52, 53, 54
 Theodore Roosevelt 100, 103, 132
 Thomas Mann 46
 Tríplice Aliança 38
 Tríplice Entente 38, 90

U

- U-93 70, 149, 182
 U-507 70, 142, 182

Unificação Alemã 32, 188

V

Varnhagen 62, 189

Versalhes 22, 24, 27, 29, 33, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 56, 64, 85, 158,
159, 167, 168, 171, 183

Viena 24, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 42, 54, 118, 164, 165, 167, 181

W

Waldomiro Castilho de Lima 114, 154

Walt Disney 21, 153

Walter Benjamin 46

Washington 18, 43, 54, 55, 78, 87, 88, 102, 103, 105, 106, 116, 117, 126, 129, 141,
168, 194

Wenceslau Brás 17

Wenceslau Braz 17, 22, 23, 82, 88, 120, 128, 136, 137, 139, 141, 153, 168

Wickham 155

Wilhelm Gröner 45

Wilhelm II 38, 130

Woodrow Wilson 33, 42, 116, 167

Y

Yalta 27, 53, 54, 185, 188

No momento em que a Guerra Russo-Ucraniana completa um ano e que a comunidade de nações aprofunda sua divisão em campos rivais, muitos acham que o Brasil "deve tomar partido", contrariando sua rica experiência diplomática. Tomar partido *na guerra dos outros*, como consta no título da obra do Professor Günther Richter Mros. Assim, a atual conjuntura internacional torna esse estudo erudito ainda mais valioso, ao analisar a posição brasileira diante dos dois conflitos mundiais do século XX. Os erros e acertos do posicionamento do Brasil, analisados historicamente, ajudam a meditar com serenidade sobre o que pode se tornar uma III Guerra Mundial. Portanto, a obra tem enorme valor como reflexão histórica e como análise estratégica contemporânea.

Paulo Fagundes Visentini

Historiador, Professor Titular de Relações Internacionais/UFRGS
e de Ciências Militares/ECEME.

